



*Os livros
em sua ordem*

PARA A
HISTÓRIA DA
BIBLIOTECA
GERAL DA
UNIVERSIDADE
(ANTES DE
1513-2013)

*Os livros
em sua ordem*

PARA A
HISTÓRIA DA
BIBLIOTECA
GERAL DA
UNIVERSIDADE
(ANTES DE
1513-2013)



Os livros em sua ordem

PARA A
HISTÓRIA DA
BIBLIOTECA
GERAL DA
UNIVERSIDADE
(ANTES DE
1513-2013)

COORDENAÇÃO:
A. E. Maia do Amaral

PREFÁCIO
Fernando Taveira da Fonseca

(Página deixada propositadamente em branco)



Os livros em sua ordem

PARA A
HISTÓRIA DA
BIBLIOTECA
GERAL DA
UNIVERSIDADE
(ANTES DE
1513-2013)

COORDENAÇÃO:

A. E. Maia do Amaral

PREFÁCIO

Fernando Taveira da Fonseca

A. E. Maia do Amaral

Maria José Otão da Silva Pereira

Maria de Fátima Bogalho

Carla Ferreira

João Pedro Cardoso Gomes da Costa

Pedro Miguel Ferrão

Título: Os Livros em sua ordem: Para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)

Coordenação: A. E. Maia do Amaral

Textos: Fernando Taveira da Fonseca | A. E. Maia do Amaral | Maria José Otão da Silva Pereira | Maria de Fátima Bogalho | Carla Ferreira | Pedro Miguel Ferrão | João Pedro Cardoso Gomes da Costa

Índices: Cláudia Filipe

Desenhos: José Luís Madeira

Fotografias: Paulo Mendes | João Armando Ribeiro | José Alberto Mateus | Luís Garção Nunes | João Lobo | António Barros | Sérgio Brito
Luísa Oliveira | José Pessoa | Varela Pècurto

Colaborações: Alexandre Ramires (cedência de imagem) | Museu Nacional de Machado de Castro (cedência de imagens) | Biblioteca Nacional de Portugal (cedência de imagens) | Arquivo da Universidade de Coimbra (cedência de imagens) | Arquivo Municipal de Lisboa (cedência de imagens) | António Ramires (cedência de imagem) | Nuno da Mota Veiga (cedência de imagem) | Museu Académico da Universidade de Coimbra (cedência de imagem) | Henrique Barreto Nunes (cedência de imagem) | Carlos Fiolhais (cedência de imagem) | António Ferro (cedência de imagem) | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra | António Pacheco/MNMC | João Pocinho/MNMC | Nuno Diogo Amaral

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra | Email: imprensa@uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc |
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Direção de Imagem: António Barros

Infografia: Carlos Costa

Impressão e acabamento: NSG - Novas Soluções Gráficas

ISBN: 978-989-26-0893-8 | *ISBN Digital:* 978-989-26-0894-5

DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0894-5>

Depósito legal: 385117/14

© Dezembro 2014, Imprensa da Universidade de Coimbra

«... que mandasse fazer
as cadeias para os livros da
Livraria do Estudo, para que os
ditos **livros** estejam **em sua**
ordem para estudarem por eles»

Excerto de Ata de 12 de fevereiro de 1513
(PT/AUC/*Livro 1 dos Livros da Universidade de Lisboa de 1506 a 1526*/
Tomo 1, fl. 118. Cota AUC: IV-1.ªD-1-1-1)



Sumário

Prefácio

Fernando Taveira da Fonseca

9

Nota de Abertura

A. E. Maia do Amaral

11

Antes de 1513:

passado envolto em sombras

Anexo: Primeira referência documental à biblioteca da universidade (12 fev. 1513)

13

1513–1537:

uma biblioteca térrea e húmida, em Alfama

19

1537–1559:

o tempo dos «guardas da livraria»

Anexo: Estatutos do Colégio de S. Pedro na parte que se refere à biblioteca (cerca de 1551)

23

1559–1595:

uma instituição que se vai sedimentando em sucessivos Estatutos

33

1595–1616:

as mais antigas marcas bibliográficas de uma biblioteca portuguesa

39

1616–1716:

cem anos «negros» com os livros desencadeados

45

1716–1728:

constrói-se a mais bela biblioteca universitária do mundo

51

1728–1772:

quase cinquenta anos de indefinições

59

1772–1800:

finalmente, o tempo dos «Bibliotecários»

Anexo: Carta de Nomeação de António Ribeiro dos Santos para Bibliotecário (9 out. 1777)

67

1800–1834:

da normalidade possível até à Guerra Civil

77

OS LIVROS EM SUA ORDEM

1834–1849:

o peso insuportável das livrarias dos conventos

83

1849–1872:

o longo consulado de Bernardo de Serpa Pimentel

89

1872–1910:

dos catálogos em livro aos catálogos em «macetes»

99

1910–1942:

à espera de novas instalações

113

1942–1962:

novo edifício, novas tecnologias

Anexo: Programa para a transformação do edifício da Faculdade de Letras em Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (12 mar. 1942)

129

1962–1974:

a «escola» de Jorge Peixoto

147

1974–1987:

preparando a informatização da(s) biblioteca(s) da Universidade

Anexo: Automatização dos serviços ligados à informação científico-técnica em geral (1974)

161

1987–1996:

desafios para Aníbal Pinto de Castro

171

1996– :

em direção ao futuro

177

Bibliografia citada

187

Lista de dirigentes

199

Créditos das imagens

201

Índice de nomes

205

Prefácio

Fernando Taveira da Fonseca

A 8 de Junho de 1716, Nuno da Silva Teles, alguns meses depois de ter tomado posse como reitor da universidade de Coimbra, escrevia ao rei D. João V, lamentando-se de que os seus antecessores no cargo, que haviam mostrado grande zelo «assim na reedificação das escolas e casa dos Reitores como no acrescentamento de todos os lentes e officiaes», não tivessem igualmente cumprido (inferia ele que apenas por falta de tempo), as obrigações estatutárias no que dizia respeito à biblioteca «a qual, devendo corresponder à magnificência com que se fizeram todas as ditas obras, era tão pouco volumosa e de tal qualidade que por hum e outro motivo merecia a pouca estimação que della se fazia». Apontava ainda que se proporcionava, nessa altura, a ocasião de remir a universidade «da injuria que padecia entre os Estrangeiros e Nacionaes que a hião ver por lhes não mostrarem a Livraria por que logo preguntavão como parte principal que nella devia de haver». Esta conceção da biblioteca como «parte principal» da universidade não era apenas uma consideração de circunstância: teve consequências práticas imediatas na aquisição de um importante acervo bibliográfico e na construção da magnífica *casa da livraria*. Aliás, as palavras do Reitor podem ter uma leitura ambivalente, apontando para esta dupla dimensão, ao referirem que a biblioteca, «pouco volumosa», deveria «corresponder à magnificência com que se fizeram todas as [...] obras».

Será desnecessário encarecer a centralidade da biblioteca — hoje como então — numa instituição universitária que é, por sua própria natureza, dispensadora de conhecimentos em diversas áreas do saber, conforme os tempos e as circunstâncias: para a biblioteca confluem as criações do espírito humano nas Letras e nas Ciências, não apenas para aí ficarem custodiadas, mas sobretudo para dela poderem extravasar em manancial abundante e generoso capaz de alimentar e dessedentar outros espíritos. E seja qual for o suporte material utilizado — por muito que se reivindique

o carácter etéreo das bibliotecas virtuais, elas necessitam de um corpo bem definido e localizado e, como todos os outros corpos, perecível — o que permanece como essência da biblioteca é este processo de recolher, guardar, ordenar e disponibilizar, implicando não apenas espaços adequados mas sobretudo a ação humana diligente e inteligente. Talvez nunca como hoje tenha sido tão atual o aforismo de Terenciano Mauro - *pro captu lectoris habent sua fata libelli* - significando que o destino dos livros está indissociavelmente ligado ao uso que deles fazemos, ao cuidado que lhes dedicamos, à curiosidade intelectual que os transforma em elementos indispensáveis de todo o progresso humano. E se não há hiato nem solução de continuidade neste percurso milenar, ganha redobrado sentido a tarefa de perscrutar e estabelecer marcos de memória, tão longe quanto os vestígios deixados o permitam, reconstituindo lugares, identificando atores, analisando procedimentos. Não somos se não nos lembramos do que fomos.

Com «*Os livros em sua ordem*» dá-se um passo feliz e significativo nesta senda indagadora que é simultaneamente prospetiva, no caso vertente focando a atenção na universidade portuguesa, primeiro em Lisboa, depois, e sobretudo, em Coimbra. Obra solidamente alicerçada em testemunhos documentais e em estudos de referência, alguns deles clássicos, quiseram os seus autores organizá-la seguindo o fio do tempo — um tempo longo que engloba cinco séculos — colocando balizas que os textos normativos, as vicissitudes por que passou a mesma universidade, as decisões pontuais ou a influência decisiva de algumas personalidades claramente definem. Mas à volta dessa linha contínua encadeiam-se temas e problemas, numa teia polícroma a que não faltam a análise crítica de opiniões divergentes, leituras e interpretações novas ou o juízo valorativo acerca de tempos e personagens.

Um dos assuntos recorrentes ao longo deste trabalho diz respeito à coleção, com notícias diversas que nos dão conta dos quantitativos, das verbas afetas à aquisição de livros, de ofertas e aquisições

em concreto, das disposições legais suscetíveis de a ampliar, mas sobretudo dos modos de organização e classificação: notícias que simultaneamente revelam a dimensão da biblioteca e o cuidado, vário no tempo, de enriquecê-la. E que situam historicamente um problema ainda hoje atual como é o do equilíbrio entre a função custodial da biblioteca e a missão que lhe cabe de patentear os seus tesouros a quantos deles queiram fruir.

Problemática que se articula com a dos espaços — o saber, na realidade, ocupa lugar — muitas vezes apenas adivinhados (como o da referência primeira e longínqua que marca o início desta narrativa), mas progressivamente mais definidos. A incontornável e ampla referência à edificação setecentista — o diadema que coroa a frente da cidade — tem seguimento na consideração, também pormenorizada, do processo longo de renovação que se operou ao longo de várias décadas do século XX e que nos deu a biblioteca na sua configuração atual. Uma e outra destas dimensões têm como corolário indispensável, a que já se aludiu, o problema da acessibilidade (aos espaços e às espécies bibliográficas), a postular continuamente novas soluções e suscetível de redefinir o próprio conceito de biblioteca e da sua função — na incerta dialética entre preservar e patentear — a exigir, para além de uma profunda reflexão teórica, a mobilização de recursos que ultrapassam, como bem se assinala, a singularidade de uma biblioteca e estão para além da mera utilização de novos meios tecnológicos.

Importa assinalar, contudo, que este valioso contributo «para a História da Biblioteca Geral da Universidade» é, mais que tudo, uma história de pessoas e de personalidades, desde os quadros de pessoal que, em momentos muitos distintos, constituíam a base indispensável para o seu funcionamento até às individualidades que, no exercício de funções de direção ou coordenação, deixaram pegada indelével e marcaram etapas de progresso. É larga, no tempo e nas referências, a galeria das personalidades que assim se distinguiram. Este estudo torna-se, deste modo, um tributo, um testemunho de reconhecimento, fixando uma outra memória na qual acontecimentos e afetos se entrecem.

Sente-se, nesta história, discreta mas nítida, a presença dos narradores: o que chega até nós é um olhar a partir de dentro, das problemáticas que dia a dia os interpelam, da paixão que os liga ao trabalho que desenvolvem, projetada na leitura que fazem do passado e das personagens do seu enredo. Ao contarem a biblioteca, contam-se a si próprios: e esta perspetiva quase confidencial torna aliciante a leitura deste texto.



Nota de abertura

A. E. Maia do Amaral



Este livro pouco valerá pela novidade. Não é obra nem de investigadores de história nem para investigadores de história. Produzido em coletivo, resulta de uma convivência de cerca de dois anos com documentação conhecida e já antes disponível sobre a história da Biblioteca da Universidade de Coimbra. É como se ele próprio fosse uma biblioteca: repositório de informações e ponto da situação, plataforma possível para novos voos.

À partida, a periodização encontrada para os seus capítulos pode parecer estranha. As datas que usámos são as que julgámos mais importantes na história da Biblioteca, por variados motivos: mudança de regulamentos, posse de diretores mais marcantes, mudança de instalações, etc.

Para simplificar ao máximo a leitura, traduzimos ou transcrevemos para português atual todas as citações inseridas no texto e os documentos dos *Anexos*. Nas notas, que apenas interessarão aos mais “eruditos e curiosos” (como se dizia no século 18), quisemos manter o sabor de cada época e adotámos, portanto, a ortografia do original impresso ou critérios de transcrição “paleográfica”.

Tentámos também não sobrecarregar o texto com títulos honoríficos (*v.g.* “Prof. Doutor”), que nada distinguiriam porque aplicáveis

à maior parte das pessoas referidas. Exceto em citações que o usam, este tratamento foi tendencialmente dispensado.

Para não pesarem nas notas, apenas incluímos referências a documentos originais de Arquivo (indicadas como Entidade/Fundo/Série ou coleção/peça) se foram claramente localizados ou efetivamente consultados. Os nomes de arquivos portugueses foram precedidas da sigla PT (código ISO para os nomes de países), conforme recomendado pelas ISAD(G).

Nas referências bibliográficas, usámos (com adaptações) as NP-405.

Cumpre-nos, por fim, em nome da Direção da Biblioteca, exarar dois agradecimentos: o primeiro destina-se ao Doutor Fernando Taveira da Fonseca, para sublinhar a disponibilidade e inextinguível cortesia (pessoal e académica) com que respondeu às nossas muitas solicitações. O segundo agradecimento dirige-se à Fundação Eng^o António de Almeida, na pessoa do seu Presidente, Doutor Fernando de Aguiar Branco. A impressão deste livro só foi possível graças ao seu patrocínio pronto, generoso e incondicional. Era já muito o que à Fundação e ao seu egrégio Presidente deviam as causas dos livros e da cultura; com mais este gesto de amparo, a dívida da *Alma Mater* para com a benemérita instituição fica ainda maior e mais difícil de saldar.

OS LIVROS EM SUA ORDEM



1

Capiteis que pertenceram aos *Estudos* mandados construir em Coimbra por D. Dinis, a partir de 1308, segundo António de Vasconcelos

«... na dita livraria nas *Escolas velhas*»

(*Termo de entrega dos livros*, 17 fev. 1513)

Antes de 1513: passado envolto em sombras

O primórdios do funcionamento e a própria data da criação da biblioteca são obscuros. O edifício da universidade, em Coimbra, construído de raiz e com manifesto cuidado (como atestam os capiteis conservados no Museu Nacional de Machado de Castro) pelo rei-fundador D. Dinis, bem podia ter previsto um espaço para biblioteca, como aconteceu noutros edifícios-sede de universidades, como a *Divinity School*, em Cambridge (obra ca. 1351-ca. 1400) ou de colégios universitários, como o *Merton College* (fundado em 1262), em Oxford.

Esse edifício dionisino dos *Estudos* (como então se chamava à universidade), considerado a «primeira sede universitária (digna desse nome) construída de raiz na Península Ibérica»¹, ficava no local exato onde hoje se ergue o edifício da Biblioteca Geral. Trata-se de uma extraordinária coincidência, que ainda se tornaria mais notável se pudesse provar-se que ali existiu, depois de 1308, uma biblioteca. Seria sugestivo, mas fica por provar que, depois de ter viajado várias vezes entre Coimbra e Lisboa, a principal biblioteca da Universidade de Coimbra tivesse regressado ao local da sua origem, há sete séculos.

O PRIMEIRO DOCUMENTO ESCRITO

A mais antiga referência documental à biblioteca pertence a uma época em que a universidade estava sediada em Lisboa, antes da transferência definitiva para Coimbra: é uma *Ata* de 1513 (ver imagem e transcrição, a seguir) sobre a necessidade de fazer um cano para «lançar água fora» da Livraria e evitar infiltrações, o que quer dizer que não só existia, como talvez fosse tão velha como o próprio edifício onde estava instalada. Tendo considerado este documento como o ponto de partida para marcar a data das

comemorações, é por isso que temos dito que a Biblioteca celebrou no ano de 2013 os seus quinhentos anos, «pelo menos». Tentaremos agora justificar melhor esta convicção.

Podemos encontrar indicações indiretas da existência de uma biblioteca muito antes de 1513. Quase indispensável num contexto de ensino fundado em «textos», trata-se, como atrás dissemos, de um equipamento comum noutras universidades peninsulares e europeias, que também se tinha previsto nos colégios cuja criação conhecemos, anexos à universidade de Lisboa-Coimbra e que, finalmente, outra documentação atesta, para além de qualquer dúvida.

Como fosse essa biblioteca, pode deduzir-se de paralelos europeus, mas também da organização de bibliotecas privadas, instituídas junto da própria universidade portuguesa: todos os instrumentos legais que conhecemos de criação de colégios universitários (instituições onde os estudantes viviam em comum) preveem a instalação de uma «livraria», nome que então se dava à biblioteca. Assim acontece na autorização concedida pelo rei, em 28 de março de 1383, para D. Afonso Correia, bispo da Guarda, poder aplicar umas rendas na criação de um colégio para 12 escolares pobres². Mais tarde, em 9 de dezembro de 1447, o lente em *utroque iure* Diogo Afonso Manganha, institui também no seu testamento a criação de um colégio para «dez escolares pobres de todo»³ a instalar na sua casa, junto à igreja de S. Jorge, em Lisboa, e onde os seus livros «se pusessem em uma livraria por cadeias, dentro nas ditas casas»⁴, que doa com esse objetivo. A ideia do colégio de Manganha está em consonância com as propostas do Infante D. Pedro, o *das sete partidas*, de quem foi amigo e colaborador. Infelizmente, de

2 Cf. SA 1968, do c. 370, p. 111.

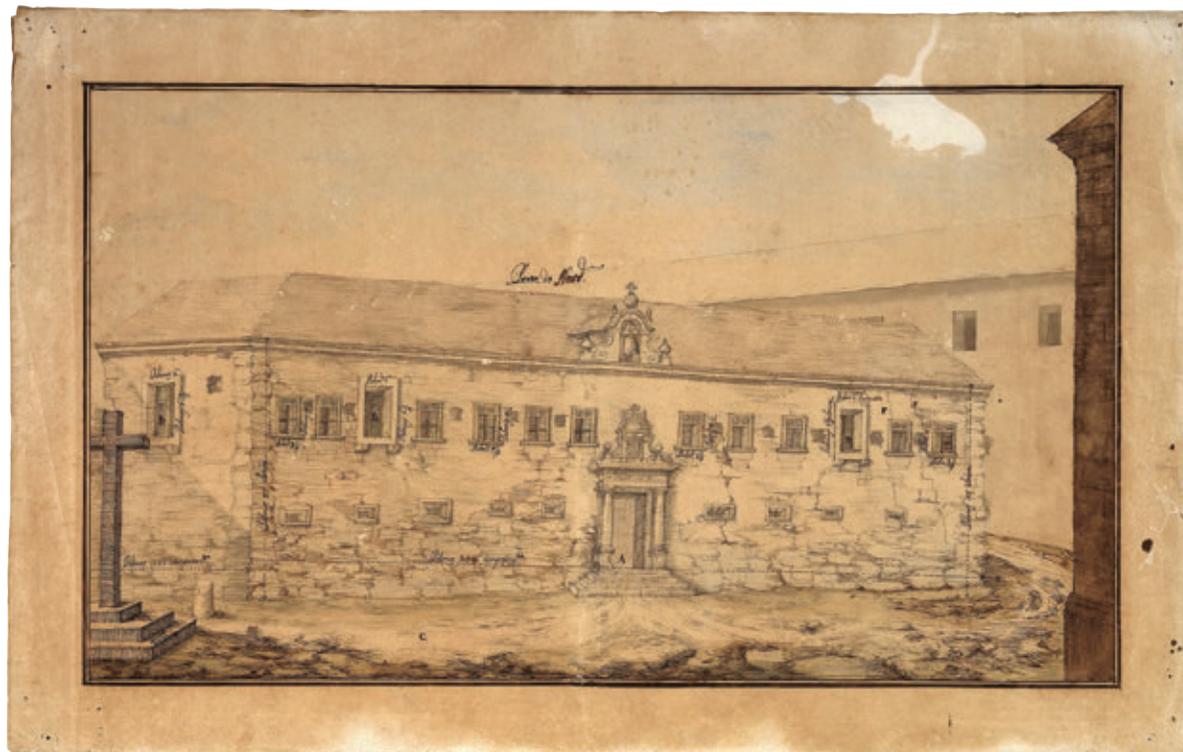
3 Documento publicado integralmente por SÁ 1972, doc. 1413, p. 46-49. Um instrumento coevo, de 6 ou 7 de janeiro de 1448 (já era falecido o instituidor), onde este curioso testamento se transcreve, conserva-se no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) e foi comentado por BRANDÃO 1937a, p. 142-146.

4 RIBEIRO 1811, p. 260.

1 LOBO 2010, p. 218.

2

Depois do terramoto de 1755, tudo o que restava do primeiro edifício dos *Estudos*, em Coimbra, era o danificado Colégio de S. Paulo. Perspetiva da fachada norte, desenho assinado por Giacomo Azzolini



quantos e quais fossem esses livros deixados pelo lente jurista não ficou lista no testamento, não se podendo hoje avaliar se o pecúlio bibliográfico quatrocentista doado ao colégio pelo seu instituidor era bem ou mal provido.

TINHA MAIS DE SETENTA LIVROS, EM 1503

Num documento posterior sobre a biblioteca da universidade, referem-se «setenta [espaço]⁵ livros de toda ciência que estavam na dita livraria⁶ nas Escolas velhas»⁷, o que só pode referir-se a

5 Espaço em branco. Muitos autores têm visto neste espaço deixado intencionalmente em branco no documento a possibilidade de, verificado posteriormente o inventário, se poder vir a escrever setenta e qualquer coisa, pelo que «setenta» será eventual cálculo por defeito.

6 Aqui foi riscado «que mudo...». É muito tentador imaginar que, se a frase tivesse continuado, poderíamos ter aqui notícia da mudança da própria Livraria, acompanhando a transferência da universidade da sede henriquina para a manuelina, acontecimento que se tinha dado apenas 10 anos antes e que seria, por conseguinte, ainda facilmente lembrado por todos os intervenientes neste documento.

7 De 17 de fevereiro de 1513 (PT/AUC/*Livro I dos Livros da Universidade de Lisboa de 1506 a 1526*/Tomo 1, fl. 119vº. Cota AUC: IV-1.ºD-1-1-1). Transcrito por SA 1973, doc. 348, p. 254.

uma biblioteca (modesta) existente no velho edifício henriquino, em Alfama, junto às muralhas do castelo de São Jorge, na antiga freguesia de São Tomé. O documento é conhecido desde 1914, mas apenas recentemente se concluiu, com acerto⁸, que essas palavras demonstram que «já existia uma biblioteca ou livraria, mais ou menos formal, no edifício antigo da universidade henriquina»⁹, algures entre 1431 e 1503. Para lá podem ter ido os livros de Mangancha, depois de extinto o seu colégio¹⁰ e de todos os seus pertences terem sido integrados no património universitário.

Sendo certo que a biblioteca existia, não pode deixar de causar alguma estranheza não se referir tal equipamento nos *Estatutos* ditos «manuelinos» (cerca de 1503), como já notara Aníbal Pinto de

8 Tanto A. Filipe Pimentel (PIMENTEL 2005, p. 456 e nota 1286) como Rui Lobo (LOBO 2010, p. 177).

9 LOBO, Rui — *Livraria da antiga universidade de Lisboa* [Em linha]. Mensagem para A. E. Maia do Amaral. Recebida em 15 out. 2010. Comunicação pessoal.

10 «O colégio chegou mesmo a funcionar (...) mas poucos anos volvidos, em 1459, estava já inativo, tendo ficado a Universidade com as casas» (LOBO 2010, p. 186). Com as casas e, dizemos nós, com os livros porque foram incorporados na universidade «todos os bens que o dito Mangancha deixou ao seu Collegio» (FIGUEIROA 1937, p. 35). Ver MEMORIA 2003, p. 127.

Castro, antigo diretor da Biblioteca Geral (1987–2004), que vinha preparando uma história da mesma ¹¹.

A partir de 1503, a biblioteca de setenta e tal volumes transitou para a nova morada que a universidade obtém do rei, um complexo de edifícios também situado em Alfama e conhecido como *Escolas Gerais*¹²: não só porque vai ser mencionada na *Ata* de 1513, mal instalada e a meter água, mas também porque só existindo uma biblioteca se justificará a doação, em 1508 ou antes, de:

*«cinquenta e oito volumes de livros de Teologia, Cânones e Leis e Artes que deixou o Licenciado Diogo Lopes por sua morte ao dito Estudo, todos encadernados»*¹³

Que a biblioteca funcionava, fica patente na preocupação manifestada pelo reitor em que os 58 livros doados pelo canonista Diogo Lopes, e «todos encadernados» como diz o documento, se mandem também rapidamente pôr em «cadeias (...) para estudarem por eles» ¹⁴. Porque a normalidade de uma biblioteca era, então, a do livro «catenatus», isto é, acorrentado a uma estante dotada de uma bancada de leitura: «sejam postos por bancas e presos por cadeias, como pertence à livraria», já dizia um documento português de 1462 ¹⁵. Nas bibliotecas universitárias, o «catenatus» (**Figura 3**) garantia não só a segurança das espécies bibliográficas como a desejável manutenção da boa ordem das estantes: «... os ditos livros (...) em sua ordem para estudarem por eles», lá diz o documento «fundador», a seguir transcrito.



3

Incunábulo com encadernação moderna, simulando um *catenatus* ou livro encadeado (BGUC V.T.-20-9-2)

¹¹ «... que bem poderá intitular-se *Os livros e as livrarias na Universidade de Coimbra*» (CASTRO 1993a, p. 140). Sobre este manuscrito, cujo paradeiro ignoramos, só podemos garantir que não chegou a publicar-se.

¹² Trata-se originalmente do paço do Infante D. Henrique, doado por D. Manuel, a que a universidade e o rei acrescentaram, por compra, vários edifícios contíguos, para alojar condignamente os *Estudos*. Sobre as *Escolas Gerais* de D. Manuel, ver LOBO 2010, p. 171-182.

¹³ Termo de entrega dos livros, de 17 de fevereiro de 1513, publicado por SÁ 1973, doc. 348, p. 254. Diogo Lopes faleceu em 1508 (cf. CARVALHO 1914, p. 398).

¹⁴ 1513, fev. 12. Ata incompleta e riscada do Conselho, que determinava a Fernão d'Afonso, recebedor do Estudo, mandar fazer um cano para escoamento de águas da Livraria e cadeias para prender os livros. (PT/AUC/*Livro 1 dos Livros da Universidade de Lisboa de 1506 a 1526*/Tomo 1, fl. 118). Transcrito em Anexo a este capítulo, na página 17.

¹⁵ Testamento de D. Fernando da Guerra (14 jan. 1462), citado por COSTA 1956, p. 13 e estudado por MARQUES 1979. Mais exemplos podem encontrar-se em PEIXOTO 1959, nota 21.

Anexo

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 1513, nas Escolas Gerais do Estudo de Lisboa, em Conselho, estando aí o muito honrado doutor João Alves, cavaleiro da Casa d'el Rei Nosso Senhor, e do seu Desembargo, etc. Reitor do dito Estudo, Lentes e Conselheiros e Deputados dele, todos juntos para sua ordenança ^[1], pelo ^[2] dito senhor Reitor foi logo dito a Fernão d'Afonso, Recebedor do dito Estudo, que mandasse fazer o cano da Livraria para lançar água fora e assim lhe disse que mandasse fazer as cadeias para os livros da Livraria do Estudo, para que os ditos livros estejam em sua ordem para estudarem por eles, e o dito Fernão d'Afonso disse que não ^[3] lhe mandassem fazer ^[4] obra al-

guma, porque lhe tinham defeso ^[5] que não fizesse obras, e pelo Reitor lhe foi mandado que fizesse a dita obra, e pelo dito Fernão d'Afonso foi dito que bem o poderiam mandar penhorar e prender e que ele não havia de fazer coisa alguma, por mais penas que lhe pusessem, e vendo o dito senhor Reitor a contumácia, lhe mandou que para segunda feira, que serão 14 dias do dito mês, ele trouxesse a chave da dita Livraria para se fazer inventário dos livros que se acharem na dita Livraria, e or-^[4]denou logo o dito Conselho ao bacharel Fernão Gonçalves e ao Bedel para fazerem o dito inventário, e o dito Recebedor veio logo oferecer a chave da dita Livraria. Foi riscado este acordo, porque adiante vai mais declarado.

[1] i.é, governo

[2] «fom»? , riscado

[3] «avi»? , riscado

[4] espaço em branco

[5] i.é, proibido

PRIMEIRA REFERÊNCIA DOCUMENTAL A UMA BIBLIOTECA NA UNIVERSIDADE (12 FEV. 1513)

(PT/AUC/*Livro 1 dos Livros da Universidade de Lisboa de 1506 a 1526*/Tomo 1, fl. 118. Cota AUC: IV-1.^aD-1-1-1. Leitura de A. E. Maia do Amaral)

2 rinqm parte de alba de antiguo e no pime
 na parte hu obra de mte de nro de bnficio .f.
 sobre o titulo de suas foz laticia laticia Epoz
 usq ad titulu de officio ep Juy
 2 sua mella de foz mte mte sobre
 mte parte de de mte mte mte
 de pome
 2 foz parte de parte chimo .f. de portarios
 2 outra laticia de balgo sobre mte mte
 mte mte mte
 2 duas bo laticia de laticia sobre mte

«sete volumes de Bártolo antigo, cinco de pena e dois de forma»

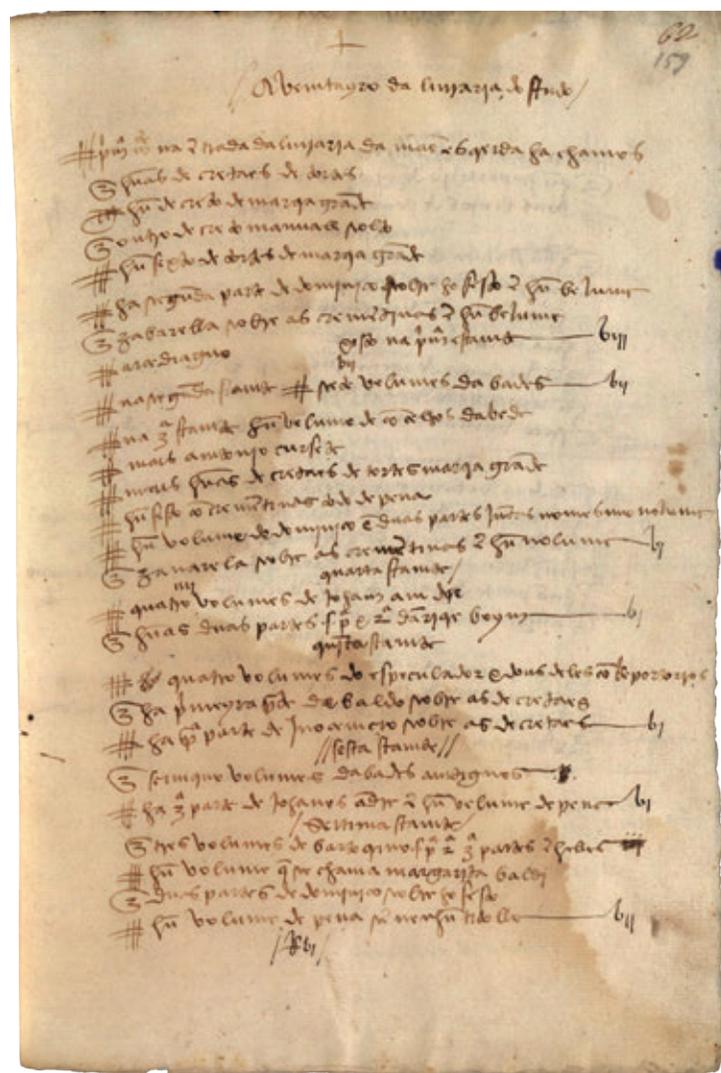
(Nicolau Lopes, *Inventário da Livraria do Estudo*, 8 jun. 1536)

1513–1537: uma biblioteca térrea e húmida, em Alfama

Este período, que corresponde à última localização lisboeta da universidade, antes da transferência para Coimbra, já existem mais documentos relativos à administração da biblioteca. Estaria num espaço térreo do complexo edificado por D. Manuel «em forma e disposição de Escolas Gerais»¹, e não seria biblioteca luxuosa, embelezada com pinturas, como acontecia nas *Escuelas Mayores* de Salamanca (1479), mas apenas utilitária e provida de cento e poucos volumes². Como diz Rui Lobo, que estudou profundamente a arquitetura das instalações universitárias, a biblioteca era «térrea, mal construída e afetada pela humidade»³. Depois da obra do cano, pedida em 1513 (e que o Recebedor se recusou terminantemente a fazer), o Conselho da Universidade não terá deixado de fazer a obra, mas logo em 1525⁴, o mesmo Conselho pedia para se lajear o chão por trás da biblioteca, para que as águas não se infiltrassem nas paredes e, em 1530, ordenava que:

«a parede da livraria se faça de maneira que fique segura para sempre...»⁵

Meras obras de reparação e que, claramente, parecem nunca ter resolvido a precária instalação dos livros universitários, em Lisboa.



1 RODRIGUES 1991, p. 29.

2 Parece-nos possível que o conhecido número de 128 esteja calculado por defeito na documentação disponível. Ver Nota 5 da p.14. Mesmo assim, não podem comparar-se com os 1 070 volumes que já tinha a universidade de Alcalá de Henares, em 1512 (cf. GÁLLEGO RUBIO 2007, p. 24, col. 2), nem com os 500-600 volumes existentes em Cambridge, em 1530 (cf. PIMENTEL 2005, nota 1287, p. 487). Por números semelhantes oscilariam as melhores bibliotecas particulares portuguesas: por volta de 1541, teria cerca de 500 o feliz possuidor da biblioteca cujo «rol» parcial foi descoberto e publicado por José de Abreu Barbosa (cf. BARBOSA 1990).

3 LOBO 2010, p. 178.

4 Documento de 9 de setembro de 1525, transcrito por SÁ 1975, doc. 903, p. 336-337.

5 Documento de 30 de julho de 1530, transcrito por CARVALHO 1914, p. 536.



1536⁷, arrola 151 volumes, nele se descrevendo uma biblioteca que ocupa uma sala com 24 estantes, «12 a cada lado de um corredor central, certamente perpendiculares ao comprimento da biblioteca e intercaladas por janelas, como era canônico na época»⁸ (Figura 7). Começa assim o documento:

«Primeiramente, na entrada da livraria, da mão esquerda, achamos (...) na segunda estante (...) na 3ª estante...»

As «estantes» aqui referidas seriam meras prateleiras, pois levavam só seis ou sete volumes cada uma. A citação que encabeça este capítulo parece-nos exemplar do peso que nessa *Livraria* ainda teriam⁹ os volumes «de pena» (manuscritos) em relação aos «de forma» (impressos), dezenas de anos depois da invenção de Gutenberg. No entanto, a insuficiência das descrições não nos permite saber quantos desses manuscritos seriam verdadeiros livros e quantos apostilas universitárias.

O que ainda se não fez para qualquer dos dois documentos foi tentar identificar os livros inventariados não em abstrato (apenas para se perceber o tipo de ensino praticado) mas no concreto das existências atuais da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Ainda lá se conservam muitos? Ou apenas alguns deles? Se algumas das descrições do inventário de 1536 são demasiado imprecisas («seis volumes em esta estante, sem sumas nem títulos, *nihil valent*»), outras permitem uma identificação exata. E, com efeito, não são muitos os que lá se encontram agora, mas um deles é a obra jurídica que se reproduz (Figura 6).

6 Incunábulo mencionado no Inventário de 1536 como «Decreto de marca grande» (BGUC R-69-3)

OS INVENTÁRIOS DE 1532 E DE 1536

Desde 1881 que são conhecidos dois inventários deste período. Qualquer deles, porém, ainda incompletamente estudado: o primeiro deve datar de 1532 ou 1533⁶ e só em parte foi transcrito para os copiadore. Nele se assentaram apenas 18 entradas, que descrevem 36 volumes, deixando página e meia em branco para preencher mais tarde, o que nunca aconteceu (Figura 4). O outro, datado de

INSTALAÇÕES DEFICIENTES SOB RESPONSABILIDADE DO BEDEL

Mas não só as condições de instalação seriam más, também a administração não seria a mais adequada¹⁰. Não se conhecem

7 Intitulado «Aventayro da livraria do studo», realizado pelo bedel Nicolau Lopes e datado de 8 de junho de 1536 (PT/AUC/Tomo II dos Livros da Universidade de Lisboa, de 1526 até 1537/2ª parte do Tomo 2, fl. 62-63v, num. a lápis 159-160v), muitas vezes transcrito. A primeira tentativa, com alguns erros de identificação dos livros, foi feita por Teófilo Braga, em 1892, tendo sido depois estudado por Isaías da Rosa Pereira (PEREIRA 1967). A sua leitura foi revista por Aires A. do Nascimento e aguardava publicação, conforme nos comunicou o investigador, em março de 2014.

8 LOBO 2010, p. 178.

9 Há 33 itens expressamente descritos como manuscritos («de pena» ou «de pergaminho muito velhos»), e 17 que indicam um impressor, mas pode supor-se que seriam impressos todos os outros, que não têm qualquer destas menções. Note-se que a abundância de manuscritos, e alguns tão velhos que nada valem (*nihil valent*), reforça a ideia de uma coleção de origem muito antiga, bem anterior a 1503. Pelo menos, desde a incorporação do espólio de Mangancha, em 1459?

10 A chave parecia ter estado até aí — e indevidamente — na mão do Recebedor da universidade.

6 Jorge Peixoto prefere «cerca de 1530» (PEIXOTO 1959, p. 11 e nota 11). Sobre a datação deste instrumento, ver a argumentação de CARVALHO 1914, p. 444, 446.



7

Disposição das estantes segundo o *Inventário* de 1536, desenho de José Luís Madeira

regulamentos desta época e a figura do «guarda da livraria»¹¹ só veio a ser criada mais tarde, em Coimbra. Se a humidade do edifício preocupava a universidade, a preservação dos livros não parecia causar-lhe tantas preocupações: o pouco caso que se fez do inventário pedido pelo reitor, em 1513¹², a transcrição só parcial do de 1532–1533 no copiador e os 21 livros aos quais se assinala falta de alguma parte (além dos 6 volumes que faltam de todo) no de 1536, mostram bem a falta que fazia um responsável específico

11 E do «cartório», como então se chamava ao arquivo; os dois cargos — de guarda da biblioteca e do arquivo — andaram algum tempo juntos, como juntos andaram os livros de uma com os papéis do outro: em 1532, a «arca do Estudo» (o arquivo dos papéis da universidade) guardava-se na biblioteca, por falta de local próprio, segundo CARVALHO 1914, p. 395. Tendo de lá saído para a mão do Licenciado Deniz Gonçalves, para lá a manda de novo a universidade, em 1534, «por se achar por e(n) formação q(ue) [a arca] esteve se(m)pre na dita liuraria» (CARVALHO 1914, p. 395, 488).

12 O inventário pedido na questão com o Recebedor Fernando Afonso, se chegou a fazer-se, não se conservou nem se transcreveu nos copiadores.

pelos fundos bibliográficos. A biblioteca do *Estudo* estaria, então, aos cuidados do ocupadíssimo Bedel.

Para resolver os problemas persistentes do edifício, em 5 de março de 1535, Gonçalo Vaz, Francisco Gentil e mestre Gil, em nome da universidade, solicitam a D. João III que se «possa levantar a casa da livraria e sobradar, porquanto estando térrea da maneira que está, se danifica a livraria com a humidade»¹³. Num período em que a universidade já devia reear a iminente transferência para Coimbra, como na mente do rei estava já determinado, entende A. Filipe Pimentel que a obra não se fez¹⁴, enquanto J. M. Teixeira de Carvalho acreditava que sim¹⁵ e que o inventário de 1536 traduzia exatamente o resultado desse arranjo. Note-se

13 SA 1979, doc. 1307, p. 267-269.

14 Cf. PIMENTEL 2005, p. 456. A este propósito, Rui Lobo mantém reservas: «Não é claro e seguro que se tenha realizado» (LOBO 2010, p. 178).

15 «Far-se-ia a obra? Parece-nos que sim...» (CARVALHO 1914, p. 539).



8

Pormenor do edifício com o número 23 na panorâmica de Lisboa de Georg Braun (edição de 1598 ou 1599) a que corresponde a legenda «*Scholae generales ubi antiq(u)it(us) Scientie profitaba(n)t(ur) nunc sunt Conimbrie*»

que a notícia da transferência iminente não parece ter paralizado a universidade: ainda nesse ano, avançou uma remodelação da capela universitária (tetos, azulejos e altar), construiu-se um telheiro para as montadas dos professores e adquiriu-se um novo relógio ¹⁶. Se a biblioteca se levantou ou não na mesma data, não sabemos, mas não será de todo inverossímil.

O EDIFÍCIO 23 NA PANORÂMICA DE BRÁUNIO

O estado final do conjunto edificado que constituiu o *Estudo Geral* manuelino é representado, anos mais tarde, na panorâmica de

¹⁶ Cf. CARVALHO 1914, p. 534, 536. O relógio também virá na sequência do Conselho de 4 de janeiro de 1538, em que se mandam vir para Coimbra os trastes da universidade (cf. MADAÍL 1949, p. 290, nota 1; BRANDÃO 1937b, doc. CXXXIV, p. 230-231; OLIVEIRA 2010, p. 67 e nota 212).

Lisboa desenhada por Hoefnagel (cerca de 1566–1567) e publicada por Bráunio (1598). Se a *Casa do Bedel*, sobradada (isto é, elevada), se situava a sul do quadrilátero do edifício ali representado, como supõe Rui Lobo, a nova biblioteca, se chegou também a ser «sobradada» como pediu a universidade, pode bem ser o andar superior do corpo a poente, que parece rasgado pelas seis janelas (**Figura 8**), que a disposição das estantes no «inventário» de 1536 nos deixa imaginar. Pelo menos na imagem de Bráunio todo o complexo parece ter dois andares, nenhuma parte do edifício ficou térrea. E a estreita quelha que se vê entre esse bloco e o muro exterior pode bem ser o «chão por trás da Livraria», que se tinha mandado lajear, em 1525.

A meio de 1536, a biblioteca encontrava-se em Lisboa, como se depreende de aí se ter feito o *Inventário*. Seria transferida para Coimbra, como foram transferidos os documentos do cartório, os móveis e alfaías do culto, o sino, o selo de prata e até o famoso relógio, pouco antes comprado e instalado em Alfama.

«os livros de todas as Faculdades postos em estantes, e presos por cadeias...»

(Estatutos da Universidade, Cap. 59, 1559)

1537–1559: o tempo dos «guardas da livraria»

A universidade foi transferida para Coimbra em 1537, mas a biblioteca não veio logo¹. Em comunicação à *Academia Portuguesa de História*, Aníbal Pinto de Castro, disse que: «é de crer que a princípio, ficando a Universidade a funcionar na morada do reitor D. Garcia de Almeida, à Estrela, e depois, parcialmente, em instalações do Mosteiro de Santa Cruz, a livraria não encontrasse de imediato poiso certo e definitivo»². Com efeito, serão pelo menos onze anos que a universidade fica sem poder usar a sua Livraria.

INSTALAÇÃO NO PAÇO E PRIMEIROS INVESTIMENTOS

A biblioteca só pode ter-se começado a instalar depois de 17 de junho de 1541, quando o rei manda tratar das estantes³. Segundo A. Filipe Pimentel, escolheu Diogo de Murça para alojá-la no Paço real, o antigo «guarda-roupa da rainha», adjacente à Sala Grande dos Atos ou Sala dos Capelos (**Figura 9**). As instalações estariam prontas antes de 21 de janeiro de 1545, quando se mandam pagar as chaves:

1 Em carta de 4 de julho de 1541, o rei informa o Prelado universitário de que os livros já tinham ido com o Recebedor Nicolau Leitão, e de que escrevera a Vasco Ribeiro que lhe dê a casa para colocá-los, pedindo-lhe: «& escolhee a q(ue) melhor & mais aucta vos parecer» (Brandão 1938a, doc. CLXXXIII, p. 25-26).

2 CASTRO 1993a, p. 144.

3 «& assi uos [Nicolau Leitão] mando que faças [sic] fazer as estantes que fore(m) necessarias p(e)l(a) ordenança que ho b(is)po Rector disser pera estar a liuraria da uniuersidade na casa dos paços que elle pera isso escolher & a despesa que niso fizesdes mando que uos seJa leuada e(m) conta ...» (BRANDÃO 1938a, doc. CLXXV, p. 17). Pouco depois, a 26 de outubro, em carta ao reitor D. Agostinho Ribeiro, D. João III dizia que «o calçar da Rua & a çisterna & liurarya se faraa como hy ouer dinh(ei)ro» (BRANDÃO 1938a, doc. CCVII, p. 68-69).

«a Martim Ferreira de duas chaves e concertar as duas fechaduras para a livraria»⁴

O estabelecimento definitivo da universidade em Coimbra, com o seu cortejo de novas contratações e uma clara melhoria do nível de ensino, não pode ter deixado de suscitar um renovado interesse pela biblioteca, com compras de nova bibliografia. Em carta de 26 de outubro de 1546, o secretário da universidade, Diogo de Azevedo Coutinho pergunta se Sua Alteza quererá de Lyon (França):

«algum assento com alguns livreiros (...) ou saber o preço da livraria que para a universidade é necessária»⁵

No mesmo quadro das preocupações de D. João III com a universidade e com os livros para ela, se poderá inscrever a proteção real de que gozaram os livreiros nos primeiros tempos de Coimbra:

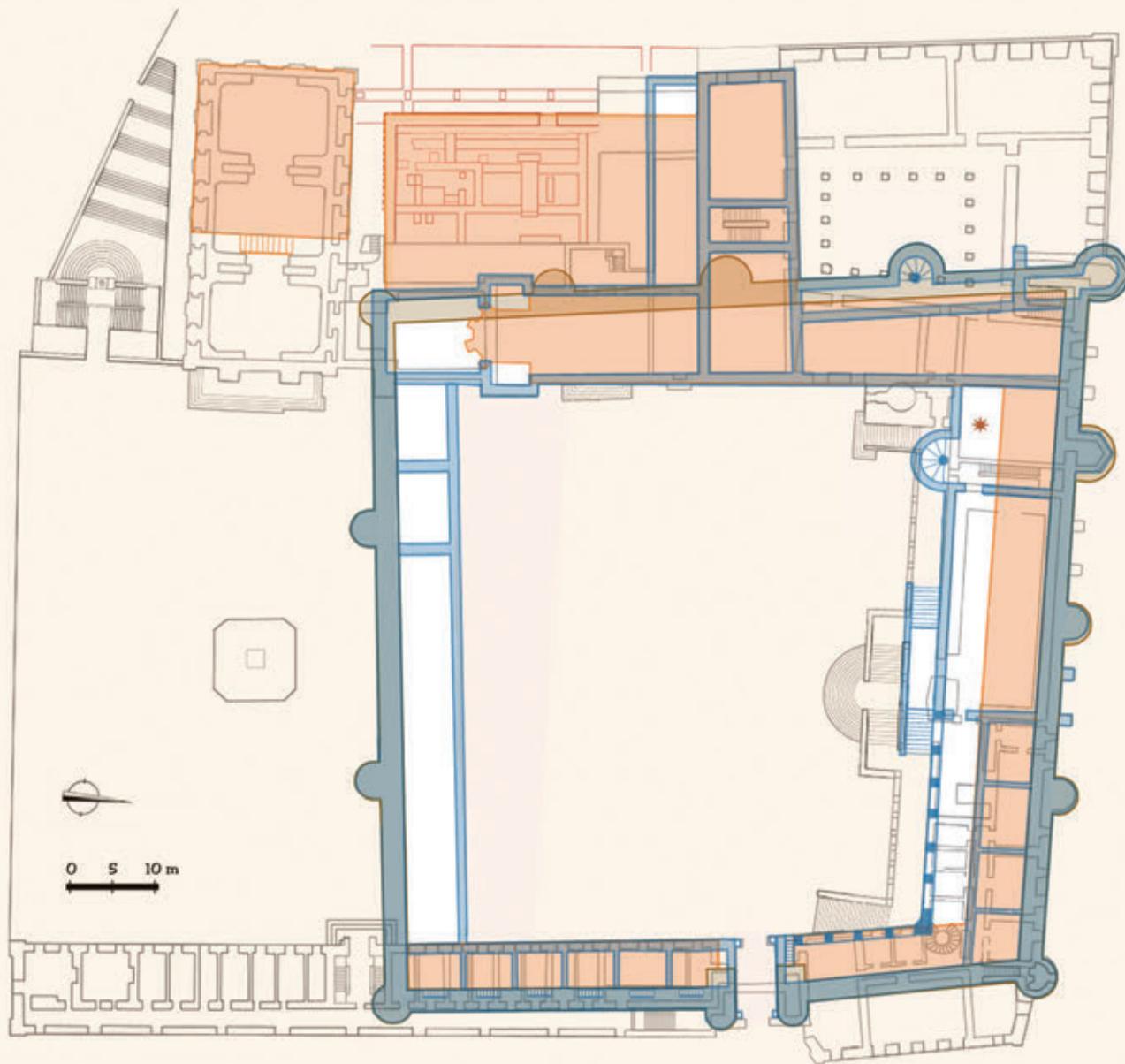
«que os livreiros que na dita cidade tiverem suas tendas com cópia de livros das ciências que se na dita universidade leem, gozem de todos os privilégios e liberdades que têm e de que gozam os estudantes e oficiais da dita universidade»⁶

O enriquecimento da Livraria também se pode ter dado por via dos livros que trouxeram para Coimbra mestres portugueses, como

4 PIMENTEL 2008, p. 456. Certamente, perante o muito que havia que adaptar no edifício, os investimentos na Livraria foram pequenos e espaçados: dez dias depois, a documentação refere um «ferrolho que se co(n)certou velho pera a liurerja» (*idem*, *ibidem*). Mas os varões, fechaduras e correntes dos livros ainda estariam por instalar, em casa do ferreiro, em 1548 (ver Nota 21 p. 28).

5 MADAÍL 1932, p. 177-178.

6 Carta régia dos Privilégios dos Livreiros da Universidade (5 jul. 1539), publicada por BRANDÃO 1937b, p. 155-156.



* Livraria

Paço das Escolas | Coimbra
Planta do 1º Piso

Diogo de Murça⁷, e estrangeiros, como o *romanus* Fábio Arcas de Narnia (ou «Narniensis»), lente de Leis, que, tendo morrido inesperadamente, em 10 de junho de 1554, terá deixado à universidade a sua livraria, «que é muito boa»⁸.

NOMEAÇÃO DE FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA PARA «GUARDA DA LIVRARIA»

Em 1513, como vimos, a chave estava (indevidamente) na mão do Recebedor Fernando Afonso, mas o mais antigo responsável conhecido pela biblioteca será o licenciado Nicolau Lopes, que, como Bedel, se tinha ocupado do inventário feito em Lisboa. E depois dele, Nicolau Leitão, o Recebedor, que a faz transportar de Lisboa, em 1541 (ou antes), entregando-a à universidade só em março de 1547. No entanto, o primeiro responsável formal, com o título de «guarda do cartório e livraria» (isto é, do arquivo e da biblioteca), de que conhecemos nomeação, de 5 de novembro de 1545⁹, foi Fernão Lopes de Castanheda, acabado de chegar da Índia, e que «por diversos motivos, não tomou imediatamente posse»¹⁰. Em 19 de julho de 1547, tomou posse «do ofício da livraria somente»¹¹ (com ordenado de 6 mil reis) tendo jurado «de o servir conforme aos Estatutos»¹². Esta expressão, que é usada em todos os documentos referentes ao cargo de Castanheda, pode dar-nos uma informação muitíssimo relevante: a de que os *Estatutos* da universidade de 1544 (dados como perdidos) já haviam de referir os ofícios dos *Guardas*, tanto do «cartório» como da «livraria» e talvez algumas regras para o seu exercício, pois no Alvará da sua nomeação se diz:

«o qual ofício ele servirá segundo a forma dos Estatutos»¹³. Que o rei possa ter criado e regulamentado os cargos de «guarda do cartório e livraria», em 1544, alterando uma prática anterior, também se deduz da contestação que a universidade lhe fez da novidade de se dar o cargo a «um homem só»¹⁴, em vez dos três que até aí partilhavam as chaves da arca dos documentos (**Figura 10**).

O QUE TALVEZ DISSESSEM OS *ESTATUTOS* (PERDIDOS) DE 1544

Mais tarde, ao requerer aumento de salário (que obteve), Castanheda argumentará que cumpriu as suas obrigações como «guarda da Livraria», em termos que talvez reproduzam «palavra por palavra» as determinações dos *Estatutos* perdidos, como sugeriu Teófilo Braga¹⁵:

«... abrir a porta dela, cada dia duas vezes, e de cada uma delas há de estar aberta duas horas (...) é necessário estar ele presente de cada vez ou ter um homem que olhe por isso, e assim há de ter os livros limpos, para que não envelheçam, e desempoados, para que se não comam do bicho»¹⁶

Se fossem palavras suas, pode estranhar-se que Castanheda argumente assim, na terceira pessoa. Sobre a Livraria, os *Estatutos* de 1544 contemplariam, então, a existência de um guarda, com obrigações de vigilância e de limpeza dos livros e um horário de abertura em dois períodos diários (de duas horas cada). E talvez não dissessem muito mais¹⁷.

7 Detentor de uma notabilíssima livraria privada, também trouxe consigo para Coimbra, do convento da Costa, em Guimarães, a biblioteca do *Estudo* que lá tinha dirigido (cf. SA 1977, p. 13).

8 20 jul. 1554, carta de Diogo de Azevedo Coutinho ao rei, pedindo uma tença para Sebastião Stochamer pelo bom serviço que fizera ao professor Fábio Arcas. (PT/TT/Corpo *chronologico*/Parte I/maço 93, doc. 22. Disponível na *Internet*). Também o reitor se lhe refere em carta ao rei, do mesmo dia: «Ficou do dito doctor hũa livraria muito boa e nella ha alguns livros de leis que ainda não vyerão a esta terra e dizem que são d'importância: parece que estes se deviam de comprar para a livraria da Universidade que nom custarão muito e serão proveitosos...» (MADAÍL 1932, p. 179). Embora se afirme que os livros de Fábio Arcas foram entregues ao Conservador da universidade (CONGRESSO 1987, p. 68), ainda não se encontraram «pertences» seus nos fundos da BGUC, o que pode explicar as reservas que alguns mostram sobre esta incorporação (cf. PIMENTEL 2005, p. 456 e 458).

9 BRANDÃO 1938a, doc. CCCXCII, p. 294.

10 RODRIGUES 1990, p. 56. Talvez por doença, como sugere António de Vasconcelos (cf. VASCONCELOS 1991, p. 11), ou por não estar a biblioteca totalmente instalada, ou por se ter dedicado às «cousas da impressão», de que também teve encargo, pelo menos desde março de 1547 (cf. MADAÍL 1932, p. 172 e nota 2, p. 174).

11 MADAÍL 1932, p. 173.

12 Ata do Conselho de 23 de julho de 1547, transcrita parcialmente por MADAÍL 1932, p. 173 e por VASCONCELOS 1991, p. 49-50.

13 BRANDÃO 1938a, doc. CCCXCII, p. 294. Sublinhado nosso.

14 Ata do Conselho de 19 de julho de 1547, que relata a apresentação de uma Carta régia nomeando Fernão Lopes de Castanheda guarda do Cartório e da Livraria da universidade, transcrita por VASCONCELOS 1991, p. 48-49.

15 A sugestão, que António de Vasconcelos acompanhou, de que o requerimento de Castanheda reproduz determinações dos *Estatutos* perdidos (cf. BRAGA 1895, p. 242-244), não é partilhada por Rocha Madaíl, que julga que «é simples formulário inerente à natureza do acto» (MADAÍL 1932, p. 182) e que nos *Estatutos* não haveria menção da Livraria ou do Cartório, omissão comum a Bolonha, Lovaina e Montpellier.

16 BRANDÃO 1939, doc. DIX, p. 139-141.

17 Não admira que os *Estatutos* de 1544 fossem mais lacónicos do que viriam a ser os de 1559, pois o mesmo acontece nos de Salamanca, entre 1538 e 1561. Dizem Madaíl e Jorge Peixoto, comparando os regimentos portugueses com os espanhóis, que os nossos são bastante mais evoluídos e estruturados do que os de Salamanca (cf. PEIXOTO 1959, p. 21). E o mesmo se verifica em relação a Alcalá de Henares (cf. PEIXOTO 1959, p. 29).





12

Assinatura de Fernão Lopes de Castanheda

DO BOM CARGO QUE CASTANHEDA TERÁ FEITO NA UNIVERSIDADE E NA LIVRARIA

Apesar de as expressões usadas na documentação universitária serem (quase sempre) formais e de circunstância, parece transparecer delas, no caso de Castanheda, um apreço genuíno pela competência e pela seriedade do seu desempenho: por exemplo, na concessão *nemine discrepante* do ofício de Bedel, «por dizerem ser ele muito para o servir e nestes ofícios ser muito diligente» e ter feito à Universidade «serviço aceitado» ou na discordância manifestada pelo corpo académico quanto à posse da única chave do cartório «e isto com não desfazerem no dito Fernão Lopes e em sua honra»¹⁸.

Com real Carta de nomeação também para «guarda do cartório», o cronista Castanheda não desempenhou essas funções porque o arquivo estava nos aposentos do reitor Frei Diogo de Murça (**Figura 11**), que dele não abriu mão por larguíssimos anos. Castanheda veio, contudo, a encarregar-se dos materiais da Imprensa, criada na universidade, a partir de 1546¹⁹. Desta coincidência poderá ter nascido a tradição de, mais tarde, se juntarem na mesma pessoa os cargos de «guarda da Livraria» e de «corretor da Imprensa».

18 Todas as citações nesta frase são da mesma Ata de eleição para Bedel, que diz: «... ser elle muyto p(er) a o serujr e nestes offiços ser muyto dilige(n)te (...) e elle lhe [à *Universidade*] fazia serujço aseitado» (VASCONCELOS 1991, p. 12).

19 Ver FONSECA 2001, p. 7 e sgts.

Que foi mera coincidência com Castanheda (ou compensação que lhe davam pela inacessibilidade do cartório?), prova-se pela nomeação, durante o seu mandato como guarda da livraria, de três outros corretores da Imprensa: Fernão de Oliveira (preso pela Inquisição, em Lisboa), Cristóvão Nunes e Sebastião Stochamer²⁰.

UMA BIBLIOTECA DE LIVROS «ENCADEADOS» (*CATENATI*)

Pelos *Estatutos* de 1544, a biblioteca seria certamente entendida com os seus livros encadeados, com seus varões, fechaduras e correntes, que o serralheiro António Dinis pede que lhe paguem²¹, em 1548. Na falta do texto estatutário, e para saber mais do seu funcionamento, podemos, talvez, socorrer-nos do capítulo *De custodia bibliotece & librorum...* inserto nos *Estatutos* do Colégio conimbricense de São Pedro (cerca de 1551), que adiante transcrevemos e traduzimos do latim. As regras que aí vigoravam, tal como em bibliotecas dos outros colégios universitários, não poderiam ser muito diferentes das da universidade, pois a sua organização era idêntica.

Em Coimbra, pelos *Estatutos* de 1559, viria a ser o guarda do cartório a ter a chave e a responsabilidade conjunta pela biblioteca e pelo arquivo. Mas note-se que, em Évora, quem a abria e fechava²² ainda era o porteiro das Escolas e, depois, o Bedel de Teologia!²³

20 Alvará de 3 de março de 1557. Para Stochamer, o cargo pode ter sido a tal «tença com que se possa manter nesta universidade, pera acabar seu estudo» (BRAGA 1895, p. 154), pedida ao rei por Diogo de Azevedo Coutinho. «Não será conjectura improvável suppor que serviu este lugar de revisor por muitos annos; e a razão que temos de o assim pensar é termos visto em todas as obras do bispo-conde D. João Soares, publicadas desde 1561 até 1574, em casa de António Mariz, prefações latinas de mui elegante e polida composição escriptas por Sebastião Stochamer e todas datadas de Coimbra» (DESLANDES 1888, p. 49). Sobre os seus méritos latinos, basta dizer que reviu e ampliou o *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa...* de Jerónimo Cardoso (1570), de que foi editor.

21 Petição ao Conselho, em 9 de junho, para que lhe paguem os varões, chavetas e cadeias estanhadas «& por haver dous annos que as tinha em casa & se lhe estar perdendo, pidia a mandassem entregar» (BRANDÃO 1951, p. 57).

22 Nos considerados primeiros *Estatutos* (ca. 1559–1563): «Cap. 12: Da Liuraria E do porteyro das escolas. (...) Assi mesmo terá o dito porteyro E guarda cuydado da casa da Liuraria ...» (PEIXOTO 1959, p. 8). O mesmo dirão os segundos *Estatutos*, passando nos terceiros a ser o Bedel.

23 AMOENO 2009, p. 249.

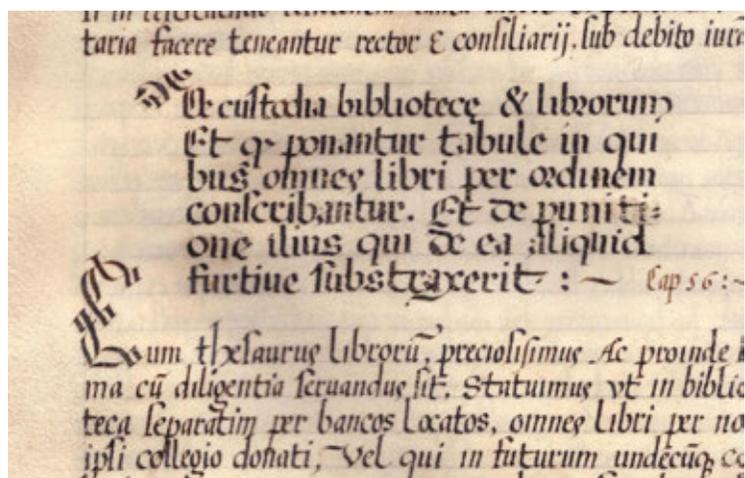
Anexo

Cap. 56 [numeração posterior, de outra mão]

De custodia bibliotece, et librorum et quod ponantur tabule in quibus omnes libri per ordinem conscribantur. Et de punitione illius qui de ea aliquid furtive substraxerit

Cum thesaurus librorum preciosissimus ac proinde summa cum diligentia servandus sit, statuimus ut in bibliotheca separatim per bancos locatos omnes libri per nos ipsi collegio donati, vel qui in futurum undecumque collegio accreverint, ponantur per ordinem singularium facultatum cathenati, et ipsa sera cathenas tenente in singulis banchis singulis seris et clavibus claudantur, quae claves in communi archa de qua constitutione superiore dictum est reponantur. et omni vigilantia conserventur. fiat et tabula in qua omnes libri contenti in quibuslibet voluminibus dextere per actis [sic] per ordinem conscribantur cum eorum principiis et finibus quae et afigantur in dextris in loco commodo. Et alia similis fiat librorum sinistre peractis et pari modo situeatur [situatur] in sinistris nullusque ditorum librorum a bibliotheca distrahi possit, nisi forte pro ipso aptando et ligando nec possit nullo pacto comodari alicui domestico vel extraneo quocumque quesito colore. Quicumque vero talem rem consentire presumpserit modo sit rector modo consiliarii aut quivis alius, in pena periurii incidat ipso facto et nihilominus si liber haberi possit teneatur quamprimum ipsum restituere. Si vero perdictus [sic] fuerit omnes consentientes collegium servare indemne et de suis propriis restituere teneantur donec satisfecerint sint privati victu et emolumentis que eis debentur á cologio [sic]. Dicte vero bibliotece quilibet colegialis possit habere suam clavem ultraquam sit una maior communis quâ omni mane aperiatur et omni vespere claudatur ut sit eis liberum in bibliotheca studendi gratia se recipere vel possint deputare aliquem spetialem in custodiam bibliotece qui certis horis aperiat et eis claudat eam vel prout commodius et securius et[?] cautius videbitur expedire, usque adeo caute providentes quod ipsis libris non possit aliquid sinisterum devenire. Preterea etiam precipimus quod nullus lucernam vel candelam in bibliotecam intromitat. Prohibemus preterea expresse ne extraneum aliquem absque rectoris vel bibliothecarii licentiam [sic], sub pena periurii aliquis in bibliotecam valeat introduci [sinal de letra(s) apagada(s)]. Denique quando bibliotheca fuerit exterius aperta, unus de domo cui rector iniunxerit vel bibliothecarius debet esse presens ne damnum aliquod illi possit inferri. Quicumque vero

de collegio compertus fuerit aliquod de bibliotheca furto vel alio quovis modo abstulisse etiam vel unam chartam aut eius valorem ultra penam periurii in qua incidat ipso facto sit privatus omni iure quod ad collegium habuerit et satisfactione prius facta de domo absque remissione expelatur.



Cap. 56 [numeração posterior, de outra mão]

Da guarda da biblioteca e dos livros. Que se organizem tabelas donde constem os livros por ordem. E do castigo de quem tirar da biblioteca alguma coisa furtivamente.

Sendo preciosíssimo o tesouro dos livros e, por isso, digno de ser preservado com toda a diligência, ordenamos que todos os livros por nós doados ao colégio e os que de futuro por qualquer modo se lhe acrescentarem sejam colocados na biblioteca separadamente em prateleiras identificadas, segundo a ordem de cada uma das Faculdades, encadeados, e, por meio do próprio fecho que segura as cadeias, sejam amarrados às prateleiras, cada prateleira com a seu fecho e a sua chave; as chaves devem ser colocadas na arca comum de que se falou na constituição anterior e diligentemente guardadas. Organize-se uma tabela da qual constem os livros de que se compõe cada um dos volumes organizados pela direita, segundo a sua ordem, com os respetivos princípios [*incipit*] e términos [*explicit*] que se pensará aos destros em lugar cómodo. E faça-se o mesmo para os livros organizados pela esquerda e do mesmo modo se afixe a esses; e que nenhum destes livros possa ser retirado da biblioteca a não ser, porventura, para o ligar e encadernar, nem, de qualquer modo, possa ser emprestado a alguém da casa ou de fora por nenhum rebuscado pretexto. E quem presumir dar para tal consentimento, seja o reitor, os conselheiros ou qualquer outra pessoa, incorra na pena de perjúrio *ipso facto* e, não obstante, se o livro puder ser recuperado, seja obrigado a repô-lo o mais rapidamente possível; se, porém, se tiver extraviado, todos os que nisso consentiram sejam obrigados a ressarcir o colégio e a fazer restituição, a expensas próprias, e enquanto o não fizerem fiquem privados do alimento e dos emolumentos que lhes são devidos pelo colégio. Qualquer colegial, contudo, poderá ter na sua posse uma chave da biblioteca e, para além disso, haverá uma maior com que se abra a biblioteca todas as manhãs e se feche todas as tardes, para que lhes seja possível recolher-se à biblioteca para estudar; ou poderão delegar em alguém expressamente encarregado da guarda da biblioteca que, a horas certas, a abra e feche para eles, ou conforme parecer mais cómodo seguro e prudente, sendo zelosos ao ponto de que nada de danoso possa acontecer aos próprios livros e à biblioteca. Preceituamos também, além disso, que ninguém introduza na biblioteca qualquer lâmpada de azeite ou vela. Proibimos

ainda expressamente que ninguém, sob pena de perjúrio, possa levar para a biblioteca qualquer estranho à casa sem licença do reitor ou do bibliotecário. Finalmente, quando a biblioteca estiver aberta ao exterior, um dos da casa a quem o reitor ordenar ou o bibliotecário, deverá estar presente, para que a ela não possa ser provocado qualquer dano. E se se descobrir que alguém do colégio desviou da biblioteca, furtivamente ou de qualquer outro modo, alguma coisa, nem que seja uma folha de papel ou o seu valor, para além da pena de perjúrio na qual incorrerá *ipso facto*, será privado de todo o direito que tiver ao colégio e, depois de feita a restituição, seja expulso da casa sem remissão.

ESTATUTOS DO COLÉGIO DE SÃO PEDRO NA PARTE QUE SE REFERE À BIBLIOTECA (CERCA DE 1551)

([Sem título, nem no interior nem na lombada. *Incipit*: Index constitutionum Collegi Sancti Petri istius Conimbricensis universitatis]. BGUC Ms. 1094. Transcrição e tradução de Fernando Taveira da Fonseca)

Andre d'avelar

Andre d'avelar

«Haverá na Universidade uma livraria pública...»

(Estatutos da Universidade, Cap. 46, 1591)

1559–1595: uma instituição que se vai sedimentando em sucessivos Estatutos

Formas claras para o funcionamento da biblioteca, iremos encontrá-las, com algum desenvolvimento, nos *Estatutos* de 1559:

«Haverá¹ nas Escolas uma casa para livraria da Universidade, na qual estarão os livros de todas as Faculdades postos em estantes, e presos por cadeias, e repartidos e ordenados na melhor maneira e ordem que puder ser (...) e porá escrito à porta da dita livraria, assinado pelo dito Reitor, (...) que entrarem na dita casa sob pena praestiti juramenti, que não tirem nenhum deles livro algum, nem ponham neles cotas, e quando se forem, os serrem e fechem por todas as brochadas que os livros tiverem; e assim que não falem uns com outros de maneira que estorvem os que estiverem estudando...»²

PÚBLICA PARA «LENTESES, ESTUDANTES E QUAISQUER PESSOAS OUTRAS»

Com os volumes acorrentados às estantes e organizados pelas Faculdades onde se «liam», a biblioteca abria agora, no inverno, durante três³ horas de manhã e duas horas de tarde, e no verão,

1 Não chega escrever-se «haverá livraria» para ficar garantido que existisse. A expressão pode significar apenas que devia existir; parece ser esse o caso do Cartório que, como tal, não existia apesar de os mesmos *Estatutos* dizerem «averá nas Escolas huma casa boa e forte junto da do conselho, que sirva de cartório».

2 Cap. 59 dos *Estatutos* de 1559 (cf. LEITE 1965, p. 191-192).

3 O único exemplar conhecido dos *Estatutos* de 1559, que se conserva manuscrito em Roma, foi encontrado por Lázló Lukács e publicado por Serafim Leite, que transcreve «e fechará às duas» onde deveria estar «e fechará às II», numeral que, para não ser um período «anómalo» de cinco horas contínuas de abertura (sem outro paralelo no século 16) tem de interpretar-se «e fechará às 11». A leitura corrigida será, portanto: «terá o dito guarda cuidado de abrir com *diligentia* continuamente a dita casa, nos dias em que se ler nas Escolas, duas vezes no dia, *s(cilicet)*, no inverno abrirá pola manhã às 8 horas e fechará às 11, à tarde abrirá às tres horas e fechará às cinco, e no verão abrirá pola manhã às sete e fechará às dez, e à tarde abrirá às tres e fechará às 6». O mesmo horário de inverno se manterá nos *Estatutos* de 1591, nos de 1597 e ainda nos de 1612/1653.

com mais luz solar, durante seis horas por dia. Seria pública para «lentes, estudantes e quaisquer pessoas outras», o que a torna a mais antiga biblioteca portuguesa aberta ao público em geral, muito antes do conceito de «biblioteca pública». Já seria, pois, «aberta e patente a todos», muito antes de Ribeiro dos Santos o escrever, no século 18, nisto se opondo às bibliotecas dos Colégios, que por estes anos também proliferaram⁴, e que eram quase sempre privativas dos porcionistas ou colegiais de cada um, como se pode entender nos *Estatutos* de S. Pedro. O normativo da Livraria de Évora, da mesma época e claramente inspirado no de Coimbra, refere outros preceitos biblioteconómicos além dos atrás citados, como sejam a escrita de rótulos «de boa letra»⁵ nas lombadas e a afixação de índices (à entrada da sala e em cada estante⁶), práticas que, embora não figurem no texto legal de Coimbra, também podem ter-se aqui estabelecido e vigorado.

Visto apenas a partir destes *Estatutos*, o funcionamento da biblioteca parece regulamentado e estabilizado. Mas seria realmente assim?

ABERTA OU FECHADA, DEPOIS DE 1555?

António Filipe Pimentel, o investigador que mais documentação compulsou sobre o *Paço das Escolas*, é de opinião que a Livraria só esteve aberta ao público durante o reitorado de Frei Diogo de Murça

4 Nas décadas de 1540 e 1550, estabelece-se em Coimbra uma rede de colégios, da maneira preconizada pelo Infante D. Pedro na sua célebre *Carta de Bruges* «por maneyra dos de uxonia [i. é, *Oxford*] e de paris» (PIMENTEL 2005, p. 93).

5 Recomendação inserida no Cap. 12 da primeira versão dos *Estatutos* de Évora, segundo Peixoto.

6 «E ordenados co(m) titulos E indices no cabo da dita liuraria E em cada estante» (PEIXOTO 1959, p. 8).

(de 1543⁷ a 1555⁸) e que, com ele, terminou «a utopia renascentista da *livraria pública*, que já não deveria mesmo existir enquanto tal quando, em 59, morre Castanheda»⁹. A interpretação dos documentos que Pimentel invoca não prova, contudo, que se tivesse encerrado, muito menos antes da morte de Castanheda, a 16 de março de 1559. Para tal parece não apontar, desde logo, a sua boa administração, na qual até houve quem julgasse ver indícios de possível aumento de leitores, nesse tempo¹⁰; também pode ir em sentido contrário o desenvolvimento normativo do capítulo que os *Estatutos* de 1559 consagram à biblioteca (supondo que os de 1544 já se lhe referiam brevemente) e o próprio alargamento do horário de quatro horas (em 1544–1548) para 5 ou 6 horas diárias (em 1559). Horário que se fixará em seis horas, tanto de verão como de inverno, pelos *Estatutos* de 1591 e pelos que se lhe seguem! Neste caso dos horários, as sucessivas determinações estatutárias parecem mais ir-se adaptando às necessidades, ou plasmando as alterações ocorridas, do que copiando-se umas às outras, como aconteceria se a Livraria fosse uma mera formalidade, sem funcionamento real.

A DRAMÁTICA FALTA DE DOCUMENTAÇÃO E OS ESTATUTOS DE 1591

A ausência de documentação, nomeadamente dos últimos anos de D. João III — o *Protetor* da universidade que tinha sempre algo a dizer sobre o mais insignificante dos assuntos — também não prova que a Livraria não funcionasse, pode igualmente mostrar que funcionava sem necessidade da intervenção real. O único documento de 1573, em que D. Sebastião parece manifestar preocupação com o funcionamento da biblioteca¹¹, talvez não se possa generalizar para uma afirmação da sua inexistência.

Em 1591, dão-se novos *Estatutos* à Universidade e neles se separam agora os cargos de guarda do Cartório e de guarda da Livraria. Mas ao de «guarda da livraria» passa a ficar associado

7 Em 5 de novembro de 1543, segundo o documento publicado por BRANDÃO 1938a, doc. CCLXXIII, p. 142.

8 O reitor que se lhe seguiu, D. Afonso do Prado, foi nomeado por alvará de 28 de setembro de 1555 e tomou posse em 26 de outubro seguinte.

9 PIMENTEL 2009, p. 13.

10 Jorge Peixoto diz que ele «trabalhará na livraria menos horas do que os seus sucessores, mas nem mesmo assim deixará de se queixar, o que poderá ser também indício de maior frequência da livraria» (PEIXOTO 1959, p. 14).

11 Em 20 de junho de 1573, chegou notícia de que o visitador-reformador Aires da Silva trazia instruções (mas não dinheiro) para se construir biblioteca, hospital e casas próprias para as Escolas. Sobre a biblioteca, Aires da Silva, em nome do rei, íntima a universidade a criá-la «tal qual era necessário para tão ilustre e insigne universidade» (FIGUEIROA 1937, p. 110). Queria dizer criá-la, realmente, ou melhorá-la para que ficasse ao nível de universidade tão ilustre e insigne?

o de «corretor da Imprensa» (ou «das impressões»), elemento de ligação entre a universidade e os seus impressores privilegiados. Nestes *Estatutos*, o capítulo *Da Livraria* foi profundamente revisto e muito acrescentado, o que também se coaduna mal com uma biblioteca fechada de todo. Diz-se, por exemplo, que:

«... a pessoa que tiver cargo da dita casa, e chave dela, será bom latino, e saberá grego e hebraico, sendo possível, e terá conhecimentos dos livros para os saber ordenar...»¹²

«... haverá uma cátedra [i. é, cadeira] bem alta na dita livraria, da qual se possa bem ver tudo o que se fizer em toda a casa...»¹³

«Terá [o guarda] cuidado de limpar os ditos livros, sacudi-los do pó e mandar varrer a casa ao menos duas vezes na semana»¹⁴

E os mesmos *Estatutos* não deixam de proclamar, com toda a solenidade:

«E porque uma das coisas mais importantes à Universidade é ter boa livraria, para ela se poder conservar e aumentar, o Reitor em cada triênio será obrigado a comprar para a dita livraria cem cruzados de livros dos que nela não houver, e os melhores e mais proveitosos que no tal tempo se acharem, à custa da Universidade. E não o fazendo assim, perderá de sua fazenda cinquenta cruzados para a dita livraria»¹⁵

PELO FINAL DO SÉCULO 16, A LIVRARIA PODE MESMO TER ENCERRADO

Deviam, então, comprar-se livros para a Livraria «para ela se poder conservar e aumentar» (o que deixa supor que funcionasse normalmente) mas, em 1593, não devia estar nomeado guarda dela porque é António de Barreira, impressor da universidade, que manda vir «certos livros de Lisboa»¹⁶, não sabemos se para a

12 Livro II, Título XLVI: *Da Livraria da Universidade, & Guarda della* (ESTATUTOS 1591, f. 62v.).

13 *Idem*. Número 2.

14 *Idem*. Número 3.

15 *Idem*. Número 5.

16 No original: «... recebo quinze mil r(ei)s de q(ue) hade dar conta q(ue) lhe foraõ mandados dar pera fazer vir certos libros de lisboa pera a V(niversida)de por m(anda)do ...» (ALMEIDA 1967, p. 16). Esta compra é regularizada adiante: «Antonio de Barr(eir)a recebo vinte E hũ mil r(ei)s q(ue) se lhe deuiaõ de deste [sic] dos libros E textos de Theologia Canones Leis E medicina q(ue) deu aa V(niversida)de em q(ue) se montaraõ trinta E seis mil r(ei)s q(ue) com os quinze mil q(ue) já tinha recebidos [sic] ficou pago...» (ALMEIDA 1967, p. 17).

CHRONOGRAPHIA
OV REPORTORIO DOS TEMPOS;
O MAIS COPIOSO QUE TE AGORA
SAYO A LVZ.

*Conforme a noua reformação do Santo Padre
Gregorio XIII.*

Feito por Andre do Auelar, natural de Lisboa lente de Mathe-
matica na Vniuersidade de Coimbra.

Nesta quarta impressam reformado, & acrescentado pello mesmo Author,
com hum tratado do pronostico da mudança do ar, & algus principios que
tocão-así á Philosphia natural, como á Astrologia rustica, & có hũas
breues, mas mui proueitosas regras pera sementeiras,
cultura das aruores, & criação dos animaes.



Impresso em Lisboa com licenca do S. Officio & Ordinario,
Por Jorge Rodriguez. Anno de 1602.
A custa de Esteuão Lopez mercador de liuros. Com prtuilegio.

53012



biblioteca ou se para professores. E, no ano seguinte, foram livreiros de Coimbra que se encarregaram de apartar e de avaliar os «da livraria que ficou do Doutor Luís de Castro e ora é da Universidade»¹⁷. Portanto, mesmo sem «guarda» nomeado, a universidade não deixa de investir e de enriquecer a sua biblioteca.

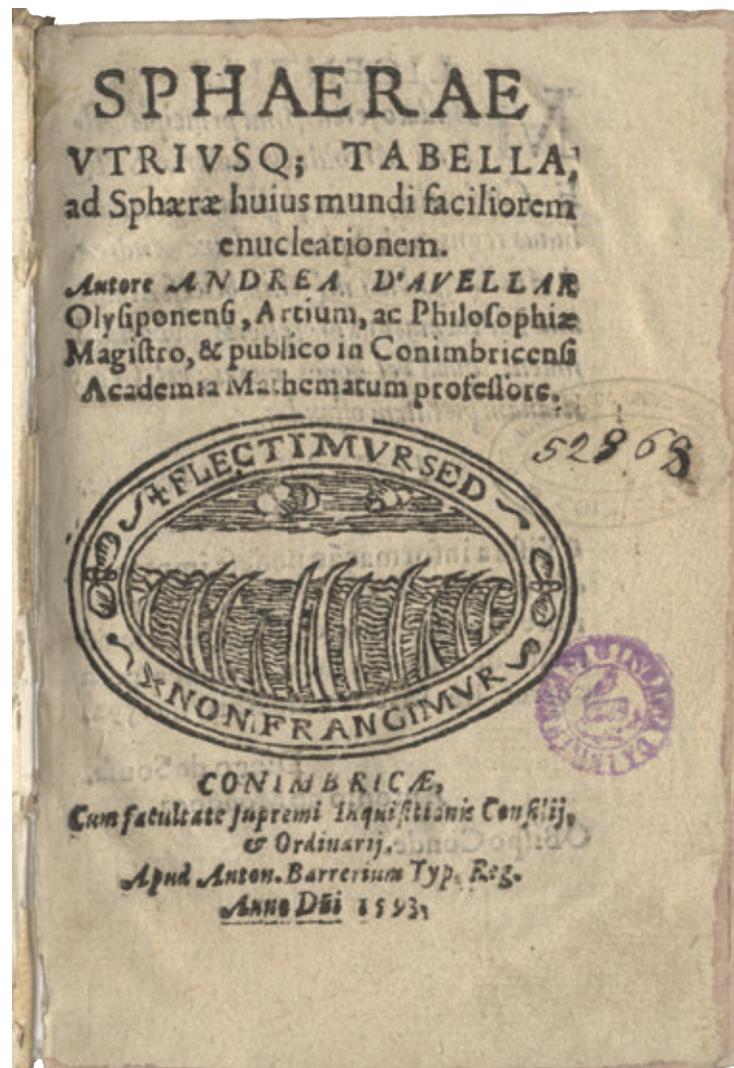
Na esteira dos novos *Estatutos*, mestre André de Avelar, lente de Matemática, pede em 9 de março de 1595¹⁸ para ser provido nos cargos de «corretor da impressão e guarda da livraria», o que lhe é negado:

«(...)porquanto ora não há livraria»¹⁹

Também o testamento de Luís Correia, feito em Lisboa, em inícios de 1598, nos permite supor que a biblioteca não funcionasse, pelo menos como o desejaria a comunidade universitária. Aquele lente de Prima de Cânones não deixa os livros à universidade, preocupado em que os seus «papéis escritos» (isto é, os manuscritos), não se percam e fiquem disponíveis para quem deles quisesse usar. No testamento, prefere que a sua «livraria grande, e de muitos livros, e papéis escritos que servirão muito a quem os quiser ver»²⁰, se entregue ao Mosteiro de Santa Cruz, ou a outro convento grave, com a contrapartida de missa diária pela sua alma:

«que os ditos papéis escritos se encadernarão, e assim eles, como os livros, nunca poderão ser tirados da livraria pública»²¹

Como nenhum mosteiro de Coimbra aceitou esta contrapartida, os 654 itens (cerca de 900 volumes) da biblioteca, que em número até comparavam favoravelmente com os da universidade²², acabaram vendidos, em 1601.



15

Avelar publicou em Coimbra outros livros de matemática/astrologia (BGUC R-4-28)

17 No original: «Saluador Pires liureiro recebeo hũ mil r(ei)s pelo trabalho q(ue) teve em apartar os libros da liuraria q(ue) ficou do d(ou)tor Luis da Castro E ora he da V(niversida)de por m(anda)do ...» (ALMEIDA 1967, p. 21). De avaliar os livros, em agosto de 1596, se encarregará o livreiro Manuel Fernandes e de os pagar, o lente Luís Correia (cf. ALMEIDA 1967, p. 39, 43).

18 Cf. ALMEIDA 1966, doc. IX, p. 27-28.

19 ALMEIDA 1966, p. 13. Ver também o documento transcrito por MADAÍL 1932, p. 215-216.

20 OLIVEIRA 2010, p. 193.

21 OLIVEIRA 1966, p. 17. O testamento está transcrito em apêndice, doc. 12, p. 77-82. Em OLIVEIRA 2010 o mesmo está a páginas 271-278.

22 Cerca de 1598, a biblioteca da universidade teria 739 volumes, segundo o *Rol* de Avelar. Ver Nota 3 p. 39.

LIBRO II. TIT. XLVI.

A Verá na Vniuersidade hũa livreria publica, na qual estarão os livros de todas as faculdades, em estantes ou almarios, presos por cadeas, & repartidos, & ordenados na melhor maneira & ordem que poder ser pera bom conferto: & a pessoa q̄ tiuer cargo da dita casa, & ehaue della, será bom latino, & saberá Grego, & Hebraico, sendo possível, & terá conhecimento dos livros pera os saber ordenar, & dar razão delles, & serão carregados sobre elle os livros & cousas da dita casa em inuentario, pello Secretario do conselho, em hum livro que pera isso terá, segundo está dito neste livro titulo do Secretario.

1 Terá o dito guarda cuidado de abrir com diligencia a dita casa, nos dias em q̄ se ler nas escholas, duas vezes no dia, conuê a saber, no inuerno abrirá pella raienhã as oito horas, & fechará as onze, & à tarde abrirá ás duas, & fechará ás cinco: & no verão abrirá pella menhã ás sete, & fechará ás dez, & à tarde abrirá as tres, & fechará as seis, pera que os lentes, & estudâtes que neste tempo quizerem estudar pellos ditos livros o possão fazer: & não abrindo a livreria nos ditos dias & horas, ou cerrando a mais cedo, será multado em seu sallario pello bedel das artes.

2 Terá o guarda boa vigia sobre todos os livros pera que se não furtê, nem se jáo mal tratados: & pera poder fazer isto bê auerá hũa cathedra bê alta na dita livreria, da qual se possa bem ver tudo o que se fizer em toda a casa, na qual estará o dito guarda, ou outrem por elle, todo o tempo que a livreria estiuer aberta, & porá escrito à porta della, assinado pello dito Reçtor, porque mande a todos os lentes, estudantes, & quaesquer pessoas outras que entrarem na dita casa, que sub pena præstiti iuramêti nenhum delles tire livro algum, nem ponha cottas, & quando se forem os cerrem com todas as brochas q̄ os livros tiuerem: & assi que não fallerem hũs com outros de maneira que toruem os que estiuerem estudando.

3 Terá cuidado de limpar os ditos livros, sacudillos do poó, & mandar varrer a casa ao menos duas vezes na semana: & quando achar menos algum livro irá logo dizelo ao Reçtor, que mandará fazer diligencia pera se saber qué o leuou, & se cobrar, & castigar quem nisso for culpado: & não se achando pagaloha o dito guarda.

4 A livreria será cada anno visitada, no principio do mes de Agosto, pello Reçtor, com os lentes de prima, cada hũ em sua faculdade, & em ausencia tomará o de vespera, & assi chamará hum lente de Artes, & outro da primeira, ou segunda classe da latinidade, & qual-



P
O
R
T
U
G
A
L
I
S

E
L
I
S
A
B
E
T
H

S
A
N
C
T
A

R
E
G
I
N
A

«... se acham (...) muitos livros ardidos e outros muito mal tratados»

(Reitor D. Francisco de Castro, *Carta ao Rei*, 26 ago. 1609)

1595–1616: as mais antigas marcas bibliográficas de uma biblioteca portuguesa



e a situação não era boa no final do século 16, como se vê, pelo menos permanecia uma vontade maioritária de a mudar. Na Ata do Conselho onde o provimento de André de Avelar foi adiado (9 de março de 1595), logo se determinou:

«E foi assentado pela maior parte [dos membros do Conselho] que, por quanto ora não há livraria, não se fizesse eleição de oficial dela. E que tanto que a houvesse, então se trataria de se fazer a dita eleição. E porém que com muita brevidade se escreva a Sua Majestade seja servido de dar licença para logo se comprarem livros para a dita livraria se fazer conforme aos Estatutos, pedindo-lhe juntamente de mercê certas¹ cartas de favor por onde se houverem de comprar os ditos livros. E que, para este efeito, se gaste o dinheiro que for necessário para se comprarem os livros que forem necessários para a dita livraria ficar como é bem que seja numa Universidade tão insigne como esta.»²

Mesmo de finais do século 16³ ou dos inícios de 17, datam dois «róis» ou listas de livros⁴ com um total de 739 volumes e que, sendo (como suspeitamos) relativos aos fundos universitários, mostrariam o lento crescimento da Livraria, durante esse século.

IMPORTANTES AQUISIÇÕES A CARGO DE PEDRO DE MARIZ (CA. 1550–1616) E OS PRIMEIROS SUPERLIBROS DOURADOS

O projeto do reitor Afonso Furtado de Mendonça (1597–1605) de fazer «dois gerais de novo e uma casa para a livraria»⁵, foi atrasado pela peste, que obrigou a encerrar a universidade, entre maio de 1599 e fevereiro de 1600, e avançou apenas com a nomeação de Pedro de Mariz, presbítero e bacharel em Cânones, para «corretor das impressões da dita Universidade e guarda da sua livraria», em

1 ALMEIDA 1966, p. 27, assinala dúvida na leitura de «certas».

2 ALMEIDA 1966, doc. IX, p. 27-28.

3 *Rol dos Livros da Livraria*, encadernado junto com o *Livro do Chartorio d'esta Universidade de Coimbra, ordenado pelo Mestre André de Avelar, lente das Mathematicas e Guarda do mesmo Chartorio, Anno 1598* (BNP – Universidade de Coimbra. *Cartório e Livraria*. Col. Pombalina, n° 95, f. 61-64). Ao documento, que A. Filipe Pimentel entende com razão «não ter ainda merecido a devida atenção», tem-se atribuído datação posterior talvez por se julgar que o trabalho de Avelar na Livraria só se pode ter dado após a morte de Pedro da Mariz, em 1616. Contudo, se no catálogo alfabético (parte publicada por BRAGA 1895, p. 250-253) constatamos a existência de possíveis compras de Mariz, de 1602–1603, como as *Obras* de Gregório I (cota 2-4-6-1/2) ou a *Opera omnia* de Gabriele Fallopio (1-5-14-8), também se nota a falta de outras, eventualmente adquiridas na mesma ocasião, como o *De origine et progressu...* de Luís da Páramo (cota 1-11-16-273) ou a *Historiae mundi* de Plínio-o-Velho (1-1-24-530), para só dar alguns exemplos. Deste modo, parece possível inferir que a lista possa ter sido feita depois daquela vultosa aquisição se ter iniciado, mas antes de estar concluída (ou se ter catalogado toda), portanto, mais de uma dezena de anos antes da data geralmente aceite de 1615. Não vimos o documento.

4 Já publicados por Teófilo Braga, que erradamente os interpretou como sendo dos livros do Padre Francisco Suarez (BRAGA 1895, p. 247-248, 250). O erro mantém-se em M. Lopes de Almeida (ALMEIDA 1937b, p. 20) e noutros.

5 FIGUEIROA 1937, p. 125.



18

Superlibros dourado de 1603 (do exemplar BGUC 2-4-6-1)



19

O outro *superlibros*, do século 16 ou 17 (do exemplar BGUC 1-5-14-13)

9 de março de 1601⁶. Nascido por assim dizer no meio dos livros⁷ e habilitado no negócio livreiro (porque filho do impressor António de Mariz), logo o reitor o incumbiu de mandar vir obras de Veneza e de Lyon, diligência de que Mariz se desempenhou com o gasto de quinhentos mil reis. Não era pequena quantia. A julgar pelo número de peles de bezerro que a universidade encomendou para

a sua encadernação, não poderiam ter-se adquirido, então, menos de 1 500 a 2 000 volumes⁸.

Em 6 de setembro de 1603⁹, a universidade mandou até executar uma marca bibliográfica especialmente rica para dourar estas encadernações, dando, assim, inteiro cumprimento aos *Estatutos* de 1591 e de 1597, que previam que a insígnia da Universidade «se porá em todas as fábricas (...) e livros dela»¹⁰. Tal marca foi identificada como aquele magnífico *superlibros* com a legenda «INSIGNIA • VNIVERSITATIS • CONIMBRICENSIS», já

6 Rocha Madahil esclarece definitivamente (MADAÍL 1932, p. 193-195) que é erro a data de 23 de agosto de 1602 atribuída ao documento por António José Teixeira (TEIXEIRA 1889, p. 306) e por Teófilo Braga (BRAGA 1895, nota 1, p. 247).

7 Cunhado do impressor Diogo Gomes de Loureiro. Gente dos livros seria toda a família, a quem Francisco Gomes (também filho de livreiro) manda no testamento entregar da sua biblioteca «huns Menochinos aos herdeiros do Doutor António de Mariz que Deus tem que vem a ser dous filhos que lhe ficarão que não foram presos do Santo Ofício...» (OLIVEIRA 1967, p. 41).

8 A estimativa é nossa. Diz um documento «quoremta & outo duzias de bezerros» (ALMEIDA 1970, doc. 25, p. 20), isto é, 576 peles para os vários formatos previstos no contrato com os encadernadores e que seriam: «Marqua Real», «marquilha», «folio», «quarto» e «outavo». Luz Soriano escreve (cremos que sem fundamento) que eram «alguns livros de liturgia» (SORIANO 1860, p. 223), seguido por José Silvestre Ribeiro (RIBEIRO 1871, p.129) e por Serpa Pimentel, que reforça «só de Liturgica» (PIMENTEL 1877a, p. 91). Provavelmente, tal limitação não se funda em documentos, antes será um «preconceito» liberal para justificar as culpas que se atribuem ao controlo inquisitorial sobre a universidade, evidente na versão francesa do texto do reitor: VILA MAIOR, Visconde de - *Notice historique sur l'Université de Coimbra*. Lisbonne : Imprimerie Nationale, 1877.

9 Cf. ALMEIDA 1970, doc. 28, p. 24.

10 ESTATUTOS 1591, Livro II, título XXVI, §13, f. 38v.

considerada «a mais antiga marca de posse de todas as bibliotecas públicas portuguesas»¹¹. Mas, logo no século 17, foi usada uma outra semelhante (tão ou mais faustosa ainda), e qualquer uma delas (**Figuras 18 e 19**) poderia ser a «estampa» mencionada nos contratos conhecidos¹², de 1603.

E SEMPRE MAIS COMPRAS DE LIVROS, «CONFORME AO DINHEIRO QUE HOVER»

A este considerável investimento da universidade na sua Livraria, também os escolares pareciam corresponder agora com ofertas, como a de Francisco Suárez «Granatense», que a presenteou com vários volumes, em fins de março e inícios de abril de 1603¹³. O próprio rei, em 14 de setembro de 1604, manda que se comprem livros:

«começando-se logo a comprar os livros para ela, conforme ao dinheiro que houver, e que antes de se começarem a fazer os caixões e estantes, me venha de tudo uma traça para eu mandar ver e ordenar que se façam...»¹⁴

A «traça» (ou planta) estaria pronta em fevereiro seguinte, mas a obra foi mandada suspender¹⁵. No entanto, não se suspenderam as compras de livros¹⁶. A planta só em 1609 seguiu para o rei, com previsão de instalar-se a biblioteca no local onde se lia Teologia¹⁷ porque os livros:

«... estando em uma [casa] particular das da Universidade, por mais cuidado que deles se tem, se acham de contrário muitos livros ardidos e outros muito mal tratados»¹⁸

E, como reconhecia o reitor D. Francisco de Castro, os livros encontravam-se em tal casa particular porque:

«... não são em número para se poderem ordenar em casa pública»¹⁹

OS LIVROS AINDA PERMANECIAM ACORRENTADOS ÀS ESTANTES, NO ANO LETIVO DE 1611/12

Ao reitor, porque pedia ao rei dinheiro para a Livraria, conviria talvez dizer que os livros se estragavam em «casa particular», mas essa não seria uma casa completamente fechada e inacessível, pelo menos a professores (ou inspetores), como testemunhará o lente de *Clementinas*, da Faculdade de Cânones, Fabrício de Aragão (1571–1621):

«... que haverá nove ou dez anos [sic] que entrando ele declarante na Livraria da Universidade, viu nela mais de cinquenta volumes de livros velhos, chapeados de latão e com cadeias do mesmo latão pegadas nas estantes...»²⁰

Quer isto dizer que, por 1611/12²¹, a biblioteca (ou a parte antiga dela?) continuaria organizada tradicionalmente (isto é, encadeada) e outra ideia não passaria pelos propósitos do reitor ao querer casa nova e pública, pois a esse respeito nenhuma alteração se introduzirão nos *Estatutos* de 1612. Estes limitam-se a repetir o texto dos anteriores:

«os livros de todas as Faculdades, em estantes ou armários, presos por cadeias, e repartidos e ordenados na melhor maneira e ordem que puder ser...»²²

11 AMARAL 2009, legenda p. 127.

12 Se atentarmos em que foi contratado «de botar armas, de cada livro dous vinteis» (MADAÍL 1932, p. 209) ou sejam 40 reis, e que a despesa paga aos vários oficiais, entre 1603 e 1607, foi de 15.680 reis (documentos publicados), ter-se-iam marcado assim 392 volumes, apenas. O uso destas marcas não se limita à empreitada de 1602–1607, continuou até muito mais tarde, provavelmente até à criação do *superlibros* do mocho, no século 18. Infelizmente, por deficiências na descrição destas marcas no nosso catálogo, poucos exemplares de cada uma delas estão localizados. Do que conhecemos, a marca com a legenda «*Insignia... etc.*» é ainda usada em obra editada em 1651 (cota 4-9-35-742), logo encadernada depois dessa data, e a que tem a legenda estatutária «*Per me reges regnant... etc.*» chega a ser usada (por exceção?) em obra impressa em 1729 (cota 1-11-10-251).

13 Cf. BANDEIRA 1943, p. 221.

14 PORTUGAL 1854, p. 91, [col. 2]; BRAGA 1895, p. 816 escreve «novembro» e traz diferença no texto.

15 Carta régia de 22 de fevereiro de 1605: «E quanto á obra das estantes, hei por bem e mando que por ora se suspenda» (PORTUGAL 1854, p. 106 [col. 1]).

16 Veja-se a compra que se fez, em 1604, ao livreiro Domingos Fernandes (cf. MADAÍL 1932, p. 207).

17 Cf. PIMENTEL 2005, p. 459.

18 Carta do reitor D. Francisco de Castro ao rei, 26 ago. 1609, transcrita por MADAÍL 1932, p. 218.

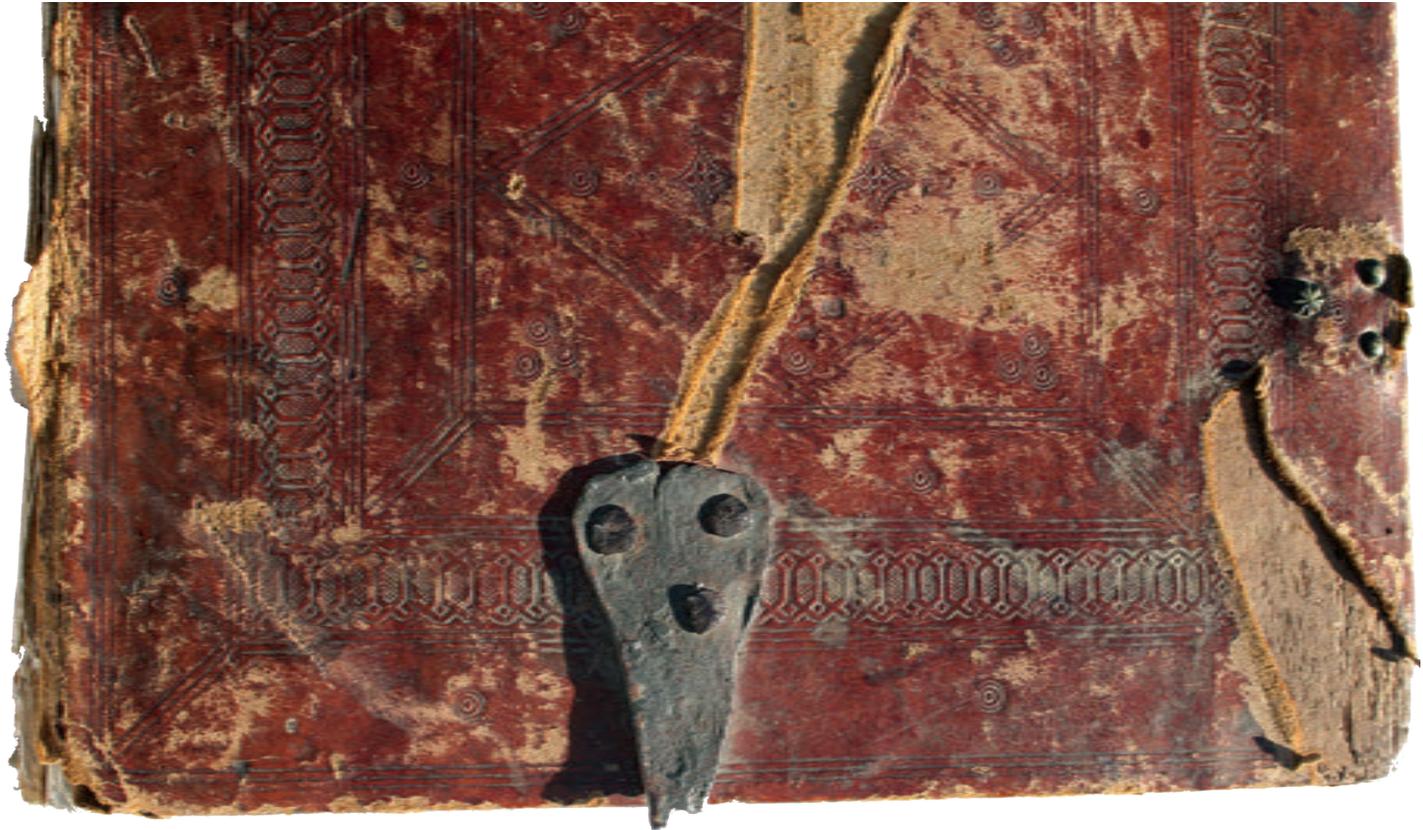
19 PIMENTEL 2005, p. 459, 464.

20 Testemunho de 27 de março de 1620, transcrito por BRAGA 1895, p. 546.

21 Se deve entender-se do depoimento que Fabrício de Aragão foi lá na qualidade de deputado de Faculdade de Cânones, o ano certo seria o de 1611/12, quando foi deputado, como será, de novo, em 1617/18.

22 ESTATUTOS 1653, p. 124.





Nos mesmos *Estatutos*, reforçaram-se as medidas de inventariação, já com um detalhe que aproxima este cadastro de uma verdadeira *catalogação moderna*, como notaria Aníbal Pinto de Castro²³:

«*todos os livros que houver, por títulos apartados (...) por ordem do alfabeto, declarando em cada Faculdade o número e corpos dos livros, qualidades, encadernações, impressões e anos*»²⁴

23 Cf. CASTRO 1997, p. 888.

24 No original: «23. Terá o ditto Secretario outro livro, que se chamará Inuentário da Liuraria publica das Eschololas, como se co(n)te(m) em este liuro titulo XLVI do Guarda da liuraria. No qual liuro carregará sobre o ditto Guarda todos os liuros, q(ue) ouuer, por títulos apartados, cada Faculdade em seu título, segundo suas precedencias : escreuendo os taes liuros por ordem do alphabeto : declarando em cada Faculdade o numero & corpos dos liuros, qualidades, /p. 104/ emquadernações, impressões, & annos, em que forão impressos. E o ditto Guarda assinará os assentos do ditto Inuentario.» (ESTATUTOS 1653, p. 103-104).

E tudo isto a inscrever num livro de *Inventário da Livraria publica das Escolas*, em posse do Secretário. Se acaso se fizeram, tais livros de *Inventário* não se conhecem hoje, infelizmente.

Pedro de Mariz morre em 1616, talvez no honroso cargo de escrivão da Torre do Tombo, e mestre André de Avelar ficou completamente livre para «apropriar-se» da Livraria, e isto em mais do que um sentido: desencadeia os volumes, sumindo correntes, varões ... e livros.



22

Os livros ornamentam
o baixo-relevo da nova
sobreporta (1701-1702)
para a biblioteca,
esculpida por Claude de
Laprade, nos *Gerais* da
Universidade

«encadernados em bezerro atamarado com as armas da Universidade»

(D. André de Almada, *Relatório do Visitador da Universidade*, 1638)

1616-1716: cem anos «negros» com os livros desencadeados



Com estudos realizados em Salamanca e Valladolid, mestre André de Avelar (1546-após 1622), cristão-novo, tinha chegado a Coimbra como consagrado autor do *Reportório dos tempos*, um livro de astronomia/astrologia (não se distinguiam, nessa época) que gozaria de algum sucesso comercial e foi provido na cadeira de Matemática, vaga desde a saída de Pedro da Cunha. Logo se revelou pessoa dinâmica e interessada, adquirindo para a universidade, em 1593, um «astrolábio de pau e um *mapa-mundi* de cores»¹; dois anos mais tarde, a universidade paga-lhe 3 400 reis por outro mapa². E cedo se revela também interesseiro, como bem notou Rocha Madaíl: «onde houvesse uns mil réis de gratificação a receber, era certo e sabido que lá aparecia o *Matamatiqno*»³, que se oferecia para tudo (por ser pobre, e ter muita família, como sempre dizia nos seus requerimentos), até para os assuntos da Livraria. Foi pago do muito trabalho que alegou ter tido⁴, fornecendo aos oficiais as peles de bezerro para as encadernações atamaradas (cor de tâmara), de 1603-1606, entre muitos outros trabalhos de caráter excepcional.

ANDRÉ DE AVELAR NA BIBLIOTECA

Tem-se assumido que Avelar viria a dirigir a biblioteca. A própria *Homepage* da Biblioteca Geral já o escreveu, durante algum tempo. No entanto, a documentação que até agora conhecemos só mostra que obteve, em 22 de agosto de 1598, o cargo de guarda do

cartório «na forma dos Estatutos»⁵. Com efeito, não se encontraram dele quaisquer atos de nomeação ou de posse relativos à Livraria, apenas ao Cartório. Nomeado ou não, o facto é que André de Avelar alguma má influência deve ter exercido, atribuindo-se-lhe o desencadeamento e descaminho dos livros, já que no que a Inquisição lhe confiscaria em casa, em 1620, se haveriam de encontrar (muitos?) livros que pertenciam ou deviam pertencer à Universidade⁶.

O MARASMO DO SÉCULO 17

Por esta altura, a universidade ia «mais perdendo que acumulando»⁷ o seu espólio bibliográfico. A construção de nova biblioteca e de novos «gerais», como os reitores continuavam a

5 ALMEIDA 1966, doc. X, p. 28.

6 «No *Rol dos livros* que estavam na posse do professor André de Avelar, contam-se 182 obras num total de 377 volumes» (PEIXOTO 1959, nota 16). Não consultámos o processo.

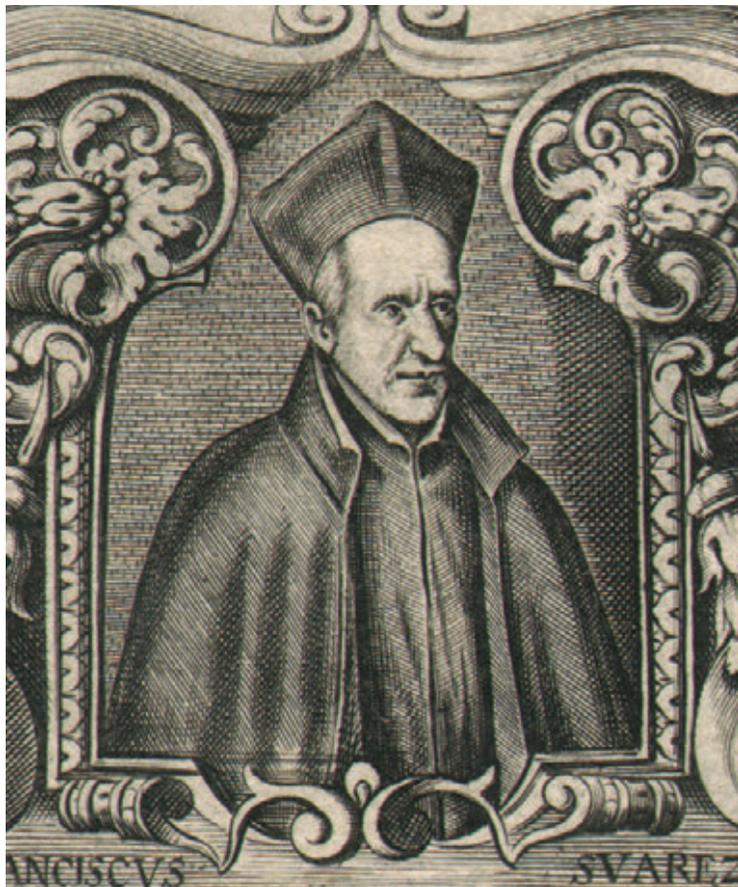
7 PIMENTEL 2005, p. 459. Na visitação que, em 1619-1624, fez D. Francisco de Menezes à universidade, depõe o lente António Lourenço (1573-1630): «Disse mais que, por diligências que fizera como deputado da Fazenda da Universidade, entendia que faltavam dezassete volumes, em que entravam textos de Leis e Cânones, os quaes se enquadernaram e compraram por conta da Universidade, segundo lhe dissera Manuel Álvares, livreiro; e o Doutor Fabricio de Aragão os vira em casa do Mathematico André de Avellar, e que por eles estudava seu filho. E assi, mais faltam, dos livros velhos e antigos muitos d'elles e todas as cadêas e baroens de ferro por que estavam presos, e hũs e outros tinha e tem a seu cargo o dito André de Avelar.» (GOMES 1989, p. 292). O testemunho, já acima citado, de Fabricio de Aragão prossegue, traçando um quadro ainda mais vívido: «E indo, averá dous annos [1618], sendo outra vez deputado, visitar a dita Livraria que toda esteve e esta em poder do cartulário André de Avelar, não achou nenhum dos ditos [cinquenta] livros velhos, e queixando-se d'isto e cominando-o, que se avia de castigar aquella falta, d'ahi a dous dias, tornando ao Cartorio achou alguns dos ditos livros velhos, mas poucos e sem chapas, nem cadêas de latão. E assi ficaram entendendo que o dito André de Avelar, com medo, os mandara trazer de sua casa, e dos livros novos que acharam e dos mais mandaram fazer inventário, entre os quaes faltavam textos de Leis e Canones dos novos, que segundo sua lembrança lhe parece que viu em casa do dito André Avelar servindo-se d'elles hũ filho seu» (GOMES 1989, p. 359-360).

1 ALMEIDA 1966, doc. V, p. 24-25. Custaram 2 700 reis.

2 Acordo da Mesa da Fazenda, 11 fev. 1595. Ver também ALMEIDA 1967, p. 26.

3 MADAÍL 1932, p. 227-228 (sublinhado do autor).

4 «Asentaraõ que uisto o m(ui)to trabalho que teue o mestre amdre daelar nos liuros da V(niversida)de em dous anos hemtregando us aos liureiros E correndo com elles e dando lhe os bezerros (...) lhe dauão trinta cruzados...» (MADAÍL 1932, p. 210).



23

Francisco Suárez, o professor cujos muitos e bons livros, pagos pela universidade, nunca regressaram da residência jesuítica para a Livraria (pormenor da portada de... *Partis secundae Summae theologiae...* 1621)

querer, não avançou⁸, mas lá se terão conseguido tirar os livros da «casa particular» de novo para o «guarda-roupa», no Paço das Escolas. Aí, a biblioteca passou a ocupar dois andares⁹, pois se pagam nove mil réis a João Ramos, em 1619, pela obra de «dois portais de pedra de Ançã que fez de novo e assentou para a casa da nova livraria, um em baixo e outro em cima»¹⁰.

8 Alguma obra se pode ter começado, em 1609, se aceitarmos, como quer José Ramos Bandeira, que «as paredes estavam somente até ao primeiro lanço» (BANDEIRA 1943, p. 251), em 1695. O mesmo diz A. Rocha Madahil (cf. MADAÍL 1932, p. 218), invocando documentação de Pedro II, nunca publicada. Cremos que se equivocaram. Ver sobre este assunto PIMENTEL 2005, nota 1333, p. 489.

9 Ocuparia, então, o primeiro e o segundo piso (que tinha sido cartório) e usufruía ainda de um «cubelo» da muralha que fora do Bedel das Artes, o mesmo onde tinha «pousado», no seu tempo, o bedel Castanheda. Cf. PIMENTEL 2005, p. 460.

10 MADAÍL 1932, p. 219.

Detido Avelar, a Livraria terá sido dirigida, de 1622 até à sua morte, em outubro de 1623, pelo venal Francisco Vaz, corretor da Imprensa¹¹, a quem sucederia, apesar de o rei ter recomendado ao reitor que «procure seja em pessoa benemérita»¹², o ainda estudante Francisco Barreto de Sousa¹³. A decisão é tanto mais estranha porque os candidatos que parecem interessados no lugar eram intelectuais de muito maior peso: Fr. Bento da Cruz, Fr. Luís dos Anjos, Fr. Gonçalo dos Reis, Fr. Teodoro de Carvalho, Fr. António Brandão, Fr. Roque do Soveral e Vicente Varela Baldozer¹⁴. O escolhido teve de dar fiador de dois mil cruzados por conta dos prejuízos que (depois de Avelar) já se receavam, mas o cargo de «guarda da livraria» voltou a juntar-se ao do cartório¹⁵ e, no clima que se vai instalando no país, sob domínio espanhol, exaurido por guerras e subjugado pela vigilância da Inquisição, tais cargos vão-se tornando rendosas e hereditárias honorárias, já que neles seriam providos um filho deste e um seu neto, «mas todos inutilmente e sem exercício»¹⁶, como havia de reconhecer, mais tarde, o reitor D. Francisco da Anunciação.

NOVAS COMPRAS E PRIMEIRAS NOTÍCIAS DE VISITANTES ILUSTRES

Certamente, este «sem exercício» será força de expressão para designar uma instituição que teria deixado de prestar o seu serviço à universidade, mas que não deixara de existir, formalmente. Até porque a universidade vai nomeando os «Guardas», vai aumentando as estantes¹⁷ e comprando livros: em 17 de março de 1626, gasta 55 mil réis na compra da livraria do professor Martim Gonçalves Coelho¹⁸ e, nesse mesmo ano, «pagou mais ao Doutor António Lourenço mil réis que deu a um livreiro por um *Digesto* novo para a Livraria»¹⁹.

11 Apesar de remunerado pelo exercício do cargo, consta que costumava pedir aos impressores da universidade por cada folha um vintém «quer imprimisse quer não» (BRAGA 1895, nota 2, p. 819-820).

12 Despacho, 18 dez. 1624, citado por PORTUGAL 1855, p. 133, [col. 2].

13 Seria «guarda da livraria e do cartório» por instrumento de Obrigação e Fiança prestada a 24 de janeiro de 1626, transcrito por MADAÍL 1932, p. 230-231. Ainda era «guarda do cartorio e liuraria» em 7 de dezembro de 1656 (cf. ALMEIDA 1986, p. 51).

14 Cf. BRAGA 1895, p. 819-821.

15 Provisão régia, 8 nov. 1624.

16 Referindo-se ao neto deste, António José de Sousa e Carvalho, em 1746, dirá o reitor da época, D. Francisco de Anunciação: «... de que foram proprietários seu Pay e Avô, mas todos inutilmente e sem exercício por não hauer Liuraria ...» (PIMENTEL 2005, p. 460 e nota 1342).

17 Anotação de nov. de 1626: «Declarou q(ue) comprara p(ar)a o acre(s)centam(en)to das ditas estantes tres couceiras por quatrocentos & oitenta r(ei)s» (MADAÍL 1932, p. 220). Ver PIMENTEL 2005, p. 463.

18 Cf. ALMEIDA 1970, doc. 212, p. 158.

19 MADAÍL 1932, p. 221.



O Visitador, e «Reformador dos Estatutos», D. André de Almada descreve até, em 1638, uma «casa da livraria nova» (isto é, modernizada, já sem correntes?) que, embora vasta «de todas as ciências», estava posta em caixões²⁰, parece que arrumados em grossas tábuas de «madeira de bordo»:

«Há na Universidade uma casa da livraria nova de todas as ciências, com seus caixões, em que está posta, de bordo, e os livros encadernados em bezerro atamarado com as armas da Universidade, e se tem gastado nesta livraria muitos cruzados e está encarregada ao cartulário e guarda dela, que ora é Francisco Barreto de Sousa, e deve haver inventário deles. Porém cada vez se vai diminuindo e os padres da Companhia [de Jesus] levaram alguma parte dos livros antigos»²¹

Mas a biblioteca nem seria tão pobre como a pinta o *Reformador* já que o padre João Álvares Tronco (ou Fróveo?) será autorizado por Filipe II a nela «colher algumas curiosidades»²² e, em 23 de abril de 1651, o reitor Manuel de Saldanha receberá de Lisboa *Provisão* recomendando que fosse bem tratado Luís Frederico Trisendorf, residente na corte da rainha Kristina Wasa da Suécia, que vinha a Coimbra ver a cidade e a universidade, fazendo especial menção de que se lhe mostrem «algumas livrarias dela»²³. Referências a melhoramentos, como «um portal que se alargou para a Casa da Livraria antiga»²⁴ e a outros gastos de vulto²⁵, não bastam para

dizer — como já se disse²⁶ — que as instalações se restauraram, nem conseguem obliterar uma relativa decadência em que a biblioteca se terá arrastado todo este século, durante o qual, se não esteve de todo inativa como pode supor-se²⁷, pode ter estado geralmente encaixotada, com pouca utilidade para a Escola que haveria de servir.

OBRAS MUITO MAL FEITAS, EM 1696-1702

Só mesmo em finais do século 17 se regista mudança significativa: data de 1695 uma provisão de D. Pedro II²⁸ que, no âmbito da tão aguardada reforma dos «gerais» que o reitor Nuno da Silva Teles (1º) irá conseguir promover, entre 1696 e 1702, se não reinstalou totalmente a biblioteca (no local de sempre) embelezou-a, pelo menos, com uma sobreporta esculpida por Claude de Laprade (**Figura 22**). Se acaso passou da porta, a obra foi muitíssimo mal executada porque, em 1705, os livros já tinham recolhido ao Cartório²⁹, por ruína da casa «renovada». Mas a universidade não desistia do propósito da Livraria pública: em cartas de 8 de junho e de 31 de julho de 1716, o reitor Nuno da Silva Teles (2º do nome) comunica ao rei o seu desejo de comprar a biblioteca particular de Francisco Barreto por 10 ou 12 mil cruzados, para acomodação da qual

«era necessário fazer-se uma casa (...) por ser pequena e escura a que ao presente há»³⁰

A resposta do monarca — Provisão régia enviada a 31 de outubro seguinte — confirma não só as pretensões do reitor, como lhes dá um fôlego muito maior, autorizando a construção de um edifício novo e próprio no espaço universitário.

20 Todavia, «caixa» usava-se também no sentido de «prateleira» ou «tabela» de estante, em Coimbra, no século 18 (cf. CARVALHO 1921, p. VIII) e ainda cerca de 1890 (cf. RIBEIRO 1914, p. 414-415).

21 No original: «Mouéis da V(niversida)de que amdam em mãos de diuerças pessoas e se lançaõ aqui por memoria. Livraria ¶ Há na Vniuersidade huma caza de liuraria noua de todas as sciencias com seus caixois em que esta posta de bordo e os liuros emcadernados em bezerro atamarado com as armas da Vniuerçidade e se tem gastado nesta liuraria muitos cruçados e esta emcarregada ao cartulário e guoarda della que ora he francisco barreto de Sousa e deue auer jmuentario delles porem cada ues Se uaj deminuindo e os padres da compp(anhi)a Leuarã aleguma parte dos liuros antigos» (MADAÍL 1932, p. 220). Note-se que os jesuítas tanto levavam os livros antigos da biblioteca universitária como, quando lhes convinha, invocavam o desleixo da academia para reivindicar para o seu Colégio, por exemplo, os livros do *doctor eximius*, adquiridos pela universidade. Apesar do que se tem escrito, cremos que nenhum destes livros de uso de F. Suárez ingressou na biblioteca da universidade.

22 PIMENTEL 1877b, p. 474. António José Teixeira refere esta autorização (20 jul. 1652) como sendo para «examinar as livrarias [sic] dessa Universidade» (TEIXEIRA 1889, p. 309) e recolher curiosidades do gosto del-rei, por este encomendadas. Alguns leem neste documento «João Alves Troco» (FEIO 1857, p. 42; PIMENTEL 1877b, p. 474; PIMENTEL 2005, nota 1340) e outros «João Álvares Froveo» (ALMEIDA 1964, doc. XXIX).

23 Cf. ALMEIDA 1964, doc. XXVIII. Noutros autores, João Frederico ou Luís Francisco.

24 Apontamento da *Receita e despesa*, de 18 de junho de 1672, citado por PIMENTEL 2005, p. 466 e nota 1376. À margem, escreve-se «caza que foi liuraria», o que (se é certo) pode indicar que já não fosse Livraria e que os livros continuavam em «casa particular».

25 A *Provisão* de 27 de agosto de 1677 autoriza uma despesa de 118\$000 reis na casa da Livraria (cf. PIMENTEL 1877b, p. 473). FEIO 1857, nota 1, p. 13 e TEIXEIRA 1889, p. 309 dizem 118\$800.

26 «Em 1677 é restaurado o local que a biblioteca ocupa no Paço...» (FIGUEIRAS 1991, p. 155).

27 A ideia está generalizada, mas foi assim elegantemente descrita por A. Filipe Pimentel: «... sobreviveria, por toda a centúria, no plano meramente formal, sofrendo com o tempo contínuas perdas do seu magro espólio, a despeito de uma ou outra incorporação com que se tentava, sem grande entusiasmo, contrariar essa tendência e fazer cumprir os Estatutos» (PIMENTEL 2009, p. 14).

28 Cf. MADAÍL 1936, p. 651.

29 Cf. PIMENTEL 2005, p. 466.

30 Carta parcialmente transcrita na Provisão de 22 de outubro de 1716 (cf. BRAGA 1898, p. 266). A biblioteca de Francisco Barreto (Fróis?) será afinal comprada por 5:600\$000 reis ou 14 mil cruzados (cf. FEIO 1857, p. 42).

199
Litteras que Secretario nas Aulas
da Universidade de Coimbra

Livraria

Hanc Augustus dedit Libris Colimbris etiam
Dⁿⁱ Caput Exornet Bibliotheca suam.

Livraria
Lusiada Hanc vobis sapientia Condiderunt
Ductores Libri miles et arma Libris.

3.
Lira porfira.
Cum tibi docitiloque patuas penetrates Mente
Sis adevno Celestis ab evno pigid.

4
Lira pordeira.
Hanc sibi qualem posuit Sapientia Libris
qua non in tuis Lantid orbe mica.



26
Figura da *Biblioteca*
arrumando livros na
estante, no teto da Sala 1
da Biblioteca Joanina

«Hanc augusta dedit libris Collimbria sedem, ut caput exornet bibliotheca suum»*

(Anónimo, distico no exterior da biblioteca, ca. 1727)

* Esta é a sede que Coimbra Augusta deu aos livros, para que a biblioteca lhe coroe a testa

1716-1728: constrói-se a mais bela biblioteca universitária do mundo



Sobre a preciosa «Livreria» nova, hoje conhecida como *Biblioteca Joanina*, do nome do rei D. João V, já muito se disse. É um edifício incontornável em qualquer roteiro de Coimbra, em qualquer história de arte barroca¹ ou em qualquer dos *top10* que hoje se fazem das mais belas bibliotecas históricas do mundo². Figura em inúmeras fotografias³, mas também em literatura⁴ e na banda desenhada⁵.

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA JOANINA

O edifício terá a sua primeira pedra solenemente colocada, em presença do reitor, em 17 de julho de 1717. As obras duram até

1 A partir de dezembro de 2014, na reformulação da exposição permanente *Europa 1600-1800* do Victoria & Albert Museum, de Londres, e do seu «sítio» na Internet, o barroco europeu irá ser representado pelo estilo de D. João V, onde a Biblioteca Joanina avultará, a par com Mafra e com a igreja de S. Francisco.

2 Foi distinguida por Emily Temple com o primeiro lugar no *ranking* das 25 mais belas bibliotecas universitárias do mundo do portal *Flavorville* e do guia internacional *Flavorpill*, de Nova Iorque.

3 A Joanina foi objeto da primeira fotografia de interiores realizada em Coimbra, em setembro de 1866, num tempo em que fotografias como essas exigiam enormes lentes e exposições muito longas, que não eram acessíveis a qualquer fotógrafo. Fez esta foto Charles Thurston-Thompson (1816-1868), do *South Kensington Museum*, para o álbum *Monumentos Architectonicos de Coimbra*. Recentemente, figurou no livro *Em Portugal = In Portugal* (2007) de Candida Höfer e em *Temples of knowledge: historical libraries of the Western world*, de Ahmet Ertuğ (2009) e foi capa do álbum de Libório Manuel da Silva, *Bibliotecas: maravilhas de Portugal* (2013), publicado pelo Centro Atlântico (também em versão inglesa). É-lhe totalmente dedicado o livro recente com fotografias de Paulo Mendes e introdução de Carlos Fiolhais, editado pela IUC (MENDES 2013).

4 Evocada desde João Salema, adjunto do bibliotecário da universidade, em *A Colina Sagrada*, passando por Paulo, o bibliotecário da BGUC que é personagem em *Para sempre* de Vergílio Ferreira até, mais recentemente, se ter tornado cenário da *História do rei transparente*, de Rosa Montero, ou esconderijo para os apontamentos sobre um manuscrito de A. Einstein inventado na «terceira estante da esquerda» junto ao retrato do rei, no romance *A fórmula de Deus*, de José Rodrigues dos Santos.

5 Figura em *L'ombre du démon* de Christian Perrissin (cenários) e Marc Bourgne (desenho), o 25º da série *Barbe Rouge* (Paris: Dargaud, 1999) e, mais recentemente, no álbum de José Pires *A Batalha do Buçaco* (Lisboa: Ancora, 2010), como lembra Carlos Fiolhais (MENDES 2013).

1728⁶, um período curto que terá contribuído, com certeza, para a sua notável unidade de estilo, para a coesão entre a estrutura do edifício, o mobiliário e a decoração.

Durante a construção da nova «Casa da Livreria» nos paços universitários, os fundos bibliográficos antigos devem ter permanecido recolhidos no «cartório» (na esquina noroeste do Paço⁷), sem poderem ser utilizados nem por estudantes nem por professores.

O plano do piso nobre, desenho modular de grande qualidade, com proporções de tal forma equilibradas que o espaço aparenta ser maior do que é, deve ter sido delineado em Lisboa e remetido à universidade. Por isso, não existe em Coimbra documentação dessa encomenda. Poderá existir nele a influência de um saber específico, português, obtido na construção e organização da biblioteca real de D. João V, destruída pelo terramoto de 1755? Infelizmente, não podemos saber. A engenhosa dissimulação das escadas dentro dos arcos triunfais e os escadotes deslizantes embutidos nas ilhargas das estantes são duas soluções originais que nada devem às plantas de bibliotecas estrangeiras, que o rei pedirá a embaixadores e emissários, antes de 1727⁷. Aqueles relatórios viriam talvez a tempo para as obras de Mafra ou das Necessidades, mas não para serviço das bibliotecas do Paço da Ribeira ou esta de Coimbra, cujos planos estariam totalmente fixados, ou mesmo executados, naquela data. E estas duas soluções são das melhores originalidades de Coimbra.

6 «Em Março ainda os carpinteiros trabalharam na forragem de um dos compartimentos do piso inferior, concluindo-se a 29 de Maio desse ano...» (FERRÃO 1993, p. 106).

7 D. Luís da Cunha, depois de visitar as das abadias de Dielegem, Grimberg e Affligem, em Lovaina, escreveu: «nemhuma achei digna de atenção, nem pelo numero dos livros nem pela sua raridade ou outras curiosidades e muito menos pelo asseio, disposição e concerto das mesmas livrerias; comtudo, mandei tirar os planos dos edificios que para ellas expreçamente se fizerão (...) Devo advertir que a livreria da universidade de Louvaira [sic] ainda esta por assoalhar e so se trabalha no tecto...» (Carta de D. Luís da Cunha a D. Diogo de Mendonça Corte Real, Bruxelas, 2 mai. 1727. Transcrita por ALMEIDA 1991, doc. 3).

O PERSISTENTE ENIGMA DA AUTORIA

Depois de *O nome da Rosa*, de U. Eco, ganhámos todos alguma consciência de como o plano de uma biblioteca pode ser decisivo para o seu sucesso... ou para o seu incêndio. O plano da Biblioteca Joanina deve ter influído favoravelmente no seu sucesso⁸, embora permaneça o enigma de quem tenha sido o autor. Sabemos que foi paga a Manuel Moreira, morador em Santa Clara, uma planta dos «baixos da casa da Livraria», mas este artista desempenhará papel modesto no resto da obra⁹. Manuel Moreira, entalhador, deve ter-se limitado ao levantamento do pré-existente (a prisão em ruínas), não sendo o autor dos planos; e, além disso, os «baixos» do edifício não faziam parte da biblioteca, tinham apenas função de suporte, já que a sua planta nenhuma relação tem com a do andar nobre. Cremos que ainda ninguém avançou explicação razoável para esta falta de relação (sequer de comunicação) entre os pisos inferiores e o salão nobre, apenas este projetado para acondicionar os livros e para dar acesso aos leitores. Sabemos também que, em 1728, findas as obras, se procurava alugar as «casas da Universidade que ficam por baixo da Livraria»¹⁰, o que a instituição habitualmente fazia com as muitas «casas grandes» que possuía pela cidade.

Enquanto os documentos conservados no Arquivo da Universidade são extremamente minuciosos sobre contratos, pagamentos e todas as miudezas da obra, são totalmente omissos sobre a autoria, revelando apenas na condução da obra o nome de João Carvalho Ferreira, mestre-de-obras da Universidade, que seria logo substituído por Gaspar Ferreira (empreiteiro contratado inicialmente para a realização das estantes), devido a dificuldades daquele na interpretação da planta e na supervisão. Esta circunstância basta para garantir que o primeiro não tenha sido o seu autor. Os historiadores de arte Robert Smith, Aires de Carvalho ou, mais recentemente, António Filipe Pimentel¹¹, julgam provável

que o autor do projeto (a não ser o «prático» Gaspar Ferreira¹²) seja o francês Claude de Laprade, atendendo às semelhanças formais da disposição interior da biblioteca com a obra escultórica deixada nos Gerais (1699-1702), assim como do trabalho das estantes com algumas estruturas retabulares executadas no mesmo período para igrejas da capital.

Talvez valha a pena salientar, uma vez mais, a excelência e a originalidade do plano adotado. Sobre a qualidade da construção, resta dizer da inteligência (não apenas uma solução barata) de revesti-la interiormente com madeira, material que garante a estabilidade térmica do edifício e evita a condensação de humidades, mas pintada em marmoreados, para agradar à mentalidade «teatral» de Setecentos.

UMA «BIBLIOTECA FALANTE»

Também se desconhece(m) o(s) autor(es) dos diversos letreiros latinos¹³ que tornam a Biblioteca Joanina numa «biblioteca-falante». Sabemos que os planos dos tetos (1723-1724) são do pintor lisboeta António Simões Ribeiro e foram apenas aprovados pela universidade. As legendas sobre a porta podem ser locais, até pela semelhança que evidenciam com as que existiam em todas as outras portas dos Gerais, pelo menos desde 1701-1702¹⁴. Logo no pórtico principal, inicia-se o singular programa, que integra arte, pensamento e cultura num «discurso» eloquente. No entablamento, grava-se frase latina que diz:

«Esta é a sede que Coimbra Augusta deu aos livros, para que a biblioteca lhe coroe a testa»¹⁵

Ideia poderosa da proeminência da Livraria, implantada qual «coroa» da colina universitária e esta, por sua vez, testa (ou inteligência) da cidade. A bandeira da porta de madeira ostenta uma tarja metálica com outra inscrição:

8 «... um pensamento superior presidiu à sua construção e arranjo metucioso...» (INAUGURAÇÃO 1956, p. 4).

9 Cf. FERRÃO 1993, p. 92.

10 Cf. FONSECA 1995, p. 331.

11 «E, neste contexto, há fundadas razões - desde logo a sua familiaridade com o edifício universitário, onde colaborara, entre 1699 e 1702, na decoração escultórica da nova ala das aulas (Gerais) - que apontam para a responsabilidade de Claude de Laprade, escultor natural de Avignon, estabelecido em Lisboa desde inícios do século XVIII, onde dividia a sua atividade entre o trabalho da pedra e o da madeira (escultura e retábulos), com maior sucesso na clientela nacional; sendo certo que a obra da Biblioteca alia de extraordinária forma ambas as valências, promovendo uma brilhante síntese das tendências nacionais e internacionais dos inícios da centúria.» (PIMENTEL 2008).

12 A autoria de Gaspar Ferreira tinha sido defendida por Pedro Miguel Ferrão (FERRÃO 1993), que já não subscreve esta hipótese no texto (inédito) que elaborou para servir de guião a este capítulo (FERRÃO 2012).

13 «Não foi possível descobrir o auctor dos versos latinos (...) que são bem feitos e muito conceituosos» (FEIO 1857, nota 1, p. 19).

14 Cf. BGUC Ms. 776, f. 63.

15 Tradução de António F. Pimentel (PIMENTEL 2009, p. 17). No original: *Hanc augusta dedit libris Collimbría sedem, / vt caput exornet bibliotheca svvm.*



27

Anjinhos colhendo livros da árvore da Sabedoria, motivo do teto da Sala 3

«Lusos, a Sabedoria edificou-vos esta fortaleza: por capitães os livros;
por soldados e armas a fadiga»¹⁶

Palavra e imagem integram-se e reforçam-se de uma forma ainda mais visível no interior. Sobre a porta de entrada, nova cartela metálica remete para o código discursivo e imagético da biblioteca, afirmando:

«A todos se franqueiam estes palácios, de livros adornados.
Entra aqui, consulta os autores e serás douto.
No teu estudo, esta lei e norma deve ser observada:
A mente leia, medite com zelo, a pena anote»¹⁷

16 Tradução nossa. No original: *Lusidae, hanc vobis sapientia condidit arcem: doctores libri; miles et arma labor.*

17 Tradução de António F. Pimentel. No original: *Panduntur cunctis excolta palatia libris: / huc (hoc) ades; authores consule, doctus eris. / Haec tibi pro studiis et lex et norma tenenda est: / mens legat, observet sedvta; penna notet.*

TETOS EM «TROMPE L'OEIL» E UM RETRATO REAL ATRIBUÍDO A DOMENICO DUPRÀ

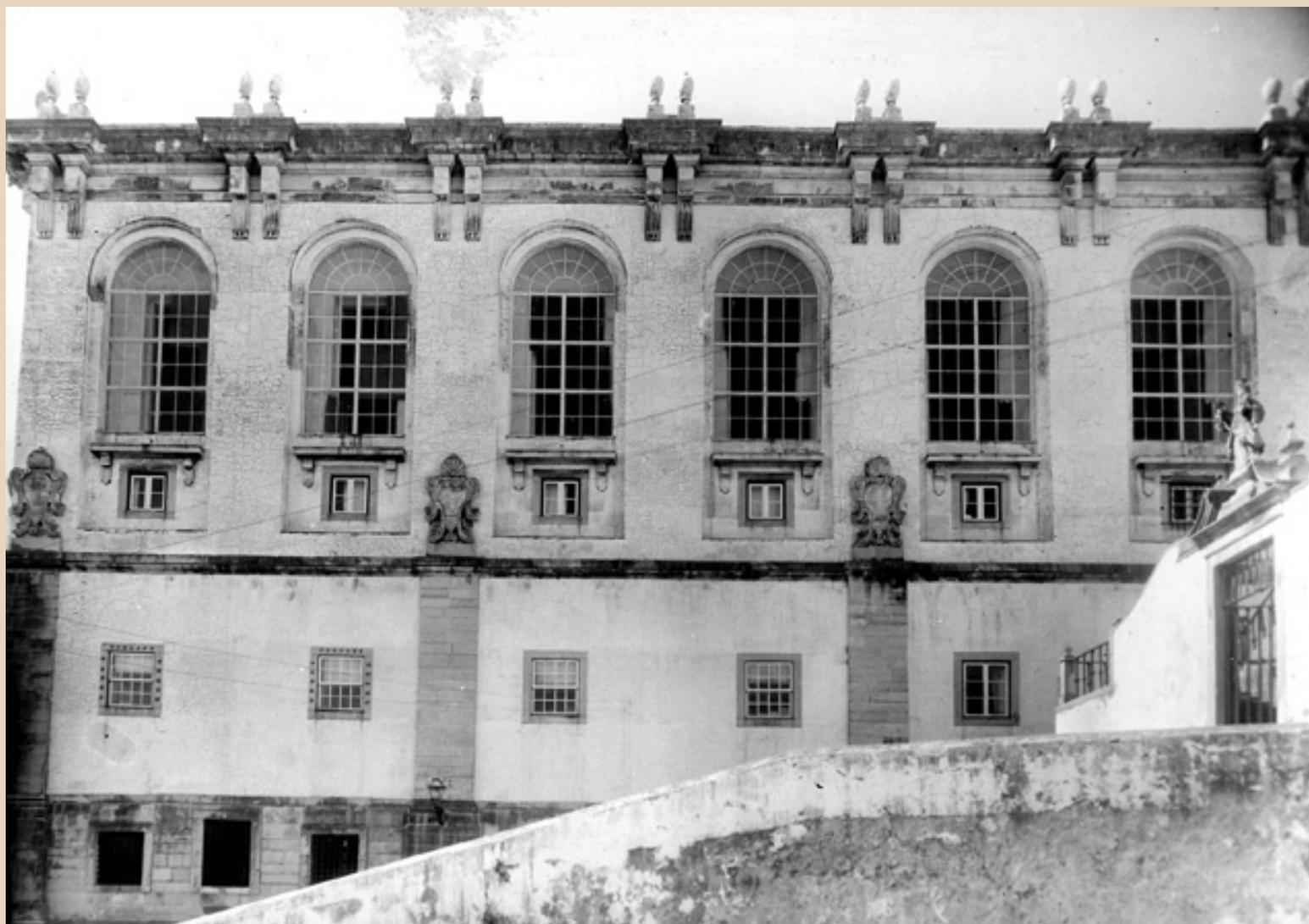
O ambiente da primeira sala prossegue o mesmo discurso simbólico nas pinturas das sancas e dos tetos. A todos eles preside uma figura da *Sapiência* ou *Sabedoria* (símbolo da Universidade de Coimbra), sob a forma de uma mulher. Na sala 1 (ou «primeira casa» ou «sala verde») a *Sabedoria* é a própria *Biblioteca* (autenticada pela inscrição *Bibliotecae imago*), arrumando em estantes os livros trazidos por pequenos anjos, com a legenda «Estas estantes ornem-se de livrinhos, felizes»¹⁸ (Figura 26). Nas sancas, a *Biblioteca* parece receber o conhecimento dos quatro continentes da Terra que até então se conheciam, representados por alegorias de África, Ásia, Europa e América. Na sala 2 (a «sala vermelha»), a Universidade representa-se de novo enquadrada por atributos morais: Fortuna, Fama, Honra e Virtude. O tema dos livros será retomado na sala 3 onde, em torno da figura da *Sabedoria* (aqui, *Enciclopedia*), pequenos querubins colhem livros numa árvore (Figura 27). As pinturas dos tetos ajudam a explicitar que «para além da soma das matérias professadas em cada Faculdade, a Biblioteca cumpria o ideal supremo da Universidade: o de reunir todos os saberes num mesmo espaço concreto»¹⁹. O discurso em louvor do conhecimento vai, assim, avançando ao longo das três salas (numeradas sucessivamente 1, 2 e 3, a partir da porta), para culminar no retrato do rei, situado em posição axial, que lembra a do altar numa igreja. Numa cartela, sob a elaborada estrutura cenográfica deste retrato de D. João V, o «rótulo» pode traduzir-se:

«O retrato régio que contemplas está na tua frente como um espelho:
Nesse espelho vês tudo o que este palácio contém.
E tudo o que de majestoso ostenta, realizou-o João Quinto.
Viva eterna a obra, juntamente com o Príncipe»²⁰

18 Tradução nossa. No original: *Felices ornent hanc instrumenta libellos.*

19 Prefácio de José Augusto Bernardes in MENDES 2013, p. 11.

20 Tradução de António F. Pimentel. No original: *Regia, quam cernis, speculum tibi praestat imago: / in speculo totum, quod capit aula, vides. / Quae quae angusta patent, iohannes ordine quintus condidit, / aeternum principe vivat opus.*



28

As desaparecidas
decorações das fachadas
laterais da Biblioteca
Joanina e obras da
D.-G. dos Edifícios e
Monumentos Nacionais



A BIBLIOTECA JOANINA NÃO FOI PAGA PELO REI, MAS PELA UNIVERSIDADE

Que se atribua «tudo o que de majestoso ostenta» a D. João V, eis um elogio tão falso como o são a maior parte deles ²¹: a obra, realizada mediante aval do rei, não foi paga por ele. Foi toda paga pela universidade e custou 67 contos ²². E aproveitamos para esclarecer aqui — de uma vez por todas — o número de volumes que se conservam atualmente na Joanina e que — correspondendo praticamente à carga máxima das estantes — nunca devem ter sido números muito diferentes: 28.943 volumes no piso nobre, 14.514 volumes no intermédio (Sala 4) e 12.496 nos depósitos do piso inferior (Sala 4 A), sejam cerca de 55 mil volumes no total.

Importa dizer, por fim, que a biblioteca que hoje se visita já não é exatamente como era há séculos. Simplificaram-se as fachadas laterais, numa intervenção muito discutível dos Monumentos Nacionais (**Figura 28**), abriram-se e fecharam-se portas, o reposteiro da entrada deve ser de inícios do século 19 ²³ e as últimas peças de mobiliário ali introduzidas foram desenhadas pelo arquiteto Victor Mestre (n. 1957), no âmbito do Gabinete de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património da UNESCO. Temporariamente, também lá está um piano, doação de Maria Augusta Barbosa, que deverá ser retirado para restituir ao espaço uma feição mais setecentista. Finalmente, registre-se aqui para memória futura que, entre dezembro de 2012 e julho de 2013, foi restaurada a porta principal, com intervenções na madeira de angelim, nas pregarias, peças móveis e dísticos em bronze dourado, tanto do exterior como do interior. Esta operação obrigou a criar (temporariamente) caminhos alternativos para o trânsito dos morcegos que habitam no seu interior e que também necessitam de se alimentar no exterior.

21 Não obstante ser D. João V justamente elogiado por toda a Europa como fundador de bibliotecas e de outras instituições culturais: «Academias instituis lectissimis ingenii refertas: Bibliothecas, Cinceliarchia, Observatoria coelestia fundas ac ditas» (BIANCHINI 1728, p. IV).

22 FERRÃO 1993, p. 109. O número preciso é 66:622\$129, segundo FEIO 1857, p. 9, 36.

23 «... o qual há pouco allí fôra collocado, e é, se não rico, assaz decente...» (FEIO 1857, p. 32). No piso intermédio, existe um «reposteiro armoriado, do século XVIII» (SUBSÍDIO 1921, p. 180), só aí colocado em 1916.



30

Os números em metal foram aplicados, em 1731, sobre a pintura acharoadada das estantes, executada entre 1723 e 1727 pelo mestre conimbricense Manuel da Silva



«... entrando no labirinto da arrumação da Livraria...»

(D. José I, *Provisão de mercê de uma tença*, 15 dez. 1752)

1728-1772: quase cinquenta anos de indefinições



monografista de Coimbra que assina Bernardo de Brito Botelho, escrevendo cerca de 1726-1728, descrevia assim a construção que se ia ultimando na universidade:

«Junto a esta Real Capela [de S. Miguel], se faz de próximo uma grandiosa Livraria, com grandioso pórtico e magnífico edifício que, em quanto ao material, por fora e por dentro está acabada, falta o ornato dos livros, que na direção, ordem e custo será uma das maravilhas de Europa, pois só no material de obra, pinturas e dourados, que ainda vão continuando, se tem gasto, até o ano de 1725, cento e cinquenta e oito mil e tantos cruzados. O custo dos livros de todas as Artes e Ciências chegarão a soma extraordinária»¹

MUDANÇA DE PLANOS, EM 1731, E UMA BIBLIOTECA POR ABRIR?

Quem planeou as três salas do piso nobre, talvez tenha pensado que a biblioteca pudesse arrumar-se por matérias. E pode até ter querido fazer corresponder os «emblemas» sobre os arcos aos assuntos dos livros: sucessivamente, Medicina, Matemática, Cânones, Leis, Retórica (Artes) e Teologia. Poucos anos depois, alguém decidiu usar uma arrumação mais «tradicional», tipo Sala-Estante-Tabela. Parece-nos ser esta a única explicação para vir tão fora de tempo o contrato para a execução dos números de latão², que se tiveram de assentar sobre as pinturas acharoadas (**Figura 30**), concluídas

1 BOTELHO 1733, p. 23. Florêncio M. Barreto-Feio há de esclarecer-nos, mais tarde: «Os primeiros livros da bibliotheca (...) custaram 9:585\$000 réis. Depois comprou-se em Lisboa uma livraria por 4:800\$000 réis» (FEIO 1857, p. 39), o que perfaz catorze contos, trezentos e oitenta e cinco mil réis.

2 As decorações tinham terminado em 1727, mas em 13 de maio de 1731 contrata-se «fazer os numaros das estantes da caza da lliuraria m(ui)to bem dourados (...) a preço cada lletra de oitenta reis...» (ALMEIDA 1974, doc. 221, p. 98).

em 1727, depois de quarenta longos meses de trabalho. De quem pode ter sido a decisão de dar arrumação à «Casa», em 1731, e com sacrifício das pinturas existentes? O «guarda da livraria» nomeado não exercia, de facto, e deste ofício apenas se sentia «proprietário» de mais um cargo lucrativo³.

Existe uma ideia simplista e, claro, pouco verdadeira de que a biblioteca permaneceu encerrada até 1777. Se é certo que não abria com regularidade, sabemos que (sobretudo depois de 1743) não se negava o acesso «a uma ou outra pessoa de consideração»⁴ ou que dela tivesse necessidade. Um exemplo: apesar de ter à mão a livraria excelente do seu Colégio de S. Pedro, Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas tê-la-á frequentado⁵, ou ainda na qualidade de aluno, logo a partir de 1740, ou, mais tarde, como um aprendiz de bibliófilo em que se viria a converter. Se pudéssemos investigar a produção intelectual da cidade, por meados do século 18, encontraríamos provavelmente evidência em livros escritos em Coimbra do uso dos amplos recursos bibliográficos da biblioteca universitária⁶. Cujos acesso, recorde-se, se facultava às pessoas «de consideração».

3 Um cargo que teria estado na sua família «por mais de cem annos» (COSTA 1961, doc. CVI, p. 204). Do interesse que António José de Sousa e Carvalho, que se intitulava «Caualeiro professo na ordem de Christo, proprietario dos ofisios de guarda da lliuraria e cartorio e corretor das impresois», teria por estes cargos diz bem o facto de ele ter chegado a consignar como garantia de um empréstimo o ordenado de um deles (ou de todos, se necessário), em 16 de abril de 1753 (cf. ALMEIDA 1974, doc. 296, p. 375-379 e FONSECA 1995, p. 631 e nota 181).

4 PIMENTEL 1877b, p. 476.

5 Cf. VAZ 2012, p. 81 sgts.

6 A erudita resposta que, em 26 de junho de 1756, os párocos de Coimbra dão à pergunta *Se há memória de que em algum tempo houvesse Terramoto e que dano fez em cada lugar?* é absolutamente distinta (pela quantidade de fontes bibliográficas citadas) da de qualquer outra diocese do país. Ver AMARAL 2014. Outro exemplo: a partir de 1765, a Universidade passa a exigir nos concursos académicos uma dissertação escrita, para elaboração da qual se facultava o acesso à Biblioteca — e apenas aos opositores, sem ajuda de terceiros — durante todo o dia que aos candidatos se dava para redigi-la (cf. FONSECA 1995, p. 451-452).

Cunhos dos *superlibros*
do mocho, atribuíveis
ao século 18





Ao contrário do que aconteceu noutras bibliotecas do país, não há memória de danos ali ocorridos durante o terramoto de 1755⁷.

Sublinhando o conservadorismo da universidade de então, António Filipe Pimentel viu neste quase encerramento da Livraria alguma resistência à novidade que os livros representavam: «resignar-se-á o monarca a prover a sua obra de *livros de filosofia e medicina, especialmente dos sistemas modernos*, na esperança de que alguém os lesse e fosse, desse modo, bebendo o que a instituição lhe não fornecia». E prossegue, com ironia: «Com a sua secular sabedoria, a Universidade faria dilatar no tempo o momento de lhe franquear o acesso...»⁸. Não queremos aqui eximir a nossa universidade das suas culpas (que as teve), mas a explicação poderá ser bem mais comezinha. Como mais tarde explicará o Bibliotecário Bernardo de Serpa Pimentel, o hiato a que nos referimos teve a ver com as dificuldades na elaboração dos catálogos e na colocação dos muitos livros que se compraram⁹.

O PAPEL DO SÍNDICO ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA AZEVEDO

Ia-se aprontando a «Casa» e adquirindo livros até que, em 1743, a chave da Livraria nova é entregue ao Síndico da universidade, o bacharel António de Sousa Azevedo, de quem Barreto Feio diz, certamente com bom fundamento em documentação ou em tradição existente no seu tempo, e hoje perdida:

«... para cuidar na limpeza e reparos dela, na separação dos livros e catálogo deles, começando aquela casa a ter forma; e logo no princípio de agosto [de 1743], e por espaço de cinco anos, pouco mais ou menos, continuou na diligência que lhe fora cometida, apeando das estantes todos os livros que ali se achavam em montão, cheios de muito pó, e também de ninhos de andorinhas que entravam pelas vidraças, que estavam desbaratadas»¹⁰

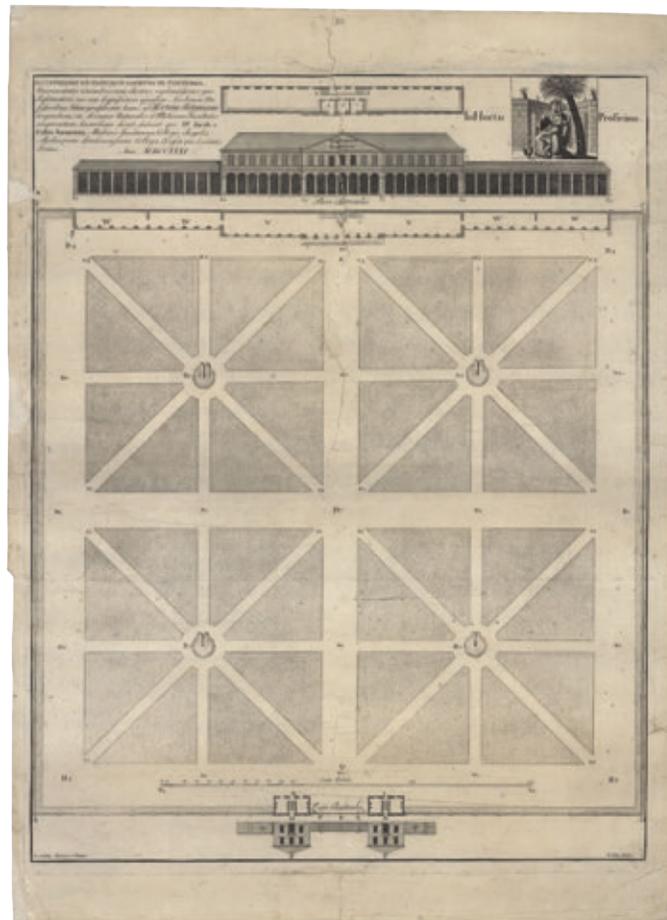
D. José, ao deferir, em 1752, uma tença que dará aos filhos deste, acrescenta que tendo ele servido esse lugar de Síndico durante quinze anos com «notória satisfação», foi prejudicado nesse exercício:

7 Cf. RIBEIRO 1914, p. 119.

8 Ambas as citações desta frase são de PIMENTEL 1998, p. 51 (sublinhados do autor).

9 Cf. PIMENTEL 1877b, p. 476.

10 FEIO 1857, p. 43. Serpa Pimentel diz quase o mesmo: «Foi só então que começaram tão necessários e importantes trabalhos [i. é, *catalogação e colocação*], os quaes por muitos annos continuaram a ser dirigidos e em grande parte executados por este funcionário, mediante uma pequena gratificação, accrescendo entretanto á livraria novas provisões de obras, e começando a ser franqueada a uma ou outra pessoa de consideração, ou que mais urgentemente carecia de consultar os seus livros» (PIMENTEL 1877b, p. 476).



32

Plano de um *Jardim e Biblioteca Botânica* para Coimbra, elaborado em Londres a expensas de Jacob de Castro Sarmento (1731) e oferecido ao reitor (BGUC Ms. 3 377/75)

«... entrando no labirinto da arrumação da Livraria da dita Universidade e na fatura do Index dela, que fizera por sua própria mão, e por este excessivo trabalho contrairá queixas e sendo por elas deposto de síndico...»¹¹

Todo esse trabalho terá sido feito sem qualquer nomeação formal, pois o advogado António José de Sousa Azevedo virá a solicitar, em 1768, o ofício de Guarda da Livraria, vago pela morte do seu «proprietário», mas que não lhe será concedido¹².

11 Cf. COSTA 1959, doc. XCVIII, p. 92-93. Sem querer aqui desconsiderar o excesso de trabalho que teria tido no *labirinto* da Livraria, aposentar-se-á de Síndico não só pelas queixas mas por «moléstias que padecia» (COSTA 1959, doc. IX, p. 9), antes de 15 de outubro de 1750.

12 Cf. COSTA 1961, doc. DVI, p. 204. Já opositor teólogo, António José de Sousa e Azevedo (o mesmo?) será, contudo, provido nos ofícios de Guarda do Cartório e de Revisor da Imprensa, nesse ano.

Sem a desculpa de outros tempos, de lhe faltarem o edifício ou os livros, os ofícios a prover ou o dinheiro para a custear¹³, o facto é que a universidade resistia a «fazer-se pública a livraria e criarem-se ofícios para ela»¹⁴, como o rei lhe lembrava, ainda em 1750. E por *Provisão* de 3 de novembro seguinte, reiterada em 21 de fevereiro de 1751, o rei insistia em pedir informação ao reitor «se há alguns sujeitos capazes para serem bibliotecários da Livraria»¹⁵.

CATÁLOGO DE ASSUNTOS DESDE 1743?

Não possuímos esse *Index* de Sousa Azevedo, que teria sido o primitivo catálogo da Biblioteca Joanina¹⁶, mas conhecem-se cópias melhoradas dele, em 13 grossos volumes encadernados, dos finais do século 18 e inícios do 19¹⁷. Não são meras listas ordenadas por nome do autor ou por título; pelo contrário, estão meticulosamente classificadas por Faculdades e por matérias, contendo para cada livro uma ou mais rubricas de assunto (**Figura 33**). Em meados do século 18, raríssimas seriam as bibliotecas onde se faziam catálogos de matérias. Se esse foi o plano desde o início¹⁸, a universidade mostrou-se ambiciosa, demasiado ambiciosa até, mas terá descurado a orientação técnica dos trabalhos de organização bibliográfica. Talvez por não os ter cometido, desde o início, a um bibliotecário, como bem notava Filipe Maciel, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, em 1751:

*«que tendo feito a Universidade de Coimbra uma tão extraordinária despesa no material da sua Livraria, tanto no corpo do edifício, quanto no número de livros que para ela se tem comprado, necessariamente devia haver um bibliotecário»*¹⁹

13 Para o período de 1700 a 1770, resume assim Fernando Taveira da Fonseca: «a Universidade não apresenta nunca (...) um saldo negativo nas suas contas» (FONSECA 1995, p. 755).

14 Provisão, 8 abr. 1750, citada por PIMENTEL 1877b, p. 476.

15 No original: «se há alguns sog(ei)tos capazes p(ar)a serem bibliotecarios da Livraria ... como tão bem p(ar)a os continuos» (COSTA 1959, doc. X, p. 11 e doc. XXXVI, p. 34).

16 Eram «oito catálogos, porque eram oito as faculdades» (FEIO 1857, p. 44), diz Barreto-Feio sem citar as fontes, só podendo com isto querer dizer que seriam oito áreas do saber, já que, nessa época, as Faculdades eram realmente quatro, para além da de Artes.

17 BGUC Ms. 3412 a 3424.

18 Nada indica que não fosse; apesar do nome *Index* sugerir uma ordenação por nomes, se este catálogo primitivo não seguisse o mesmo critério de matérias, menos se justificaria o seu posterior desaparecimento. Se fosse catálogo de autor-título, por exemplo, (apesar de menos completo, naturalmente) proporcionaria sempre uma alternativa de acesso à documentação e não teria sido descartado facilmente. Ribeiro dos Santos já refere na *Mimuta* os «índices elaborados recentemente ou catálogos de matérias» como uma das responsabilidades do Bibliotecário-Maior.

19 FONSECA 1995, nota 54, p. 790.

Em 1754, quando sobem generalizadamente os ordenados na universidade, o reitor inclui nos encargos fixos anuais (existentes ou iminentes) também «o ordenado do bibliotecário»²⁰. Pensava já em novo responsável ou referir-se-ia o reitor ao «guarda» que tão pouco empenho parecia ter no exercício desse cargo?

O descontrolo da catalogação manter-se-ia em 1769-1770, quando a instituição não parece ter respondido (por não poder ou não querer responder?) ao *Edital* da Real Mesa Censória, que pedia a remessa de «um catálogo fiel de todos os livros impressos, ou manuscritos...»²¹.

O PATROCÍNIO BIBLIOGRÁFICO DO REI

É facto assente que o rei queria recheiar abundantemente (e de obras atualizadas) todas as bibliotecas que teve a iniciativa de fazer, em Coimbra, em Mafra, no Paço da Ribeira ou nas Necessidades. E é igualmente facto assente que queria renovar o ensino excessivamente escolástico da universidade. Para isso, correspondia-se com o Cardeal da Mota e com o embaixador D. Luís da Cunha²², com o conde de Tarouca, em Viena, e com o seu agente em Paris, Francisco Mendes de Góis (que lhe vão comprando preciosidades bibliográficas por toda a Europa²³) e consultou os famosos António Nunes Ribeiro Sanches e Jacob de Castro Sarmiento sobre a reforma do ensino médico²⁴.

O verdadeiro impedimento para a imediata abertura da Biblioteca seria, quanto a nós, a falta de um corpo técnico que pusesse em ordem o fundo bibliográfico antigo e a livraria de Francisco Barreto cuja aquisição tinha servido de pretexto, em 1716, para pedir ao rei «casa competente» e não os «livros de Filosofia e Medicina, especialmente dos sistemas modernos»²⁵, que D. João V lhe mandara comprar para completar os fundos existentes. Cremos que não será por receio do confronto com a modernidade, que «fechada e silenciosa, a Biblioteca

20 Consulta de 22 de junho de 1754. Ver sobre este assunto FONSECA 1995, p. 495.

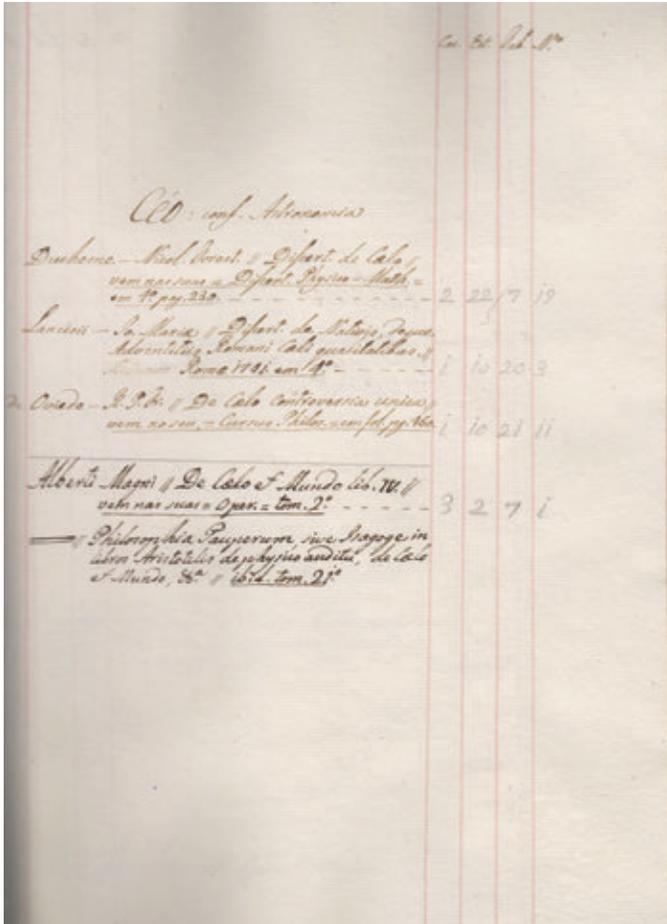
21 MARQUES 1982, p. 189.

22 Destinar-se-iam à Livraria da Universidade parte dos livros da «Biblioteca Ulsiana», adquirida a expensas de D. João V na Holanda e considerada, na minuta do ofício de D. Luís da Cunha para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, de 5 de outubro de 1730, como «a mais rara, mais escolhida, mais bem tratada e ainda mais numerosa que se acha nestes Países» (PT/AUC/ Cartório de D. Luís da Cunha/Doc. 156).

23 Sobre compras de livros, ver ALMEIDA 1991, sobretudo p. 421-422, 425, 429.

24 Estes «estrangeirados» representavam o melhor da ilustração portuguesa e, entre eles, é justo destacar o papel ímpar de Jacob de Castro Sarmiento na modernização da universidade: são bem conhecidas a sua iniciativa de mandar fazer em Inglaterra planos de uma *Jardim e Biblioteca Botânica* para Coimbra, em 1731, bem como a aquisição e oferta de um microscópio.

25 Itálico em PIMENTEL 1998, p. 51. Entre 1729 e 1734, D. Luís da Cunha envia «uma grande quantidade de livros de Teologia, Filosofia, História, Direito e Medicina moderna» (ALMEIDA 1948, p. 9, nota 8). Geralmente, supõe-se que «foi deveras forte» (FERREIRA 2011, p. 116) o contributo real, mas tal ainda não está demonstrado.



33

Entrada «Céu» com remissão para Astronomia, no catálogo de matérias da Biblioteca da Universidade, cópia de 1798 (BGUC Ms. 3 415)

ficaria, afinal, durante longo tempo, como um sumptuoso adorno que a velha Universidade mostrava com orgulho aos visitantes, mas cujas chaves guardava ciosamente dos olhares profanos»²⁶. Até porque a maior parte das compras de livros e toda a obra da nova Livraria²⁷ foram da responsabilidade da própria universidade²⁸.

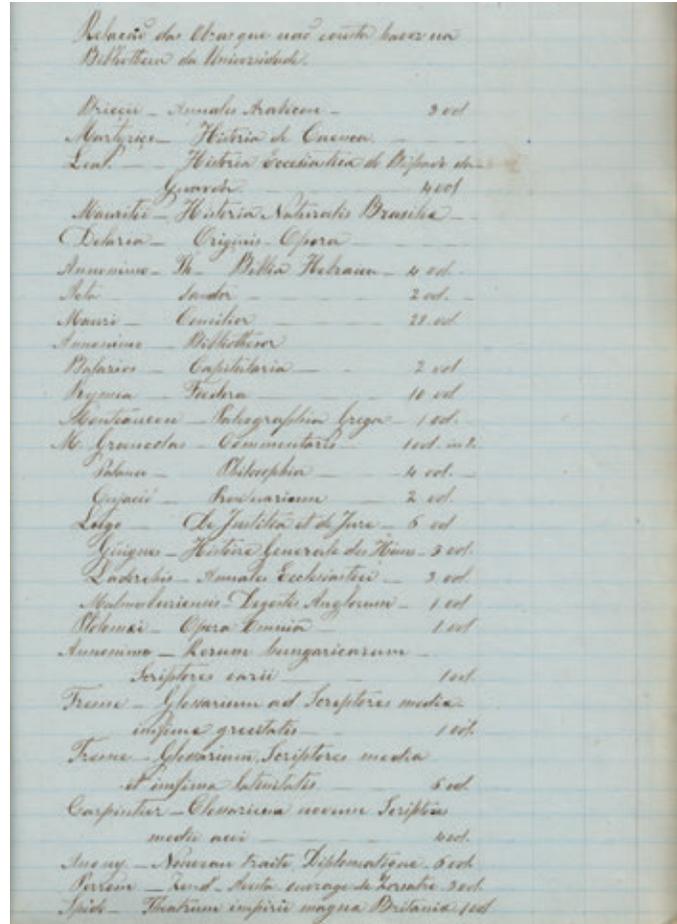
MAIS COMPRAS E MAIS OFERTAS DE LIVROS

Compra-se «quantidade de livros» a João Baptista Lerzo, tipógrafo genovês em Lisboa, em 1743, e a livreiros estrangeiros

26 PIMENTEL 1998, p. 51.

27 Representaram «cerca de 1/5 da despesa total de 1721 a 1728» (FONSECA 1995, p. 778).

28 António de Oliveira chegou a afirmar, em 1995, que, no apetrechamento bibliográfico da Biblioteca Joanina «o Rei Magnânimo não dispensou, extraordinariamente, um real do seu bolso ou da Coroa» (VIDA 1997, p. 309; republicado em OLIVEIRA 2010, p. 343).



34

Para a biblioteca de São Pedro listam-se os livros «que não consta haver» na da Universidade (BGUC Ms. 2 960)

estabelecidos em Coimbra²⁹ e autoriza-se para o mesmo fim o dispêndio de 50 mil cruzados pela Provisão de 8 de abril de 1750³⁰, compras efetuadas, infelizmente, de forma não-organizada, não-sistemática e mercê de dotações anuais muito variáveis³¹. Todos estes investimentos não se podem entender divorciados das necessidades bibliográficas dos académicos ou desarticulados do grande crescimento e da

29 Ver, sobretudo, FEIO 1857, p. 43-44.

30 Cf. MONTEIRO 2007, f. 9. Parece que estes 50 mil cruzados vêm na sequência da exposição de 1748 feita pelo reitor, a pedido dos Lentes, que solicitava 60 mil para compra de livros e o aumento da dotação anual para o mesmo fim para 200 mil (cf. FONSECA 1995, nota 54, p. 790). Ainda não se estudaram suficientemente as compras deste período. Veja-se o tom desconfiado do relato de Barreto-Feio: «Consta que se comprara em Paris, para a bibliotheca /p. 43/ da universidade de Coimbra, parte da livraria do padre La Rue, que morreu em 1725; mas ignora-se o seu custo, e quando os livros vieram» (FEIO 1857, p. 42-43). Se é que vieram, dizemos nós, porque nenhum pertence se encontrou na BGUC, até agora.

31 Pelos *Estatutos*, o reitor só estava obrigado a gastar 100 cruzados cada triénio, mas para o apetrechamento da nova Casa, essa verba teria de ser ultrapassada. Carneiro de Figueiroa refere que ela tinha subido de 40 mil para 100 mil reis anuais (FIGUEIROA 1937, p. 161) no reitorado de D. Nuno da Silva Teles (1715-1718).

Londres, e Agosto 20 de 1751.

ESTA OBRA ANATOMICA, para se guardar na Livraria da Universidade de COIMBRA, em perpetua Gratidam, e Memoria da Educaçam que recebeo della, offerece seu Alumno o Dr. JACOB DE CASTRO SARMENTO, Membro do COLLEGIO REAL dos MEDICOS de Londres, e Socio da SOCIEDADE REAL, aos dignissimos LENTES que de presente occupam as Cadeiras de Medicina, e aos que de futuro lhe forem Succedendo; em especial aos LENTES de ANATOMIA, para suprir com igual Aproveitamento dos seus Discipulos, nos Cursos, e Demonstraçoens Anatomicas, a falta de Corpos humanos, e a Dificuldade, e Inconveniencia de conservalos incorruptos, em Clima tam calido, os Dias precisos, sem o grande Perigo, a que os Assistentes ficam fogeitos.

crescente especialização das bibliotecas dos Colégios. O fenómeno das complementaridades entre a Biblioteca universitária e as dos Colégios mereceria um estudo aprofundado, que não nos é possível fazer aqui. Embora de data mais tardia, refira-se a este propósito o caderno intitulado *Relação das obras que não consta haver na Biblioteca da Universidade*³² (Figura 34), elaborado pelo bibliotecário do Real Colégio de S. Pedro, que é exemplo evidente dessa preocupação de complementaridade e de que estas bibliotecas se viam já — de alguma forma — funcionando em rede, como hoje se diria.

Além das compras, a Biblioteca enriqueceu-se com ofertas, não só as de D. João V mas as de D. José³³. Entre as ofertas de particulares,

refira-se o notável conjunto de estampas anatómicas enviadas, em 1751, por Jacob de Castro Sarmento e destinadas aos professores da Faculdade de Medicina (Figura 35). E, note-se que Castro Sarmento, que se correspondia com o rei e com a universidade e que não podia ignorar a situação em Coimbra, as remete especificamente à Biblioteca, conforme se diz no rótulo que, para as acompanhar, fez tipografar em Londres. Fá-lo-ia assim se a Biblioteca não fosse acessível aos professores de Medicina, em 1751?

32 BGUC Ms. 2960, f. 7-8.

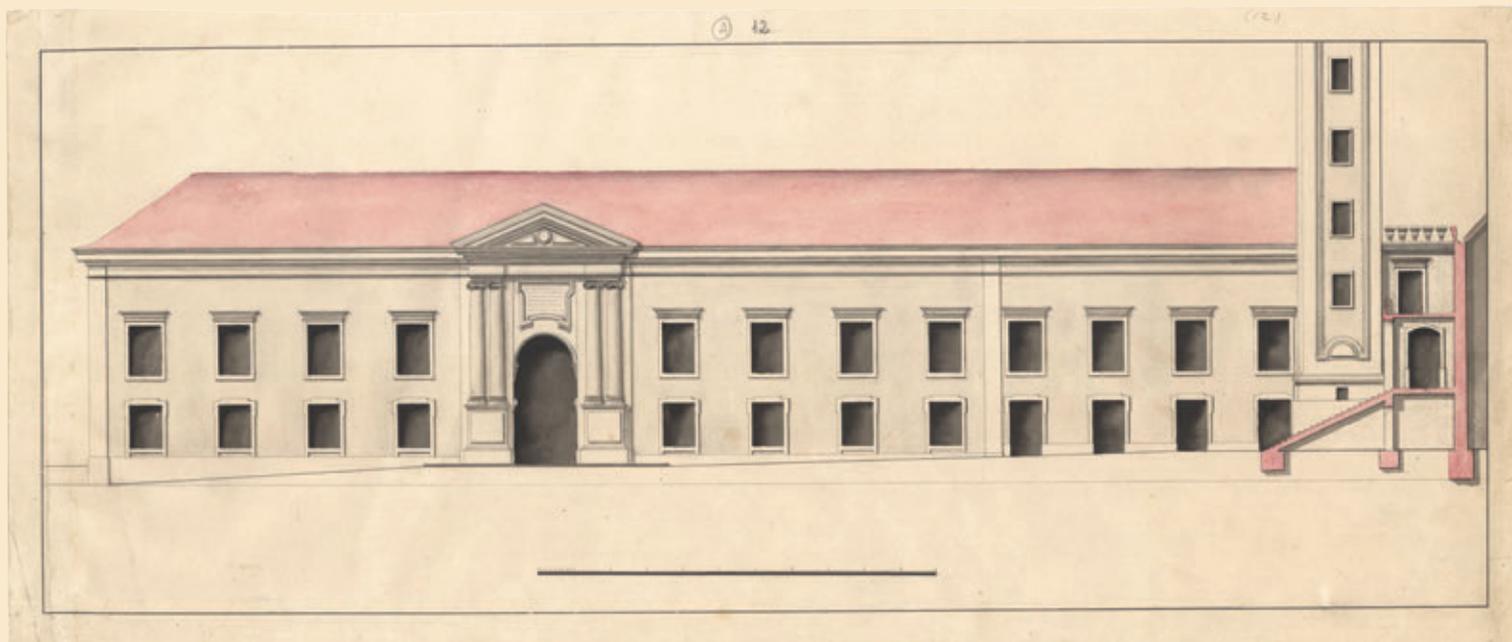
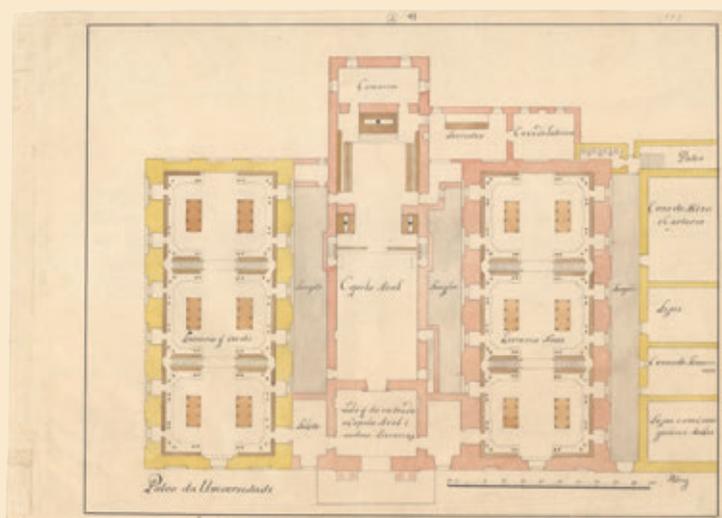
33 Ver o capítulo «D. José I e a continuação do apoio ao livro», em MARQUES 2013.

35

Rótulo para uma pasta com estampas anatómicas oferecidas à Biblioteca da Universidade (Londres, 20 de agosto de 1751) pelo ex-aluno Jacob de Castro Sarmento (BGUC R-70-17b)

36

Planta e fachada (projeto de João Carvalho Ferreira, 1772) para as novas Capela e Biblioteca «Josefina» (BGUC Ms. 3 377/46 e 45)



“Accordingly it is much visited and used by the students” *

(Heinrich Friedrich Link, *Travels in Portugal...*, ca. 1798)

* É assiduamente frequentada e utilizada pelos estudantes

1772-1800: finalmente, o tempo dos «Bibliotecários»

Nem o poderoso Marquês de Pombal com a sua Reforma conseguiu o que D. João V não tinha logrado: que a universidade abrisse regularmente a Biblioteca. Mas conseguiu definir-lhe o primeiro quadro de pessoal e os respetivos vencimentos, pela *Folha Académica* aprovada pela Provisão de 22 de outubro de 1772:

«... Bibliotecário	200\$000
dois serventes para a limpeza da Biblioteca	[120\$000]
subalternos do Bibliotecário (...) e para ambos	120\$000» ¹

Ainda que sem ter conseguido a abertura da Biblioteca, a Reforma pombalina trouxe algumas mudanças: deixa de haver «guarda da Livraria» para passar a existir um «Bibliotecário» e a instituição passa a ser consistentemente referida como «Biblioteca da Universidade» ou «Biblioteca Académica». Para ela (como para toda a Universidade) o Marquês tinha uma ideia grandiosa², e chegou a querer duplicar-lhe o espaço, projetando ao lado da Joanina uma biblioteca «Josefina» (**Figura 36**). Este desejo do primeiro-ministro

(que teria obrigado à demolição do portal barroco e da Capela), foi adiado *sine die* pelo Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos³.

Os *Estatutos* pombalinos nada (ou muito pouco⁴) se referem ao funcionamento da Livraria agora Biblioteca. Definido o quadro de pessoal, mas omissos os novos *Estatutos* quanto ao seu provimento, conviria que o Bibliotecário a escolher fosse pessoa que cumprisse, pelo menos, os rigorosos preceitos dos *Estatutos Velhos* (1653), que diziam:

«será bom latino, e saberá Grego e Hebraico, sendo possível; e terá conhecimento dos livros para os saber ordenar e dar razão deles»⁵

À data da morte de D. José, em fevereiro de 1777, a cidade de Coimbra abundava em livros, em tipógrafos e livreiros e até em bibliotecas e bibliotecários notáveis, sendo o mais conhecedor e mais preparado de todos o venerável D. Pedro da Encarnação⁶, de Santa Cruz.

1 ALMEIDA 1937a, doc. XXXI, p. 33-42.

2 «Tendo visto a imprópria situação da (...) Livraria della, cuja pequenez nem corresponde a a [sic] Magnificência da mesma Universidade nem pode /p. 268/ conter o grande numero de livros de todas as Sciencias, e Artes que deve formar o Corpo de Biblioteca Académica» (Provisão de 17 out. 1772, citada por LEMOS 1777, p. 267-268). Na falta dos catálogos primitivos, as avaliações que temos são muito subjetivas: enquanto Xavier de Lima a julgava bem provida, em 1750, referindo «as mudas línguas de tantas obras scientificas» (LIMA 1871, p. 180), Ribeiro dos Santos entenderá precisamente o contrário, depois de 1777 (ver Nota 14 p.68). A capacidade máxima do piso nobre orça pelos 30 mil volumes e os pisos inferiores estiveram ocupados pela prisão académica, entre 1779 e 1832, pelo menos (ou 1855?, ver Nota 6 p. 83).

3 «Vendo o Marquez Vizitador (...) que /p. 136/ a mesma Caza da Livraria era pequena para o grande numero de Livros, que deve ter a Universidade; e parecendo-lhe que o meio de remediar o dito defeito e de occorrer a outros inconvenientes, era mudar-se a Capella e fazer-se outro Corpo de Livraria. (...) Sendo porem as ditas obras de grandes despezas (...) suspendi até o presente as ditas Obras (...) e não tive resposta a este respeito» (LEMONS 1777, p. 135-136).

4 Pouco mais do que referências pontuais: «Terá cuidado o Reitor de lhe [ao Diretor da Faculdade de Teologia] fornecer os meios necessários: Apromptando-lhe as Actas, Memorias, Jornaes, Diários, Ephimerides, Gazetas Literarias e outros semelhantes Escritos Periódicos, que todos mandará vir annualmente para a Livraria da Universidade» (ESTATUTOS 1772, Livro I, tit. 6, Cap. 2, n° 12).

5 Livro II, título XLVI: Da Liuraria da Vniuerfidade, & Guarda della.

6 D. Pedro da Encarnação (1729-após 1803) foi bibliotecário de Santa Cruz em dois períodos: 1747 a 1778 e 1783 a 1798.

**ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS (1745-1818),
O «PRIMEIRO BIBLIOTECÁRIO PORTUGUÊS»**

Enquanto o arguto *D. Petrus Bibliothecarius* (como era conhecido no claustro) recomendava aos crúzios que «não basta que o bibliotecário seja um santinho e Doutor pela Universidade»⁷, a escolha do reitor, aquele mesmo que tinha conseguido protelar a geminação da Biblioteca Joanina, recaiu num jovem, um quase «santinho»⁸ de 32 anos, poeta portuense, latinista e helenista⁹, erudito dos mais variados interesses¹⁰, entre os quais um entranhado amor pelos livros¹¹ e pelas bibliotecas: António Ribeiro dos Santos, professor substituto de Cânones a partir de 1779 (**Figura 37**). Além de poeta (Elpino Duriense), Ribeiro dos Santos era um iluminista e um académico empenhado¹². Após a nomeação do Bibliotecário, coube ao Conselho de Decanos nomear os dois «oficiais» ou «subalternos», o porteiro e o contínuo¹³. E, depois disso, poderá ter aberto a Biblioteca.

7 No original: «... aviso aqui ao Prelado e Consiliarios, a quem pertencer a nomeação de novo Bibliothecario [*de Sta. Cruz*], q(ue) p(ar)a esta Occupação devem escolher Sujeyto, não só Bibliophilo, mas tambem bom Bibliographo; que seja dotado de juiso [*sic*] maduro, desinteressado, e ainda (para assim o dizer) malicioso, p(ar)a conhecer os enganos de q(ue) se valem os Mercadores, com q(ue) he preciso tratar, p(ar)a fazerem o seu negocio. Explico-me. Não basta q(ue) o Bibliothecario seja hũ Santinho, e Doutor pela Vniversidade, se lhe faltarem Outras mujtas qualidades, q(ue) o fação digno deste emprego» (anotação de D. Pedro da Encarnação, citada por CARVALHO 1921, p. 29).

8 «Notarei que, segundo recordações do nosso poeta [*refere-se a António Feliciano de Castilho*] era Ribeiro dos Santos um velhinho «magro, alto, de chambre e barrete, maneiras cortezãs, fallar auctorizado, cortez, suave, e inimigo de visitas vadias.» (CASTILHO 1881, p. 116). Na *Ode a Fileno*, é mesmo chamado «gentil» e «terno»: «Eu de um lente moderno / Que fabricou aqui a Estupidez / Por gentil e por terno / Quisera perdoar-lhe desta vez» (BGUC Ms. 1 327).

9 Foi tradutor de Horácio, do latim, e de Aristóteles, do grego.

10 Foi sócio da Real Academia das Ciências.

11 É muito conhecido e citado o seu poema «Aos seus livros» (*Poesias de Elpino Duriense*. Lisboa : na Impr. Régia, 1812, tomo 1, p. 285).

12 Proporá, em 1795, uma reforma da Faculdade de Cânones e Leis (MOTA 1991, p. 202). No seu tempo, chegaram a atribuir-lhe a autoria do poema anónimo e muito crítico para a universidade *O Reino da Estupidez*, obra que hoje se julga ser do aluno brasileiro Francisco de Melo Franco.

13 Os oficiais «subalternos» nomeados por Provisão de 17 de junho de 1778 foram os bacharéis Bernardo Alexandre Leal e Domingos António Monteiro. O Porteiro foi Manuel Nunes dos Reis, provido em 15 de julho de 1778, e o Contínuo será Francisco d'Almeida e Silva, só nomeado em 11 de março de 1780, mas que desde 23 de dezembro do ano anterior trabalhara aí sem ordenado.

**A MINUTA SÃO UNS APONTAMENTOS
PARA UM REGIMENTO REAL**

Entre os papéis que A. Ribeiro dos Santos deixou manuscritos, existe uma *Minuta*¹⁴ que constitui um dos documentos fundadores da biblioteconomia portuguesa. O autor chamou-lhe apenas *Apontamentos para o Regimento da Livraria* (usando aqui o velho nome que a universidade não desusava), o que está de acordo com a organização do texto subdividido em capítulos, parágrafos e números e com algumas expressões que ali aparecem e que só poderiam figurar num *Regimento* real, como este «Eu» (referindo-se à Rainha) já lá escrito em maiúsculas e tudo:

«... para Eu haver por bem aprovar...»¹⁵

A importância da *Minuta* encontra-se na defesa que faz de um verdadeiro serviço público: da universalidade e permanente atualização dos fundos bibliográficos, da exclusividade do exercício da direção, da necessidade de atualização científica e de profissionalização do seu pessoal, da indispensabilidade da autonomia orçamental, etc. Tudo o que se traduz em doutrina bibliotecária sólida e de geral aplicação, ainda hoje. Especificamente para a Biblioteca da Universidade de Coimbra, Ribeiro dos Santos defende, pela primeira vez, cremos, o depósito de «um exemplar de cada um dos livros que se imprimirem nestes reinos»¹⁶, horários adaptados ao ritmo do ano letivo e o mais extensos possível¹⁷, uma ampliação do edifício para norte, que só veio a executar-se no século seguinte e uma nova nomenclatura (e novo conteúdo funcional) dos cargos instituídos pela Portaria de 1772, que passariam a ser designados «um Bibliotecário Maior, dois Bibliotecários Menores e dois Contínuos»¹⁸.

14 BNP - Cód. 4676. O manuscrito é autógrafo, não-datado. O título *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra* por que é conhecido foi-lhe dado posteriormente, de outra mão, talvez a mesma que acrescentou o nome de Ribeiro dos Santos e «bibliothecario della». Foi certamente elaborado durante o período em que o autor dirigiu a biblioteca, entre 1777 e 1796, e talvez logo nos primeiros anos, porque a certo ponto diz: «Estando a Livraria actualmente muito desprovida de Livros...» (SANTOS 1777, nota b, f. 190v^o).

15 SANTOS 1777, Do Bibliothecario Mayor, §1, n^o 8, f. 193v^o.

16 SANTOS 1777, Do Bibliothecario Mayor, §2, n^o 5, 7^o, f. 198v^o.

17 Tal como hoje se vem fazendo com o prolongamento do horário até à meia-noite, durante as épocas de exame, procurava-se, então, que um aumento dos recursos humanos permitisse o trabalho por turnos: «Se houvessem [*sic*] maior numero de officiaes (...) poder-se-ia determinar que os officiaes tivessem mais horas de rizenencia no dia» (SANTOS 1777, nota d, f. 191).

18 SANTOS 1777, §3, n^o 1, f. 191v^o. Em vez de 1 bibliotecário, 2 subalternos (para a catalogação), 1 porteiro e 1 contínuo, como estava definido no quadro do seu tempo.



37

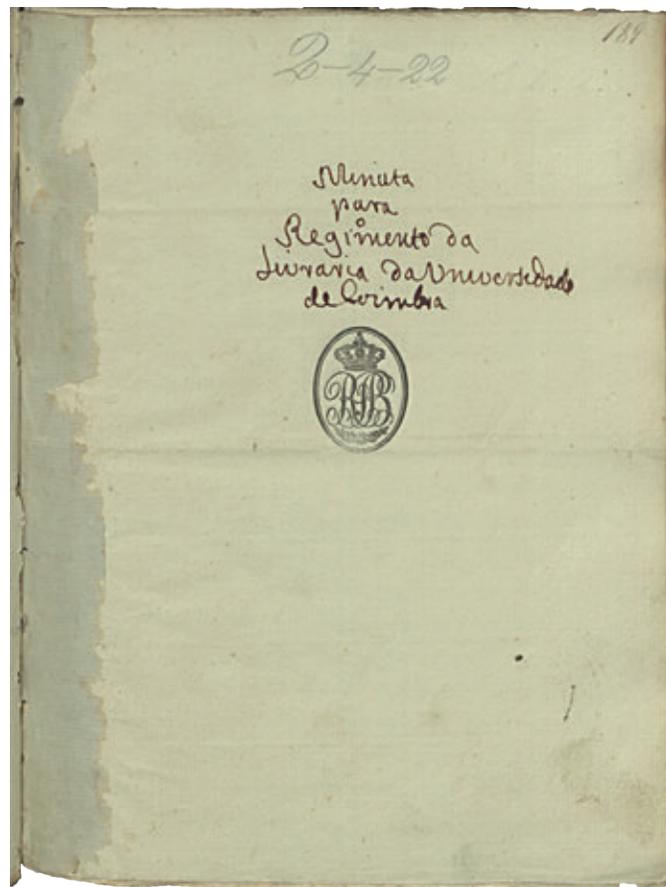
Retrato anónimo do
primeiro Bibliotecário
A. Ribeiro dos Santos
(1745-1818)

Na *Minuta* não se encontram apenas as ideias do autor acerca do que a instituição devia ser. Não lhe faltam informações sobre o que já era no seu tempo, sobretudo nas notas: «há grande concorrência de Académicos todos os dias»¹⁹, alega ele para fechar nas tardes de sábados «para varrer e assear». Sobre a frequência da Biblioteca algo semelhante diz (e talvez com mais propriedade porque usaria como termo de comparação as universidades alemãs) o botânico Heinrich Friedrich Link, que passou por Coimbra, cerca de 1798:

«O número de volumes é considerável (...) É também assiduamente frequentada e utilizada pelos estudantes»²⁰

O naturalista alemão H. F. Link não conseguiu consultar o catálogo²¹, mas transmitiu-nos a opinião de Avelar Brotero de que os fundos estavam suficientemente atualizados.

Pelo pensamento bibliotecário que elaborou durante quase vinte anos seguidos²² à frente da Biblioteca, António Ribeiro dos Santos foi considerado o «primeiro bibliotecário português»²³ ou um «bibliósofo», como outros dizem²⁴. Chamado a Lisboa para organizar a *Real Biblioteca Pública da Corte e do Reino*, em 1796, implementou aí uma classificação sistemática baseada nos sistemas de Garnier e de Gabriel Martin. É possível que tivesse pensado nisso ainda em Coimbra; como é seguro que pensou na figura jurídica do «Depósito Legal» (depósito obrigatório de todas as obras publicadas), que veio a conseguir estabelecer em favor da mesma *Real Biblioteca* de Lisboa, em 1805.



38

Capa da *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra*

EXCELÊNCIA DO SERVIÇO E NOTÁVEL INCREMENTO BIBLIOGRÁFICO

Com Ribeiro dos Santos a Biblioteca não ficou só «aberta e patente a todos»²⁵, para se conseguir «com o uso dela, o fim a que é destinada»²⁶, como queria a rainha D. Maria com a sua nomeação, como se aprimorou a organização, os fundos bibliográficos e, sobretudo, o serviço aos leitores, como fica claro neste passo da *Minuta*:

«sejam recebidos e servidos com muita prontidão, com muito decoro e com todo o agasalho e cortesia»²⁷

19 SANTOS 1777, §2, nota c, f. 191.

20 Tradução portuguesa em LINK 2005, p. 183.

21 Ou porque não se encontrassem na biblioteca (os volumes passados a limpo só aí deram entrada em 1805) ou porque Link não tivesse tido tempo de os «estudar», escreveu: «É difícil formar uma opinião acerca de uma biblioteca quando não se pode estudar o seu catálogo. O número de volumes é considerável e, de acordo com o que o professor Brotero nos disse, parecem mesmo não faltar obras mais recentes» (LINK 2005, p. 183).

22 Esteve apenas brevemente afastado da universidade, exilado no Porto, logo tendo sido mandado «restituir», por Carta régia de 19 de novembro de 1785. Luís de Albuquerque pensa que este curto degredo se tenha devido às suspeitas do «Principal» Mendonça em relação à autoria do poema anónimo *O Reino da Estupidez*, que começou a correr nesse ano, em Coimbra (cf. ALBUQUERQUE 1949, p. 58-62).

23 SOUSA 1990, p. 81.

24 Cf. PEREIRA 2005.

25 «A Livraria da Universidade para ser útil ao Publico, e facilitar por seus grandes subsidios os progressos das Artes, e das Sciencias, deve estar abastadam(en)te provida de Livros e mais comodidades Letterarias [sic]; aberta, e patente a todos; e servida por Officiaes que rezidão nella» (SANTOS 1777, *Préambulo*, f. 190).

26 Carta de nomeação de António Ribeiro dos Santos, em Anexo, página 73.

27 SANTOS 1777, *Do Bibliothecario Mayor*, §2, n° 1, f. 194.





40

Tinteiro e areeiro utilitários da Biblioteca Joanina

Do serviço faria parte o fornecimento de papel, de tinteiros e areiros cheios²⁸, que devem ser os mesmos, de caráter utilitário, que ainda hoje existem na Biblioteca Geral (**Figura 40**). Infelizmente, não subsistiu o *Regulamento* que António Ribeiro dos Santos há de ter redigido. Anos mais tarde, Bernardo de Serpa Pimentel lembrará:

*«do primeiro regulamento (...) quase não há hoje outra memória senão a da sua efêmera existência»*²⁹

28 Em 30 de janeiro de 1799, Ricardo Raimundo Nogueira requisita «papel bastardo, tinta e areia para a Livraria» (BGUC Ms. 2845, peça 7).

29 PIMENTEL 1877b, p. 483.

Para a excelência do serviço muito contribuiu o seu esforço de atualização dos fundos, com aquisições regulares³⁰, feitas com critério e honestidade³¹ e sem deixar de satisfazer as atualizações bibliográficas solicitadas pelos professores. Nos seus pedidos de compras, Ribeiro dos Santos refere a satisfação de solicitações

30 Sobre as aquisições de 1777 a 1790, ver MONTEIRO 2007.

31 Em 29 de julho de 1780, adquiriu a João Baptista Reycend e Companhia, livreiros em Lisboa, um raro impresso xilográfico macaense ou chinês *Jornada que o senhor Antonio de Albuquerque Coelho... fez de Goa ...* que, entretanto, ou desapareceu da universidade ou foi por engano para Lisboa, junto com a sua biblioteca particular, visto que só existe exemplar na BNP. Se não se detetarem mais casos semelhantes, terá de levar-se este à conta de um engano de boa-fé. Ver MONTEIRO 2007, Doc. 8, p. 35.

de Vandelli, de Brotero e de outros. Como era tradição da universidade, continuou a comprar as bibliotecas particulares³² dos professores que faleciam e a aceitar ofertas, como a que propõe o livreiro Pedro Borel, em 5 de novembro de 1790. Em 1779, compra 33 volumes da *Enciclopédia* e diversas edições que Bartholomeo Loa envia de Madrid³³. Em 25 de maio de 1796, é ainda ele que compra, por 680 mil reis³⁴, a Bíblia latina de Mogúncia, dita das 48 linhas, um dos maiores tesouros bibliográficos que a BGUC possui até hoje. Não terá conseguido adquirir tudo o que queria³⁵, mas durante a sua direção há um evidente enriquecimento dos fundos. E não só dos fundos bibliográficos: tinha ele a ideia de que os vestígios da Antiguidade, como documentos históricos em si ou como complementos do ensino prático³⁶, deviam fazer parte integrante da Biblioteca (guardados em Gabinete próprio), e assim consegue, por exemplo, que venha do *Museu de História Natural*, em 8 de agosto de 1789, para a Biblioteca uma coleção de 2 313 moedas romanas³⁷.

DEPÓSITO OBRIGATÓRIO DAS OBRAS ESTAMPADAS PELA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE (1790)

Também não pode deixar de se ver o dedo do Bibliotecário na primeira forma (ainda modesta e interna à Universidade) de depósito legal de publicações, que ele já tinha reivindicado na *Minuta*, e que passou a ficar consagrada no ponto XXXI do «Regimento da Imprensa da Universidade» (1790), assinado pelo ministro e secretário de estado José de Seabra da Silva:

32 Pelo menos, adquiriu, em junho de 1779, 16 «caixões» de livros (FEIO 1857, p. 44) escolhidos por Lucas Seabra da Silva na biblioteca de João António Dallabella, lente jubilado de Física Experimental (só pagos em 27 mar. 1790) e os «livros que não havia» (MONTEIRO 2007, Doc. 21, p. 72-76) da biblioteca médica do lente Manoel António Sobral, jubilado em 1790.

33 Cf. BANDEIRA 1943, p. 218 e nota 7.

34 REMÉDIOS 1920, p. 90.

35 Deixa de ser comprada, a partir de 1789, a revista *Philosophical Transactions*, só se reativando a sua aquisição e assinatura regular em 1802. Ver a carta do procurador Pedro Rodrigues Ferreira & Filhos ao oficial da Junta da Fazenda da Universidade (PT/AUC/Universidade de Coimbra/Correspondência de Procuradores da Universidade/IV-1ª E-13-3-3), que adiante se ilustra.

36 «Este ponto vem claramente enquadrado pelo espírito da Reforma Pombalina da universidade, procurando integrar e dar significado e sentido a todo um novo conjunto não só de saberes, como de formas de ensinar e aprender» (SERVIÇO 2010, p. 7-8. Texto de José Severo Biscaia de Abreu Barbosa).

37 Começaram a ser inventariadas na Biblioteca pelo oficial subalterno Bernardo Alexandre Leal (Cf. REMÉDIOS 1905, p. 45). Depois de várias tentativas de catalogação, estas moedas vieram a ser confiadas à Faculdade de Letras, no século 20.

«De todas as obras que a Oficina imprimir, terá o Administrador [da Imprensa] o cuidado de mandar logo dois exemplares encadernados para a Biblioteca da Universidade»³⁸

Quando Ribeiro dos Santos é chamado a Lisboa, substituiu Ricardo Raimundo Nogueira³⁹, a quem coube a honra de ver concluídos os catálogos (em 1798), trabalho do seu antecessor, na sua quase totalidade.

Anexo

«Reverendo Bispo de Zenopole, do Meu Conselho, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra: EU a RAINHA vos envio muita saudar. Sendo-me presente a necessidade, que para fomentar, e facilitar os progressos dos Estudos da mesma Universidade, há de que se faça patente a Biblioteca dela; e que nela haja hum Bibliotecário, que a dirija, e a cujo cargo esteja a boa conservação, e custódia dela: E sendo outrossim informada em conta vossa da capacidade e préstimo que para o dito emprego há no Doutor António Ribeiro dos Santos, Colegial do Real Colégio das Ordens Militares: Sou servida que mandeis pôr patente a referida Biblioteca, para se conseguir com o uso dela o fim a que é destinada: E Hei por bem nomear para Bibliotecário o sobredito Doutor António Ribeiro dos Santos com o ordenado de duzentos mil reis cada ano, que lhe serão pagos aos quartéis pela Folha Literária com vencimento do primeiro do corrente mês de outubro, enquanto Eu assim houver por bem, e não mandar o contrário. O que Me pareceu participar-vos para que assim o façais executar com os Despachos necessários: Fazendo registar esta nos Livros da Universidade, e da Junta da Fazenda, a que tocar. Escrita no Palácio de Queluz em nove de outubro de mil setecentos setenta e sete.

RAINHA»

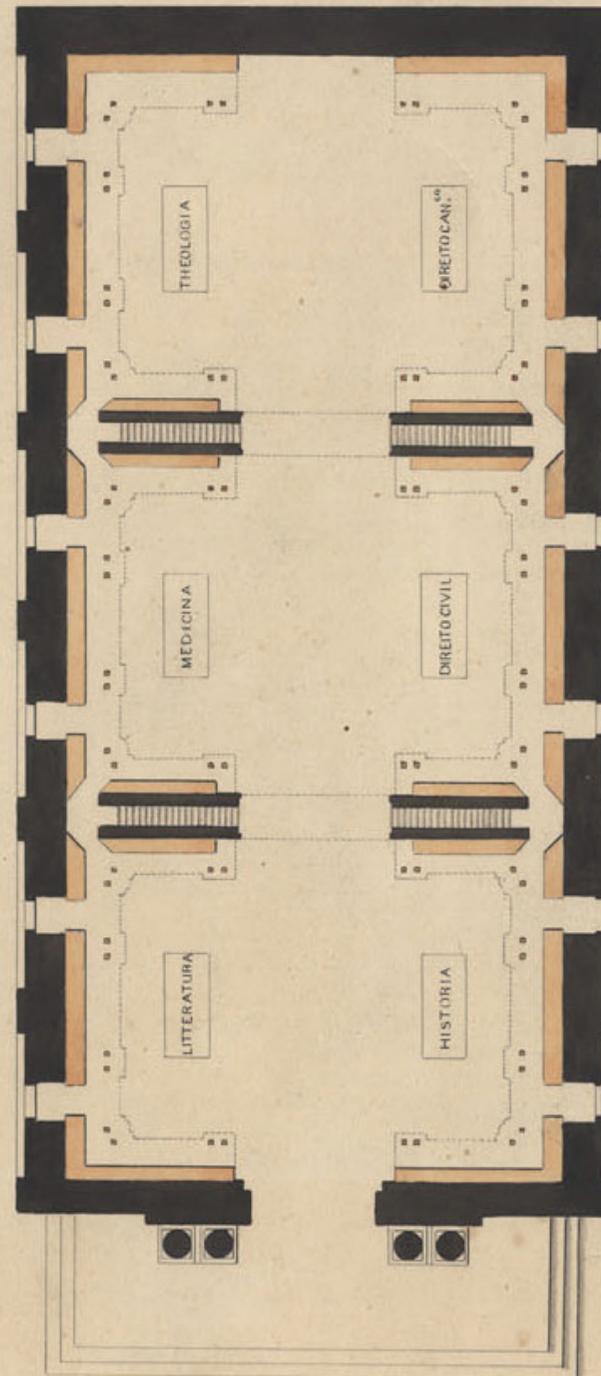
CARTA DE NOMEAÇÃO DE ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS PARA BIBLIOTECÁRIO (9 OUT. 1777)

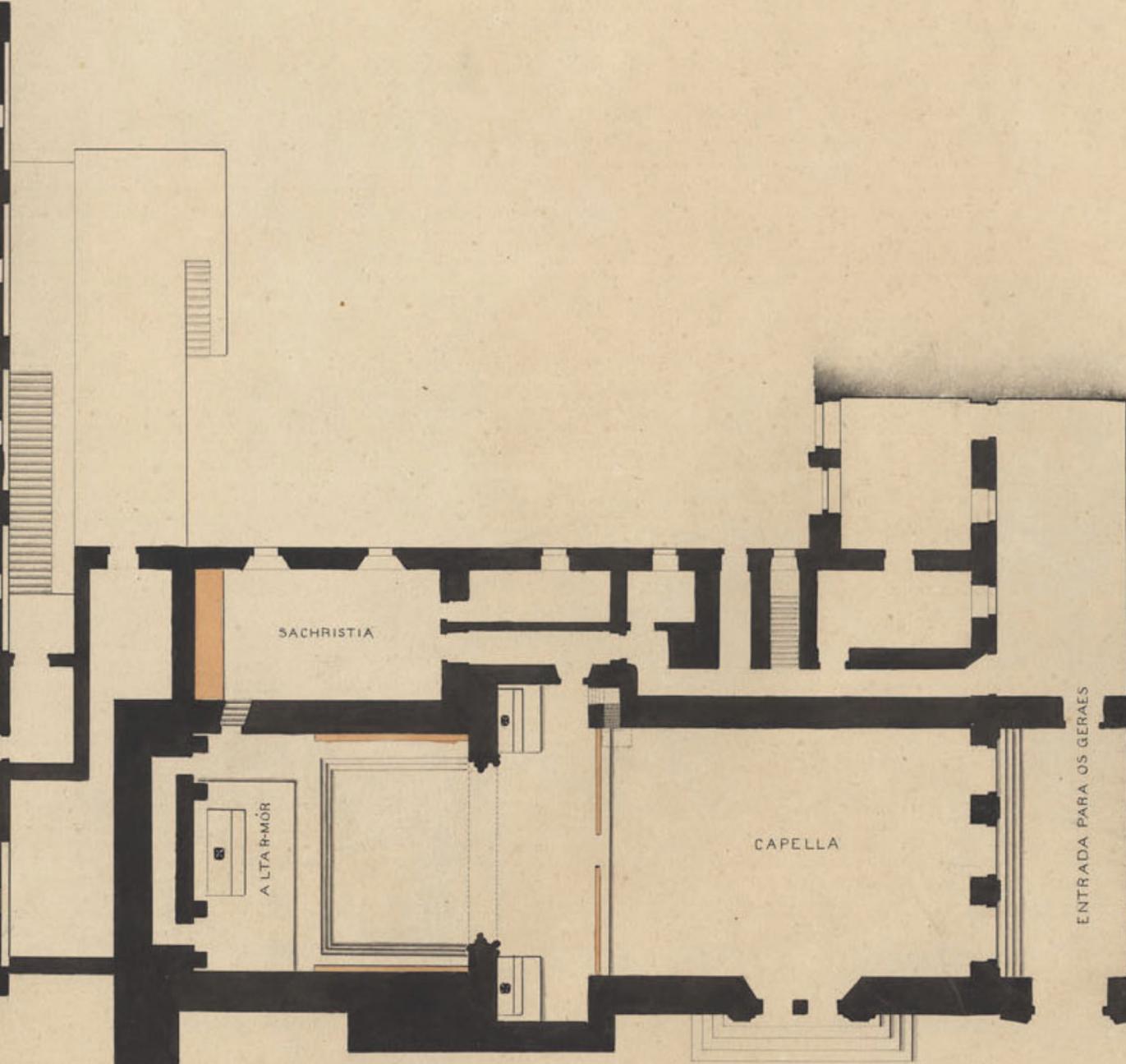
38 Alvará, 9 de janeiro de 1790, transcrito em GAMA 1974, Doc. 9. O Artigo XXXI do mesmo Alvará diz que as encadernações seriam feitas pelos livreiros-encadernadores com *Cartas de Privilégio* da universidade.

39 R. Raimundo Nogueira era amigo muito próximo de António Ribeiro, sendo-lhes creditada a coautoria da tradução de *A poetica de Aristoteles traduzida do grego em portuguez* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1779). José Agostinho de Macedo, no *Elogio histórico...* que lhe consagra, explica: «pois vivêrão em tão estreita communição de estudos, que parece haverem ambos conseguido da Natureza hum mesmo, e identico genio, identico estudo, e semelhante gosto» (MACEDO 1827, p. 9).

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Bibliotheca e Capella





O Doutor JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA, do Conselho do Principe Regente, Conego Magistral na Sé de Leiria, Decano da Faculdade de Mathematica, Director perpetuo da mesma Faculdade e do Observatorio Astronomico, Lente Jubilado na Cadeira de Astronomia, Primeiro Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas deste Reino, e seus Senhorios, e Vice-Reitor desta Universidade, etc.

FAço saber: Que havendo dado ordem para se abrir novamente esta Livraria, e sendo necessario acautelar para o futuro a reproducção dos inconvenientes, que dêrão motivo para se suspender a abertura della: Mando, que daqui por diante se observe o Regimento seguinte:

1. Não serão admittidos na Livraria os Estudantes do Collegio das Artes, nem os do Primeiro Anno, em qualquer das Faculdades sem licença especial. A todos os mais será permittida geralmente a entrada, em quanto não houver ordem de exclusão a respeito de algum em particular.

2. Não poderão porém entrar, nem sair, nem estar nella embuçados, nem com gorros na cabeça, nem tão pouco passear ociosamente, ou travar conversações, altercações, postoque sobre materias litterarias sejam, com as quaes perturbem a applicação, e estudo dos outros.

3. E cada um logo que entrar irá em direitura saudar o Bibliothecario, ou o Official mais antigo, que fizer as suas vezes: O que igualmente praticará na despedida, como pedem as Leis da decencia e da civilidade, com que é de suppôr que todos forão educados.

4. Para se lhes dar qualquer livro, entregarão ao Official um bilhete com o seu nome, filiação e naturalidade, e com a declaração da Faculdade, do anno della, e do numero da sua matricula. E pedindo mais do que um, ainda que sejam volumes consecutivos de uma mesma Obra, outros tantos bilhetes semelhantes deverão entregar; os quaes ficarão nos lugares respectivos, donde se tirarem os mesmos livros; e no acto da restituição destes, os tornarão a cobrar para lhes servirem outras vezes.

5. A nenhum Estudante se darão Compendios para estudarem as lições na Livraria, nem Diccionarios usuaes, ou quaesquer outros livros, que elles sejam obrigados a ter para estudarem por elles, mas tão sómente para o

fim de verificarem se nelles se acha diversidade de lição em algum lugar.

6. Não lhe será permittido escreverem sobre os livros os apontamentos, e extractos, que delles quizerem tirar, nem o tel-os então entre o papel, e o tinteiro. E nos mesmos livros não escreverão cotas, nem porão marcas, nem dobrarão folhas, nem lhes darão qualquer outro máo tratamento.

7. E todo aquelle que se não conformar ao sobredito; o que fizer qualquer desattenção por palavra, ou por obras a quem quer que seja, ou dentro, ou no vestibulo da Livraria, não será mais admittido nella, além das penas, que proporcionadas forem ás circumstancias do delicto.

8. Ficando suspensa a permissão, que se havia dado aos Officiaes para servirem por semanas, serão obrigados daqui por diante a concorrerem todos ao serviço da Livraria nos dias, e horas, em que ella estiver aberta; e serão apontados pelos Bedeis das Faculdades, e do Collegio das Artes por turno, cada um em seu quartel, começando o Bedel de Theologia pelo resto do corrente até o fim de Dezembro.

9. E não poderão recolher-se aos Gabinetes a escrever, nem admittirão pessoas estranhas na Livraria a tratar de seus negocios, sendo-lhe tão sómente permittido sair fóra della a dar ou receber algum recado, e por pouco tempo. Estarão distribuidos pelas casas como lhes for ordenado pelo Bibliothecario para o bom serviço, e vigia dellas; e de maneira, que não fiquem já mais os livros amontoados sobre as mesas, mas todos restituidos aos seus lugares, e cada um logo que acabar de servir na fórma acima declarada.

10. Nas vespas de sabbatinas se abrirá a Livraria de manhã e de tarde; e nos mais dias, ou sejam de aulas, ou feriados, sómente de tarde, e ás horas que antecedentemente se achavão estabelecidas.

E para que chegue á noticia de todos mandei affixar o presente. Dado em Coimbra aos sete de Novembro de 1800 — *Gaspar Honorato da Mata e Silva*, que sirvo de Secretario desta Universidade, o sobescrevi.

José Monteiro da Rocha,
Vice-Reitor.

«por ordem alfabética, tanto as matérias como os autores...»

(Joaquim dos Reis, *Notícia da incorporação dos catálogos*, 1805)

1800-1834: da normalidade possível até à Guerra Civil

Ilustra este capítulo um exemplar do *Regulamento* (ou «Regimento») de 7 de novembro de 1800 que se conservou, colado numa grossa folha de cartão, para poder ser comunicado aos leitores sem se deteriorar. Nem conseguimos imaginar quantas mãos (famosas ou não) lhe terão tocado! Assinado pelo vice reitor José Monteiro da Rocha, o seu preâmbulo alude, enigmaticamente, a problemas que conduziram ao encerramento da Biblioteca e que se queriam evitar:

«*Que havendo dado ordem para se abrir novamente esta livraria, e sendo necessário acautelar para o futuro a reprodução dos inconvenientes que deram motivo para se suspender a abertura dela...*»¹

Nada sabemos, em concreto, dos acontecimentos que podem ter conduzido ao encerramento (tumultos na própria Biblioteca?), mas eles poderão relacionar-se com as limitações de acesso que (pela primeira vez!) nele se inscrevem, não permitindo a entrada aos «estudantes do Colégio das Artes nem os do primeiro ano»², bem como a alunos embuçados ou com gorros na cabeça.

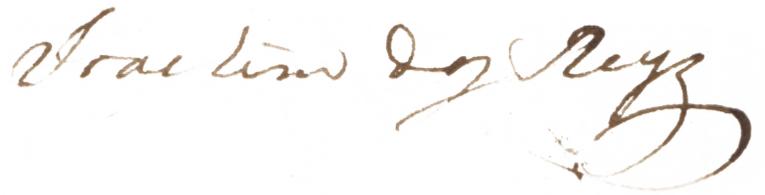
O REGULAMENTO DE 1800

O documento regula cuidadosamente a admissão dos leitores e tenta regular igualmente o seu comportamento, até no cumprimento das «leis da decência e da civilidade, com que é de supor que todos foram educados»³. Define o horário de funcionamento,

1 REGIMENTO 1800, Preâmbulo.

2 REGIMENTO 1800, Artº 1º. Em 1873, Serpa Pimentel dirá destas limitações que «não se executa nem é da m(inh)a lembrança haver-se executado» (PIMENTEL 1873, f. [2]).

3 No original: «E cada hum logo que entrar irá em direitura saudar o Bibliothecario, ou o oficial mais antigo, que fizer as suas vezes; o que igualmente praticarão na despedida como pedem as Leis da decência, e da civilidade com que he de supor que todos forão educados» (REGIMENTO 1800, Artº 3º).



43

Assinatura do Bibliotecário

Joaquim dos Reis (pai)

às sextas-feiras em dois períodos, de manhã (das 8:00h às 12:00h) e à tarde (das 13:00h até à noite), nos restantes dias letivos e feriados apenas durante a tarde⁴.

Este *Regulamento* teve que ser mandado aplicar de novo por Portaria do Reformador-reitor, de 17 de janeiro de 1815, onde adicionalmente se definem as funções dos oficiais subalternos:

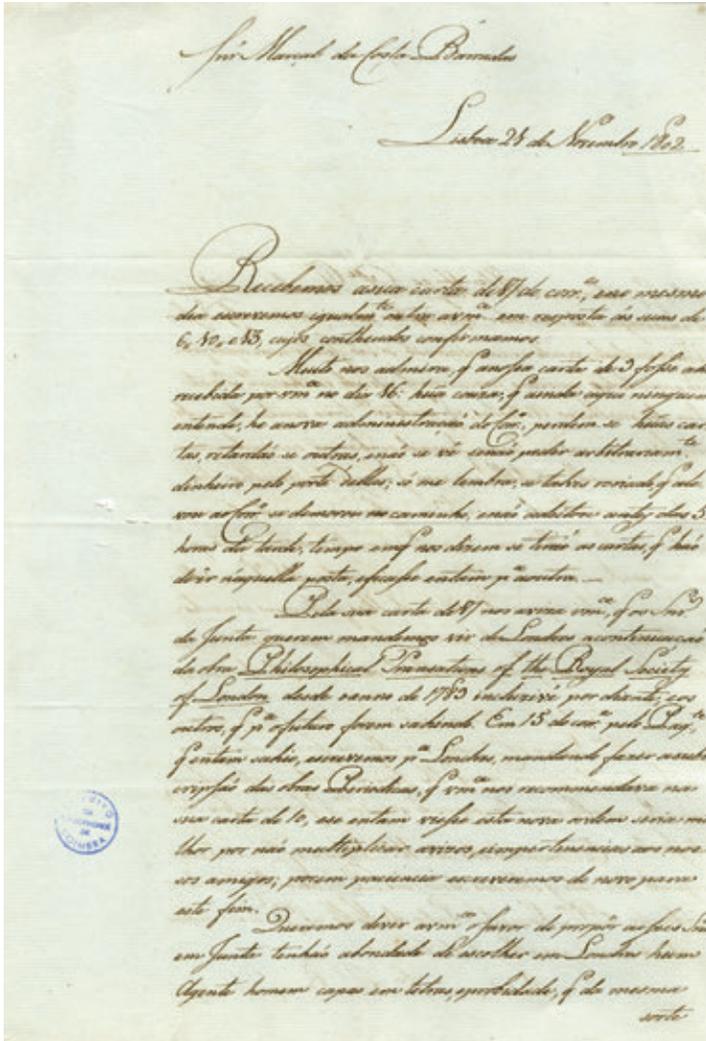
«*no bom serviço e policia da mesma livraria, na formação dos catálogos, índices e cópias de manuscritos (...) segundo suas respectivas graduações*»⁵

Em 20 de março de 1800, o mesmo vice reitor José Monteiro da Rocha lembrava a D. Francisco de Lemos «o projeto antigo de continuar a livraria até à aula de Cânones»⁶, o que nos recorda a falta de espaço com que o edifício talvez já se debatesse, no final do século 18. Parece que alguma razão teria o Marquês...

4 «Nas vésperas das sabatinas se abrirá a Livraria de manhã e de tarde; e nos mais dias, ou sejam de aulas, ou feriados, somente de tarde, e às horas que antecedentemente se achavam estabelecidas» (REGIMENTO 1800, Artº 10º).

5 Portaria do bispo-conde reformador D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, de 17 de janeiro de 1815. Transcrita por FEIO 1857, p. 53, nota 2.

6 FIGUEIREDO 2011, vol. Anexos, p. 112.



44

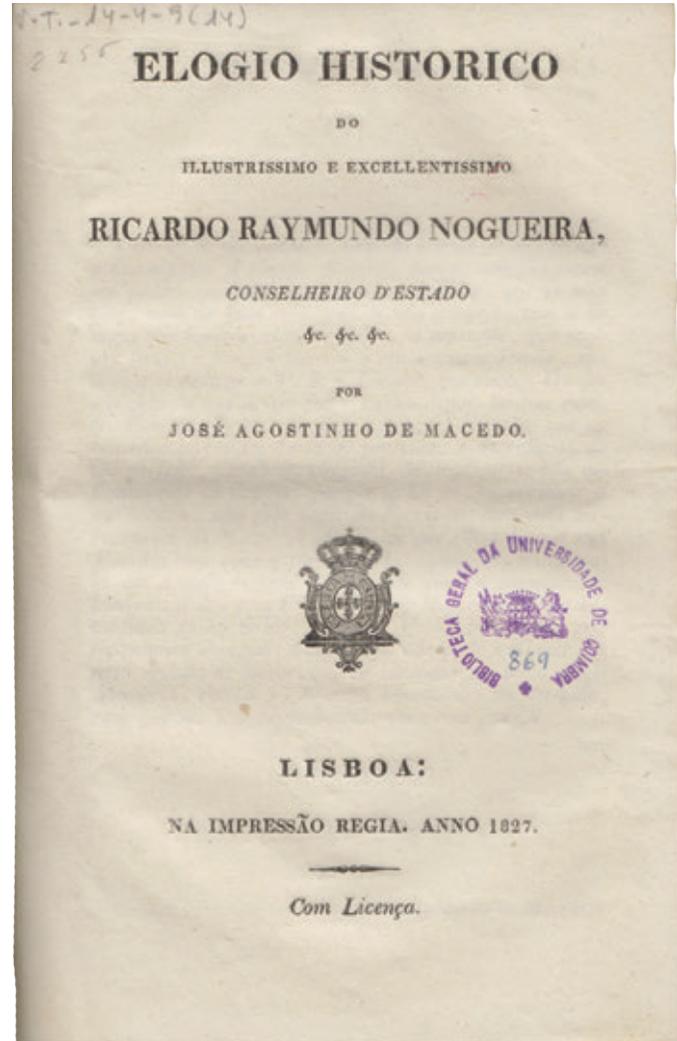
Carta do procurador da universidade em Lisboa sobre a compra dos números atrasados da revista científica *Philosophical Transactions* (21nov.1802)

JOAQUIM DOS REIS E A COMPRA DA BIBLIOTECA DE MONSENHOR HASSE

O Bibliotecário ainda era o notável (e hoje quase esquecido) iluminista Ricardo Raimundo Nogueira⁷. Depois de ter sido nomeado reitor do Real Colégio dos Nobres, em junho de 1802, e por essa razão ter saído de Coimbra, serviu no cargo, até 1810, o lente

7 Nomeado por Carta régia de 13 de março de 1798 (cf. ARAÚJO 2012, p. 19) e jubilado em 12 de junho de 1802, os quatro anos e três meses do seu exercício não conferem exatamente com a afirmação que fará aos 72 para 73 anos de ter sido «Bibliothecario da Universidade 5 [anos]» (FREITAS 2005, p. 32). Será que continuou ao serviço para além da sua saída para Lisboa? Pelo menos, teve intenção disso, porque, em 10 de janeiro de 1802, confessava ao amigo A. Ribeiro dos Santos: «Tenho pedido a minha jubilação (...) O meu projecto é o conservar o lugar da Livraria» (FREITAS 2005, p. 36).

78



45

Elogio póstumo a Ricardo Raimundo Nogueira, por José Agostinho de Macedo (BGUC V.T.-14-4-9 n° 14)

de *Instituições Canónicas*, Joaquim dos Reis⁸. Homem também de reconhecida erudição, versado em latim, grego, hebraico, francês, inglês e italiano, o seu tempo à frente da Biblioteca ficou marcado por uma importante incorporação, a da livraria de Monsenhor Hasse, «comprada por seis contos de reis»⁹, em 1806. Adquirida

8 Joaquim dos Reis (? -1810), nasceu no Rio de Janeiro (como o reitor D. Francisco de Lemos), foi bibliotecário da Faculdade de Cânones e foi nomeado no mesmo cargo para a Biblioteca da Universidade, por Carta régia de 4 de julho de 1802. Não deve ser confundido com o filho do mesmo nome, professor da Faculdade de Direito, de alcunha «o Pompónio».

9 No original: «Entre as mais ricas aquisições bibliographicas em melhores tempos [escrevia em 1907] feitas para a Bibliotheca da Universidade de Coimbra deve contar-se, sem dúvida alguma, a da livraria do illustre bibliographo José Pedro Hasse de Belém (1805), comprada por seis contos de réis quando era Vice-Reitor o Dr. Manuel Paes de Aragão Trigoso, e bibliothecario o Dr. Joaquim dos Reis.» (REMÉDIOS 1907, p. [5]).

aos herdeiros do bibliófilo José Pedro Hasse de Belém (1747-1805), continha muitos manuscritos, além de impressos portugueses¹⁰ e estrangeiros. No entender do seu primeiro catalogador, José Maria dos Santos, foi esta coleção que esteve na origem da atual série das *Miscelâneas*¹¹ da BGUC. Depois de ter sido sujeita a roubos, em Lisboa, antes do ingresso na Biblioteca, dela poderão ter desaparecido um número indeterminado de manuscritos ainda por tratar, durante a terceira invasão francesa. Não se pode saber. De resto, ao contrário do que aconteceu noutras repartições universitárias, as invasões napoleónicas não produziram prejuízos de monta na Livraria, para além do confisco de algumas obras geográficas de evidente utilidade para o exército. Sabe-se, por exemplo, que a primeira edição francesa de *Le Voyage en Portugal* de James Murphy foi «requisitada» por oficiais franceses e não voltou¹².

NOVOS CATÁLOGOS DE MATÉRIAS, DE 1778 A 1805

Desde a sua nomeação, em 1778, que os bacharéis Bernardo Alexandre Leal e Domingos António Monteiro se ocupavam da catalogação dos livros. Desse trabalho resultariam, em 1805, catálogos em forma de livro, organizados por matérias¹³, além de um catálogo de autores em dois volumes, ambos «postos em limpo pelo oficial subalerno Bernardo Alexandre Leal»¹⁴. Relacionar-se-á com a necessidade de colocar em uso estes grossos volumes o pedido de execução de 8 meses¹⁵, em 1806? Infelizmente, estes catálogos representariam uma situação já à partida atrasada de alguns anos,

10 O *Catálogo dos livros portugueses da Livraria de Monsenhor Hasse*, 1811 (BGUC Ms. 1298) é creditado a Francisco d'Almeida e Silva, que tinha entrado como contínuo, em 1780, e que chegará a oficial subalerno. É cópia, julga o catalogador, dos Mss. 1296 e 1297.

11 Algumas centenas «tinham apenas como resguardo umas capas de papel ou cartão que permitiam — e permitiram, infelizmente! — destacar com facilidade qualquer opúsculo mais sugestivo ou valioso...» (SANTOS 1970, p. 4). Só na segunda metade do século 20, César Pegado mandou encadernar parte delas, sendo as restantes (volumes depois do número 150) ordenadas e encadernadas sob a direção de Manuel Lopes de Almeida, que muito bem conhecia o valor da coleção.

12 Ver BRANDÃO 1938b.

13 Os catálogos «em treze grossos volumes» das obras existentes na Biblioteca da universidade até 1798, organizados «por ordem alfabética tanto as matérias, como os auctores em relação a cada matéria» (FEIO 1857, p. 66), foram redigidos pelo «bibliotecário menor» Bernardo A. Leal e entregues em 1805. Conservam-se todos na Biblioteca Geral: Teologia (Ms. 3412, Ms. 3413 e Ms. 3414); Matemática e Filosofia (Ms. 3415 e 3416); História (Ms. 3417, Ms. 3418 e Ms. 3419); Medicina (Ms. 3420); Direito (Ms. 3421 e 3422); Sermões (Ms. 3423); Artes e Ofícios (Ms. 3424).

14 FEIO 1857, p. 66. Bernardo Leal terminou apenas o catálogo de Autores para as classes de Medicina, Matemática e Filosofia (BGUC Ms. 3425 e 3426).

15 Pede-se «a construção de oito mezas de acomodação de Livros, semelhantes a duas, que existem na Real Biblioteca da mesma Universidade...» (ALMEIDA 1964, p. 138).

uma vez que se referiam ao estado das coleções em 1795 e em 1798. Só com a introdução dos «macetes», em 1872, haveria de melhorar o ineficiente sistema de livros, passados e repassados a limpo.

O que nos parece mais significativo é a precocidade da preocupação que se verifica em Coimbra com o acesso por assuntos, que talvez remonte a 1743, como se disse, e tão rara nas bibliotecas portuguesas¹⁶ e europeias da época. Até 1840, praticamente nenhuma tinha acesso por matérias (nem estava completamente catalogada), só a partir desta data aumentando o número de catálogos de assuntos e mesmo de autores¹⁷. Esta será uma área que a Biblioteca irá sempre privilegiar e onde será precursora de novo, com diferentes tecnologias, durante o século 20. O investimento que se fará ali, após 1958, no catálogo tradicional de matérias (em fichas) não tem paralelo em nenhuma outra grande biblioteca portuguesa.

ANTÓNIO HONORATO DE CARIA E MOURA (1746–1843), O GABINETE DO BIBLIOTECÁRIO E OS «CIMÉLIOS»

Depois da morte de Joaquim dos Reis, seguiu-se «longo intervalo de tempo»¹⁸ sem direção, até ser chamado António Honorato de Caria e Moura, a 7 de maio de 1814. A sua nomeação só viria confirmada do Rio de Janeiro, por Carta régia de 6 de julho de 1815.

Caria e Moura, até então Bibliotecário da Faculdade de Matemática, dedicou-se, desde a sua entrada na Biblioteca da universidade, a trabalhos bibliográficos¹⁹, preocupando-se com a melhoria dos acervos e do edifício²⁰, criando o primeiro gabinete para o Bibliotecário, onde recolheu os «Cimélios» (palavra que significa «obras preciosas»), a livraria de Monsenhor Hasse e a coleção das moedas, cuja catalogação retomou²¹. Até aí, o Bibliotecário tinha trabalhado numa mesa colocada debaixo do retrato do rei. Evidência de trabalho seu aparece em vários assentos e documentos e nos três novos catálogos, feitos e escritos por ele nos anos de 1830, 1831 e

16 Aparentemente, apenas são conhecidos em Portugal o *Index librorum* de S. Bento de Xabregas (1747) (cf. CAMPOS 2013, vol. 1, p. 248) e o catálogo de S. Francisco de Xabregas (1786) elaborado por Inácio de Santa Maria dos Anjos Quintanilha (cf. FERREIRA 2011, p. 132).

17 Cf. ORTEGA 2004.

18 PIMENTEL 1877b, p. 479.

19 Ver o cuidado cotejo que revela esta nota lavrada no 1º vol. de *La galerie agréable du monde* (À Leiden : par Pierre Vander Aa, [1729?]): «Observando muitos extravios nas estampas deste vol(ume) em 1814 restão 79 q[ue] numerei no baixo das q[ue] restão. Dr. Moura».

20 «completou ou reformou os pequenos gabinetes existentes, e poudé conseguir a edificação e arranjo de mais dois, não tão pequenos como aquellos...» (PIMENTEL 1877b, p. 482).

21 Cf. REMÉDIOS 1905, p. 46.



46

Escada de mão muito usada, de madeira lacada a verde escuro e com legenda «Livraria da Universidade»

47

Assinatura do Bibliotecário António Honorato de Caria e Moura (1746-1843)

1832, a saber, um de Direito Civil e Romano, dois englobando História, Geografia e Miscelânea literária.

Não obstante todo este esforço catalográfico, a Biblioteca não estaria totalmente tratada. Adrien Balbi (1782-1848), geógrafo italiano e autor de um *Essai statistique sur le royaume de Portugal*, desconfia do número de 38 mil volumes que lhe é comunicado, em 1820²², atribuindo-lhe mais.

OFERTAS DIVERSAS

No seu tempo, receberam-se na Biblioteca, entre outras, ofertas de Sua Majestade britânica, de Joaquim Inácio de Freitas²³ e de D. José Maria de Sousa. Registe-se aqui a simpática justificação que o 5º Morgado de Mateus remeteu de Paris, com a sua preciosa edição ilustrada de *Os Lusíadas*, de 1817:

22 «... d'après un calcul approximatif que nous en avons fait sur des bases positives, aurait été de 42000, mais qui, selon les renseignements exacts qu'on nous envoie de Coimbra, ne monte qu'à 38000 volumes, quoique l'opinion généralement reçue lui en accorde de 60 à 90000» (BALBI 1822, p. 87).

23 Cf. FEIO 1857, p. 74. Joaquim Inácio de Freitas era professor jubilado de latim e revisor da Imprensa da Universidade.

«... julgo cumprir um dever, como aluno da Universidade, pela qual conservo um profundo respeito e saudosa afeição, em oferecer-lhe um exemplar desta edição (que não será posta em venda) para a sua Biblioteca pública.»²⁴

Em 1832, na altura em que concluí o último dos catálogos²⁵, Caria e Moura permite-se sugerir a aquisição de obras de autores modernos de História, Geografia, viagens e Filosofia Natural, algumas edições dos clássicos, memórias (que completassem as que existiam), periódicos, gazetas literárias e manuscritos, demonstrando conhecer o acervo da Biblioteca e a necessidade de atualizações permanentes «sem as quais não pode a universidade ter uma copiosa, rica, e bem escolhida biblioteca»²⁶.

24 Transcrito por ALMEIDA 1964, doc. LXVIII.

25 «Miscellanea Litteraria» organizada por matérias, subdividida em classes e em cada uma delas seguindo a ordem alfabética de autores: clássicos latinos e gregos; coleções; gramáticas e dicionários gregos; retóricas e poéticas; geografia e geógrafos portugueses, viagens, costumes dos diferentes povos (cf. BGUC Ms. 3429).

26 Nota marginal num relatório, citada por Feio 1857, p. 83.



48

O Bibliotecário Manuel de Serpa Machado (1784-1858), desenho de Domingos António de Sequeira, setembro de 1821

«... em 1849, existiam 102.300 volumes que pertenceram às extintas corporações ...»
(Florêncio M. Barreto-Feio, *Memória histórica e descritiva...*, 1857)

1834-1849: o peso insuportável das livrarias dos conventos

1834, o ano em que termina a guerra civil, será crucial na cronologia da Biblioteca, como na história do país. Por Aviso

Régio de 11 de julho de 1832, tinham-se mandado encaixotar as moedas de João Pedro Ribeiro¹ e encerrar-se a Biblioteca, desde julho de 1832 até outubro de 1834². Ainda em 1834, Caria e Moura foi afastado por razões políticas e foi nomeado³ um liberal e *maçon*, o lente de Prima de Leis Manuel de Serpa Saraiva Machado (**Figura 48**), que passará a acumular o cargo com o de diretor da Imprensa da Universidade⁴.

INCORPORAÇÃO DAS LIVRARIAS DOS CONVENTOS MASCULINOS EXTINTOS

Se, no mesmo ano, a universidade pediu (e obteve) do governo⁵ os livros que tinham pertencido aos extintos conventos masculinos das Ordens religiosas, também se suprimiu o foro judicial privativo da universidade, extinguindo-se a prisão académica,

o que libertou para a Biblioteca os dois pisos inferiores do edifício joanino⁶.

A universidade tinha sido encarregada de incorporar as livrarias dos extintos conventos e colégios da cidade «para melhor serviço e proveito público»⁷ e a gestão dessa incorporação foi atribuída à Biblioteca, como é natural. Os mais de cem mil volumes recolhidos dos conventos⁸ representaram um ganho, certamente, mas também um encargo que se revelou difícil de gerir, durante mais de um século⁹. O processo dessa incorporação é demasiado complexo para ser contado aqui, com várias comissões, fazendo e desfazendo o trabalho, mas os resultados não foram muito diferentes nas várias localidades do país, ou nos vários países onde processos idênticos ocorreram. Isto é, não correu nada bem: algumas obras seriam (e foram consideradas) úteis, e aproveitaram-se, mas a maioria seriam

1 Foram encaixotadas em 23 de julho, como consta do inventário de António Honorato (*cf.* FEIO 1857, nota 1, p. 84).

2 *Cf.* FEIO 1857, p. 68.

3 Portaria de 13 de agosto e Carta Régia de 10 de dezembro de 1834.

4 Portaria do vice reitor (18 jul. 1834) que manda juntar o cargo de Diretor da Imprensa ao de Bibliotecário. Esta situação permanecerá até ao Decreto de 12 de julho de 1871.

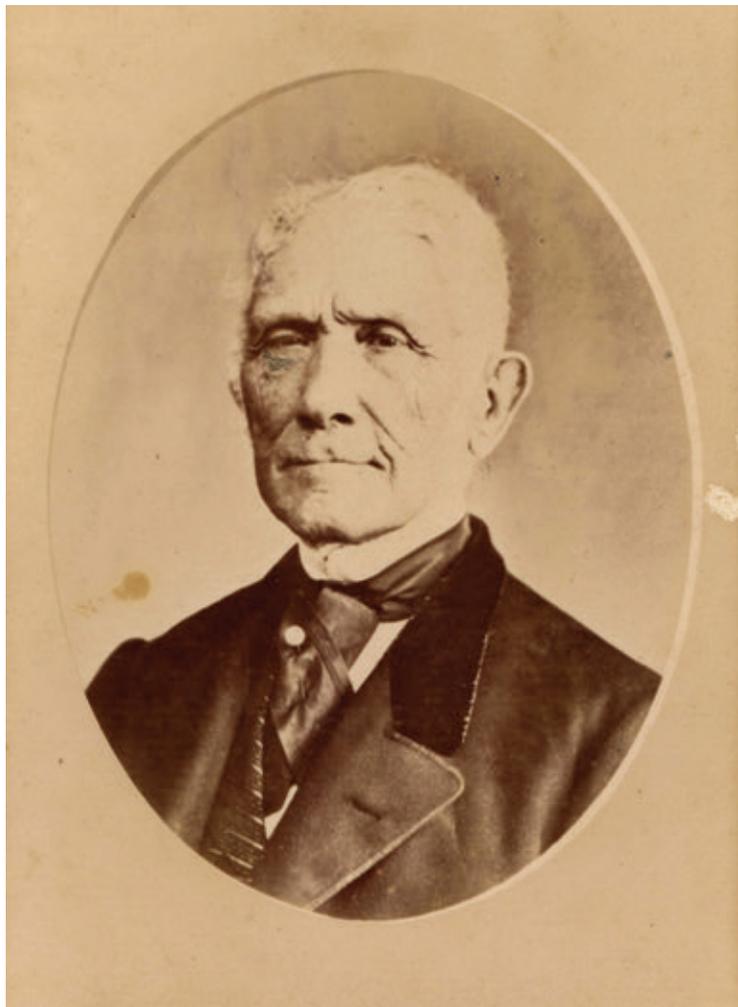
5 Pedido pelo vice reitor José Alexandre de Campos, em 4 de junho de 1834, e autorizado por Portaria do Ministério do Reino, de 9 de junho seguinte. *Cf.* PIMENTEL 1877b, p. 484.

6 Extinto o «foro académico» pelos artigos 145º da *Carta Constitucional* e 38º do Decreto de 16 de maio de 1832, o *Regulamento de Polícia Académica* (25 nov. 1839) permitirá à universidade reativar a cadeia, que veio a instalar-se no Colégio de São Boaventura. Foi nessas instalações (já demolidas) que esteve preso Antero de Quental, por exemplo. No entanto, Milton Pacheco, citando António de Vasconcelos, refere que a prisão sob a biblioteca pode não ter ficado devoluta até 12 de julho de 1855 (*cf.* PACHECO 2013, p. 132).

7 Decreto de 28 de maio de 1834. Uma comissão de dois professores, Joaquim dos Reis (filho) e Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, foi nomeada em 24 de outubro de 1834 «para procederem, de intelligencia com o Bibliothecario, à recepção e inventário de todas aquellas livrarias [*dos conventos extintos*]» (PIMENTEL 1877b, p. 484). A colaboração não seria difícil, já que Forjaz de Sampaio era sobrinho de Manuel de Serpa Machado.

8 «... em número superior a cem mil volumes; algumas poucas porem, e porção d'obras de outras [*livrarias*] (vinte e tantos mil volumes ao todo), passaram directamente para o edificio da Bibliotheca, ficando desde logo incorporados nesta, em observância da Portaria do vice-reitor, de 23 de janeiro do referido anno [1835]. Só a do collegio de S. Pedro, cujo edificio é contíguo aos Paços da Universidade, não foi mudada do seu antigo local» (PIMENTEL 1877b, p. 485).

9 Ainda em 1943 se escrevia: «Há um século que estes livros entraram na Biblioteca, e a sua catalogação está pouco mais que principiada» (PERES 1943, p. 6).



49

O Bibliotecário Interino Basílio
Alberto de Souza Pinto (1793-1881)

duplicados e triplicados banais, que acabariam alienados¹⁰. Até 1835, a Biblioteca incorporou deste Depósito Geral das Ordens 22.822 volumes para os seus fundos. Uma consequência direta disso na Biblioteca foi que «não se cuidou de compras de mais livros até 1837, mas sim do arranjo, ordenada colocação e catalogação dos existentes»¹¹, os quais rapidamente ocuparam os pisos inferiores do edifício e, em boa verdade, todos os espaços disponíveis: em

10 Porém não se aproveitaram tantas como se pode julgar: entre 3 de janeiro de 1860 e 31 de julho de 1865, esteve a cargo do 1º oficial António da Rocha Dantas a organização, classificação e catalogação das 34.000 obras em 63.124 volumes que se «achavam em perfeita confusão e amontoadas» no edifício do extinto Convento dos Paulistas (cf. BGUC Ms. 3450). Deste depósito, a biblioteca aproveitou apenas 1 316 volumes.

11 PIMENTEL 1877b, p. 486. Não é completamente verdade, porque foi aceite, em 30 de junho de 1836, uma coleção de 310 periódicos provenientes de uma troca que o Conselho de Decanos fez com Domingos dos Reis Teixeira (cf. FEIO 1857, p. 101).

1842, o edifício do colégio de S. Pedro ser-lhe-á concedido para «suplemento da livraria»¹².

Ao antigo oficial subalterno José Mendes Dinis foi distribuída a catalogação dos depósitos anexos, o qual depois de ter classificado e disposto nas estantes as obras todas pela ordem de matérias, passou a fazer o respetivo catálogo, no ano de 1836 e a concluí-lo em 1840. O mesmo oficial fez, em 1839, o catálogo de Direito.

Em conformidade com a lei de 7 de abril de 1838, a Biblioteca obteve uma dotação especial de 500\$000 para livros e jornais¹³. No ano seguinte e até ao ano económico de 1841/42 obteve novas dotações de 1:130\$000, que nalguns anos não gastou totalmente. Nos anos seguintes, as despesas com compras baixaram para valores insignificantes¹⁴. Em 1848, calculava-se um crescimento de cerca de 170 volumes por ano, contendo a Biblioteca (incluindo depósitos anexos), no final do ano letivo, 52.000 volumes e 900 manuscritos, conforme o relatório de 30 de agosto de 1849¹⁵. Claro que os cento e tal mil volumes existentes no depósito das Ordens não estão contabilizados nos relatórios, por não pertencerem aos fundos da Biblioteca.

Durante a chamada *Patuleia*, com a formação do *Batalhão Académico* para apoiar a Junta Provisória, a Biblioteca esteve encerrada, entre dezembro de 1846 e outubro de 1847.

OS ÚLTIMOS ANOS DE MANUEL DE SERPA MACHADO (1784-1858)

Embora o filho diga que Manuel de Serpa Machado exerceu o cargo até 1858 (data da morte), «salvo durante alguns meses de ausência a que foi obrigado, em muitos anos»¹⁶, realmente pouco deve ter exercido a partir de 1841. Nesse ano, por Portaria do vice reitor de 9 de janeiro, foi nomeado como Bibliotecário Interino o lente de Leis Basílio Alberto de Souza Pinto (1793-1881), que chegaria a 1º visconde de S. Jerónimo e a reitor da Universidade (**Figura 49**). Em 1842, Souza Pinto acumulará o lugar de interino com os cargos de Diretor Geral do Ensino Primário e Secundário e, em 1845, com o de vogal da mesma Direção Geral e o de Vice Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública.

12 Decreto de 25 de maio de 1842. Transcrito por GAMA 1974, Doc. 17, p. 45.

13 De que gastou 488\$435 réis (cf. FEIO 1857, p. 106).

14 De 1842 a 1853, gastou 6:844\$462 réis, seja uma média anual de 685\$000 réis (cf. FEIO 1857, p. 108-109).

15 Cf. FEIO 1857, p. 97.

16 PIMENTEL 1877b, p. 491. Na recordação do filho, as ausências referem-se às suas passagens pela Câmara dos Senadores (1840) e dos Dignos Pares do Reino (1843) ou «por motivo de grave enfermidade» (*idem, ibidem*).

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Manda
Sua Magestade a Rainha, p[er] Sua Secretaria de
Estado dos Negocios Estrang[er]os, remeter ao Vice Reitor da
Universidade de Coimbra o Livro junto contendo a
Flora Fluminensis Constante de onde vol. e um
Indice, tudo em fol. grande q[ue] o Regente em No-
me de Sua Mage[stade] o Imperador do Brazil, incar-
regou ao Enviado Extraordinario, e Ministro pleni-
potenciario daquelle Imperio offerece a Bibliotheca da
referida Universidade. Palacio de Coimbra em 3. de
Julho de 1840. = Rodrigo da Fonseca Magalhães =
Remetida com o Livro ao Bibliothecario da Univer-
sidade p[er] q[ue] Registrada, de entrada da obra na
Bibliotheca, devolvendo me esta com nota p[er] onde conste o Re-
quisito e entrada. Coimbra 10 de Setembro de 1840. = 15 de
Vice Reitor. intrinso = ^{do meo} Na conformidade das ordens 16 de
do ^{do meo} Vice Reitor da Universidade Remette a ^{do meo} in-
cluz a copia autentica da Portaria de 11 de corrente so-
bre o modo de processar as folhas das despozas de todos
os Estabelecimentos de ^{das} Universidades, p[er] q[ue] Na fiquem
na intelligencia de todo o seu contendo = D. J. A. de
Constante da Universidade, em 17 de Setembro de 1840 =
Vice Bibliothecario da Universidade = Vicente Foxe.



51

Biblioteca de São Pedro no seu local original?

Talvez devido a estes afazeres do bibliotecário interino, a partir de 1843, os «oficiais» da Biblioteca passam a ter logo no diploma da sua nomeação a designação de «substitutos do bibliotecário»¹⁷. E no final da década de 40, assina como «Bibliotecário interino»¹⁸ o lente de Direito Justino António de Freitas (1804-1865), o que mostra que Serpa Machado estaria pouco disponível para esse exercício. Também consta que algumas substituições foram pontualmente asseguradas pelo Revisor da Imprensa da Universidade «visto ser este quem legalmente substituíra aquele no cargo anexo

de Diretor da Imprensa»¹⁹, depois da junção dos dois cargos, em 1834.

Autorizado desde 13 de janeiro de 1841 a «coadjuvar»²⁰ Souza Pinto, entra como Bibliotecário Interino, em 1849, Bernardo de Serpa Pimentel, um dos filhos de Manuel de Serpa Machado, que há de ser quem durante mais tempo estará à frente da Biblioteca da universidade: 45 anos.

17 PIMENTEL 1877b, p. 492.

18 Cf. BGUC Ms. 2572, f. 15.

19 PIMENTEL 1877b, p. 492.

20 FEIO 1857, nota 1, p. 126.





53

O Bibliotecário Bernardo
de Serpa Pimentel
(pormenor)

«a fim de serem depois vendidos os livros de que esta Biblioteca não precisasse»

(Portaria, 10 jan. 1866)

1849-1872: o longo consulado de Bernardo de Serpa Pimentel

Para escrever estes elementos para a história da Biblioteca não consultámos as importantes séries documentais que se conservam no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) e noutras instituições.

Contudo, para este século 19, onde as fontes secundárias disponíveis (Barreto-Feio, Serpa Pimentel, Teófilo Braga) são mais prolixas, confusas e pouco isentas, sentimos a necessidade de manusear alguns documentos originais, sobretudo os que se conservavam na coleção de Manuscritos e no arquivo administrativo da Biblioteca Geral¹. Com resultados surpreendentes, diga-se. Desta frequência dos originais, resultará, porventura, uma visão mais pessoal, até mais apaixonada, das personalidades que marcam este período. Durante todo ele, excetuando nas prestações interinas de Justino António de Freitas (1849) e de Bernardo António Serra de Mirabeau (1871/72), os destinos da Biblioteca foram sempre dirigidos por Bernardo de Serpa Pimentel², como interino, primeiro, e como Bibliotecário, depois.

O BIBLIOTECÁRIO BERNARDO DE SERPA PIMENTEL (1817-1895)

Com ele, iniciam-se o que ele chama «novos» catálogos, ainda em formato de livro, mas agora ordenados apenas alfabeticamente

1 Com as peças mais notáveis se constituíram novos Manuscritos miscelânicos, que foram incorporados na respetiva coleção da BGUC.

2 Por portaria publicada a 11 de janeiro de 1849, foi Bernardo de Serpa Pimentel autorizado a exercer funções, em regime de substituição, durante as ausências de seu pai, Manuel de Serpa Machado, nas direções da Biblioteca e da Tipografia da Universidade. Foi nomeado Bibliotecário em 20 de abril de 1858, cargo de que foi exonerado por motivo da desanexação por lei do lugar de Diretor da Imprensa (Decreto, 12 jul. 1871) e sua posterior extinção, em 1872, após a publicação pela Imprensa do folheto anónimo *A Comuna de Paris...* da autoria de José Falcão. Nomeado novamente por decreto de 25 de maio de 1872, ficou até à aposentação, por razões de saúde, em 17 de fevereiro de 1894.

pelo apelido do autor, e o catálogo topográfico, que se previa concluir cerca de 1856, não fosse o «desempenho de outros serviços mais urgentes (...) para um pessoal tão diminuto»³. Parece-nos claro, relativamente ao programa do século 18, que a ambição tinha diminuído, com a secundarização ou mesmo o abandono da indexação por assuntos.

Em 1852, foram finalmente entregues ao reitor, com destino à Biblioteca, os últimos livros e manuscritos de João Pedro Ribeiro, adquiridos alguns anos antes, e com os quais se vai iniciar a *Secção de Manuscritos* da BGUC⁴. No ano seguinte, foi incorporada uma oferta do lente Vicente Ferrer Neto Paiva⁵. O rei D. Fernando II ofereceu-lhe quinze volumes em oitavo de *Bibliothek des Literarischen Vereins in Stuttgart* (1843-1846) e registam-se também ofertas do governo inglês (40 obras em 108 volumes, impressos de 1783 a 1841) e da Universidade Central de Madrid (75 obras em 113 volumes), em 29 de abril de 1853, oferta que veio com uma relação assinada pelo reitor marquês de Morante e pelo secretário geral Victoriano Mariño. E podiam citar-se, para esses anos, muitos outros beneméritos da Biblioteca⁶, cujas ofertas hoje não conseguimos individualizar, até porque algumas delas acabaram cedidas pela BGUC a outras

3 No original: «desempenho d'outros serviços mais urgentes (...) para um pessoal tão limitado como o da bibliotheca; pois além do bibliothecario, tem mais quatro empregados, que são - o primeiro e segundo official substitutos do lente bibliothecario, o porteiro e o contínuo; e um servente pago pela folha de expediente» (FEIO 1857, p. 96).

4 Cf. CRUZ 1977, p. 12 e sgts.

5 A lista que consta do BGUC Ms. 2572, f. 51v^o-52 contém bem mais que as «quatro obras ou oito volumes» (FEIO 1857, p. 104) que assinala Barreto-Feio.

6 «... além d'outras ofertas de muitos sábios e litteratos, assim nacionais como /p. 105/ estrangeiros, entre os quaes devem mencionar-se o cardeal Saraiva de S. Luiz, o conselheiro e ministro d'estado honorário Silvestre Pinheiro Ferreira, o visconde d'Almeida Garrett, Alexandre Herculano, o doutor José Feliciano de Castilho, os viscondes de Santarém, de Sá da Bandeira, e da Torre de Moncôrvo. O conselheiro José Maria Dantas Pereira, o doutor Philippe Folque, Daniel Augusto da Silva, etc.; e entre os segundos d'aquelles o principe Felix Furst Lichnowsky, A. Raczyński, John Adamson, Henry Dunckley, Edm. de Selys-Longchamps, F. V. Raspail, Manuel Odorico Mendes, etc.» (FEIO 1857, p. 104-105).

bibliotecas da universidade, mais especializadas. É o caso da monumental *Flora Fluminensis*, oferecida à Biblioteca da Universidade por D. Pedro II, em 1840 (**Figura 50**), que se encontra hoje à guarda da Biblioteca de Botânica e disponível para todos, na sua *biblioteca digital*.

Escrevendo em 1857, Barreto-Feio afirma cautelosamente que «por ora, seria prematuro e menos delicado emitir qualquer juízo»⁷ sobre o exercício de Manuel de Serpa Machado mas, quinze anos mais tarde, Augusto Filipe Simões mostrar-se-á bastante crítico da situação, como assevera Joaquim Martins de Carvalho:

«Não havia catálogos em termos, nem classificação de livros. Era tudo uma desordem, agravada ainda pela péssima catalogação que se tinha principiado (...) Do estado deplorável em que encontrou a Biblioteca da Universidade fez o sr. Filipe Simões um enérgico e historiado relatório que dirigiu ao governo»⁸

A BIBLIOTECA CONTINUA A FUNCIONAR SEM ORÇAMENTO PRÓPRIO E CERTO

A partir de 1850, começam a estar disponíveis elementos estatísticos e por eles se vão podendo avaliar mais facilmente os progressos realizados⁹. Numa análise superficial, que mais não nos foi possível num trabalho desta índole, os progressos não parecem ser de monta. No fim do ano de 1856, o número total de volumes existentes na Biblioteca e nos depósitos anexos era de 55.743¹⁰.

A Biblioteca adquiria os livros por dotações especiais ou através das chamadas «propinas», remessas enviadas gratuitamente, por imperativo legal, pela Imprensa da Universidade e pela Imprensa Nacional¹¹. Porque dos 800\$000 disponibilizados pelo orçamento geral do Estado «se não podia aplicar para compra de livros senão

uma pequena parte»¹² a Biblioteca obtinha pontualmente fundos para «compra de obras modernas publicadas fora do reino»¹³.

Servindo-se do precedente estabelecido pela Biblioteca Nacional e por outras¹⁴, e depois de oferecidos alguns livros do depósito das Ordens à Secretaria do Conselho Superior da Instrução Pública, ao Liceu Nacional de Coimbra¹⁵ e às Faculdades de Medicina e de Filosofia, a parte sobrança deles catalogou-se «a fim de serem depois vendidos os livros de que esta Biblioteca não precisasse»¹⁶. Os lucros do leilão de 7 de março de 1870 foram basicamente aplicados em melhoramentos no edifício¹⁷. E um novo leilão realizar-se-ia em 1875¹⁸.

Continuaria, contudo, a manter por tratar e por acondicionar muitos livros provenientes do depósito das Ordens extintas, parte dos quais (os mais raros e preciosos) seriam encaminhados para a ala de São Pedro (atual Reitoria) e para a parte deixada livre pela saída da *Secretaria Geral* da Universidade¹⁹, onde hoje se encontra o *Instituto Jurídico*. A partir de 1860, constituiu-se aí uma chamada «biblioteca suplementar»²⁰.

UMA COMISSÃO NOMEADA PARA EXAME DA BIBLIOTECA, EM 1854/55

A situação da Biblioteca não seria invejável, a julgar pela criação de uma Comissão, em 20 de outubro de 1854, para a sua inspeção e «exame». Conclui a Comissão que os mais antigos catálogos

12 PIMENTEL 1877b, p. 487. Esta verba figura no Orçamento a partir do ano de 1858/59.

13 600\$000 rs. por Carta de Lei de 11 de julho de 1863 (cf. GAMA 1974, p. 12 e Doc. 37, p. 77). O mesmo valor em 1865/66 (cf. PIMENTEL 1877b, p. 487).

14 A Real Biblioteca Pública do Porto realizou 8 leilões de duplicados, entre 1864 e 1869.

15 Terminado em 1861, o catálogo alfabético dos livros incorporados na Biblioteca do Liceu Nacional de Coimbra, manuscrito em formato fôlio, em dois volumes, reúne as obras, nomeadamente duplicados, provenientes do depósito geral do Colégio das Artes, que a Biblioteca da universidade não considerava úteis. (BGUC Ms. 3444, n° 11 e 12).

16 Portaria de 10 de janeiro de 1866.

17 «O produto d'aquellas vendas empregou-se principalmente na compra de muitas obras, seguindo em grande parte a indicação ou requisições dos Conselhos das Faculdades — em retribuição de trabalhos de catalogação — na construção de dois gabinetes, mais amplos do que os antigos (...) e no melhoramento da comunicação entre a sala da Bibliotheca e o deposito subjacente» (PIMENTEL 1877b, p. 489).

18 *Catálogo de livros antigos e modernos impressos e manuscritos provenientes da biblioteca da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Impr. de J. G. de Sousa Neves, 1875. Apesar do título, em que o nome da *Biblioteca da Universidade*, pelo seu prestígio, funcionaria como um chamariz, o leilão, realizado nos dias 26 de setembro e seguintes, incluirá livros que tinham sido da falecida Imperatriz do Brasil.

19 «Em 1860, a Secretaria [*Geral*] foi substituída por instalações suplementares para a Biblioteca da Universidade» (ROSMANINHO 2006, p. 113).

20 Portaria de 13 de agosto de 1860, transcrita por GAMA 1974, doc. 35, p. 75.

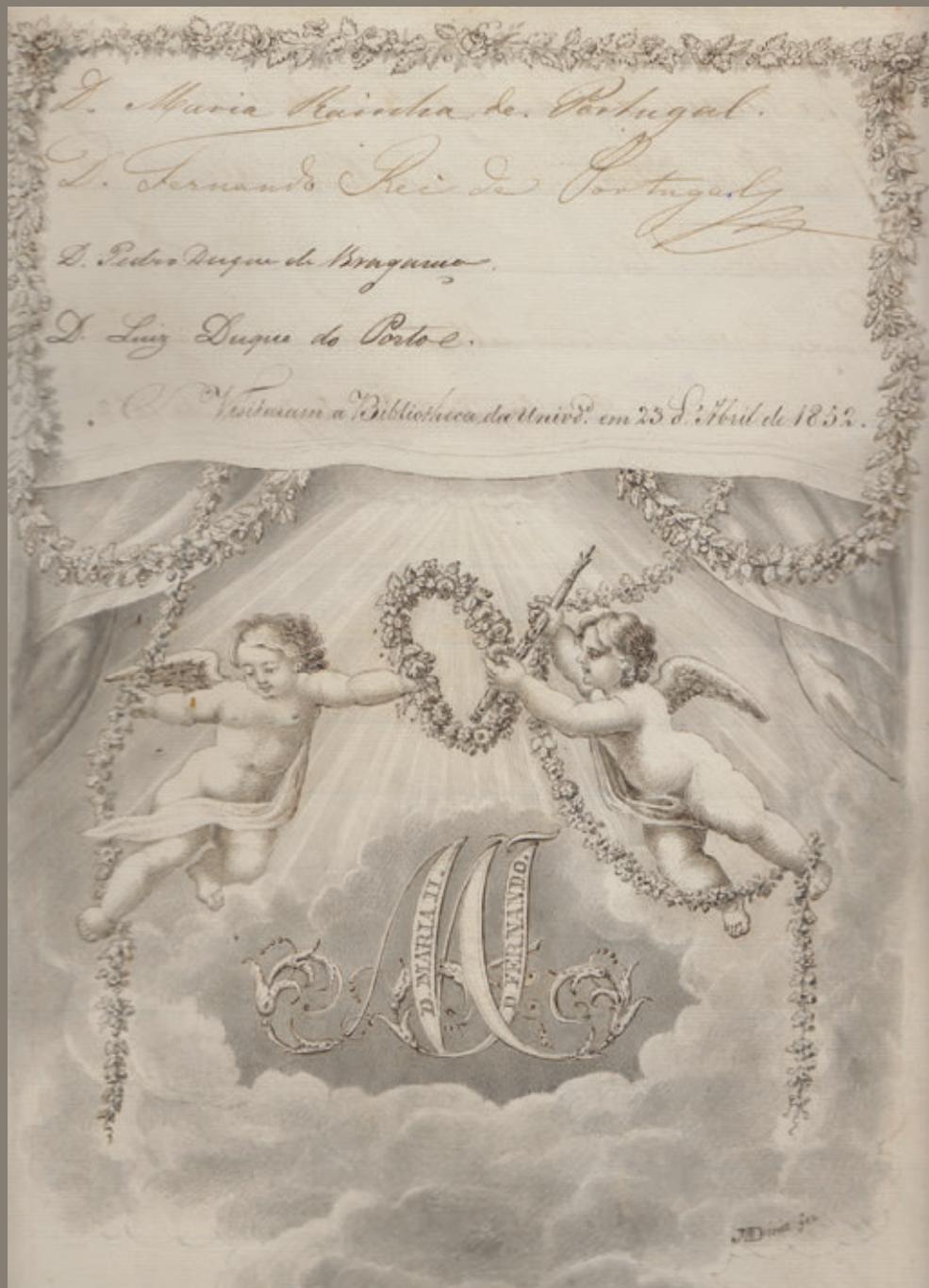
7 FEIO 1857, p. 92. Apesar das compreensíveis cautelas de Barreto-Feio, que escrevia sobre o Bibliotecário do seu tempo, a sua opinião não é muito favorável, a julgar pelo que diz da administração «que por ora são mui escassos, imperfeitos e até deficientes os dados estatísticos» (FEIO 1857, p. 112) e das compras «devendo assim ter sido pouco considerável a aquisição feita por compra, desde 1848 até 1856» (FEIO 1857, p. 98).

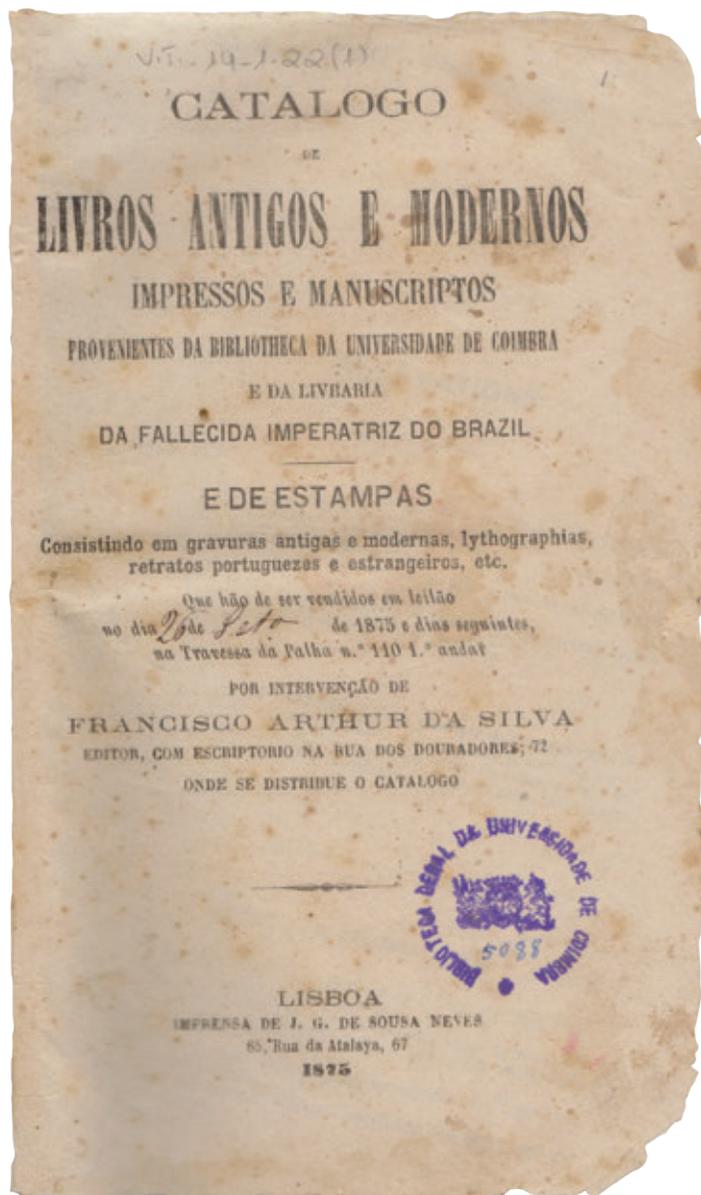
8 CARVALHO 1884. O relatório a que esta notícia se refere ainda não foi localizado.

9 Em 1850, «possuía cerca de 52.000 volumes impressos e 900 manuscritos» (BARATA 2005, p. 58). Passaram a anexar-se aos relatórios entregues ao Prelado (ou reitor) alguns mapas estatísticos que serão publicados no *Anuario da UC* (1867/68 e sgts.). A partir do ano letivo e económico de 1871/72, o mesmo *Anuario* (1872/73 e sgts.) publicará também a lista das aquisições.

10 Cf. FEIO 1857, p. 98.

11 «A Imprensa Nacional, em cumprimento da Portaria de 19 de outubro de 1870, tem remetido para esta Bibliotheca um exemplar de /p. 488/ todas ou quasi todas as obras tiradas dos seus prelos, depois d'aquella data» (PIMENTEL 1877b, p. 487-488).





55

Catálogo de leilão de livros (duplicados) da Biblioteca, em 1875

estavam «gravemente deteriorados pelo tempo e longo uso»²¹, que outros mais modernos não passam de aditamentos aos antigos e que em ambos «reina grande confusão» fruto das emendas frequentes, encontrando-se todos desatualizados. Mais, a Comissão oficia ao Bibliotecário responsável, ainda Manuel de Serpa Machado, para

21 FEIO 1857, p. 140.

«com toda a brevidade que puder»²² executar diversas disposições regulamentares como esta:

*«que se mandem recolher immediatamente à bibliotheca todos os livros a ella pertencentes, e que se acharem por fora...»*²³

Em 1855, em relatório enviado a D. Pedro V, expõem-se as medidas mais urgentes e necessárias relativamente a esta matéria — a reforma dos catálogos antigos e a organização de outros novos — por ser uma das funções mais importantes e à qual todas as outras se subordinam:

*«da cômoda disposição das obras bem catalogadas depende para o empregado a facilidade de as achar, e para o público a prontidão em as consultar»*²⁴

Determinou-se ainda que o trabalho de catalogação ficará a cargo do lente bibliotecário «por ser uma das primeiras obrigações do seu ofício»²⁵. Finalmente, a comissão propôs dividir a *Livraria Pública* em duas secções. A principal, compreenderia as obras de uso diário, estando sempre disponível a quem a quisesse frequentar, isto é, ficaria como hoje diríamos em «livre-acesso». A segunda, seria composta por obras mais raras e preciosas, os manuscritos, e outros objetos de uso menos frequente e alguns de mera curiosidade, sob a custódia do Bibliotecário.

VISITANTES ILUSTRES E AS PRIMEIRAS FOTOGRAFIAS REALIZADAS NO INTERIOR

O cultíssimo D. Fernando II visitou a Biblioteca (22 abr. 1851) e, no ano seguinte, a universidade e a sua Biblioteca foram visitadas (23 abr. 1852) por toda a família real. Desta visita sobreviveu a opinião pouco abonatória do Infante²⁶. Com efeito, D. Pedro criticou nos seus apontamentos a desadequação do horário, que seria

22 Ofício, 27 dez. 1854, transcrito por ABREU 1863, p. 471-472.

23 No original: «que se mandem recolher immediatamente á bibliotheca todos os livros a ella pertencentes, e que se acharem por fóra em mãos de individuos, que não estejam legalmente encarregados de commissões scientificas, ou litterarias: devendo os que o estiverem passar recibo dos livros que conservarem...» (Ofício, 27 dez. 1854, Disposição 6ª).

24 FEIO 1857, p. 150.

25 FEIO 1857, p. 152.

26 D. Pedro deixou por escrito as suas impressões desta visita, que M. Filomena Mónica resume assim: «tinha um número reduzido de obras modernas, além de possuir um horário de funcionamento inconveniente para os estudantes» (MÓNICA 2005, p. 47).

Hans Christian Andersen

56

Assinatura de Hans Christian Andersen no *Livro de Visitantes* (1866)

de seis horas por dia²⁷. Felizmente, nem todos os visitantes ficavam tão mal impressionados. Em julho de 1866, visitou Coimbra o já então conceituado escritor dinamarquês Hans C. Andersen. Na companhia de um professor do Liceu, natural de Schleswig-Holstein (Herman Christian Dürrssen), assistiu à cerimónia da imposição das insígnias a um jovem doutor e o Bibliotecário da Universidade mostrou-lhe preciosidades, nomeadamente edições ilustradas de *Os Lusíadas*. Andersen teve também nas mãos a famosa bíblia hebraica, que tinha sido comprada na Holanda pelo bolsheiro Manuel Pedro de Melo (1765-1833), e que — depois de esquecida durante anos na *Secretaria Geral* — deu entrada na Biblioteca a 30 de janeiro de 1857. Andersen descreve-a assim:

«Vi também duas bíblias [sic] manuscritas, com páginas que pareciam uma pura renda de ornatos artísticos mas que observadas por uma lente eram cada uma delas [sic] uma pequena obra-prima de engenho e paciência. Podia-se verificar que cada linha destes rendilhados e ornatos mais não era do que palavras escritas numa bíblia em hebraico, hábil e pacientemente compostas»²⁸

27 Desde o ano letivo de 1854/55, praticava-se um horário das 10 horas às 16 horas, por proposta do Bibliotecário e por determinação de D. José Manuel de Lemos (cf. FEIO 1857, nota 1, p. 136-137). O horário só aumentaria no ano letivo de 1873/74: «A Bibliotheca até 13 de novembro esteve aberta apenas seis horas por dia, três de manhã e três de tarde: d'ahi por diante esteve aberta nove horas por dia consecutivas» (MOVIMENTO 1874, p. 207).

28 ANDERSEN 1866, p. 91.

Provavelmente, Andersen baralhou nas suas recordações as várias bíblias manuscritas que lhe mostraram, porque bíblia manuscrita hebraica só há uma! A sua assinatura ficou no *Livro de Visitantes* (**Figura 56**).

Menos de dois meses depois, em setembro de 1866, o interior da Biblioteca será fotografado por Charles Thurston-Thompson (1816-1868), fotógrafo oficial do *South Kensington Museum*, enviado em expedição à Península Ibérica. Trata-se da mais antiga fotografia de um interior obtida em Coimbra²⁹ e a primeira de uma longa série, que converte a Biblioteca Joanina num dos espaços mais (e melhor) fotografados do país. A foto, onde ainda se pode ver um estudante sentado a ler, faz parte do álbum *Monumentos Architectónicos de Coimbra*, oferecido pelo fotógrafo ao reitor da época, e que se conserva nos fundos da BGUC (**Figura 57**).

Durante o ano letivo de 1871/72, foi Bibliotecário Interino o lente de Medicina Bernardo António Serra de Mirabeau (1826-1903)³⁰. Com frequência de Filosofia Natural e de Matemática e bons conhecimentos de numismática, a ele se ficou a dever a classificação e exposição da coleção monetária e medalhística.

29 Segundo Alexandre Ramires, um dos daguerreótipos realizados na Universidade por volta de 1842 é uma «experiência» no interior da Biblioteca Joanina, que não resultou por incapacidade da técnica disponível na época (RAMIRES 2009, p. 99).

30 Já tinha sido encarregado de trabalhos relativos às livrarias das Ordens, por exemplo, conferindo o *Inventário de S. Pedro* [letras R a X], de 23 de agosto de 1863.



**COIMBRA, PORTUGAL. UNIVERSITY; INTERIOR OF LIBRARY,
WITH PORTRAIT OF JOHN V. THE FOUNDER.**



57

Foto do interior por
Charles Thurston-
Thompson (1816-1868),
setembro de 1866, incluída
no álbum *Monumentos
Architectonicos de Coimbra*
(BGUC R-69-16A)

58

O Bibliotecário Interino
Bernardo António Serra
de Mirabeau (1826-1903)



59

O doador Vicente Ferrer
Neto Paiva (1798-1886)

60

O bibliófilo e publicista
Joaquim Martins de
Carvalho (1822-1898)





61

Prelo do Galinha,
comprado para imprimir
os catálogos da Biblioteca
e que veio depois a
servir para imprimir
as etiquetas do Jardim
Botânico da Universidade

«a certain repose that leads to thought and is favourable to study»*

(Lady Catherine Charlotte Jackson, *Fair Lusitania*, 1874)

* «Um certo sossego que conduz à reflexão e favorece o estudo»

1872-1910: dos catálogos em livro aos catálogos em «macetes»



o ano de 1872 marca o início de uma época de grande atividade e, seguramente, tempos de entusiasmo na Biblioteca. Termina-se um projeto de ampliação feito por um jovem professor¹, prepara-se um novo *Regulamento* e decide-se avançar com a obra de cobertura da ligação do salão nobre com os níveis inferiores de depósito (1873-1874). Entra nesse ano para a Biblioteca da Universidade Augusto Filipe Simões, que já tinha sido bibliotecário na Biblioteca Pública de Évora (1863 a 1872). Até 1894, continuará Bernardo de Serpa Pimentel a ser o Bibliotecário nomeado, embora o exercício tivesse estado atribuído a «bibliotecários interinos», dos melhores que passaram por Coimbra: Augusto Filipe Simões, Augusto Mendes Simões de Castro e José Maria Rodrigues. Este último, nomeado «Bibliotecário» em 9 de março de 1894, foi por sua vez substituído interinamente a maior parte do tempo por Francisco Martins e por Joaquim Mendes dos Remédios.

O NOVO REGULAMENTO, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1873

No Verão de 1873, a inglesa Lady Jackson visitou Coimbra e a Biblioteca. Eis parte das suas impressões, na tradução de Camilo Castelo-Branco:

«Mas, a meu ver, a mais notável peça da universidade é a biblioteca (...) A solenidade de tom dos ornatos diz ao propósito a que são

1 A 19 de maio de 1873, recebeu José Miguel de Abreu (1850- ?), professor proprietário da Cadeira de Desenho anexa à Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, trinta mil reis «pelo trabalho que executou para o levantamento de plantas, alçados e cortes, para uma sala que deve annexar-se á Biblioteca da Universidade e cuja quantia deve ser paga pelo producto da venda dos livros dos extintos conventos de Coimbra» (BANDEIRA 1943, p. 148). Conserva-se o Orçamento, de 15 de fevereiro (BGUC Ms. JV, maço 35).

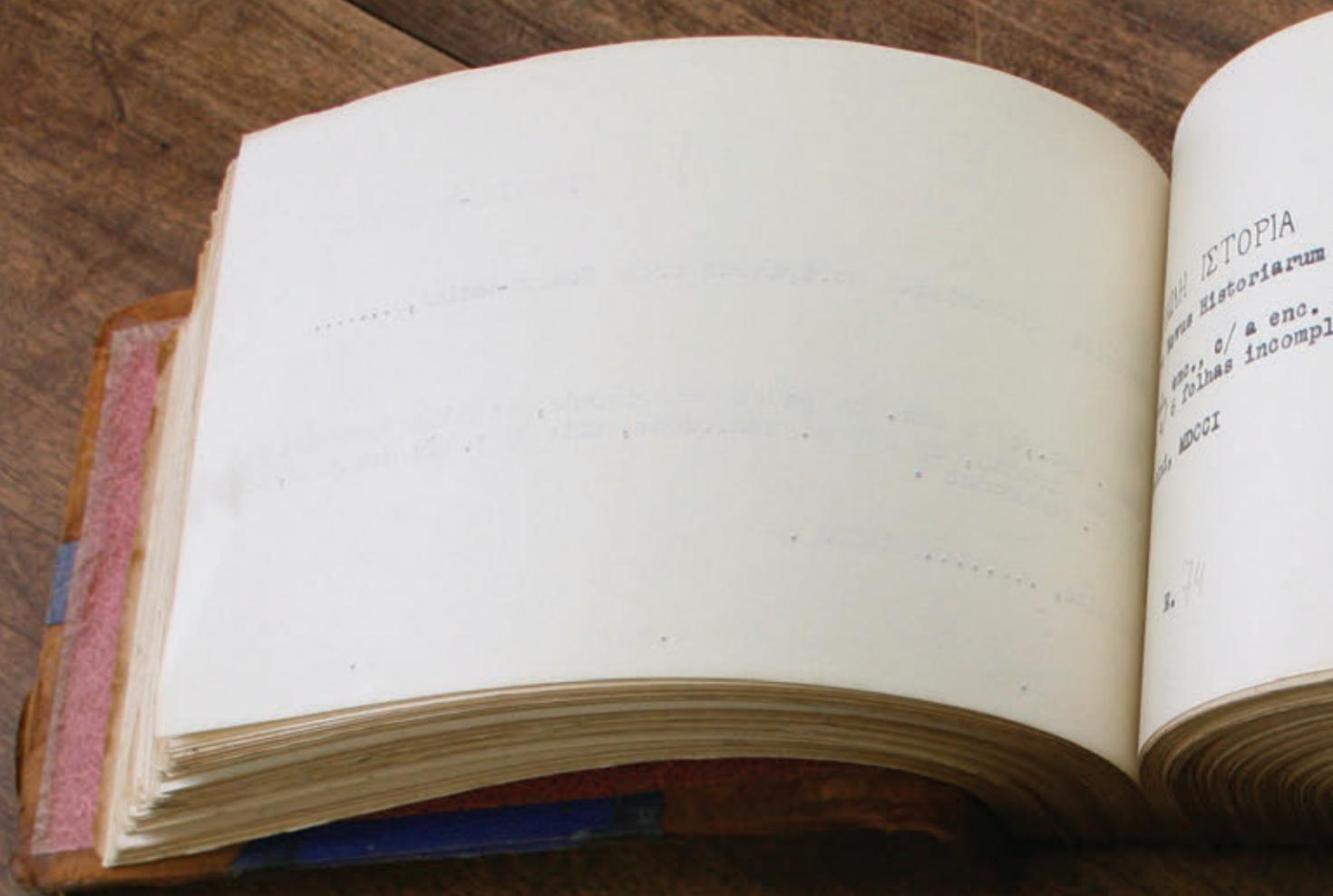
destinadas as salas - um certo silêncio em que se compraz o espírito, e favorecia o estudo. Há gabinetes distintos para os académicos premiados que queiram estudar em separado. É grande a livraria, rica de edições raras e manuscritos dos extintos conventos, livros góticos, iluminuras em pergaminho, e coleção de gravuras, algumas antigas e exemplares únicos»²

Serpa Pimentel participa ativamente na elaboração do novo *Regulamento*³, onde se consagra a abertura da Biblioteca à generalidade do público erudito, que (convém não nos deixarmos enganar) não abrangeria todos os leitores de Coimbra, que só em 1922 teriam a sua biblioteca pública⁴. O *Regulamento* publicado em 1874 contempla também, logo no capítulo primeiro, um alargamento do

2 JACKSON 1873, p. 200. No original: “But to me, the most interesting part of the university was the library. It consists of a fine suite of /p. 360/ rooms, with galleries divided into compartments for books of different languages. There is a pleasant solemnity of tone in the decorations, in harmony with the purposes for which the rooms are designed — a certain repose that leads to thought and is favourable to study. There are separate rooms for those students who, having obtained certain honours, desire to pursue their studies in still greater privacy. The library is extensive, and includes many of the choicest books and MSS. from the extinct convents; such as rare black-letter volumes, illuminated MSS. on vellum, and a collection of choice engravings, many of them very ancient and quite unique.” (*Fair Lusitania*. London : R. Bentley and Son, 1874, p. 359-360).

3 A pedido do reitor, o Bibliotecário fez os seus comentários ao velho *Regulamento* de 1800: «O paragrapho 1º do citado Regimento, na parte em que proíbe a entrada na Bibl(iotheca a estudantes de instrução secundaria, e do 1.º anno de qualquer das Facul(das) da Univ(ersida)de, sem licença especial, não se executa nem é da m(inh)a lembrança haver-se executado. Franqueia-se geralm(en)te a leitura na Bibliotheca a professores e alumnos e a quaisquer outras pessoas que a procuram» (PIMENTEL 1873, f. [2]).

4 Mais de 30 anos depois, em 1903, Martins de Carvalho (filho) escrevia no *Coimbricense* que «... a importante Biblioteca da Universidade (...) não é acessível aos habitantes da cidade» (nº 5839, 10 nov. 1903, cit. por LOUREIRO 1923, p. 9). Esta restrição deve entender-se no sentido em que ela não providenciava a almejada *Leitura Pública* ou, nas suas palavras, «onde os indivíduos de todas as classes possam ir com facilidade instruir-se ou recrear-se» (*idem, ibidem*).



ETIOPIA
Historiarum
e/ a enc.
folhas incompl
MDCCI



FUNDO ANTIGO

- AUTORES ESTRANG

LETRAS

ΠΟΙΚΙΛΗ ΙΣΤΟΡΙΑ

(HISTORIARUM FABELLARUMQUE DELECTUS)

Fabellarumque Delectus : cum Notis et Versione.
deteriorada e as folhas manchadas, c/ 1 gravu-
etamente numeradas, mais 212 p. numeradas .

T. IV

Nº. 16

EIROS

a B

horário de funcionamento, atendendo às necessidades dos leitores⁵. As limitações de acesso ficam reduzidas aos estudantes do Liceu e pouco mais:

«Serão admitidos à leitura (...) quaisquer professores de instrução pública, os estudantes da Universidade ou de outras escolas superiores, os escritores públicos, oficiais militares e todas as pessoas habilitadas com qualquer dos títulos literários que dispensam a prova do censo; porém os estudantes do Liceu e demais pessoas só serão admitidas com licença do Reitor da Universidade ou do Bibliotecário»⁶

Uma preocupação de Serpa Pimentel era a de imprimir os catálogos, com a ideia de comunicar as «novidades» aos restantes professores da universidade⁷. Para isso, adquiriu ao tipógrafo Francisco dos Santos e Silva, um prelo metálico usado, fabricado por Manuel Bernardes Galinha (Coimbra, 1845), e confessa ter realizado alguns ensaios de impressão de folhas⁸. O prelo do Galinha, como é conhecido, conserva-se na posse da BGUC até hoje (**Figura 61**).

UM RELATÓRIO PARA APRESENTAR À EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS, DE 1878

Em 1877, o reitor Visconde de Vila Maior, compilou um longo relatório sobre a Universidade, onde se insere uma *Breve notícia da Livraria...* (da mão do Bibliotecário) que esclarece sobre as novidades na administração e nos processos técnicos. A mais relevante delas terá sido a criação dos «catálogos móveis» ou «macetes» (**Figura 62**), que Serpa Pimentel já defendera, entusiasticamente, na *Minuta* do seu relatório de 10 de agosto de 1874:

«... tem sido portanto necessário obter copioso número de encadernações mecânicas ou de molas metálicas apropriadas, às quais se unem delgadas pranchas de boa madeira, constituindo uma espécie de

5 Serpa Pimentel explica que a disposição do 10º parágrafo do *Regimento* «de não se abrir de manhã a Biblioteca senão em véspera de sabatina, cessou há bastantes anos; costuma estar aberta por tempo de 6 horas em cada dia, consecutivas ou interpoladas, segundo tem parecido mais conveniente (...) parecendo que o estar aberta das 9 às 12 e das duas às 5 nas primeiras épocas do ano lectivo é o que menos inconveni/f. 3/entes oferece à frequência do maior número de estudantes, segundo o horário ultimamente adoptado nas aulas.» (PIMENTEL 1873, f. [2v.-3]).

6 REGULAMENTO 1873, Artº 5º.

7 «... parecendo-me que os catálogos móveis sim, mas impressos seriam m(ui)to mais perfeitos, e que o emprego da impressão facilitaria, pela pronta tiragem de m(ui)tos exemplares de cada folha, a formação de variado n(umer)o de catálogos parcaes...» (PIMENTEL 1874, p. 9).

8 «... comprei para este efeito grande porção de papel; porem apenas estão em prova algu(m)as folhas» (PIMENTEL 1874, p. 9).

encadernação que facilmente admite aumentar ou diminuir o número de folhas que aberta, ou substitui-las por outras»⁹

Apesar dos entusiasmos de Bernardo de Serpa Pimentel, o testemunho de António de Vasconcelos¹⁰, então estudante e assíduo leitor, dá conta de:

«dificuldades para encontrar qualquer livro, porque os serviços (...) andavam ao tempo bastante fora do que era para desejar»¹¹

O «BIBLIOTECÁRIO INTERINO» AUGUSTO FILIPE SIMÕES (1835-1884)

Será neste contexto que o nome de Augusto Filipe Simões¹², «um erudito e um disciplinador», será proposto para bibliotecário interino¹³ para dar especial atenção à catalogação, tarefa em que será auxiliado por José Marques Perdigão Donato, que «empregou a escrever verbetes» por ser «zeloso, muito ponderado, e ter excelente forma de letra»¹⁴. Apaixonado pela arte nascente da fotografia, amigo e colaborador de Carlos Relvas, A. Filipe Simões tinha participado no *Panorama photographico de Portugal* (publicação conimbricense editada de novembro de 1869 até dezembro de 1874), fundado e dirigido pelo seu primo Augusto Mendes Simões de Castro, e em inúmeras outras publicações periódicas.

O entusiasmo que congregou Filipe Simões, os seus «oficiais» e um bom número de amigos em torno da Biblioteca, levou a exageros, como este de Simões de Castro escrever num jornal da cidade:

9 PIMENTEL 1874, p. 9.

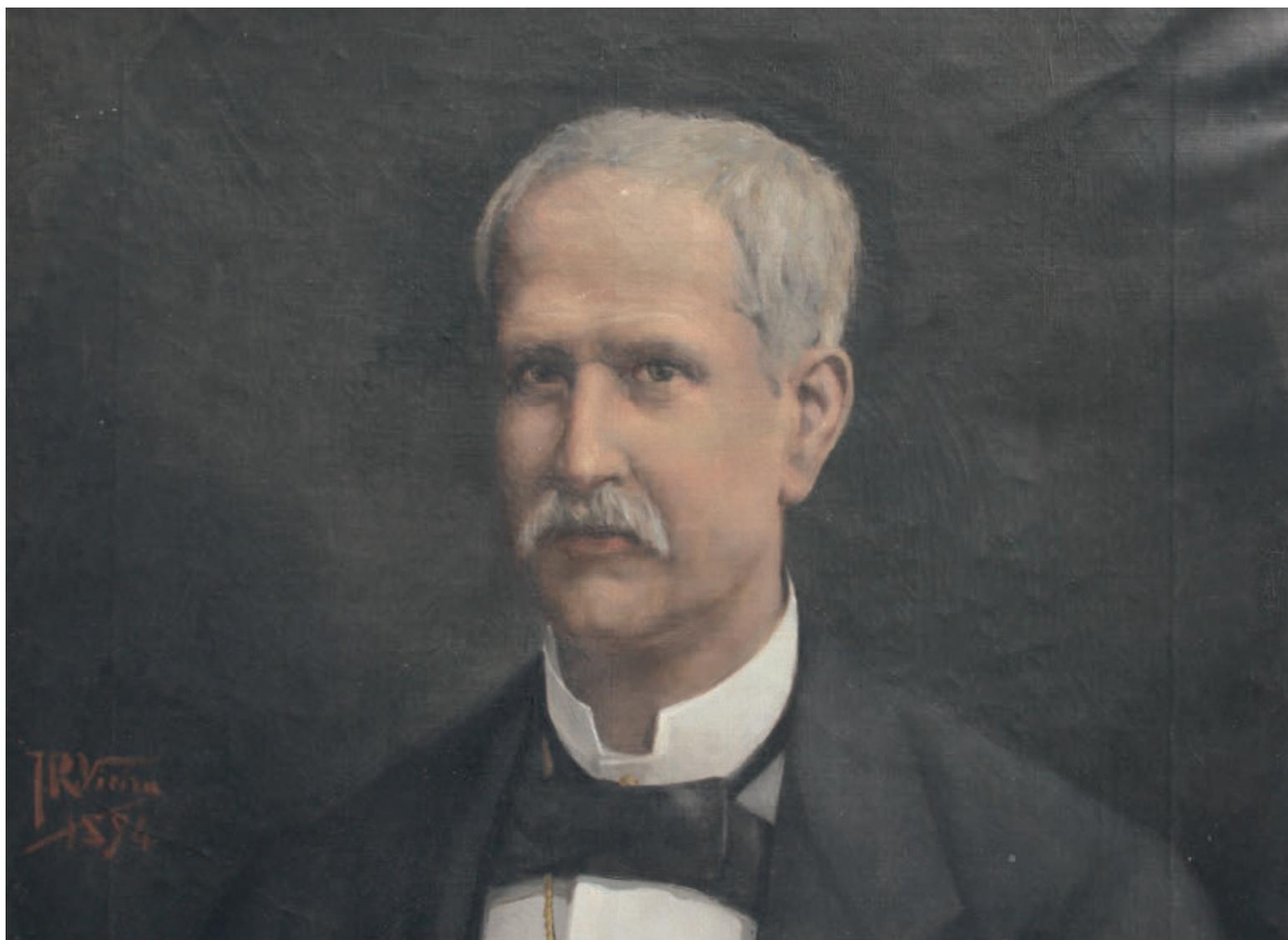
10 António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), doutor em Teologia e depois em Letras, viria a ser o primeiro diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Letras, em 1911.

11 VASCONCELOS 1934, p. 29.

12 «Considerando alguns professores a urgência que havia (...) da Biblioteca desempenhar a função importantíssima que lhe pertencia, foram ter com o reitor, Visconde de Vila-Maior, e representaram-lhe a conveniência, e até necessidade, de ser convidado o professor de Medicina, Doutor Augusto Felipe Simões...» (VASCONCELOS 1934, p. 32).

13 Nomeado por Portaria reitoral de 1 de janeiro de 1879.

14 VASCONCELOS 1934, p. 32. Com Filipe Simões, José Marques Perdigão Donato, porteiro efetivo desde 24 de março de 1873, será nomeado 2º oficial provisório (1879-1890), depois será promovido, na direção de Augusto Mendes Simões de Castro, a oficial subalterno interino (1895-1897) e, durante a direção de José Maria Rodrigues, a 1º oficial (1901-1905). Alguma da correspondência que consultámos mostra o seu interesse nos conhecimentos de biblioteconomia necessários ao desempenho destas funções, pois encomenda ao livreiro H. Welter o *Manuel de Bibliothéconomie* de Graesel, publicado em 1877. ([Carta postal], 1895 fev. 5, Paris [para] José Marques Perdigão Donato. BGUC Ms. 3470).



63

O doador António Augusto da Silva Ferreira (1824-1892), retrato póstumo por J. R. Vieira

«... é a biblioteca da Universidade a melhor do reino»¹⁵

Mas, pondo de parte os excessos, conduziu também a empreendimentos importantíssimos, como a publicação, a partir de 1877, do *Archivo bibliographico*¹⁶, primeiro ensaio do *Boletim* da Biblioteca. E tudo isto realizado com um quadro de pessoal e com

vencimentos¹⁷ que eram quase os de um século antes, do tempo da reforma pombalina. De acordo com as folhas de vencimentos de janeiro de 1878, o quadro estava assim provido:

«Dr. Bernardo de Serpa Pimentel — Bibliotecário
António da Rocha d'Antas e Mendonça [Gersaint] — 1º Oficial subalterno

15 CASTRO 1879, p. 81.

16 21 números publicados pela Imprensa da Universidade, entre 1877 e 1878. Uma nova série iniciar-se-ia em 1901: *Archivo bibliographico* da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, 1901-1913. Vol. 1, nº1 (jan. 1901) - vol. 13, nº5 (mai. 1913). Continuado por: *Boletim bibliográfico* da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

17 «O vencimento anual do Bibliothecario é de 200\$000 réis, como fôra estabelecido em 1772 e novamente prescripto em 1834; aos dos outros empregados tem se feito pequenos augmentos, e é hoje [em 1877] de 250\$000 réis o de cada um dos dois officiaes, e de 240\$000 réis o do Porteiro, assim como o do Continuo» (PIMENTEL 1877b, p. 494). O ordenado dos officiaes tinha sido aumentado para este valor pela Carta de Lei de 31 de agosto de 1858 (cf. GAMA 1974, Doc. 32, p. 72) e o dos restantes pela Carta de Lei de 26 de maio de 1862 (cf. GAMA 1974, Doc. 36, p. 76).

José Mendes Diniz — 2º Dito

Bacharel Libanio Pedro d'Alcantara Carreira — Encarregado do Catálogo da Biblioteca

Alexandre d'Azevedo Araujo e Gama — Oficial adido, aposentado

Bento Pereira de Miranda — Amanuense (extraordinário)¹⁸

José Marques Perdigão Donato — Porteiro

João Pereira de Miranda — Contínuo¹⁹

Note-se que o nome de Filipe Simões (foi interino até 1 de fevereiro de 1884, quando faleceu), não aparece no quadro deste ano, nem no de alguns outros²⁰.

Da livraria do Lorrvão virá, nesta época, uma preciosidade bibliográfica: dois volumes (incompletos) da *Vita Christi*, que José Joaquim da Paixão e A. Filipe Simões lá descobrem e inventariam, em 26 de agosto de 1879²¹. A obra seria completada, por compra, em 1885²².

Filipe Simões viria a suicidar-se no Paço das Escolas²³, mas Bernardo de Serpa Pimentel não deixa de o elogiar, postumamente:

«mostrou o seu distinto merecimento e decidida competência, desempenhando importantes serviços com muito zelo e notável dedicação»²⁴

AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO (1845-1932) O «MESTRE DE TODOS NÓS»

Em fevereiro de 1884, o bacharel Augusto Mendes Simões de Castro foi nomeado «para continuar a catalogação e inventários (...) e substituir nos seus impedimentos o lente bibliotecário Bernardo de Serpa»²⁵. «Bibliófilo e bibliógrafo muito distinto e erudito»²⁶, frequentador da biblioteca e conhecedor dos seus fundos, auxiliava já na reorganização dos catálogos, ao tempo de Filipe Simões. Trabalhou mais de quarenta anos, entre 1884 e 1926, seja nos *Reservados*, na sala dos manuscritos ou no seu gabinete na 2ª sala de leitura. Iniciou e deixou bastante adiantado o *Catálogo dos Manuscritos*, que principiou a publicar-se no *Archivo bibliographico da Biblioteca da Universidade*²⁷ e se continuou no *Boletim bibliográfico*. Da iniciativa deste «Mestre de todos nós», como lhe chamavam²⁸, é também o catálogo dos *Reservados*, iniciado em 1895, sob a forma de verbetes²⁹, em pequenos maços, numerados, dispostos por ordem alfabética e que «depois de revisto e aperfeiçoado de forma a corresponder às exigências da moderna ciência biblioteconómica»³⁰ haveria de servir de base ao impresso publicado por Ernesto Donato. Durante a direção interina de Simões de Castro, serão entregues pela Misericórdia de Cantanhede (1891) os 74 códices manuscritos³¹ deixados à Biblioteca por disposição testamentária do Arcebispo de Braga D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888) e a doação (1892) do benemérito cirurgião António Augusto da Silva Ferreira (1824-1892)³², que veio acompanhada de um retrato (**Figura 63**) e

18 Uma minuta (certamente de José Maria Rodrigues) que encontramos solta no Arquivo administrativo da BGUC explica o provimento destes lugares extraordinários: «Desde 1872 que havia na Bibl(iothe)ca da Univ(ersida)de um lugar de amanuense com / a retribuição mensal de 18.000 Rs. com o fim de auxiliar no serviço / os officiaes da m(es)ma repartição. Este lugar deixou de existir em 1892 [leitura duvidosa], / por lapso na distribuição das verbas do pessoal variável. /⁵ O meu antecessor, vendo o serviço de catalogação atrasadissi-/mo, chamou um escrevente ao qual dava a modica retribui-/ção de 300 Rs. nos dias uteis, por não haver verba por / onde pudesse dar-lhe melhor remuneração. Tendo este escreven-/te deixado de fazer serviço, chamei outro (José Ernesto Marques / ¹⁰ Donato), mas, sendo os serviços <deste> incontestavelmente superiores / aos do outro, é mister dar-lhe um melhor vencimento, o / que as forças da verba para *pessoal variável* não permitem. // Para obviar a esse inconveniente, roga-se a V(ossa) Ex(celenci)a se digne / solicitar do Ex(celentissi)mo Ministro do Reino a restauração do an-/tigo lugar de amanuense da B(ibliothe)ca com o vencimento / mensal de 18.000 Rs. pago pela verba do *Pessoal / ⁵variável*.»

19 PIMENTEL 1877b, p. 522. Note-se que nem todas elas figuram no quadro publicado no *Anuário* do mesmo ano. Todas estas pessoas, se tivéssemos aqui espaço para isso, mereceriam interessantes notas biográficas.

20 Não era funcionário efetivo. Só aparece nos quadros oficiais publicados no *Anuário da Universidade de Coimbra* nos anos de 1879/80, de 1880/81 e de 1883/84.

21 «Dois volumes encadernados contendo um d'elles o livro 3º e o livro 4º incompleto da *Vita Christi*, Lisboa 1495 e o outro o livro 4º também incompleto da mesma obra». (*Catálogo dos livros impressos que se encontram no Archivo do Real Mosteiro do Lorrvão*. BGUC Ms. 3444, nº14).

22 Ofício dirigido ao vice reitor, requerendo autorização para aquisição dos dois primeiros tomos da *Vita Christi*: «Aparecendo presentemente ocasião oportuna para se completar o exemplar desta biblioteca, pois que se me fez oferta das partes 1ª e 2ª pela quantia de cinquenta mil reis, apresso-me a solicitar a V(ossa) Ex(celenci)a a necessária autorização para as adquirir». (CASTRO 1914, p. 481).

23 Enfocou-se no local que lhe tinha sido cedido para viver por baixo da Sala dos Capelos, a 1 de fevereiro de 1884, em depressão profunda, «efeito de predisposição morbida, já hereditaria, e com que lutava ha vinte e quatro annos» (PINTO 1884, p. 360). O episódio terá sido despoletado por problemas económicos com a construção de uma vivenda no Penedo da Saudade, para solução dos quais a venda dos *Escreptos diversos*, edição póstuma organizada por amigos, pretendeu contribuir.

24 PIMENTEL 1884, p. 23.

25 BGUC 2010.

26 VASCONCELOS 1934, p. 33.

27 Entre 1901 e 1914, ininterruptamente nos vols. I–XII, passando depois a ser publicado no *Boletim bibliográfico da Biblioteca da Universidade*, entre 1914 e 1925.

28 Os trabalhos de catalogação estavam confiados «à competência e solicitude dos nossos conservadores, que nêles serão esclarecidos e auxiliados pelo Mestre de todos nós, e de modo tal que nada se dê à estampa, sem que por êle, e por nós também, com o maior cuidado, seja revisto e verificado, afim de que saia obra perfeita, tanto quanto possível, e completa no seu género.» (SANTOS 1922, p. 48).

29 Do catálogo dos *Reservados* conservam-se seis «macetes» com verbetes para cada uma das obras descritas, ordenados alfabeticamente pelo nome do autor. Iniciado em 1895, é possível identificar na «letra miúda» o nível de detalhe das descrições bibliográficas de A. Simões de Castro que o começou, deixando terminados 1 379 verbetes.

30 SANTOS 1922, p. 47.

31 BGUC Mss. 1635-1708.

32 Lista que apenas começou a ser publicada no *Anuario* (1896/97, p. 279-291 e 1897/98, p. 315-328). Existe separata.



64

O Bibliotecário José Maria Rodrigues (1857-1942)

se manteve, pelo menos durante alguns anos, em gabinete especial e com catálogo próprio³³.

A partir do ano letivo de 1894/95, Augusto Mendes Simões de Castro continua a aparecer nos *Anuários*, mas apenas como «empregado na catalogação (fora do quadro)», mantendo a sua colaboração na Biblioteca pelo menos até 1926³⁴.

A NOTORIEDADE INTERNACIONAL DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

Neste final de século, potenciado por um intercâmbio ativo das publicações próprias com outras bibliotecas, começa a consolidar-se uma imagem de credibilidade, que faz, por exemplo, com que Henri La Fontaine contacte a universidade a fim de obter a colaboração da Biblioteca com a Organização Internacional de Bibliografia

33 Cf. REMÉDIOS 1907, p. 9. Deve ser o Ms. 2956 da BGUC.

34 O seu nome só vem mencionado até 1921 no *Anuário*, mas a sua colaboração só termina em finais de 1926 ou inícios de 1927, quando toma posse Joaquim de Carvalho; ao novo diretor, que o tinha convidado a ficar, desculpa-se com as «moléstias que traz a idade avançada (quasi 82 anos), uma das quaes é o enfraquecimento da vista ...» (BGUC. *Documentos Mendes dos Remédios*, nº 67).



65

O Bibliotecário Interino Augusto Filipe Simões (1835-1884)

Científica, em 1896³⁵, ou que H. Teulié lhe escreva pedindo um exemplar do *Regulamento* para auxiliar na preparação do das bibliotecas universitárias de Lyon (França)³⁶.

O ilustre camonista José Maria Rodrigues (**Figura 64**), capelão da Universidade e secretário da Faculdade de Teologia, foi nomeado Bibliotecário Interino (28 fev. 1894) e logo Bibliotecário efetivo, em 9 de março seguinte. Nesse mesmo ano, interrompeu para colaborar na reforma do ensino secundário e para exercer, em comissão de serviço, o cargo de reitor do Liceu Nacional Central de Lisboa. O lugar foi ocupado interinamente (1895 ou 1896?) por Francisco Martins (**Figura 68**), professor da Faculdade de Teologia, que exercerá até 30 de setembro de 1900.

35 [Carta], 1896, abr., Bruxelas, de Henri La Fontaine [Secretário Geral do Office International de Bibliographie para] Reitor da Universidade de Coimbra [António Augusto da Costa Simões] solicitando a colaboração da Biblioteca da Universidade com a Organização Internacional de Bibliografia Científica.

36 [Carta], 1894, jul. 16, Lyon, de H. Teulié [para] Monsieur Bernardo de Serpa Pimentel [Bibliothécaire de la] Bibliothèque Universitaire Coimbra.

66

Livro de Honra, comprado em 13 de maio de 1873, para uma das visitas de D. Fernando II (capa com castelo de Windsor em laca com embutidos)



A PARTIR DE 1901, OS «BIBLIOTECÁRIOS» PASSAM A «DIRETORES» DA BIBLIOTECA

Francisco Martins será o primeiro a intitular-se «diretor da Biblioteca», em 1897³⁷, mas este nome só ficará oficializado, em 1901, pela *Reforma dos Estudos da Universidade de Coimbra*³⁸. O seu sucessor Mendes dos Remédios (**Figura 69**), que ainda assina «Bibliotecário» pelo menos durante o ano de 1902, assumirá paulatinamente a nova designação, nos anos que se seguem.

Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932) foi interino de 1900 até 1911, quando José Maria Rodrigues se afasta definitivamente de Coimbra, ingressando na recém-criada Faculdade de Letras de Lisboa. A ele se deve a reorganização da coleção de numismática,

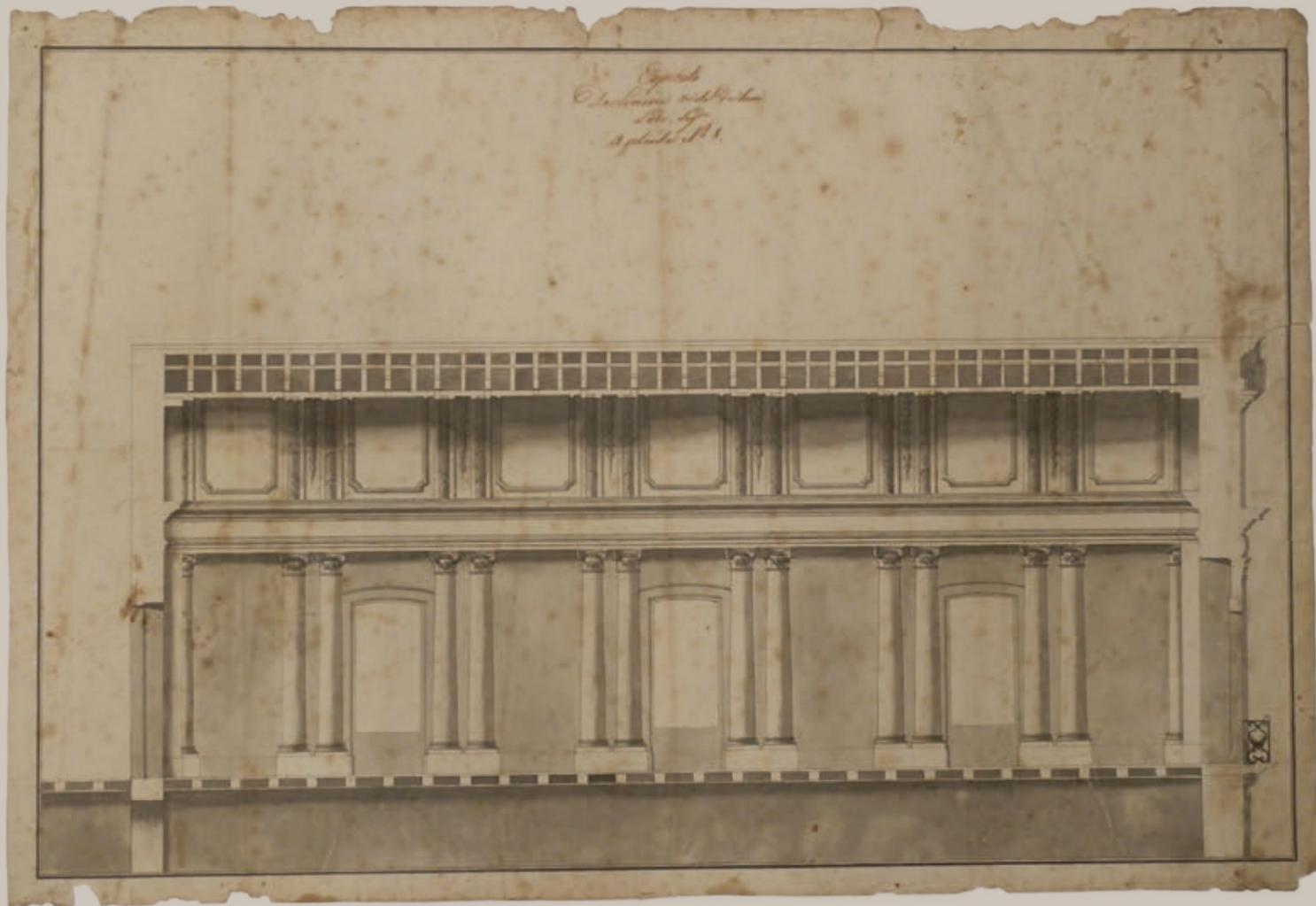
dos gabinetes dos *Cimélios* e de *Superlibros* e *Ex-Libris*, a remodelação dos serviços de catalogação, a edição da *Revista da Universidade* (a partir de 1900) e um plano de alargamento e ampliação dos edifícios da Biblioteca, desde (quase) sempre acanhados e insuficientes. Também se lhe deve o *Catálogo Metódico* ou por secções, publicado em 1900. Este veio a ser o modelo de classificação oficialmente adotado para as bibliotecas eruditas, logo a seguir à implantação da República, em 18 de março de 1911³⁹. O *Catálogo Metódico*⁴⁰ de Coimbra até podia ser de uso obrigatório nessas bibliotecas, mas uma planta do piso intermédio («Casa 4») realizada por António Mercês, «empregado da Biblioteca», em 1907, mostra que não se aplicava aí à organização das estantes (**Figura 71**). Certamente por dificuldades de espaço.

37 A 26 de janeiro desse ano, é com esse título de *diretor* nomeado pelo reitor, com o Secretário da Universidade e com o Doutor António de Vasconcelos, para examina-rem a situação dos papéis do Arquivo. Cf. VASCONCELOS 1991, p. 35.

38 Decreto nº 4, Cap. III - Bibliotheca, Artº 163º. «Diário do Governo». Lisboa, nº 294 (24 dez. 1901). Transcrito parcialmente em GAMA 1974, doc. 40, p. 81-82.

39 Cf. SANTOS 1922, p. 45.

40 Uma segunda versão será publicada com prefácio de Alves dos Santos (Universidade de Coimbra. Biblioteca Central - *Catálogo metódico*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1916).



67

Corte longitudinal
da nova Livraria
da Universidade de
Coimbra, projeto de data
desconhecida, sem escala,
com duas assinaturas no
verso «Jozé Mauricio (?)»



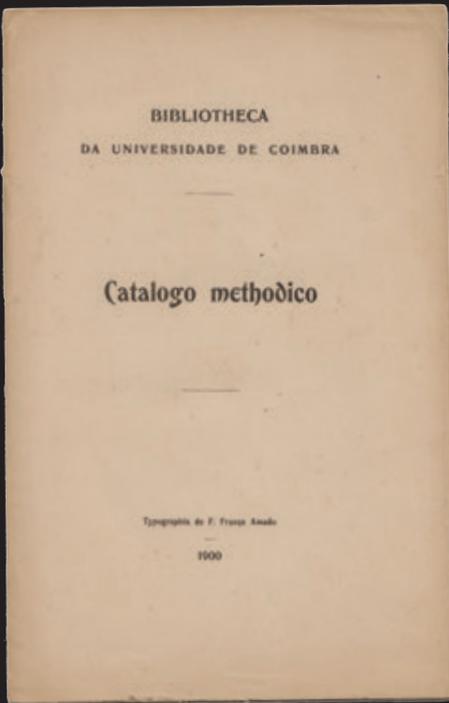
68

O primeiro diretor
Francisco Martins



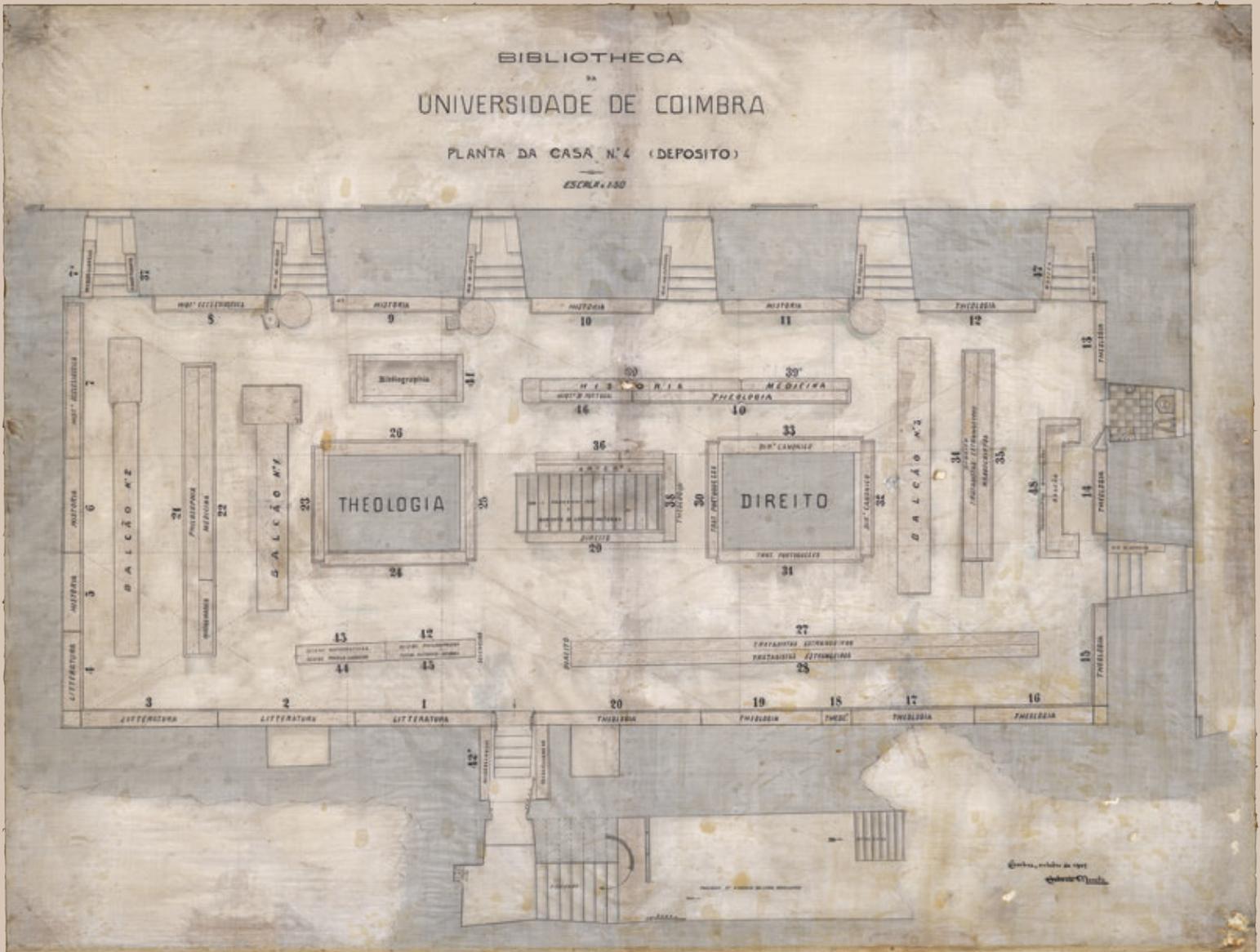
69

O diretor Joaquim
Mendes dos Remédios
(ca. 1915?)



Bibliotheca da Universidade de Coimbra
CATALOGO METHODICO
Summario dos catalogos
A - Bibliographia geral. Encyclopedias. Dictionarios gerais.
B - Theologia.
C - Direito.
D - Medicina.
E - Sciencias.
F - Literatura.
G - Artes.
H - Historia.
I - Incunabulos.
K - Manuscriptos.

Planta da «Casa 4», ou
piso intermédio, por
António Mercês (1907)



Vestibulo

Entrada

Sugestão de uma nova sala e suas dependências
para ampliação da Biblioteca da Universidade de
Coimbra

Salas

Salas

Salas



Desenhado por
J. Soares

Seção longitudinal
Escala 1:100

Lisboa 10-1-1910

Arquiteto J. Soares

Gabinete de estudo

Gabinete de estudo

Gabinete de estudo

Planta do Rez-do-chão

Escala 1:100

«... esplêndida sala de leitura, que seria reputada de boa em qualquer biblioteca do mundo»

(A. J. Alves dos Santos, *Discurso na Câmara dos Deputados*, 25 maio 1920)

1910-1942: à espera de novas instalações

A abundância de documentação disponível para o século 20, obriga-nos a focar, com maior determinação ainda, apenas no que se possam considerar marcos essenciais do funcionamento da Biblioteca.

Para este período, salientaremos as ampliações de 1912-1916, a estabilização do depósito legal (1931) e a leitura noturna (1934), uma das características ainda hoje mais distintivas do serviço público praticado pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Nada mudou com a proclamação da República¹. Joaquim Mendes dos Remédios chegou a Bibliotecário efetivo em 1911 e manteve-se no cargo até 8 de setembro de 1913, mas este período coincide com o seu primeiro reitorado, o que não lhe deixaria muito tempo para dirigir «a Casa». Foi substituído interinamente pelo seu grande amigo e colega Francisco Martins (que já tinha sido diretor) entre 1911 e 1918 e por José Ferreira Marnôco e Sousa, a partir de 20 de setembro de 1913. Seguiram-se Augusto Joaquim Alves dos Santos (1916-1924), Joaquim de Carvalho (1926-1931)², João da Providência e Costa (interino 1932-1934, efetivo 1934-1940) e, até ao final do período em apreço, Damião Peres (1940-1944). Durante a maior parte das direções de Joaquim de Carvalho e de Providência e Costa, exerceu como substituto José Ernesto Marques Donato, que incluímos, por isso, de bom grado na lista dos responsáveis, apresentada no final³.



1 Tumultos populares inconsequentes, mas que chegaram a ameaçar com fogo posto a Biblioteca da universidade, são referidos brevemente por Fernando Falcão Machado (MACHADO 1936, p. 66-69).

2 Os *Annuários* de 1924/25 e de 1925/26 dão o lugar de Bibliotecário como «Vago». A direção da Biblioteca Geral é o primeiro cargo de onde Joaquim de Carvalho será afastado pelas autoridades do regime salazarista, alegadamente por apoiar a publicação de material de apoio às greves estudantis.

3 Tinha começado como «escrevente», com José Maria Rodrigues e chega a Bibliotecário com Joaquim de Carvalho, em 1926/27. Não deve ser confundido com o pai, «conservador da Biblioteca», José Marques Perdígão Donato (? -1926), que também haveria de substituir «várias vezes o director, no seu impedimento» (BANDEIRA 1943, p. 227, nota 5).



74 Instalações já demolidas, anexas à Biblioteca Joanina: sala de leitura, gabinete do diretor, *Cimélios* e sala dos catálogos (fotos de José Maria dos Santos, 1916-1917)

PROJETOS NÃO-REALIZADOS E AS NOVAS SALAS DE 1916

De Lisboa e logo do dia 10 de janeiro de 1910 data um projeto de arquitetura em ferro para «uma nova Sala e suas dependências», assinado por J. Soares (**Figura 72**)⁴. Este projeto era totalmente desconhecido até agora, e só se lamenta não termos conseguido localizar a correspondente memória descritiva.

Uma nova sala para a Biblioteca era aspiração antiga. O melhoramento pedia-se, pelo menos, desde 1880⁵, ou antes mesmo, se pensarmos no projeto da **Figura 67**. Contudo, só em 1912 Mendes dos Remédios consegue criar a «Sala 5», depósito térreo que englobava parte da arcada manuelina do antigo paço, com entrada pela porta agora entaipada no corredor da prisão⁶. Tratava-se de uma sala bem mais modesta do que as ampliações projetadas em 1873, 1880 ou em 1910, mas concebida numa linguagem mais funcional e despojada. Pela documentação conhecida, a obra pode atribuir-se a Silva Pinto, o mesmo arquiteto que estava a projetar a nova Faculdade de Letras e um dos nomes grandes da arquitetura conimbricense da época⁷.

4 Pode ser do arquiteto José Alexandre Soares (1873-1930). A que projeto (este ou outro?) poderá estar a referir-se Alves dos Santos, em 1920, ao dizer que existe «uma planta, levantada por um engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa» (SUBSÍDIO 1921, p. 181)?

5 Cf. REPRESENTAÇÃO 1880, p. 102.

6 O andar superior deste anexo, que se tornaria sala de leitura com Alves dos Santos, tinha a entrada pelo corredor da Capela (cf. GOUVEIA 1994, p. 300).

7 É dele o *Orçamento de 28 de Outubro de 1913 para o acabamento dos anexos da Biblioteca Universidade de Coimbra*, no valor de 4:570\$56. Cf. BGUC Ms. 3470.

Logo que Augusto Joaquim Alves dos Santos (1866-1924) sucede a Marnôco e Sousa na direção da Biblioteca, em 1916, encerrou toda a casa:

«Claro está que se impunha, desde então, o arranjo duma nova sala de leitura, (...) e assim se fez, pela adaptação a esse fim dum anexo recente da Biblioteca, que o outro diretor [Mendes dos Remédios] havia destinado a depósito de livros (...) mandou-se fazer mobiliário próprio (...) e, hoje, aí temos essa esplêndida sala de leitura, que seria reputada de boa em qualquer biblioteca do mundo...»⁸

Junto à «esplêndida» Sala de Leitura, criou-se uma *Casa dos Catálogos*⁹, onde se reuniram, em móveis fixos de gavetas, as fichas que antes se consultavam nos macetes. E nela se constituíram mais alguns catálogos, já que foi o mesmo Alves dos Santos (**Figura 73**) a iniciar o dos *Reservados*, com base no muito trabalho feito, como atrás se disse, pelo «empregado na catalogação» Augusto Mendes Simões de Castro.

8 SUBSÍDIO 1921, p. 180.

9 Quando, em 1916, Alves dos Santos chega à Biblioteca, os verbetes não tinham ainda sido colocados no móvel fixo «o que foi feito sem demora de forma a poder inaugurar-se a casa dos catálogos ainda antes de estarem concluídas as obras de adaptação a sala moderna de leitura do anexo contíguo onde ficou o catálogo geral, o catálogo metódico e o ideográfico» (SANTOS 1922, p. 44). E esclarece Alves dos Santos: «Até aí não havia uma casa dos catálogos, como agora há, mas apenas um móvel, construído em mogno, com repartições em forma de gavetas, onde eram colocadas as fichas por ordem alfabética (...) colocado junto das colunatas duma das faces da segunda sala monumental da Biblioteca» (SANTOS 1922, p. 42).



A BIBLIOTECA CENTRAL MUDA DE DESIGNAÇÃO PARA BIBLIOTECA GERAL, EM 1924

Estas novas salas que Alves dos Santos conseguiu abrir foram mandadas fotografar em 1917¹⁰ (**Figura 74**). Cremos que a sala, chamada dos «Cimélios», cuja fotografia se encontra na série, tenha sido concluída pela mesma época, mas não podemos ainda afirmá-lo. Ao contrário dos móveis de catálogo, que a mudança de formato das fichas tornou obsoletos, o mobiliário que figura na foto da sala dos «Cimélios» ainda existe: equipou a «Secção de *Ex-libris*» no novo edifício da BGUC, e agora a sala do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos. Um guardavento, pintado ao gosto orientalista e instalado em outubro de 1871¹¹, também desapareceu da entrada da Biblioteca com as reformas de 1916. Mas Alves dos Santos não esquecia as condições dos depósitos sob a nova sala de leitura¹², para cujo melhoramento viu ser-lhe atribuída, em 1920, uma verba de 50 contos pelo Ministro da Instrução Pública, Júlio Dantas¹³. A julgar pelas queixas de sucessivos diretores, a adaptação que fez deste espaço nunca sairia a contento (**Figura 76**). Imagina-se que por insuficiência da dotação pedida.

10 Existe o recibo de 15 clichés executados pela Casa José Maria dos Santos (23 abr. 1917).

11 Cf. BANDEIRA 1943, p. 150 e nota 2.

12 Para «conseguir que seja adaptada a depósito de livros uma ampla casa que fica de baixo da actual sala de leitura. Preciso para isso de 50 contos» (SUBSÍDIO 1921, p. 181).

13 Lei n.º 995, de 26 de junho de 1920, que se refere a «despesas de reparação, conservação e instalação das bibliotecas da Universidade de Coimbra». (SUBSÍDIO 1921, p. [178]).



Ainda no capítulo das obras, houve necessidade de entregar, em 1932, ao arquiteto Baltazar da Silva Castro¹⁴ a reforma dos forros e dos telhados e o restauro das pinturas, talhas e tetos. Estes foram intervencionados por mestre Joaquim Lopes (1886-1956), do Porto, sobretudo em níveis mais baixos e periféricos. Com base nos esboços e mesmo nalguns «moldes» picotados (que serviram para transferir para os estuques os desenhos dos anjinhos) (**Figura 82**), pode garantir-se que o essencial dos motivos alegóricos dos tetos não sofreu adulteração. O mesmo não se pode dizer da outra parte da intervenção efetuada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nas fachadas viradas a Sul e a Oeste: os vãos das janelas foram delimitados com pedra liós (que hoje está a desfazer-se) e eliminaram-se os medalhões, o que subverteu a forma inicial do edifício.

VÁRIAS TENTATIVAS PARA POR EM PRÁTICA O «DEPÓSITO LEGAL»

Já atrás vimos que a Real Imprensa da Universidade estava obrigada pelo seu *Regimento* de 1790 a depositar na Biblioteca dois exemplares de todas as publicações, obrigação que se aliviou para apenas um exemplar pelo artigo 7.º da Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, de 16 de março de 1854¹⁵. Paralelamente, passou

14 Cf. PIRES 1998, p. 105.

15 Cf. GAMA 1974, doc. 21, p. 52. Evidência do cumprimento desta obrigação é uma lista que se conservou das entregas da IUC dos anos de 1834 a 1842, elaborada por António Honorato de Caria e Moura (BGUC Ms. 2572, f. 23-26vº).



75

O diretor José Ferreira
Marnôco e Sousa
(1869-1916)

a Biblioteca a beneficiar, em 1851¹⁶, como a Biblioteca Nacional, do depósito legal de todas as publicações editadas no país, mas praticamente nenhum editor cumpriu a determinação legal, com a exceção honrosa da Imprensa Nacional¹⁷. Esta obrigação foi reafirmada pelo governo em 1910¹⁸, em 1913¹⁹ e em 1919²⁰, sem melhores resultados, já que:

«só com a publicação do Decreto 19.952, de 27 de junho de 1931, posteriormente alvo de várias alterações, se inicia a incorporação sistemática da bibliografia nacional e o respetivo tratamento catalográfico»²¹

Durante a administração de Alves dos Santos, entrou em vigor um novo Regulamento da Biblioteca²². Embora quadro e vencimentos já não fossem bem os da Reforma pombalina, ainda permaneciam muito limitados²³. Nos anos seguintes, o quadro sofreria pequenos aumentos, passando de 8 para 12 elementos²⁴, conforme se pode ver no relatório de Damião Peres, de 15 de novembro de 1940:

«1º bibliotecário	1
2º bibliotecário	1
3º bibliotecário	2
Aspirante administrativo	1
Guarda	1
Contínuo	3
Servente	1
mais assalariados	2» ²⁵

16 Decreto do Ministério do Reino, de 8 de julho 1851, Artº 25º. «Nessa data foi determinado que de cada obra fossem depositados seis exemplares em cinco bibliotecas do país, entre as quais a de Coimbra.» (FIOLHAIS 2007, p. 115).

17 «A Imprensa Nacional, em cumprimento da Portaria de 19 de outubro de 1870, tem remetido para esta Bibliotheca um exemplar de /p. 488/ todas ou quasi todas as obras tiradas dos seus prelos, depois d'aquella data» (PIMENTEL 1877b, p. 487-488).

18 Artigos 8º e 9º do Decreto com força de lei de 28 de outubro de 1910.

19 Decreto nº 116, de 4 de setembro de 1913. Transcrito por GAMA 1974, doc. 41, p. 83-84.

20 Decreto 5 618, de 10 de maio de 1919. Cap. III — Do Depósito Legal, Artº 90º. Transcrito por GAMA 1974, doc. 44, p. 91-97.

21 SERVIÇO 2010, p. 11. Texto de Paula Fernandes Martins.

22 De 31 de outubro de 1919, publicado em «Diário do Governo», Iª Série, nº 222, 31 out. 1919.

23 «1 bibliotecário, gratificação 200\$. 2 conservadores de biblioteca, a 1080\$ 2160\$. 1 ajudante de conservador 540\$. 1 porteiro 480\$. 1 contínuo 420\$. 2 serventes, a 360\$ 720\$» (Nova publicação, rectificada, do quadro de pessoal anexo ao Decreto [nº 5 550]. «Diário do Governo», I série, nº 105, de 31 mai. 1919, p. 1423-1424. Transcrito por GAMA 1974, doc. 45, p. 98).

24 Sem contar o diretor. Um novo lugar de primeiro conservador cria-se em 24 de maio de 1927, para António Gomes da Rocha Madaíl (Decreto nº 13.692, public. «Diário do Governo», I série, nº 109, de 27 mai. 1927, p. 859. Transcrito por GAMA 1974, doc. 47, p. 110-111).

25 Adaptado do quadro II de PERES 1943, p. 3.



76

Depósitos construídos em 1912 («Sala 5») e demolidos em 1971 (foto ex-DGEMN)



J. Medos Santos
R. AVENIDA TAVARIZ
COIMBRA.

77

Aspeto de uma exposição
bibliográfica, o *Centenário*
da morte de Vasco da Gama
(1924)

O Director,
A. J. de Carvalho

78

Assinatura do diretor Joaquim de Carvalho,

em 14 jan. 1927

Os «contínuos» eram três. Para amenizar um pouco, registemos aqui a abordagem que um deles fazia aos visitantes, em 1922:

«... confia nos nossos conhecimentos e, habituado a lidar com doutores, não quer arriscar-se ao desaire de receber a reprimenda dalgum vigário a quem pretenda ensinar o padre nosso. Por isso, tendo notado o nosso demorado e contemplativo silêncio, foi com estas prudentes palavras que deu princípio à sua erudita dissertação:

- Não sei se será pleonástico o que vou expor...»²⁶

A «LEITURA NOTURNA» DA BIBLIOTECA GERAL

O chamado *Serviço Noturno* tem antecedentes desde, pelo menos, o *Regulamento* de 1873. Aí se definia um tempo diário de abertura de «não menos de seis horas»²⁷, mas deixa-se em suspenso:

«será alongado tanto quanto for possível [o horário], logo que o quadro legal e ordinário dos empregados for convenientemente aumentado: ou ainda sem isto, sempre que por meio de providências extraordinárias ou provisórias poder prover-se a este aumento de serviço, estabelecendo um turno entre todos os empregados (...), não tendo cada um deles menos de 6 horas nem mais de 8 horas empregadas neste serviço, estejam todavia quatro dentre eles, pelo menos, sempre presentes, e nele ocupados»²⁸

A preocupação com a leitura noturna volta a manifestar-se quando se pede ao rei «nova sala para leitura diurna e noturna»²⁹, em 1880. Não sabemos com que extensão foi praticado o horário noturno, mas conservaram-se, por mero acaso, as folhas de ponto de alguns dias de dezembro de 1897, com um cabeçalho impresso «Leitura Noturna», o que atesta a regularidade desta prestação, muito antes de ela vir a ser claramente contemplada no *Regulamento* de 1919:

«Durante os meses do ano letivo, organizar-se-á um serviço de leitura noturna»³⁰

Com base nele, ir-se-á tentando pôr em prática a leitura noturna nas bibliotecas da Universidade³¹, o que suporia (difíceis) negociações para obter, cada ano, as correspondentes verbas extraordinárias. Seria geral na universidade a consciência de que interrompê-la traria «irremediáveis inconvenientes à regular preparação dos alunos»³², como dirá o diploma que autoriza «trabalhos extraordinários»,

29 Por faltar à Biblioteca o «necessário conforto» para ser frequentada pelas noites, quando aos alunos «mais poderia aproveitar a leitura» (REPRESENTAÇÃO 1880, p. 102). Existem as peças escritas de um *Projecto de uma nova sala de leitura e deposito de livros*, desse ano (BGUC Ms. 2845, nº 8).

30 Decreto nº 6 191, de 31 de outubro de 1919, Cap. II - Leitura Publica, Artº 7º §1º. Transcr. por GAMA 1974, doc. 46, p. 99-109.

31 Também se praticava na biblioteca da Faculdade de Medicina. Existe nos *Documentos de Mendes dos Remédios* um memorando dos officios trocados a este propósito que termina: «O gabinete de leitura nocturna começou / a funcionar em 8 de março do corrente / anno, estando aberto das 6 às 9 da noite». Infelizmente, o papel não tem data. Poderá ser de 1894?

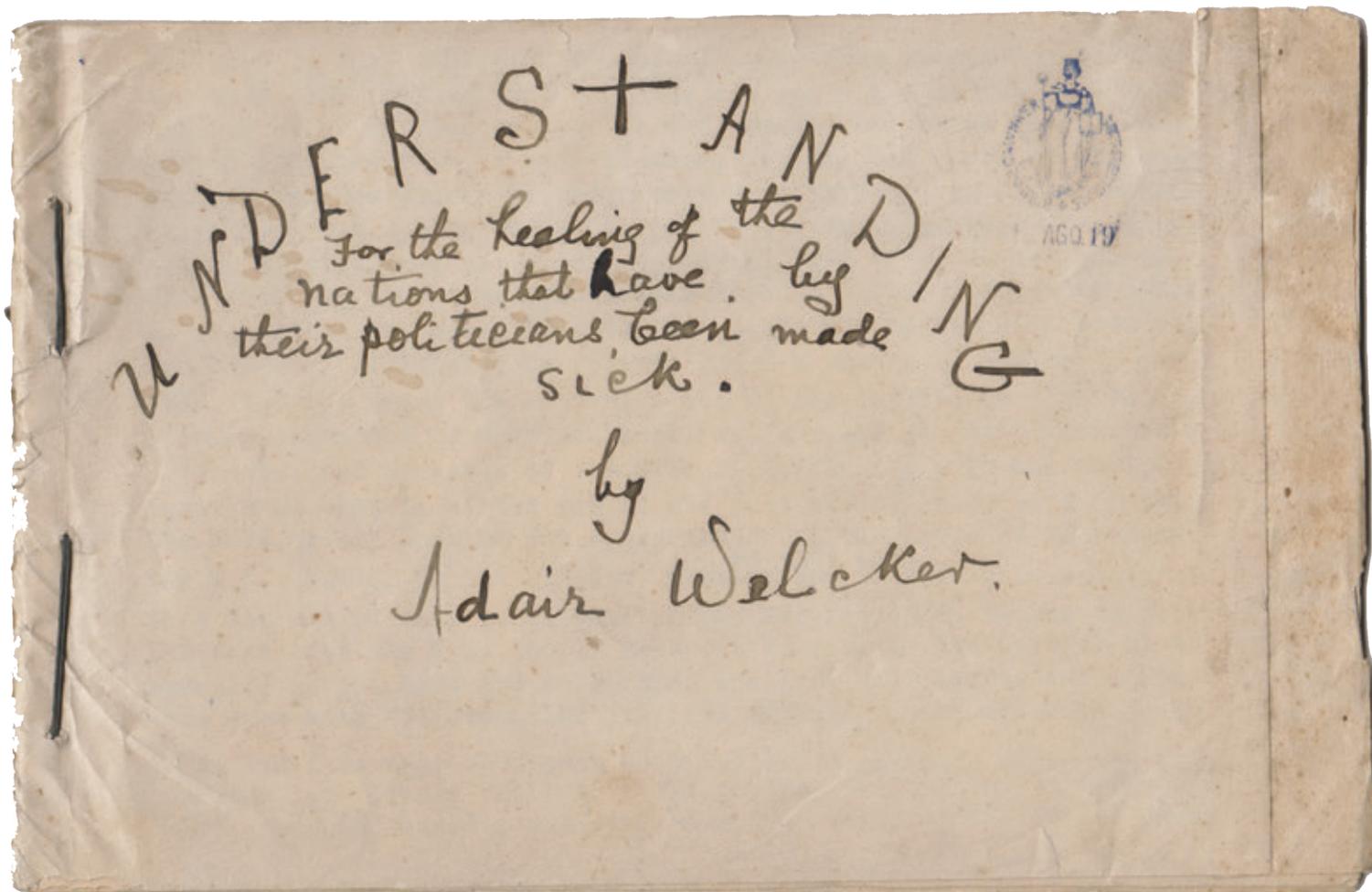
32 Decreto nº 14.800 de 26 de dezembro de 1927, publicado no «Diário do Governo», I série, nº 288, de 28 dez 1927, p. 2442. Transcrito por GAMA 1974, doc. 48, p. 112-113.

26 PAIVA 1922.

27 REGULAMENTO 1873, Artº 2º.

28 REGULAMENTO 1873, Artº 3º.





80

Folheto dactilomancrito remetido à Biblioteca da Universidade pelo excêntrico americano A. Welcker, em 1919

mas apenas para o ano de 1927, na Biblioteca Nacional, na da Universidade de Coimbra e noutras bibliotecas. A estabilização deste serviço veio a exigir Decreto próprio, ainda com recurso a horas extraordinárias, em 1934³³.

PLANO DE PUBLICAÇÕES, INCREMENTO DOS FUNDOS E AUMENTO DA LEITURA

Pode perguntar-se: proporcionando a Biblioteca um serviço de leitura para um público alargado e com um horário generoso, qual

seria a sua eficácia do ponto de vista da frequência de leitores, na primeira metade do século 20? Os relatórios de 1940-1944 são esclarecedores: a Biblioteca tinha então «mais do dobro dos leitores da Biblioteca Nacional de Lisboa e metade do seu pessoal, além de assegurar uma continuada produção de catálogos impressos e do *Boletim*»³⁴.

Além de publicações, digamos correntes, como o *Boletim*, os vários diretores prosseguiram projetos editoriais como a série *Inéditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Providência e Costa conseguiu até editar boa parte das 50 «lições» proferidas no ano letivo de 1934/35:

33 Dec.-Lei n.º 23.894, de 23 de maio de 1934, regulado pelo Art.º 43.º do Dec.-Lei 26.115 de 23 de novembro de 1935. Transcrito por GAMA 1974, doc. 53, p. 125-126.

34 SERVIÇO 2010, p. 6. Texto de A. E. Maia do Amaral.

«com o fim de tornar a Biblioteca Geral da Universidade centro vivo de atividade espiritual (...) e associar a Biblioteca ao renascimento material e mental da nação»³⁵

Esta política editorial (e as permutas que ela permitiu estabelecer com outras instituições) trouxe-lhe alguma relevância nacional e até internacional, inesperada se pensarmos num país periférico, oprimido e pobre como então era Portugal. Isto mesmo parece confirmado pelas variadas ofertas que a ela acorrem³⁶ e que lhe permitem editar um *Catálogo das revistas nacionais e estrangeiras recebidas nas principais bibliotecas de Coimbra* (1934). Foi ainda durante a direção de João Providência e Costa que se tentou a primeira catalogação dos fundos musicais, publicando-se um *Inventário dos inéditos e impressos musicais* (1937), incompleto e pouco rigoroso, que não teve continuidade.

Em 1936, foi incorporado (a título definitivo³⁷) um conjunto de 122 manuscritos provenientes do Liceu de Coimbra (Mss. 1 512 a 1 634) e, por esses anos, compraram-se *Cartas Originais* a Miguel Franzini³⁸, os originais das proclamações do duque de Wellington (1938) e um álbum de autógrafos da corte de Carlos II e D. Catarina de Bragança (1939), ainda inédito. Foi também neste período que deu entrada uma primeira edição de *Os Lusíadas*, comprada pelo governo (1942) e oferecida à Biblioteca por intervenção do então Ministro da Educação Nacional, Mário de Figueiredo³⁹, benemérito da Biblioteca. No mesmo ano, os filhos de Francisco Lopes Lima de Macedo Júnior (ca. 1859-1939) decidem doar o seu espólio musical, considerado «excepcional relativo à vida musical da cidade, em particular da Universidade»⁴⁰.

35 COSTA 1935, p. V. Editaram-se sete volumes de «Cursos e conferências», entre 1935 e 1939.

36 Particularmente curiosa a escolha de Coimbra pelo excêntrico americano Adair Welcker (1858-1926), cujos «dactiloscritos» (ou «tipoescritos», i. é, textos escritos à máquina de escrever, muitos com acrescentos manuscritos) foram também oferecidos a bibliotecas como a do Congresso norteamericano, a Andover-Harvard Theological Library, a das universidades de Chicago, de Wisconsin-Madison, de Toronto, de Cambridge, etc.

37 Despacho do Ministro da Instrução Pública, de 24 de julho de 1935 (cf. CRUZ 1936, p. [3]).

38 Ms. 1511 e outros, adquiridos em 1935 (cf. BANDEIRA 1943, p. 190, nota 5).

39 Apenas referida no relatório de Damião Peres de 1944 (cf. RELATÓRIOS 1947, p. 7).

40 ABREU 2011, nota 20.

ACRESCIDAS RESPONSABILIDADES PARA A SEGUNDA «BIBLIOTECA NACIONAL» DO PAÍS

Se não antes (desde a criação das «bibliotecas eruditas?»), o estatuto «nacional» da Biblioteca Geral fica explícito no Decreto nº 20.180 de 7 de agosto de 1931:

«De entre as bibliotecas nacionais é sem dúvida a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra uma das mais importantes, grandioso repositório de muitas preciosidades bibliográficas»⁴¹

A instalação do único curso de Bibliotecário-Arquivista de nível superior no país⁴² na Faculdade de Letras de Coimbra, em 1935, deu à Biblioteca mais protagonismo e mais responsabilidades (assegurando estágios curriculares, por exemplo) e ajudou à criação de um ambiente favorável a um maior progresso biblioteconómico.

Do último período de uso do edifício joanino, ficou memória em José Ramos Bandeira de que «não é raro encontrarem-se tomados todos os lugares de leitura»⁴³. Bandeira diz também que os livros já não se arrumavam por assuntos⁴⁴, por falta de espaço, mas desconfiamos de que isso nunca tivesse realmente acontecido. Fosse qual fosse a arrumação adotada, não seria certamente aquela que ficou na anedota do famoso «doutor Assis»⁴⁵, explicando a Biblioteca à senhora de Leroy Beaulieu:

«... veja a Madame (...) tudo arrumado nos seus lugares e cuidadosamente dividido em zonas. Para aqui, por exemplo (e apontava a direita), temos os clássicos antigos. Deste lado (indicando a esquerda), secção de clássicos ... modernos»⁴⁶.

41 GAMA 1974, p. 13.

42 Existia em Lisboa, desde 29 de dezembro de 1887, mas passa para Coimbra pelo Decreto-Lei nº 26.026 de 7 de novembro de 1935.

43 BANDEIRA 1943, p. 233.

44 Ramos Bandeira, citando *ipsis verbis* Barreto-Feio (FEIO 1857, p. 27), diz: «... na primeira sala, estavam volumes de História e Literatura: na segunda, Direito positivo e Ciências Naturais; e na terceira Teologia e Direito Canónico. Hoje não se respeita esta classificação por absoluta falta de espaço.» (BANDEIRA 1943, p. 158). Também Fernanda Campos sugere ter sido classificada (cf. CAMPOS 2013, vol.1, p. 238). Ribeiro dos Santos preconizava na sua *Minuta* «assinalar cada uma das casas, estantes e armários com números e com letreiros que declarem das artes ou ciências em geral», mas só um exame sistemático das cotas antigas poderá revelar indícios de alguma arrumação classificada, se acaso existiu.

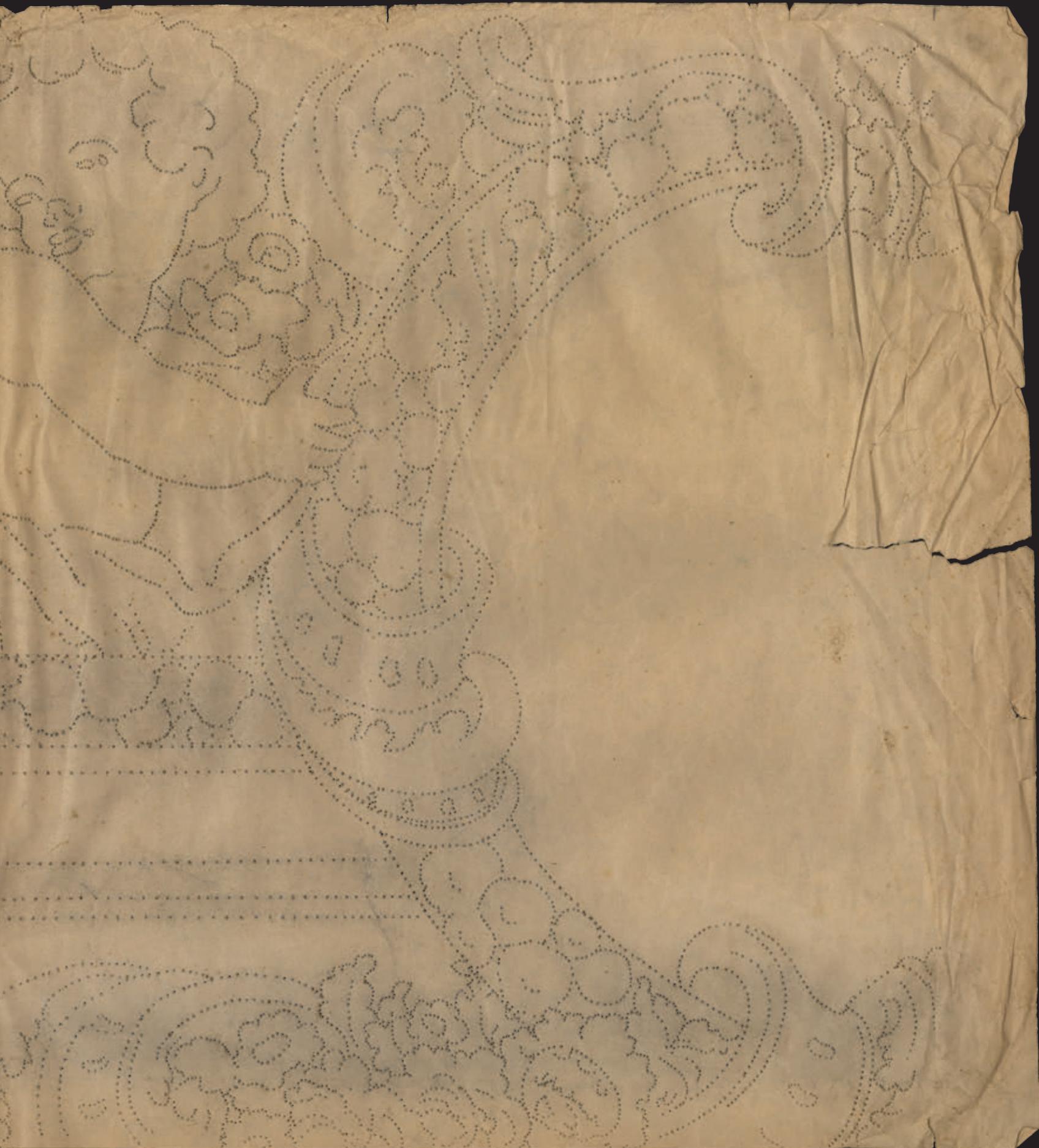
45 O catedrático António de Assis Teixeira de Magalhães (1850-1914) foi regente das cadeiras de Direito Civil, Direito Eclesiástico e Finanças, mas, na sua maioria, as anedotas que Alberto Costa (Pad'Zé) lhe atribui, em 1905, parecem ser inventadas.

46 COSTA 1905, p. 297.



Adrian de Vries
1911

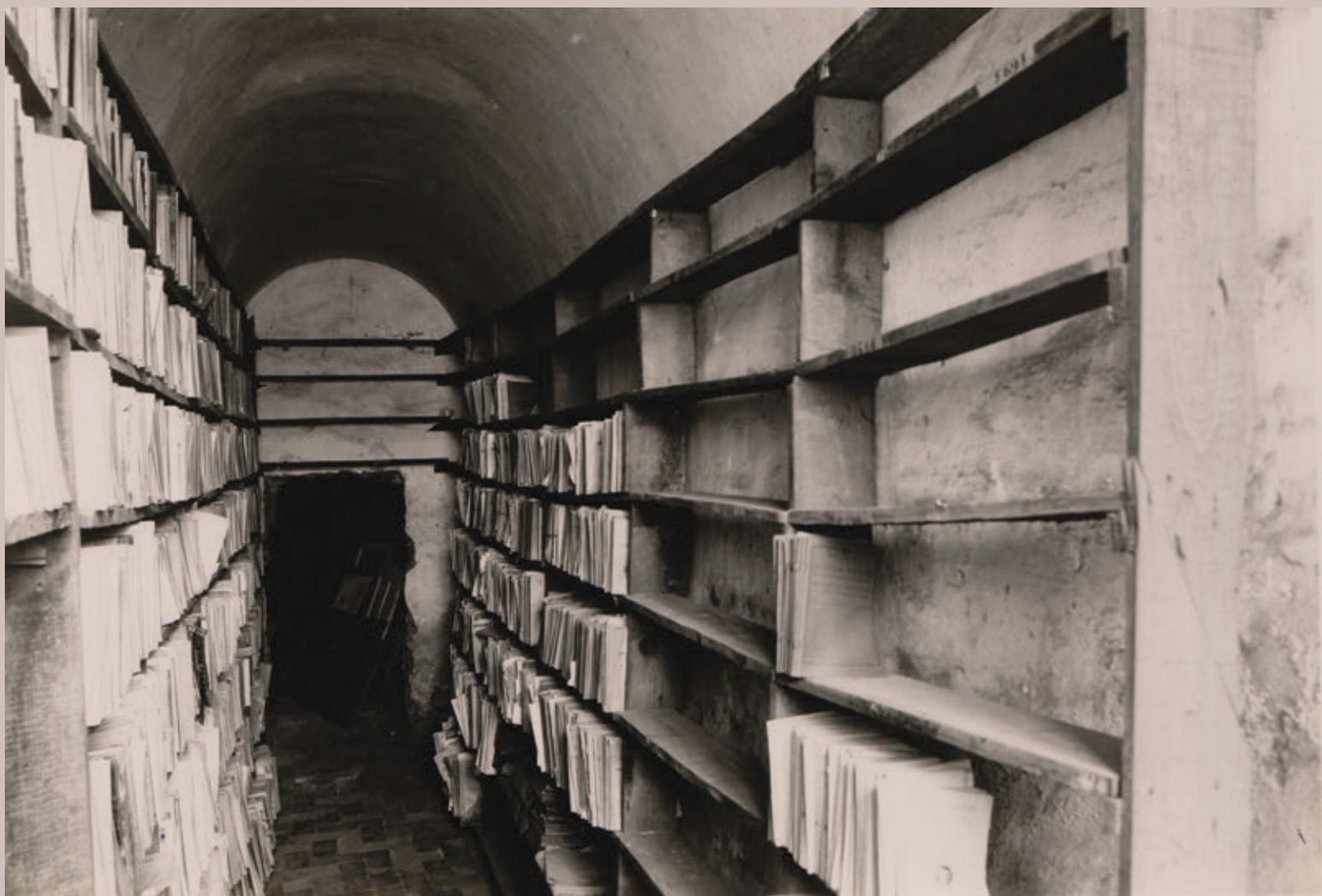




Aspeto do piso intermédio
da Joanina, antes da
transferência dos livros
para o novo edifício



O espaço das prisões foi
um improvisado depósito
para publicações próprias





«passou de 11 para 53 unidades o pessoal que a compõe»

(José dos Santos Bessa, *Intervenção na Assembleia Nacional*, 1 mar. 1962)

1942-1962: novo edifício, novas tecnologias



Várias datas podiam ter sido escolhidas¹ para iniciar este capítulo relativo à construção e à entrada em funcionamento do novo edifício. Escolheu-se 1942 por ser quando «começou a tomar forma»² o projeto e também por ter sido a data atribuída ao edifício na proposta de classificação da Alta e Sofia, em boa hora preparada pela Universidade e aprovada pela UNESCO.

O edifício joanino estava esgotado, como já Damião Peres tentara demonstrar nos seus relatórios e é visível nas fotografias dos depósitos. Fotos de uma exposição de 1946, mostram bem como o espaço também era inadequado para esse tipo de atividades (**Figura 85**). Ambas as Comissões nomeadas (1934 e 1939-1940) para definir o projeto da nova *Cidade Universitária de Coimbra* concordaram na necessidade de um edifício próprio para a Biblioteca, mas propuseram soluções contraditórias³. Foi só em 25 de fevereiro de 1940, durante a visita do Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, que ficou decidido transformar em *Biblioteca Central* (depois *Biblioteca Geral*) o edifício da Faculdade de Letras⁴.

FOI DESTINADO À BIBLIOTECA GERAL O LOCAL DA PRIMEIRA SEDE DO ESTUDO, EM COIMBRA

Acabou, assim, por atribuir-se à futura biblioteca «um espaço de longa, mas quase sempre precária história»⁵. Terá sido o local da estalagem (e da igreja?) de S. Miguel de Milreus, onde depois D. Dinis fez construir a primeira sede da universidade conimbricense e onde pode ter estado instalada — se chegou a existir, no século 14 — a primeira biblioteca universitária. Depois, aí se ergueram, sucessivamente, a efémera universidade do Infante D. Pedro, o Real Colégio de São Paulo Apóstolo (cerca 1550-1834), a Nova Academia Dramática e o seu Teatro Académico (1838-1889), o Instituto de Coimbra (1852-1868), a Associação Académica e Dramática (1868-1887), a Associação Académica de Coimbra (1887-1888), o Novo Teatro Académico (1907-1911, ficou em alicerces) e a Faculdade de Letras (1913-1951), finalmente adaptada a Biblioteca Geral.

1942 foi ainda o ano da apresentação de *Elementos essenciais para a futura instalação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, que constitui o «programa» do novo edifício. Vale a pena transcrever esse texto (ver Anexo) pela ambição que nele demonstra Damião Peres:

«sala de leitura geral com capacidade para trezentos leitores», (...)
casa forte para guarda de livros raros, com sala de leitura anexa para trinta leitores»

E ainda salas de leitura especializada para música e para iconografia/cartografia. Como nota João Pedro Gomes da Costa, estes pontos «tornam perceptível a escala do que se pretendia»⁶. E, perante estes números, superiores ao que se construiu e que hoje existe, não podemos esquecer que, em 1942, a Europa estava em guerra e a

1 Por exemplo: 1936 - conclusão do relatório da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra onde primeiro aparece a ideia de transformar a Faculdade de Letras de Silva Pinto em Biblioteca Geral; 1942 - primeiras movimentações para a realização da obra e data da apresentação do anteprojeto; 1944 - primeiras obras, fachada posterior; 1953 - data do início das obras de alteração do interior e das coberturas com vista à transformação efetiva do edifício em Biblioteca Geral.

2 ROSMANINHO 2006, p. 234.

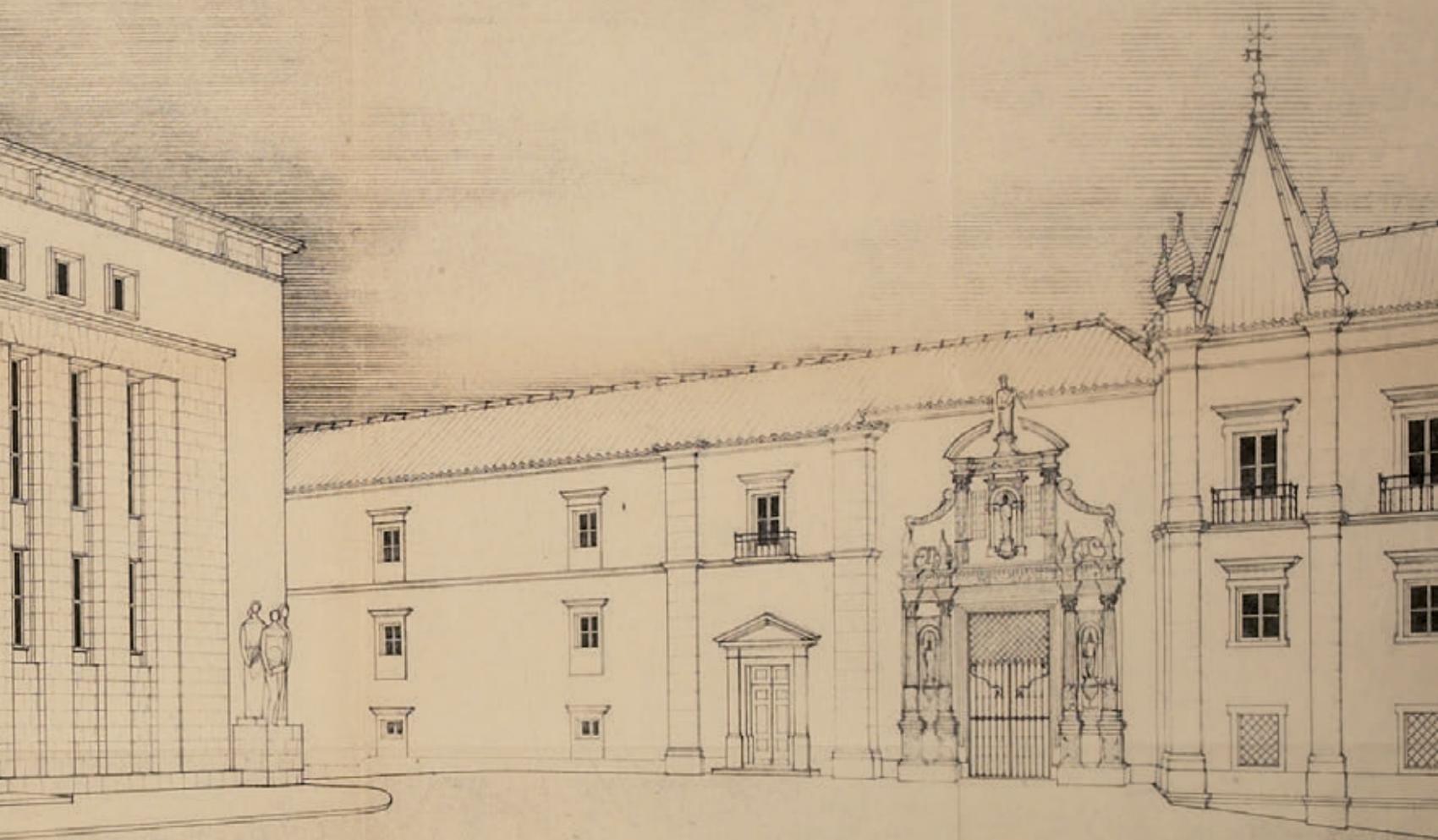
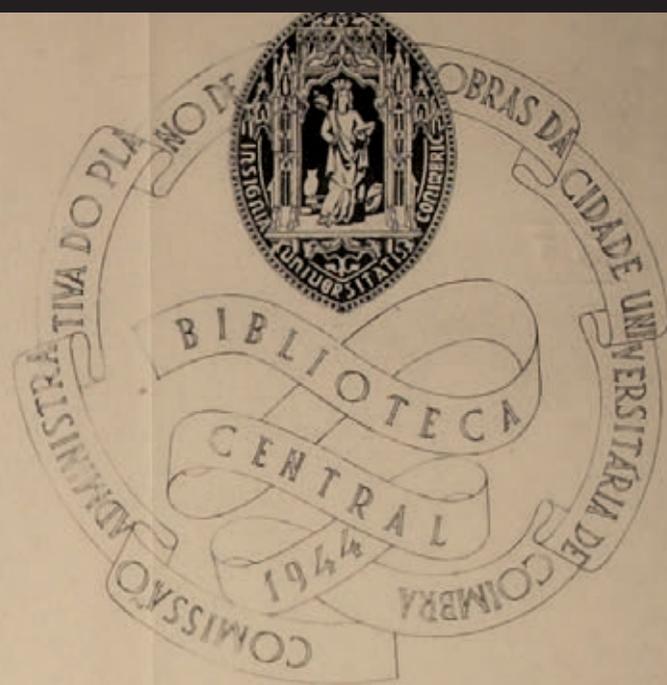
3 Enquanto a primeira Comissão defendia a transformação da Faculdade de Letras em *Biblioteca Central*, a segunda propunha para ela um edifício novo, construído de raiz.

4 Cf. ROSMANINHO 2001, p. 398.

5 ALMEIDA 1956, p. [13].

6 COSTA 2012.





86

Projeto da então chamada
Biblioteca Central, desenho
de Alberto José Pessoa
(1944)

Alberto José Pessoa
1944



Universidade de Coimbra tinha apenas cerca de 1 770 estudantes, 188 funcionários e 147 professores.

A *Comissão Administrativa para as Obras da Cidade Universitária de Coimbra*, ou CAPOCUC, nomeada em 1941 e cujo arquiteto-chefe era Cottinelli Telmo (1897-1948), entregou o processo da Biblioteca ao arquiteto Alberto José Pessoa. Ainda que «sob a estrita direção de Cottinelli Telmo»⁷, Alberto Pessoa assinará o anteprojecto (1942) e o projecto de 5 de junho de 1944 submetido à aprovação do Ministério das Obras Públicas, e que previa uma área total de construção de 8 878,51m² para uma área útil de 5 217,11m²⁸. A área final, com os entrepisos para depósitos, ficará nos 10.218 m²⁹.

O PAPEL DE MANUEL LOPES DE ALMEIDA (1900-1980) NUM LONGO PROCESSO DE MATUREZAÇÃO

As obras iniciam-se timidamente pela fachada posterior (1944-1945), contígua ao Arquivo em construção. Prosseguem com a substituição da parede lateral nascente e com a fachada lateral poente, mais tarde. A fachada principal só foi intervençãoada em 1950. No conjunto, 18 anos separam o projecto de 1944 da plena entrada em funcionamento da biblioteca, em 1962. Uma das principais causas da demora é que continuaram a funcionar na ainda Faculdade de Letras as aulas e os serviços, enquanto a nova Faculdade (inaugurada em 1951) não ficava pronta. Isto terá acabado por ser uma vantagem, permitindo que o projecto do interior amadurecesse, com a colaboração ativa, a partir de 1945, de Manuel Lopes de Almeida, o novo diretor. Este manter-se-á no cargo até para além deste período, apenas substituído interinamente durante o tempo em que foi Ministro da Educação (4 de maio de 1961 a 4 de dezembro de 1962) pelo primeiro bibliotecário, César Pegado.

São claríssimas as semelhanças entre os planos da Faculdade de Letras e da Biblioteca Geral e a persistente influência do plano dos teatros, antes delas. Contudo, a adaptação de Alberto Pessoa introduz uma racionalidade e uma funcionalidade no plano da Biblioteca que o da Faculdade nunca teve.

7 ROSMANINHO 2006, p. 190. «Diplomado em 1943, já desde o ano anterior colaborava na Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da Zona de Belém, em Lisboa, da qual Cottinelli era o arquiteto-chefe. Esta terá sido, provavelmente, a razão de acompanhar Cottinelli no caminho para a CAPOCUC. Além do projecto de arquitectura, foi o autor do projecto do mobiliário para a Biblioteca Geral e fez a inspecção das obras durante a sua execução» (COSTA 2012).

8 PT/AUC/CUC 2009-163.

9 Cf. ALMEIDA 1956, p. [16].



88

Manuel Lopes de Almeida, preocupado por ocasião de um incêndio em arrumos da Faculdade de Farmácia, nas costas da Biblioteca Joanina

Completamente novos são o rebaixamento da entrada¹⁰, a criação de dois entrepisos e a cobertura. A obra obrigava a que os espaços ocupados pela Faculdade fossem sendo libertados, o que nem sempre acontecia com a rapidez exigida pelo empreiteiro. Algumas salas, como a de S. Pedro, quase não foram mexidas e só a modéstia da intervenção nalguns espaços justifica que a transferência dos bens da Faculdade pudesse não ter sido total: para trás ficaram livros e caixotes de documentação, que recentemente identificámos e devolvemos à Faculdade, caso de cerca de setenta volumes da biblioteca de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos.

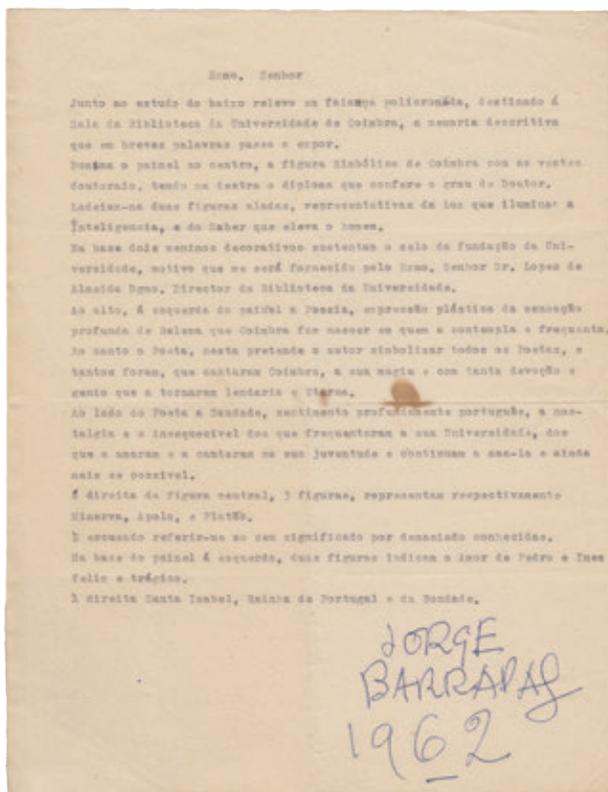
O MODERNISMO DOS INTERIORES

O projecto final da Biblioteca Geral, revisto e modificado com o importante contributo de Lopes de Almeida, só em 23 de junho de 1952 foi enviado à CAPOCUC. Em relação ao de 1944, Alberto Pessoa «concretizou pela última vez a visão de Cottinelli»¹¹ (entretanto falecido) para a fachada e para a relação com as zonas monumentalizadas adjacentes (eixo

10 Este facto é suficiente para desmentir o mito persistente de que a fachada da antiga Faculdade se oculta sob o revestimento da atual Biblioteca.

11 COSTA 2012.





90

Memorando (1962) de Jorge Barradas sobre o painel executado para a Sala de Leitura (BGUC Ms. 3 498)

Praça de D. Dinis - Largo da Porta Férrea). No restante, fez como quis, como explica João Pedro Gomes da Costa:

«O longo processo de desenvolvimento do edifício (...) compreende o espaço temporal [sic] no qual se deu a principal mudança no caminho da arquitetura portuguesa do séc. XX: o fim da arquitetura de Estado — e consequente fim do monumental — e o ressurgimento do modernismo. O edifício da Biblioteca Geral faz prova, talvez como nenhum outro, dessa passagem.»¹²

Além de realizar um modernismo à escala humana, o edifício reuniu diversas expressões plásticas de valor, gratas ao Estado Novo: dois conjuntos escultóricos de António Duarte¹³ que os estudantes logo chamaram «as mamudas», seis relevos

12 COSTA 2012.

13 «O escultor trabalhou oficialmente nestes grupos escultóricos entre 1944 e 1950, sendo que o seu assentamento foi feito nos primeiros meses de 1951. Sobre o seu significado, nada mais há do que interpretações uma vez que os documentos da CAPOCUC não são indicativos, chegando mesmo a referi-los simplesmente como os dois grupos escultóricos da Fachada da Biblioteca Geral» (COSTA 2012). Ver sobre este assunto GONÇALVES 2013.

de Duarte Angélico na fachada¹⁴ e, na Sala de Leitura, um painel cerâmico de Jorge Barradas, descrito em «memória» manuscrita, conservada na Biblioteca Geral¹⁵ (Figura 90). Não chegaram a executar-se os trabalhos de pintura mural contratados com o pintor Rui Preto Pacheco¹⁶, de que apenas se conhecem os esboços, também na coleção da BGUC (Figura 91). Todo o mobiliário e luminárias foram desenhados pelo arquiteto Alberto Pessoa e são de excelente qualidade.

Algumas vezes ainda denominada *Biblioteca Central* durante o projeto, o nome virá a fixar-se em *Biblioteca Geral*, por insistência de Manuel Lopes de Almeida¹⁷.

A cerimónia oficial de inauguração foi partilhada com a nova Faculdade de Medicina e decorreu a 29 de maio de 1956¹⁸. O edifício começou de imediato a ser usado pelos técnicos e para a realização de exposições e concertos (Figura 93), mas só abriu ao público a 19 de março de 1962, como se disse¹⁹.

O EDIFÍCIO NOVO CONTRIBUIU PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Este novo edifício determinou à Biblioteca Geral uma nova centralidade, dentro da universidade: em 1952, o Senado Universitário, no «reatamento de uma velha tradição»²⁰, recomendou às Faculdades o envio de quatro exemplares de todas as suas publicações, para trocas internacionais; ainda que informalmente, passou também a desempenhar o papel de

14 «Biologia, Física, Matemática, Lógica, Gramática e Ética. Estes são os temas representados nos seis baixos-relevos existentes na fachada principal da Biblioteca Geral (aqui ordenados mediante a sua colocação na fachada, da esquerda para a direita). Em conjunto, representam a totalidade do saber. Os temas foram escolhidos pelo então diretor da Biblioteca Geral, Lopes de Almeida. Foram encomendados ao escultor Duarte Angélico e a versão final foi esculpida em pedra de Outil, tendo cada relevo 3m²» (COSTA 2012).

15 BGUC Ms. 3 498.

16 BGUC Ms. 3 390. Cf. AMARAL 2007.

17 A pedido do diretor, o nome «Biblioteca Central» (conforme à legislação de 1901 e de 1919), e que figurava em projetos e documentos oficiais da CAPOCUC, foi mandado mudar para «Biblioteca Geral» (cf. Ofício do M.O.P. de 3 jun. 1950. PT/AUC/Col. CAPOCUC/Maço 102).

18 O Estado fez-se representar pelos ministros das Obras Públicas, Eduardo de Arantes e Oliveira, e da Educação, Francisco de Paula Leite Pinto. Em representação da Universidade de Coimbra estiveram o reitor, Maximino Correia, e o diretor da Biblioteca Geral, Manuel Lopes de Almeida. Presente na mesa de honra esteve ainda o diretor da Faculdade de Medicina, A. Pais da Silva Vaz Serra. (Cf. INAUGURAÇÃO 1956).

19 Escrevia-se em 1958: «A nova Biblioteca Geral não está ainda aberta ao público, embora ali se trabalhe em catalogação e arrumação de numerosas espécies já existentes e [se tenham] realizado algumas exposições» (ROSMANINHO 1996, p. 202).

20 O Decreto de 27 de setembro de 1854 já mandava arquivar na Biblioteca da Universidade os originais de todas as dissertações dos candidatos ao magistério superior (cf. GAMA 1974, p. 12).



91

Esboço de Rui Preto
Pacheco para um painel
mural que não chegou a ser
executado no novo edifício
(BGUC Ms. 3 390).



92

Experimentando o quadro elétrico para marcação de lugares na *Sala de Leitura*, durante a cerimónia da inauguração (1956). Da esquerda para a direita: Francisco Leite Pinto (Min. da Educação), D. Ernesto Sena de Oliveira (Bispo-conde de Coimbra), Maximino Correia (Reitor), M. Lopes de Almeida e Eduardo Arantes e Oliveira (Min. Obras Públicas)

biblioteca depositária das teses e dissertações apresentadas na Universidade, o que só vem a ser oficializado em 2007, no novo *Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra*. As modernas condições de tratamento técnico e de armazenamento levaram a que tivesse também sido «escolhida como biblioteca portuguesa depositária para as publicações da Organização das Nações Unidas, a partir de maio de 1957, e de outras agências internacionais, como a EFTA, OCDE, NATO, FAO e GATT, a partir de 1965»²¹.

Neste período, receberam-se, entre outras, ofertas de Armando Macedo (manuscritos) e de João Jardim de Vilhena, esta importantíssima, com *ex-libris*, gravuras e um magnífico exemplar de *Menina e moça*, edição de André de Burgos (1557),

ainda mais raro do que o exemplar da primeira edição de *Os Lusitadas*, entrado em 1942. Em 1947, adquiriu-se por cento e cinquenta contos o espólio de Almeida Garrett. O seu catálogo, elaborado por Henrique de Campos Ferreira Lima, será um dos primeiros inventários publicados em Portugal (1948) de um espólio literário integrado numa biblioteca. Em 1959, Manuel Lopes de Almeida conseguirá a «incorporação graciosa»²² da biblioteca de Pedro de Moura e Sá, um acervo de cerca de 19.000 volumes. Podendo, embora, ter alguma predominância de filosofia e de literatura portuguesa, este conjunto era suficientemente generalista para se ter feito com ele o primeiro ensaio de colocação classificada, aplicando a CDU. Também

21 SERVIÇO 2010, p. 11. Texto de Paula Fernandes Martins.

22 CRUZ 1973, p. 52.

VI CONGRESSO LUSO-ESPANHOL
DE OBSTETRICIA E GINECOLOGIA

EXPOSIÇÃO DE MANUSCRITOS
E LIVROS IMPRESSOS
DOS SÉCULOS XV A XVIII



BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE
COIMBRA - JUNHO DE 1957

Sala 5
Gab. 103
Est. 11
Tab. 8
N.º 13

LIVRO DIDÁCTICO
E
A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
NA BÉLGICA



842
Semana Inglesa
11 a 18 de Março de 1960

EXPOSIÇÕES
na Biblioteca Geral da Universidade

- I - Camoneana Inglesa
II - Gravuras inglesas do Séc. XIX
com motivos portugueses:

- a) Coimbra
b) As invasões francesas



Organizadas por
The British Council

Coimbra
1960

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



SERÃO DE ARTE

EM HONRA DA JUNTA DIRECTIVA DA
SOCIEDADE INTERNACIONAL FRANCISCO SUAREZ
E DO CONSELHO DIRECTIVO DO
INSTITUTO HISPANO-LUSO-AMERICANO
DE DIREITO INTERNACIONAL

NAS SALAS DA BIBLIOTECA GERAL
EM 25 DE NOVEMBRO DE 1952
ÀS 22 HORAS





95

Maquete de um dos grupos escultóricos dos cunhais da Biblioteca Geral, antes do desbaste que alegadamente sofreram

foi na sua direção que se adquiriu a biblioteca de Octaviano de Sá sobre a «Vida de Coimbra», por cento e cinquenta contos.

O novo edifício também permitiu importantes alterações nos processos de tratamento documental, com a adoção das fichas bibliográficas de formato «internacional» (7,5x12,5 cm) e a implementação de processos mecânicos de duplicação de fichas²³.

²³ Até 1957, usavam-se fichas manuscritas de 10,5x16,5 cm e de 10,5x11 cm.

RECONFIGURAÇÃO DOS SERVIÇOS E AUMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

Quando abriu ao público, a biblioteca possuía aquecimento central radiante no pavimento (zonas públicas), câmara de expurgo, laboratório fotográfico e um sistema pneumático *Siemens* de transporte das requisições, domesticamente chamado «psidróglio» (**Figura 94**). O seu único «pecado original» — podemos hoje dizê-lo — foi ter impedido o acesso direto do utilizador à estante, fazendo depender o fornecimento dos livros de um sistema de montacargas e de uma multidão de «serventes» (era a designação oficial!), que — imaginamos pela implantação dos terminais do sistema pneumático e dos montacargas — se previa que estivessem sempre a postos, em cada piso. Para por em funcionamento estas instalações, não só muito maiores mas equipadas com novos serviços, houve que fazer um importante ajustamento do quadro do pessoal, em 1961:

<i>Número</i>	<i>função</i>	<i>vencimento mensal ou gratificação</i>
1	Diretor	1.000\$00
1	Bibliotecário-chefe	4.500\$00
2	Primeiros-bibliotecários	4.000\$00
3	Segundos-bibliotecários	3.600\$00
5	Terceiros-bibliotecários	2.600\$00
12	Catalogadores de 2ª classe	1.750\$00
2	Fieis de 1ª classe	1.750\$00
4	Dactilógrafos	1.500\$00
1	Fotógrafo de 3ª classe	1.500\$00
1	Encadernador de 1ª classe	1.400\$00
3	Contínuos de 1ª classe	1.400\$00
6	Contínuos de 2ª classe	1.300\$00
1	Guarda de 2ª classe	1.300\$00
1	Ajudante de encadernador	1.150\$00
10	Serventes	1.150\$00 ²⁴

Eram 53 funcionários, incluindo o diretor, mas, como se poderá ver nos anos seguintes, ainda não chegavam.

²⁴ Decreto-Lei n.º 43.820, de 24 de julho de 1961, public. «Diário do Governo». I série, n.º 170, de 24 jul. 1961, p. 910. Transcrito por GAMA 1974, doc. 72, p. 162-163.



96

César Pegado,
«1º bibliotecário»
e Diretor Interino

RELACIO DAS CARTAS GEOGRÁFICAS QUE SAEM DA BIBLIOTECA
GERAL DA UNIVERSIDADE PARA A SALA DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE LETRAS, A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO.

*Deviz
28/11/44
J. Almeida*

Descrição da Carta	Folhas
PORTUGAL:	
Carta Itinerária de Portugal Escala: 1/250.000	Folhas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.
Carta Itinerária de Portugal Escala: 1/250.000	1 exemplar
Carta Itinerária de Portugal Escala: 1/250.000	Folhas n. os 1 (2 exempl.), 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 (2 exempl.), 18, 19, 20, 21, 22 (2 exempl.), 23 (2 exempl.) 24 (2 exempl.), 25, 26, 27, 28 e 29.
Carta de Portugal Escala 1/200.000	Folhas n. os 5 e 7 (quasi inu- tilizada).
Portugal Escala 1/100.000 1858	Folhas: n. os 19 (2 exempl.) e 23.
Portugal Escala 1/100.000 1880	Folhas n. os 7, 11, 13, 17, 30, 31, 32, 33 e 37.
Carta Corográfica de Portugal Escala 1/100.000 1928	Folhas: n. os 4 (2 exempl.), 5 (2 exempl.), 25, 28 e 39.
Carta Corográfica de Portugal Escala 1/50.000	Folhas n. os 9-C (2 exempl.), 10-B (2 exempl.), 12-C, 12-D, 13-B, 13-C, 14-A, 14-B, 15-D, 15-E, 16-D, 17-A, 17-C (2 exempl.), 17-F (2 exempl.) 19-B, 20-A, 20-B, 20-C, 21-B, 21-D, 22, 22-C, 24-B, 24-C, 26-C, 27-D, 29-B, 29-D, 30-C, 30-D, 34-A, 34-B, 34-C 34-D, (2 exempl.), 36-B, 48-D 49-C, 50-C, 50-D, 53-A.
Mapa de Portugal - Nova Divisão Administrativa	1 exemplar
Portugal Continental Escala 1/500.000 1928	1 exemplar
Carta de Contribuição Geográfica de Portugal 1943	1 exemplar

Uma lista de cartas
e mapas cedidos à
Faculdade de Letras por
empréstimo (28 nov. 1944)

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE

INVENTÁRIO
DO
ESPÓLIO LITERÁRIO
DE
GARRETT

por

Henrique de Campos Ferreira Lima



COIMBRA — 1948

98

*Inventário do espólio literário
de Garrett*, incluído
nas «Publicações da
Biblioteca Geral da
Universidade»

Anexo

ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A FUTURA INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A) EDIFÍCIO

1) Deve ser conferido à atual instalação o papel de livraria tradicional e, para isso, convém:

- a) Demolir quando possível, embora com prudente critério, os acrescentamentos posteriores ao século XVIII;
- b) Restaurar as pinturas das salas nobres;
- c) Esvaziar, limpar e retocar sumariamente o que resta da prisão académica;
- d) Retirar as espécies que não estejam em concordância com a feição que se pretende restituir ao edifício;
- e) Adaptar a depósito de obras raras a parte da prisão académica que se acha modernizada;
- f) Adaptar a depósito de manuscritos, e sala de leitura das espécies conservadas no edifício, a atual sala 5;

2) Construir-se-á uma edificação nova com as seguintes características:

- a) Vestíbulo para estacionamento de porteiro e vestiário de leitores;
- b) Instalações sanitárias adequadas à frequência do estabelecimento;
- c) Vestiário do pessoal;
- d) Sala de receber;
- e) Gabinete de catálogos;
- f) Gabinete para o diretor;
- g) Gabinete para o subdiretor;
- h) Três gabinetes para bibliotecários;
- i) Sala de leitura geral com capacidade para trezentos leitores;
- j) Casa forte para guarda de livros raros, com sala de leitura anexa para trinta leitores;
- k) Depósito para a secção de música com superfície de 50 metros quadrados, servindo simultaneamente de sala de consulta dessas espécies;

- l) Depósito de estampas e outras ilustrações avulsas, bem como cartas geográficas ou espécies congéneres, com superfície de 50 metros quadrados e tendo anexa uma sala de consulta para 15 leitores;
- m) Depósito para revistas e jornais, e para livros, com a capacidade total para 500 mil volumes;
- n) Sala para os serviços de administração, estatística e registo de entrada;
- o) Sala para os serviços de catalogação;
- p) Sala para depósito de publicações e instalação dos serviços de publicidade;
- q) Aquecimento, rede telefónica interna, serviço de incêndios, laboratório fotográfico.

B) MOBILIÁRIO

1) No edifício tradicional:

- a) Utilização conveniente do mobiliário existente;
- b) Construção de mobiliário suplementar necessário, feito em madeira, em estilo harmónico com o mobiliário tradicional.

2) No edifício novo:

- a) Adoção exclusiva de estantes metálicas;
- b) Preferir quanto possível o metal no fabrico do restante mobiliário.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 12 de março de 1942.

O diretor, Damião Peres

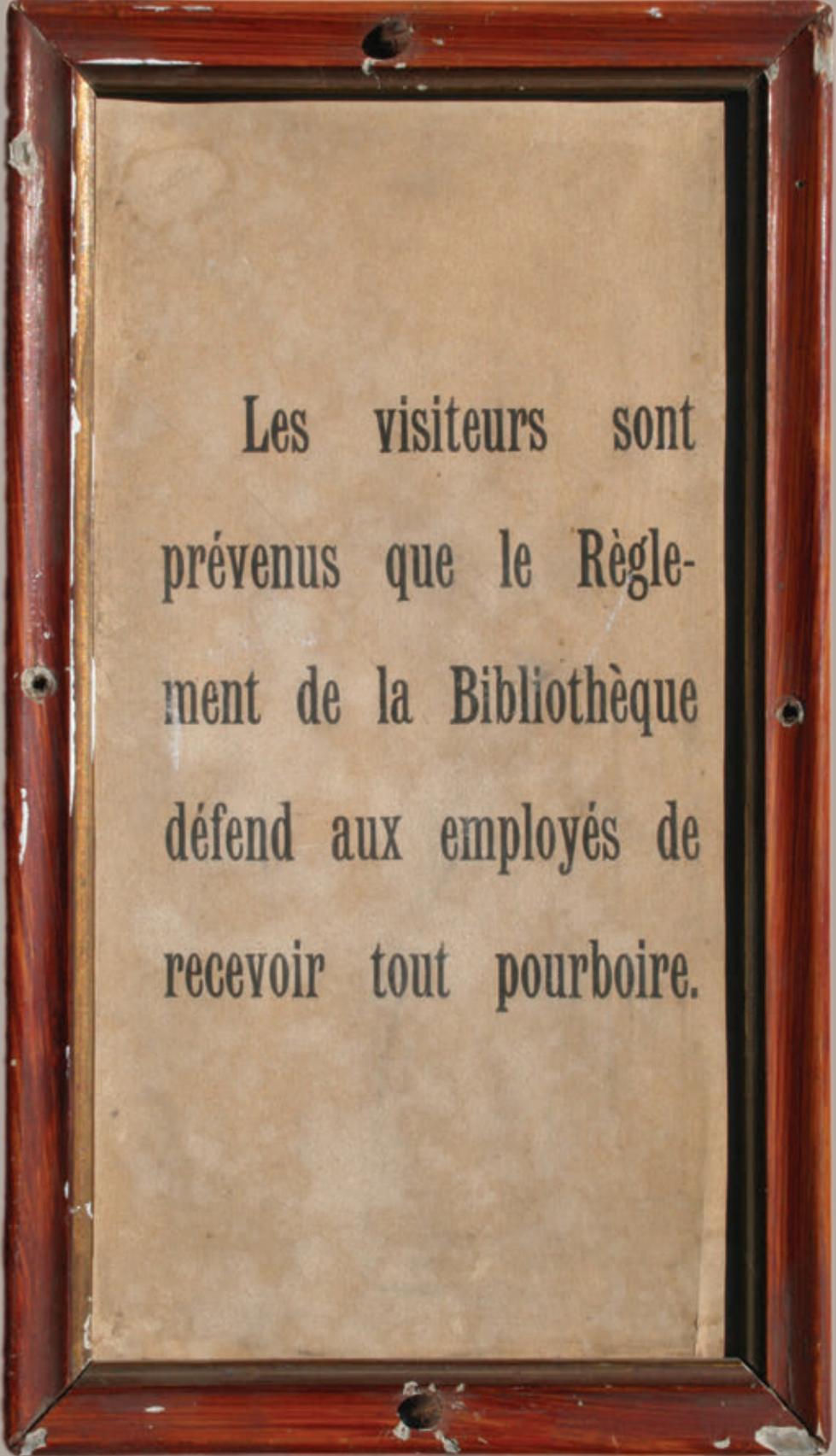
DAMIÃO PERES - PROGRAMA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EDIFÍCIO DA FACULDADE DE LETRAS EM BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(PT/AUC/CUC 2010-267/CAPOCUC 102/Livro 18, N°33.
Transcrição de João Pedro Cardoso Gomes da Costa)



99

O doador João Jardim
de Vilhena, pintado por
Mário Reis, 1938



Les visiteurs sont
prévenus que le Règlement de la Bibliothèque
défend aux employés de
recevoir tout pourboire.

«a primeira biblioteca de características funcionais em Portugal»

(J. Peixoto s.v. B. Universitárias. In: *Verbo : enciclop. luso-brasileira de cultura*, 1965)

1962-1974: a «escola» de Jorge Peixoto

A abertura ao público do novo edifício, com direito a manifestação de estudantes e tudo, marca uma nova fase na vida da Biblioteca Geral. O aumento das instalações e a tecnologia que nelas se instalou traduziram-se — como vimos — numa verdadeira revolução nos processos de trabalho, no número e na qualificação dos funcionários.

Quando Jorge Peixoto se lhe refere como «a primeira biblioteca de características funcionais em Portugal»¹, pensava ele, talvez, na anterioridade deste edifício em relação à nova sede da Biblioteca Nacional, que então se estava construindo. Mas, não lhe terá ocorrido de todo pensar na Biblioteca Joanina, edifício construído de raiz e, sem dúvida, tão funcional como este, para a sua época.

Em intervenção no hemiciclo, salientava o deputado Santos Bessa:

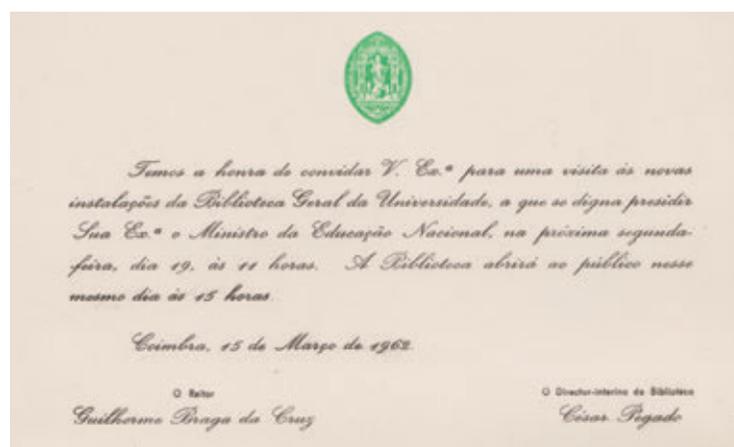
«Tudo é simples, claro e atraente naquela casa sem luxos, dominada pela sobriedade de linhas, pela quietação do ambiente, pela sensação de conforto, pela iluminação suave, pela sua excelente conceção funcional (...) rica de documentação, compreendida por mais de 1 milhão de volumes e, agora, com capacidade para o dobro...»²

A BIBLIOTECA COMO UM ESPAÇO DE LIBERDADE NO ACESSO AOS «LIVROS PROIBIDOS»

Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), o diretor que tinha acompanhado tão de perto o projeto e a obra do edifício, manteve-se naquelas funções até atingir o limite de idade, em 1970. Sucedeu-lhe Guilherme Braga da Cruz (1916-1977).

1 PEIXOTO 1965a.

2 BESSA 1962, p. 19.



101

Convite para a cerimónia
de abertura ao público (1962)

A Biblioteca funcionava tecnicamente como um espaço de liberdade, facto que não seria comum noutras instituições, antes de 1974. Como já se escreveu:

«... ignorando a censura imposta a certas publicações — listas de livros proibidos, remetidas por ofício que acompanhava as remessas dos vários Depósitos Legais até aos anos 70 —, a Biblioteca tratou-os e incluiu-os nos seus catálogos públicos, colocando-os nos depósitos normais, acessíveis a qualquer utilizador, quer na Sala de Leitura Geral, quer, mais tarde, na Sala de Leitura de Reservados. (...) As reservas no acesso às coleções tiveram, como têm hoje, motivos relacionados com a raridade dos exemplares, ou o seu mau estado de conservação»³

Os *Reservados* da Biblioteca Geral nunca tiveram (e continuam a não ter) uma política de acesso restritiva; apenas exigem local

3 SERVIÇO 2010, p. 12. Texto de Paula Fernandes Martins.



102

Visitando as áreas técnicas,
durante a abertura ao
público



103

Fachada lateral
(nascente) dos edifícios
do Arquivo e Biblioteca,
antes da construção do
edifício das Químicas-
Físicas (19 jul. 1963)





104

Durante um *Curso de Organização e Métodos* (1966) na Sala de S. Pedro da BGUC. Em primeiro plano, Jorge Peixoto, Adelino de Almeida Calado, M. Tília Mendonça Araújo e M. Teresa Pinto Mendes



105

Provas fotográficas de imagens das lutas estudantis, expostas na AAC durante a crise de 1969, e que foram entregues à Biblioteca Geral, por se temer um confisco pela PIDE durante o encerramento da A.A.C. (BGUC Col. Fot. 1969)



UNIDADE
UNIDADE
UNIDADE

UNEP

LUTO

ANTINHA

próprio para a sua leitura. Mas, esporadicamente, e já no final do regime, a colocação em *Reservados* de alguns livros «proibidos» funcionou como justificação de estarem a ser cumpridas as restrições à leitura que a polícia política pedia que se implementassem. Em Coimbra, não só era livre o acesso às edições de autores proibidos, às obras resultantes de permutas com países de Leste e às edições estrangeiras proibidas em Portugal, como funcionários da BGUC iam diariamente à AAC e recolhiam ativamente na rua os «panflos» (panfletos de organismos académicos ou de organizações clandestinas), sobretudo nas épocas mais ativas das lutas estudantis. Numa iniciativa de sentido contrário, a Secção de Fotografia da Associação Académica de Coimbra entregou ao cuidado da BGUC as fotos da luta dos estudantes, que tinham estado expostas na AAC, nos inícios da crise académica de 1969. Conservam-se, até hoje, na Biblioteca e representam o mais completo e importante testemunho fotográfico daqueles acontecimentos (**Figura 105**).

JORGE PEIXOTO (1920-1977), A CLASSE DOS BIBLIOTECÁRIOS-ARQUIVISTAS E OS «CADERNOS»

É nesta Coimbra onde se encontrava a maior concentração de bibliotecários-arquivistas por quilómetro quadrado no país, em torno da universidade e do curso da FLUC, que irá nascer, em julho de 1963, a primeira revista profissional, os *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. E é aqui também que se começa a organizar a sua associação profissional, a BAD, com a elaboração do primeiro *Anteprojecto de Estatutos* (1964)⁴, muitos anos antes de ser possível concretizá-la, em Lisboa. O grande impulsionador destas atividades profissionais, das primeiras reuniões e *Encontros* e da publicação dos *Cadernos*, foi um notável «primeiro-bibliotecário» da Biblioteca Geral, Jorge Adalberto Ferreira Peixoto (1920-1977)⁵. Era um estudioso do livro de craveira internacional, tendo representado a universidade em inúmeras reuniões técnicas e científicas no estrangeiro. Em 1964, foi aos Estados Unidos para visitar bibliotecas

que começavam, então, a utilizar computadores na produção de bibliografias e de catálogos, vendo ali:

«... coisas novas, de larga repercussão no campo bibliográfico. Coisas verdadeiramente extraordinárias (...) há, pois, que estar muito atento»⁶

Logo em 1965, Jorge Peixoto percebeu que aquelas máquinas eram particularmente adequadas à automatização das tarefas correntes (e repetitivas) das bibliotecas, não só na elaboração de listagens, mas igualmente na pesquisa e nos empréstimos. Mais do que à Biblioteca Geral ou ao país (incapazes de o acompanhar) é a Jorge Peixoto que temos de creditar o ter sido um dos primeiros bibliotecários, na Europa, a perceber a importância do computador como ferramenta bibliotecária. E ter deixado essa «escola» em Coimbra, sem deixar de ser um bibliotecário puro e duro: pela sua competência bibliográfica, Jorge Peixoto era consulta obrigatória do bibliófilo Alberto Navarro para as novas aquisições, pelo que também a ele se deve em parte a doação à BGUC da livraria do Visconde da Trindade⁷. Alberto Eduardo Vallado Navarro, Visconde da Trindade, doou a sua biblioteca em 18 de abril de 1960, na direção de M. Lopes de Almeida (colega seu nas bancadas da União Nacional), mas a sala com o seu nome só veio a ser instalada, nas condições ambientais e de segurança que o seu valor exigia, em agosto de 1972, já na direção de Guilherme Braga da Cruz.

Depois do encerramento por Salazar da *Imprensa da Universidade*, em 1935, a Biblioteca Geral tinha-se abalanchado a um plano ambicioso de publicações, substituindo-se de alguma forma à *Imprensa* na divulgação de textos de carácter académico. O filósofo Joaquim de Carvalho (1892-1958), diretor da extinta *Imprensa* e que tinha sido diretor da Biblioteca, escolheu para isso a ocasião do quarto Centenário do estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra, em 1937, inaugurando a prestigiosa série *Universitatis Conimbrigensis studia ac regesta*. Em 1946, o plano viria a ser estruturado por Manuel Lopes de Almeida, com o apoio de Joaquim de Carvalho, através dos *Acta universitatis Conimbrigensis*, «uma obra editorial que estendeu os créditos da Universidade de Coimbra no país e no estrangeiro»⁸. O plano será reforçado por Guilherme Braga da Cruz com a série *Acta rediviva*, em 1973, e por Aníbal Pinto de Castro com a *Conimbrigensis musica selecta*, em 1996.

4 Cf. AMARAL 1998, p. 12.

5 No sítio da BGUC na Internet escreve-se sobre Jorge Peixoto: «Encarregado da regência da cadeira de *Bibliologia e Biblioteconomia* do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que lecionou de 1961 a 1975. Foi equiparado a Professor Auxiliar em 1973. Professor visitante do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo, onde lecionou, de 1975 a 1976, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação, Referência, Programa de Quantificação em Biblioteconomia e Documentação, História de acervos bibliográficos luso-brasileiros e colaborou no Curso de pós-Graduação». (BGUC 2007).

6 PEIXOTO 1965b, p. 212.

7 Cf. PERICÃO 1980, p. 25.

8 SERRÃO 1993, p. 57.



106

O ministro Veiga Simão
recebe das mãos de
Guilherme Braga da
Cruz um exemplar dos
Estatutos da Universidade de
1559, encadernado nas
oficinas da BGUC por
Ângelo dos Santos (11
dez. 1971)

A BGUC COMO COORDENADORA DO CATÁLOGO COLETIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Neste período de tantas mudanças, aposta-se também em que se tornem efetivas⁹ as funções «coordenadoras» desde sempre atribuídas à BGUC, sobretudo através da coordenação do «catálogo coletivo» das bibliotecas da universidade: criado incipientemente em 1901, a então chamada *Biblioteca Central* nunca conseguiu implementá-lo¹⁰, por dificuldades técnicas. Que não devem estranhar-se, se nem sequer na Faculdade de Letras, a uma escala muito menor, tinha sido possível fazê-lo, apesar dos planos de Adelino de Almeida Calado, em 1961!

O tema dos «catálogos coletivos» tinha vindo de novo à baila no *I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses*, realizado em Coimbra, em 1966, pela mão de Jorge Peixoto e aí ficaram claras as dificuldades internas da UC:

«Estas bibliotecas desconhecem-se umas às outras (...) Cada uma tem a sua direção própria, as suas normas, as suas fichas, a sua técnica...»¹¹

Com apoios obtidos do Estado e da Fundação Calouste Gulbenkian, a BGUC decidiu arrancar, a partir de 1967, com equipas em regime de horas extraordinárias e equipamento (*Rank Xerox 422*) alugado¹². As verbas atribuídas ao «Catálogo Coletivo» pelo *Plano Intercalar de Fomento* e pelo *III Plano de Fomento* foram de 100 contos (1967), 70 contos (1969 e 1970) e 160 contos (1971 e 1972), a que se adicionaram 39 contos da FCG, em 1968. O *Catálogo Coletivo da Universidade de Coimbra* (CCUC) veio a ficar disponível ao público em 4 de maio de 1971¹³, e continuou a ser alimentado até à informatização, em 1987. Numa publicação de 1973, J. M. Motta de Sousa adiantava o propósito de estender o CCUC às publicações periódicas e às restantes bibliotecas da região Centro e de avançar decididamente para a «automatização»¹⁴.

9 A «função coordenadora» da BGUC é reafirmada pelo Dec.-Lei nº 463/73 de 8 de agosto (cf. MENDES 1986, p. 59).

10 O Catálogo Coletivo foi proposto em 24 de dezembro de 1901 pelo Artº 162º da *Reforma dos Estudos da Universidade* («Diário do Governo», nº 291, 28 dez. 1901), lembrado por sucessivas circulares reitorais (cf. SOUSA 1973, p. 12), pelo Decreto nº 19.952 de 27 de julho de 1931 e pelo plano de J. Providência e Costa, de 1932 (*id.*, p. 12-13).

11 SOUSA 1965, p. 244.

12 «Este grupo de trabalho — que foi chefiado até 1969 pela Bibliotecária Dra. D. Maria Teresa Pinto Mendes e dessa data em diante, pelo Bibliotecário Dr. José Manuel Motta de Sousa — ocupou, em tempo parcelar, 4 funcionários da Biblioteca, nestes três anos e meio que decorreram desde então» (CRUZ 1973, p. 39).

13 Cf. CRUZ 1973, p. 36.

14 Cf. SOUSA 1973, p. 23.

Por via da deslocação das equipas do CCUC, coube muitas vezes a técnicos da BGUC dar uma ajuda preciosa no tratamento de fundos bibliográficos de outras bibliotecas da UC. E não só da UC: entre outros, asseguraram o tratamento da biblioteca de Livro Antigo do Liceu de D. João III/José Falcão e apoiaram a catalogação do núcleo de «Livro Antigo» que pertenceu a D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, na Biblioteca Municipal de Cantanhede.

NOVO QUADRO DE PESSOAL, EM 1973

O quadro de pessoal estabelecido em 1961 tinha sido «elaborado com base em informações e estimativas anteriores a 1958»¹⁵. Com a entrada em funcionamento do novo edifício, e a manter-se a continuidade da Biblioteca Joanina (agora como depósito das espécies anteriores a 1800), sentiu-se a necessidade de reforçar o quadro para números ainda maiores¹⁶:

<i>Número</i>	<i>função</i>	<i>vencimento</i>
1	Diretor	- \$ -
1	Bibliotecário-chefe	8.600\$00
2	Primeiros-bibliotecários	7.800\$00
4	Segundos-bibliotecários	7.100\$00
6	Terceiros-bibliotecários	6.500\$00
1	Segundo-oficial	4.200\$00
16	Catalogadores de 1ª classe	3.200\$00
4	Catalogadores de 2ª classe	2.600\$00
2	Fieis de 1ª classe	2.600\$00
1	Mecânico-eletricista e 2ª classe	2.600\$00
1	Fotógrafo de 3ª classe	2.600\$00
4	Escriturários-dactilógrafos de 2ª classe	2.200\$00
3	Fieis de 2ª classe	2.200\$00
1	Ajudante de maquinista offset	2.200\$00
1	Encadernador de 1ª classe	2.100\$00
3	Contínuos de 1ª classe	2.100\$00
1	Telefonista de 2ª classe	2.100\$00
6	Contínuos de 2ª classe	2.000\$00
1	Guarda de 2ª classe	2.000\$00
1	Ajudante de encadernador	1.900\$00
10	Serventes	1.900\$00 ¹⁷

15 CRUZ, Guilherme Braga da — *Memorando... para o Ministro da Educação (Veiga Simão)*. 16 jun. 1971, transcrito por CRUZ 1973, p. 9.

16 Entre pessoal do quadro e tarefeiros, chegarão a trabalhar na BGUC 142 pessoas, no início da direção de Anibal Pinto de Castro, em 1987.

17 Decreto-Lei nº 465/73 de 8 de agosto, public. «Diário do Governo». I série, nº 201, de 23 ago. 1973, p. 1525 (GAMA 1974, doc. 76, p. 167-169).



107

Os participantes no *IV Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (Coimbra, 4-7 dez. 1973), tendo à frente o Secretário do *Encontro*, Jorge Peixoto

Previa-se agora setenta e uma pessoas, mais o diretor, reforçando-se nesta ampliação sobretudo a componente técnica, bibliotecários e catalogadores. A BGUC encontrava-se, por via do seu estatuto de «segunda biblioteca nacional», na dependência da Direção-Geral dos Assuntos Culturais, desde a sua criação, mas foi administrativamente integrada na Universidade, em 1972 ¹⁸.

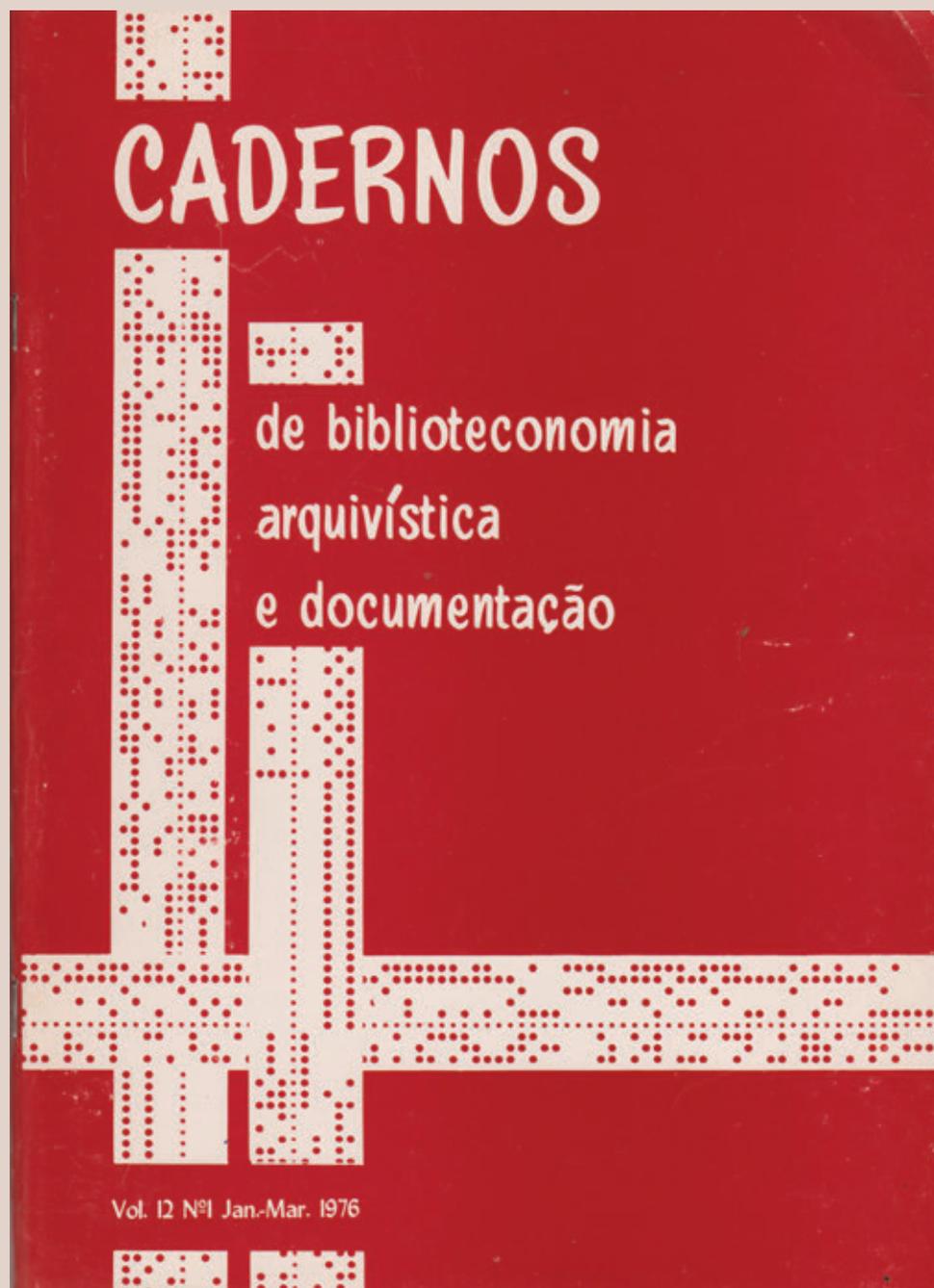
Em junho de 1971, foram demolidas, por desnecessárias, as salas criadas em 1912-1916 e adossadas à Biblioteca Joanina.

18 Artº 3º do Decreto-Lei nº 532/72, de 20 de dezembro.





A fita perfurada, símbolo da informática nascente, figurava na capa dos *Cadernos* editados em Coimbra (1976)



«... hoje ninguém duvida da necessidade de um sistema único, nacional...»

(M. Teresa Pinto Mendes, *Automatização...*, 1974)

1974-1987: preparando a informatização da(s) biblioteca(s) da Universidade



s destaques do período de 1974-1987, correspondente às direções de Guilherme Braga da Cruz (1971-1977) e de Luís de Albuquerque (1978-1987), vão para a tentativa (infrutífera) de iniciar a informatização das bibliotecas da UC e para o crescimento da política de edições, que se traduziu num dos maiores catálogos de obras editadas por qualquer biblioteca portuguesa.

A «PRIMEIRA FASE DA INFORMATIZAÇÃO» COMEÇOU ANTES DE 1974

Exatamente no dia 24 de abril de 1974, em reunião realizada no Laboratório de Cálculo Automático da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, a bibliotecária Maria Teresa Pinto Mendes apresentou o anteprojeto de um plano para a automatização das bibliotecas universitárias, passando a BGUC a conduzir o que poderá chamar-se a «primeira fase da informatização»¹ das bibliotecas da Universidade de Coimbra. Na véspera da *Revolução dos Cravos*, os bibliotecários da UC reuniam-se para preparar uma «revolução» informática, tendo decidido, então, e com grande entusiasmo, fazer:

«(i) a auscultação da opinião dos diretores das Faculdades relativamente a este projeto;

(ii) o contacto com o Centro de Cálculo da UC para saber qual o tempo de utilização do computador previsto para os serviços bibliográficos da Universidade e para estudar as possibilidades de colaboração de pessoal do Centro e as questões relacionadas com o equipamento e utilização do Centro;

(iii) a iniciação dos bibliotecários em informática aplicada às bibliotecas.»²

Todavia, naquele dia 24 de abril de 1974, o plano «revolucionário» da BGUC não partia do zero.

ANTECEDENTES DA «AUTOMATIZAÇÃO»

Em novembro de 1968, já os bibliotecários de Coimbra tinham formação em novos suportes de informação e, em dezembro desse ano, no *Curso de Atualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais*, iniciativa da Faculdade de Letras da UC, um dos tópicos abordados na cadeira de Catalogação foi «Automatização da Catalogação»³. Em abril de 1970, também na Faculdade de Letras, decorreu «um curso sobre o *Tratamento da Informação não Numérica*, por processos numéricos (...) cujos participantes foram na sua totalidade bibliotecários»⁴. Enquanto Jorge Peixoto reiterava no seu Prefácio (1971) ao *Manual de Ashword*: «Estamos lançados atualmente na era do computador», decorria um estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas que integrou o curso extraordinário *Automatização da informação científica, com especial referência ao Brasil*, orientado pela professora Miriam Zambelli da Universidade Federal de São Carlos (S. Paulo, Brasil)⁵. Nesse mesmo

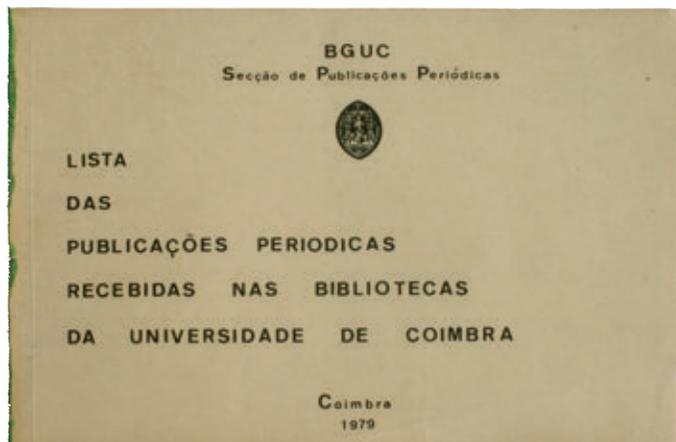
1 Esta nomenclatura não coincide com as periodizações propostas por FRANÇA 2003, p. 146, nem por FERREIRA 2013, que foi a base para a redação deste capítulo.

2 FERREIRA 2013. «Em agosto de 1974, o Reitor da Universidade de Coimbra foi posto ao corrente das diligências feitas no sentido de a BGUC executar, em Outubro, o projeto de automatização. No ofício enviado, solicitava-se que, sancionada a extensão do projeto a todos os serviços bibliográficos, biblioteconómicos, arquivísticos e documentais da UC, fosse conferido à BGUC o necessário reconhecimento como promotora e coordenadora do projeto.» (FERREIRA 2013).

3 FERREIRA 2013.

4 Comentários e notícias. «Cadernos BAD». Coimbra, vol. 7, nº 2 (abr. 1970), p. 118.

5 Cf. Comentários e notícias. «Cadernos BAD». Coimbra, vol. 8, nº 1 (jan. 1971), p. 23.



110

A *Lista de publicações periódicas recebidas nas bibliotecas da Universidade de Coimbra* foi a primeira publicação de uma biblioteca portuguesa impressa por computador (1979)

ano, o diretor solicitara uma bolsa de estudo⁶ para que uma das suas bibliotecárias — Maria Teresa Pinto Mendes — pudesse frequentar um estágio de dois meses no Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia da mesma Universidade Federal de São Carlos com vista a iniciar os estudos para a «automatização da Biblioteca Geral». Realizado o estágio, em fevereiro e março de 1974, a jovem bibliotecária tentou motivar os colegas e a Biblioteca Geral tentou sensibilizar as entidades governamentais para esta necessidade. Em 16 e 17 de julho de 1973, tinha-se realizado na BGUC a primeira reunião sobre informatização, mas, rapidamente, se percebeu que o processo não podia ser apenas interno. Do mesmo ano, datam os contactos com a Universidade de Aveiro, a conceção de um plano mais vasto para as bibliotecas científicas do país e a procura de apoios para ele e diversas iniciativas de sensibilização dos bibliotecários⁷. No ano seguinte, Maria Teresa Pinto Mendes ministrou aos colegas interessados um *Curso de iniciação aos problemas de automatização das bibliotecas* (julho de 1974), e dois cursos de *Iniciação à utilização do computador*, em Coimbra (agosto de 1974) e em Lisboa (outubro de 1974). Vinte e cinco bibliotecários da UC tiveram, naquela ocasião, o primeiro contacto com um computador.

6 Ofício nº 47/465 de 10 de novembro de 1971 do Diretor da BGUC ao Reitor da Universidade e ofício nº 47/469 de 11 de novembro de 1971, do mesmo a José Savério Lia do Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, solicitando um estágio para a uma das suas bibliotecárias. A bolsa haveria de ser conseguida apenas em 1973 através da Direção Geral dos Assuntos Culturais (ofícios nº 49/427 de 17 de julho de 1973 e nº DV//1906/3(39) de 10 de agosto de 1973).

7 Cf. MENDES 1984.

MARIA TERESA PINTO MENDES, PRECURSORA DA INFORMÁTICA DOCUMENTAL EM PORTUGAL

Ao assinalar aqui, e cremos que se faz pela primeira vez, o papel desta bibliotecária como entusiasta e precursora da informática documental em Portugal, importa não esquecer que ela foi uma técnica do mais alto nível e, durante anos, decana dos professores do Curso de Bibliotecários-Arquivistas; talvez por isso, nunca manifestou qualquer subserviência «deslumbrada» para com as tecnologias, marcando sempre (nas suas aulas e intervenções) a subsidiariedade daquelas em relação à técnica bibliográfica, que deveria estar sempre ao comando da informatização.

O interesse generalizado pela informática nascente que se instalara em Coimbra, por influência de Jorge Peixoto, fica evidente ao referenciar-se aquele bibliotecário a orientar, com Jacques Chaumier, E. Peters e N. Divory o seminário *Bancos de Dados* (Lisboa, 5-8 nov. 1974), organizado pela BAD e pelo Bureau Marcel van Dijk. Alicerçada na sólida teoria biblioteconómica que se cultivava em Coimbra, a informatização era aqui vista como a ferramenta que, finalmente, possibilitaria a criação dos catálogos coletivos. Daí resultava a necessidade de a partilhar, de a tornar o mais ampla possível. Em ofício ao Diretor-Geral dos Assuntos Culturais⁸, a BGUC defendeu que a automatização das bibliotecas universitárias em Portugal fosse encarada em conjunto, a nível nacional, e na dependência do Ministério do Educação e da Cultura. A BGUC conseguiu introduzir no *Manifesto* da BAD (17 jun. 1974), um novo ponto 15: *Automatização das bibliotecas da Universidade de Coimbra*, «visto ser um problema urgente de estudo» e, em outubro de 1974, foi apresentar ao Diretor Geral a sua proposta *Automatização dos serviços ligados à informação científico-técnica em geral* (ver Anexo). Em maio de 1975, a BGUC insistia ainda em colaborar num processo nacional e propunha que nele se integrasse a Direção Geral da Organização Administrativa.

Em 1976, no *V Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, que se realizou em Braga, entre 6 e 9 de outubro, incluiu-se uma mesa-redonda sobre *Apreciação e crítica do projeto do sistema de automatização de bibliotecas, arquivos e centros de documentação*, moderada por Maria Teresa Pinto Mendes, que haveria de ser a primeira discussão pública nacional sobre a automatização das bibliotecas portuguesas⁹. Consta que o debate «decorreu animadamente» e, apesar de ter sido feito o levantamento dos projetos existentes e de ter sido criado um grupo de trabalho informal para o assunto,

8 Ofício 50/437 de 28 de agosto de 1974 de Guilherme B. da Cruz, ao Diretor Geral dos Assuntos Culturais [documento interno].

9 Cf. FERREIRA 2013.



111

Fila à entrada da
Biblioteca Geral (24 de
junho de 1981)

Janeiro

1

Fevereiro

1

Março

1

Anno
primi

Dias	Declinaçã			Dias	Declinaçã			Dias	Declinaçã		
	Annos	Gr.	mi.		Annos	Gr.	mi.		Annos	Gr.	mi.
1	21	52		1	14	0		1	3	41	
2	21	42		2	13	40		2	3	18	
3	21	32		3	13	20		3	2	54	
4	21	22		4	13	0		4	2	31	
5	21	11		5	12	39		5	2	7	
6	21	0		6	12	18		6	1	44	
7	20	47		7	11	58		7	1	20	
8	20	35		8	11	37		8	0	56	
9	20	22		9	11	16		9	0	32	
10	20	10		10	10	54		10	0	9	
11	19	57		11	10	31		11	0	15	
12	19	42		12	10	10		12	0	39	
13	19	28		13	9	47		13	1	3	
14	19	13		14	9	26		14	1	27	
15	19	0		15	9	4		15	1	51	
16	18	45		16	8	41		16	2	15	
17	18	28		17	8	19		17	2	38	
18	18	12		18	7	57		18	3	1	
19	17	57		19	7	34		19	3	25	
20	17	40		20	7	12		20	3	47	
21	17	22		21	6	49		21	4	10	
22	17	5		22	6	26		22	4	34	
23	16	48		23	6	2		23	4	56	
24	16	30		24	5	39		24	5	20	
25	16	13		25	5	15		25	5	43	
26	15	55		26	4	51		26	6	5	
27	15	37		27	4	28		27	6	28	
28	15	19		28	4	4		28	6	50	
29	15	1		0	0	0		29	7	12	
30	14	42		0	0	0		30	7	36	
31	14	21		0	0	0		31	7	57	



112

Código chamado de Bastião Lopes, oferecido no tempo de Luís de Albuquerque (BGUC Cofre 46, f. 1)

113

Carta-portulano de Diogo Homem (ca. 1566), oferecido por Marcel Destombes, durante a direção de Luís de Albuquerque (BGUC Cofre 35)

pouco ou nada mais se avançou nos meses (e anos!) seguintes. Como as entidades públicas nada fizessem a este respeito, a BGUC foi-se resignando a promover pequenas experiências que resultavam, sobretudo, na sensibilização dos seus quadros superiores. Entre 1974 e 1985, a Biblioteca Geral regista uma presença contínua em seminários, cursos de iniciação à informática e de programação, reuniões e demonstrações relacionadas com o processo de informatização de bibliotecas, chegando a organizar formação em programação FORTRAN IV e COBOL (1975, 1988)¹⁰.

UMA OPORTUNIDADE PERDIDA E A PRIMEIRA LISTAGEM POR COMPUTADOR, EM 1979

Em 1978, veio a Portugal como consultor da Unesco para a automatização da bibliografia nacional John W. Jolliffe (1929-1985), da Bodleiana de Oxford. Visitou a UC, apercebeu-se da importância do trabalho já realizado, mas no relatório final desaconselhou um grande projeto nacional (ou mesmo universitário), limitando-se a propor a participação da UC num grupo de trabalho, com a Biblioteca Nacional de Lisboa e o LNEC, para a automatização do *Boletim da Bibliografia Portuguesa*.

Neste conspecto, logo depois do *Catálogo coletivo de publicações periódicas* produzido pelo Centro de Documentação Científica e Técnica do INIC, a primeira biblioteca propriamente dita a produzir em Portugal bibliografias impressas recorrendo à informática foi a da Universidade de Coimbra, em 1979, com a edição da *Lista de publicações periódicas recebidas nas bibliotecas da Universidade de Coimbra* (**Figura 110**). A esta experiência (que obrigou a perfurar 14 mil cartões!), seguiram-se listas de teses francesas de Farmácia, Medicina e Veterinária e de Ciências¹¹, com três tipos de índices, produzidas informaticamente, em 1982 e 1985, e uma nova *Lista de publicações periódicas estrangeiras*, em 1988.

Segundo Carla Ferreira, foi delineado, também por esta época, um programa para a automatização dos processos de compras de livros e assinaturas de publicações em série, para ser executado, em cooperação, por toda a Universidade. Em fevereiro de 1979, o estudo foi terminado, mas faltaram ao Laboratório de Cálculo (LCUC) recursos humanos que acompanhassem a realização do projeto¹². No entanto, e apesar do LCUC se ter revelado um parceiro ativo na automatização de alguns processos, sobretudo através de Carlos

Encarnação, a colaboração com o Centro terminaria, devido à falta de pessoal daquele organismo.

A 24 de maio de 1979, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, foi criado um Grupo de Trabalho para a elaboração de um diploma que institucionalizasse a automatização dos serviços das bibliotecas e serviços afins, mas este G.T. não sobreviveu mais do que o tempo de duas reuniões¹³. A informatização desta Biblioteca, das bibliotecas da Universidade de Coimbra¹⁴ e, em geral, a informatização das bibliotecas em Portugal teria de esperar pelo final dos anos oitenta.

A AÇÃO DE LUÍS DE ALBUQUERQUE (1917-1992)

Guilherme Braga da Cruz não viu a sua direção afetada pelo 25 de abril, mantendo-se em funções até ao seu falecimento, a 11 de março de 1977. Contudo, Jorge Peixoto, que até tinha aderido ao Partido Comunista durante a ditadura, por via do seu envolvimento no Curso de Bibliotecários-Arquivistas, foi «saneado», isto é, afastado do ensino por alegadas razões políticas. A injustiça dessa situação mobilizou os colegas, que se quotizaram para pagar-lhe a defesa.

Luís de Albuquerque dirigiu a Biblioteca desde março de 1978 até à sua jubilação, em 1987. No seu tempo, legou a filha do coronel Belisário Pimenta a preciosa biblioteca e espólio manuscrito daquele prolífico investigador. A «arca» dos seus *Diários*, doada também em 1982, só foi aberta a 13 de abril de 1992, encontrando-se agora totalmente disponível para consulta local, e parcialmente *online*. Luís de Albuquerque foi responsável pela aquisição de outro importante núcleo bibliográfico, o de José Vicente Gomes de Moura (Abraveia) e, mercê dos seus inúmeros contactos no país e no estrangeiro, conseguiu a oferta de diversos manuscritos de marinharia, nomeadamente a *Carta-portulano* de Diogo Homem (ca. 1566), entregue por doação testamentária de Marcel Destombes, em 1983 (**Figura 113**). Ele próprio legou a sua biblioteca e parte do seu espólio, desejando-se que a parte ainda na posse da família possa ser incorporada brevemente¹⁵.

13 Cf. MENDES 1984, p. 482.

14 A exceção foi a biblioteca do Laboratório de Cálculo da FCTUC, precocemente informatizada com a assistência biblioteconómica da BGUC, a partir de 1976.

15 Durante a inauguração da *Sala Luís de Albuquerque* na Biblioteca Geral, em 9 de fevereiro de 2011, a Arq. Helena Albuquerque entregou correspondência com o escritor Virgílio Ferreira, dando assim um «sinal» público da sua intenção de doar à UC o restante do arquivo pessoal do pai. Parece-nos particularmente importante salvaguardar para a história o seu precioso «diário» estenografado em cadernos de capas de lona preta, ainda hoje recordado pelos seus amigos.

10 Cf. FERREIRA 2013.

11 Cf. «Divulgação Bibliográfica». Coimbra, vol. 3, nº1 e vol. 6, nº1.

12 Cf. MENDES 1985 e Sousa 1987.



114

O diretor Luís
Guilherme Mendonça
de Albuquerque
(1917-1992)



115

O doador coronel
Belisário M. Bustorf da
Silva Pimenta (1879-1969)

Anexo

1 – A BGUC, juntamente com as restantes bibliotecas universitárias, iniciou os estudos para a informatização dos seus serviços.

A realização dos processos automáticos ser-lhe-á, em princípio, assegurada pelo Laboratório de Cálculo Automático da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

No presente ponto destes estudos, e como já o fez sentir ao Ministério da Educação e Cultura por Intermediário da Direção Geral dos Assuntos Culturais (of. 50/437, de 28/8/74), a BGUC necessita de meios para poder contratar pessoa ou empresa a quem entregue a análise computacional do seu sistema.

2 – Teve recentemente a BGUC conhecimento dos seguintes factos:

2.1. – A Universidade Nova de Lisboa começou a análise com vista à informatização do seu sistema bibliográfico e informativo, tendo para tal contratado dois técnicos;

2.2. – Junto da Biblioteca Nacional de Lisboa outro técnico estuda presentemente problemas equivalentes, concretamente os da catalogação.

3 – Assim:

3.1. – Perante a dispersão de verbas do mesmo Ministério para o estudo de problemas comuns;

3.2. – Perante o investimento complementar necessário no futuro para compatibilizar os sistemas resultantes, uma vez que já ninguém hoje duvida da necessidade de um sistema único, nacional, de tratamento e difusão da informação bibliográfica e científico-técnica;

3.3. – Perante o espírito de colaboração e entendimento existentes entre os componentes das classes bibliotecária e afins, o qual, facilitando, desde já, os estudos em comum, proporcionará, no futuro, a aceitação de um sistema comum.

Propomos:

A- A criação de um grupo de trabalho que, a tempo inteiro e com prazos bem definidos, estude e promova a realização por processos automáticos de todos os serviços, de modo a constituir-se um sistema nacional de tratamento e difusão da informação;

B- Que desse grupo façam parte ou sejam regularmente ouvidos todos quantos, embora isoladamente, já tenham iniciado estes estudos.

**MARIA TERESA PINTO MENDES - AUTOMATIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS LIGADOS À INFORMAÇÃO CIENTÍFICO-
-TÉCNICA EM GERAL (1974)**

(Doc. interno da BGUC. Transcrição de Carla Ferreira)



116
O diretor Aníbal Pinto de
Castro (1938-2010)

«a Biblioteca tem procurado (...) responder ao desafio de modernização»

(Aníbal Pinto de Castro, *Relatório...*, 3 nov. 1991)

1987-1996: desafios para Aníbal Pinto de Castro

Diretor até à sua jubilação, em 1987, Luís de Albuquerque era um internacionalista, com amigos em todo o mundo, sendo quase permanentemente requisitado para participar em eventos científicos e culturais os mais diversos. Por isso, em 1984, foi nomeado «adjunto do diretor» Aníbal Pinto da Castro (1938-2010), que lhe veio a suceder¹ como diretor e se manteve até 2004, quando pediu escusa do cargo.

Definia-se a si próprio como um «professor de Literatura Portuguesa» que nunca teve dispensa de serviço docente para dirigir a Biblioteca, mas demonstrou capacidade para seguir os seus bibliotecários nos meandros e nas urgências da informatização, crente de que:

«a função das bibliotecas, como meios de transmissão e criação do saber, há de manter-se, sem quebra de importância»²

Verdadeiro bibliófilo, devem-se-lhe, entre outras, as aquisições da livraria do historiador Oliveira Martins (com os móveis que tinham sido do seu escritório de Lisboa), dos epistolários de Eugénio de Castro e do 2º Marquês de Alorna (oferta de José Cassiano Neves, 1989), do arquivo pessoal de Mário de Figueiredo, da coleção sobre a Rainha Santa do coronel-médico José Pires da Silva (**Figura 117**) e das bibliotecas de ciências musicais do tenente Manuel Joaquim (**Figura 121**) e de Maria Augusta Barbosa, por doação da própria, em 1998³. Foi ainda Aníbal Pinto de Castro quem aceitou a disposição testamentária de Mário Brandão, atribuindo uma sala para acolher a biblioteca daquele professor de Coimbra e de sua mulher (Lígia Cruz), biblioteca que inclui e homenageia as da filha

Margarida e do tio, Joaquim Mendes dos Remédios. A transferência dos livros só veio a efetuar-se depois da saída de Pinto de Castro, no tempo de Carlos Fiolhais.

No final do seu mandato, Aníbal Pinto de Castro teve de gerir os catastróficos resultados de uma desinfestação mal executada, em agosto de 1998.



117
O doador coronel-médico
José Pires da Silva

1 Nomeado pelo Despacho nº 163/MEC/87, de 2 jul. 1987. «Diário da República», I Série, nº 159, 14 jul. 1987.

2 CASTRO 1993b, p. 424.

3 Sobre aquisições de bibliotecas e de espólios entre 1985 e 1995, ver ROSETE 2010.



118

Ex-libris desenhado pela filha e aplicado em forma de carimbo na doação da biblioteca de Luís de Albuquerque

A «SEGUNDA FASE DA INFORMATIZAÇÃO», EM COOPERAÇÃO COM A PORBASE

O que chamaremos aqui a «segunda fase»⁴ da informatização das bibliotecas da Universidade de Coimbra foi iniciada pela BGUC, em maio de 1985, quando foram oficialmente contactados os presidentes dos Conselhos Diretivos das Faculdades, para obter a participação dos seus bibliotecários nos estudos necessários à criação de um sistema informático comum da UC e da Universidade de Aveiro⁵.

Em novembro de 1985, a Biblioteca Nacional comunicou às bibliotecas beneficiárias de Depósito Legal as linhas gerais do seu projeto de automatização do tratamento da bibliografia portuguesa e o seu compromisso na criação e desenvolvimento de uma *Base Nacional de Dados Bibliográficos* (Porbase). No início de 1986, a BGUC apresentou um projeto de «Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro» (SIIB/Centro) ao reitor Rui de Alarcão (1982-1998), que o apoiou. Sendo um dos objetivos a informatização do CCUC e outro a alimentação (sob nova forma) do *Catálogo Coletivo Nacional* (agora Porbase), esperava-se uma frutuosa

4 Nesta nomenclatura, não seguimos a periodização de FRANÇA 2003, nem a de FERREIRA 2013.

5 Cf. PERICÃO 1992.

colaboração entre as duas entidades, que viria a ser formalizada pelo protocolo assinado entre a BN e a UC, em 28 de abril de 1986.

A cooperação com a Porbase, que a Biblioteca Geral garantiu desde o primeiro dia, obrigou-a a adotar o programa disponibilizado (gratuitamente) pela *Base Nacional* aos seus cooperantes: o Mini-Micro CDS/ISIS e uma parametrização própria do formato Unimarc (Porbase versão 1.0), suportada apenas por PCs. A catalogação automatizada iniciou-se assim, em 1988, sem rede e com o carregamento das bases de dados a fazer-se em diferido.

Logo começaram a ser evidentes dificuldades de diálogo entre a Porbase e o SIIB/Centro⁶. Em boa verdade, as diferenças entre os dois projetos eram insanáveis, pois, enquanto a Porbase queria ser uma base de dados bibliográficos *nacionais*⁷, Coimbra e Aveiro queriam, para serviço dos seus investigadores, uma *base nacional* de dados bibliográficos⁸. A diferença está longe de ser irrelevante! Na falta de acordo, isso implicava para as duas universidades vir a adquirir os seus próprios servidores e um programa próprio de gestão bibliográfica que integrasse a automatização de todas as funções das bibliotecas, sem deixar de ser compatível com o utilizado pela Porbase.

ACORDO COM A IBM PARA AQUISIÇÃO DE UM MAINFRAME E DE UM SISTEMA INTEGRADO

Com esse objetivo, a BGUC preparou uma candidatura ao *Programa Ciência*, assumida pelas UC, UA e UBI (Universidade da Beira Interior), sob a liderança da primeira, com vista à obtenção de fundos europeus. Como tardasse o apoio financeiro solicitado, no final de 1990, a empresa IBM propôs um *Acordo de Estudo Conjunto*⁹ do *DOBIS/LIBIS*, um programa de gestão bibliográfica que a BGUC conhecia e que obedecia à totalidade dos requisitos definidos. O *Acordo* foi assinado pelo reitor, em 31 de dezembro de 1990¹⁰.

6 Ver PERICÃO 1992, p. 6 e sgts. para uma análise detalhada da cooperação entre o SIIB/Centro e a Porbase.

7 «Os objectivos da Porbase são a constituição de uma base de dados, antes de tudo nacionais em que os dados de publicações estrangeiras, por muito importantes que sejam para certos utilizadores locais, são acessórios relativamente aos nacionais e como tal deverão ser objecto de uma forma mais breve de tratamento pois podem ser sempre pesquisados ou obtidos em bases de dados estrangeiras» (PORBASE 1987).

8 Cf. SIIB 1989a e SIIB 1989b.

9 «Dos objetivos específicos deste acordo, fazem parte, entre outros, a (...) adaptação do sistema integrado de gestão de bibliotecas DOBIS/LIBIS, a sua adaptação à realidade das bibliotecas portuguesas (...) a obtenção de documentação de suporte ao utilizador e de uma versão desse sistema com uma *interface* em língua portuguesa, a criação de um centro de competências em DOBIS/LIBIS, a cooperação em demonstrações e acções de formação» (PERICÃO 1992, p. 16).

10 Cf. CASTRO 1991, p. 521.



119
O reitor Rui de Alarcão
assinando o *Acordo* com
a IBM Portugal (31 dez.
1990)

E assim, nos primeiros anos da década de 90, testou-se na BGUC¹¹ o *DOBIS/LIBIS*, particularmente no que diz respeito às funções de catalogação¹², adaptou-se e traduziu-se o programa e o seu manual para português (uma vez que seria a primeira implementação em Portugal) e desenvolveram-se *interfaces* para a importação dos registos do *Mini-Micro CDS/ISIS* para o *DOBIS/LIBIS* e *vice-versa*. No entanto, as dificuldades financeiras, a falta de pessoal especializado em informática, a complexidade do próprio programa e a falta de apoio técnico por parte da IBM impediram o projeto de avançar como previsto¹³. Depois de uma nova fase de negociações com a IBM, os responsáveis pelo SIIB/Centro viram-se obrigados a abandonar todos os compromissos com aquela empresa, em 1994. Com esta experiência falhada, morreu também o projeto SIIB/Centro, que, por motivos de vária ordem, se passaria a restringir apenas à UC¹⁴.

O PRIMEIRO SISTEMA INTEGRADO E MODULAR, O *LIBERTAS*

Retomaram-se as diligências para um concurso público internacional com vista à aquisição de um sistema integrado de informação bibliográfica¹⁵. Redefiniram-se os princípios e a metodologia de participação e foi aberto um concurso público internacional para a aquisição do novo sistema, publicitado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, no dia 21 de março de 1995 e no *Diário de República III Série*, no dia 22 de março. A escolha haveria de recair

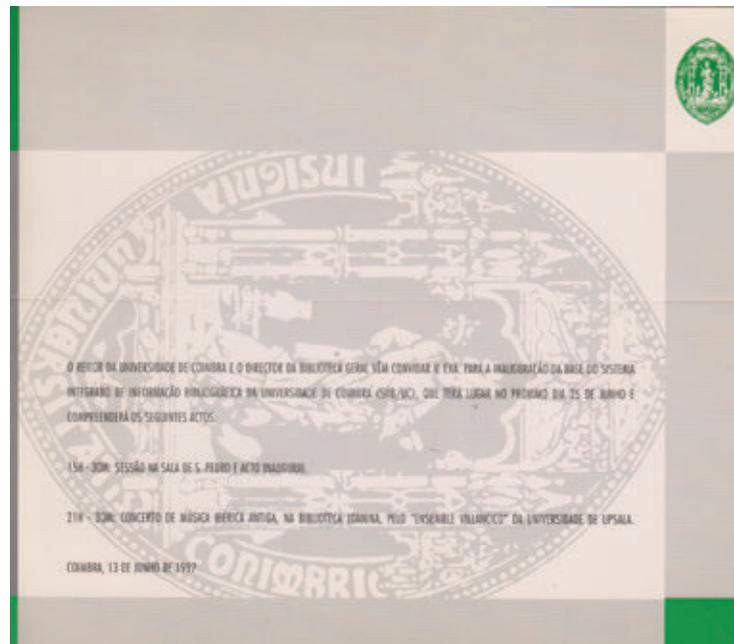
11 Decidiu-se instalar o equipamento central na BGUC, sendo que foi necessário estabelecer ligações eficazes entre esta e as restantes bibliotecas integrantes do projeto.

12 Realizou-se, em 1991, um curso intensivo sobre os módulos do *DOBIS/LIBIS* e, em 1992, um curso intensivo do módulo de catalogação para uma equipa de monitores.

13 «Não pode a Universidade pretender a informatização da sua rede de bibliotecas sem nisso investir algum esforço financeiro e sem acelerar o recrutamento de pessoal, evitando que, por exemplo, a nomeação de um técnico superior de informática se arraste por mais de dois anos.» (CASTRO 1993c, p. 363).

14 «A existência do SIIB/Centro foi-se esvanecendo. Quando a coordenadora-geral do projeto, Rosário Pericão, se demite, no final de 1993, e toma posse a nova coordenadora-geral Lúcia Veloso, o projeto acaba por ficar adstrito à BGUC. A maior parte dos trabalhos continuava a decorrer nela e a cargo dos bibliotecários dos seus quadros. Pode afirmar-se que não se tratou de uma rotura, mas de uma extinção natural (...) as vicissitudes em torno do programa *DOBIS/LIBIS* contribuíram para que as bibliotecas que participavam no projeto optassem por encontrar soluções próprias. Quando, em 1995, se adquire o *Libertas*, o caderno de encargos, apesar de ser subscrito pelo SIIB/Centro, representa um trabalho exclusivo dos técnicos da BGUC. Em 1997, quando se inaugura o OPAC, o conjunto de bibliotecas que o alimentam recebe a designação de SIIB/UC, extinguindo-se, assim, o SIIB/Centro» (FERREIRA 2013).

15 Entretanto, a Universidade de Aveiro decidia adquirir um sistema próprio: em janeiro de 1995, foi adquirido o sistema integrado de gestão de bibliotecas *Aleph*, que permitiu aos Serviços de Documentação da UA gerir os procedimentos da cadeia documental de forma integrada, permitindo uma melhor gestão das aquisições e do tratamento bibliográfico das publicações. Cf. SBIDM 2012.



120

Convite para a inauguração do catálogo público em linha (25 jun. 1997)

sobre a empresa *SLS Information Systems* e o programa *Libertas*¹⁶. O contrato de compra foi assinado em 12 de dezembro de 1995 e a instalação do sistema teve início em 12 de fevereiro de 1996. Todos os encargos com a aquisição e instalação do sistema foram suportados pela BGUC (o preço global foi de cerca de 30.000 contos) que contou, para isso, com um generoso apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian. A aquisição, parametrização e implementação foram coordenadas pelas bibliotecárias Lúcia Veloso e Paula Fernandes Martins e pela engenheira informática Ana Luísa Silva. Neste processo, a conversão retrospectiva¹⁷ (que tivera início incipiente em 1991) viria a tomar um novo fôlego, não só pela possibilidade de importar os registos da base *SLS* (gratuita durante 6 meses), mas também pela contratação, que então se pôde fazer, de pessoal extraordinário para a conversão retrospectiva¹⁸.

16 Como este sistema utilizava o UKMarc e não o Unimarc, foi exigência no *Caderno de Encargos* que os problemas de conversão estivessem devidamente resolvidos, no momento de instalação do sistema. Da migração de dados se encarregaram Paula Fernandes Martins e Rui Pires.

17 Sobre este assunto, ver MACHADO 1997.

18 A conversão do catálogo mimeografado de autores/títulos viria a ser concluída em março de 2012, sendo que continuam por converter na sua quase totalidade o catálogo manuscrito (até 1957), o catálogo de assuntos e grande parte dos registos das publicações periódicas.

TRINTA ANOS DE SUMÁRIOS DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS PORTUGUESAS (1979-2009)

A BGUC procurou sempre divulgar a produção científica da UC e dar a conhecer o que fosse de interesse para a comunidade académica. Não é de estranhar, portanto, que tenham tido a sua génese nesta Biblioteca iniciativas como os *Sumários das Publicações Periódicas Portuguesas*. Este trabalho pioneiro iniciou-se em 1979 e reproduzia nas suas páginas os sumários dos periódicos científicos editados em Portugal e recebidos na BGUC através do Depósito Legal. Os *Sumários das Publicações Periódicas Portuguesas* incluíam um índice de títulos das revistas reproduzidas e, a partir de 1981, um índice de autores feito com base num programa informático desenvolvido *in house*. A divulgação dos *Sumários* foi feita em formato impresso até 1997. Nesta altura, equacionou-se a hipótese de se proceder à sua edição eletrónica, que só foi possível em 2003¹⁹. Pena é que, por falta de recursos materiais e humanos, não se tivesse podido manter a atualização desta ferramenta de pesquisa, única no panorama nacional e de suma importância para a toda a comunidade científica.



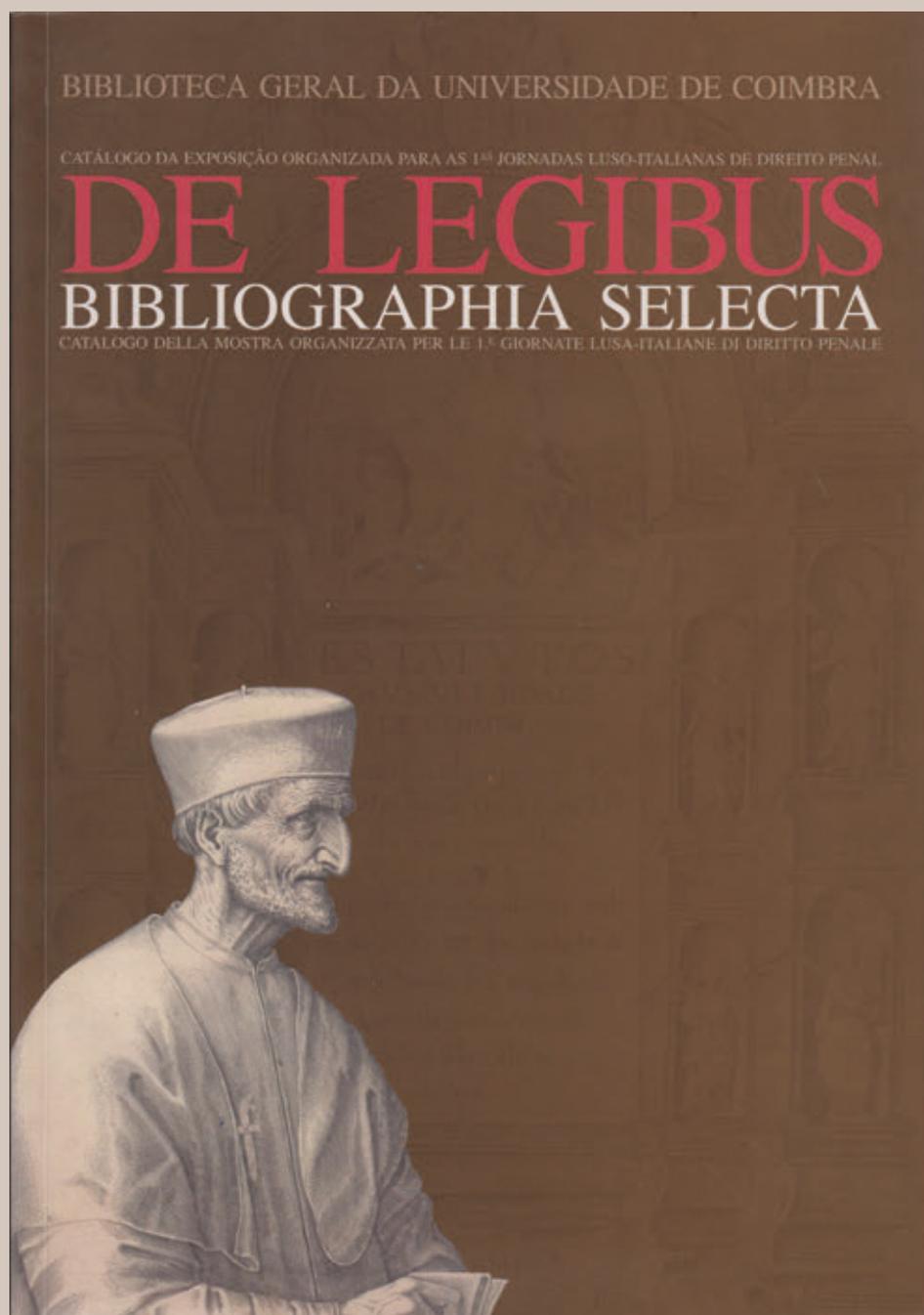
19 Foi adjudicado à empresa *Edilearn* (Aveiro) um *software* cujos requisitos foram definidos pelos bibliotecários da Secção de Periódicos da BGUC. A mesma empresa ficou responsável pela introdução dos dados enviados pela BGUC. Para o público ficou disponível um *interface* que permitia a pesquisa por assunto/CDU, ISSN, título da publicação em série, título do artigo, autor, local e data de publicação. Os utilizadores podiam ainda, através de um *e-mail* enviado à BGUC, solicitar as fotocópias dos artigos que desejavam consultar (*cf.* GONÇALVES 2003). Este trabalho foi interrompido em agosto de 2004, por falta de verbas que permitissem a manutenção da introdução de dados nessa base de dados. No entanto, em abril de 2007, a BGUC decidiu retomar o projeto, recorrendo a um bibliotecário do quadro (Pedro Galvão), que procedeu à atualização diária da base de dados *Sumários das Publicações Periódicas Portuguesas* até julho de 2009, altura em que o trabalho foi suspenso por razões operacionais. Nessa altura, a edição eletrónica contava com cerca de 600 títulos de revistas, 5.000 sumários e referências de 81.000 artigos.

121

O doador tenente Manuel
Joaquim (1894-1986),
desenho de José Contente
(BGUC Ms. 3 386
Apenso)

122

As publicações da BGUC só começaram a ser graficamente cuidadas a partir de 2002 (catálogos com *designs* de António Barros e de Eduardo Aires)



«...guarda o saber que se almeja seguro, edificante e contínuo...»

(Carla Alexandra Gonçalves In: *Coimbra Preguiça magazine*, 26 set. 2013)

1996- : em direção ao futuro



Este último período configura uma «entrada em aberto»¹ para um futuro desconhecido e, por vezes, inquietante, onde os meios humanos continuarão escassos e onde não se prevê uma alternativa para o esgotado edifício atual². Mas, sobretudo, será um futuro onde o papel da Biblioteca Geral terá de ser repensado, depois de algumas das suas funções terem transitado para o SIBUC³. A citação em epígrafe representa bem a visão que o público, em geral, tem desta Biblioteca, guardiã de um património inestimável. Que é, sem dúvida, mas não deveria ser algo mais?

O que é hoje a BGUC e o que deve ser?

UMBERTO ECO E OS MORCEGOS DA BIBLIOTECA JOANINA

É apenas um pormenor pitoresco, cuja insistente evocação chegava a irritar o antigo diretor Aníbal Pinto de Castro, a existência e a permanência dos morcegos na Biblioteca Joanina. Mas, se foram

1 Chamam os bibliotecários uma *entrada em aberto* aos «milésimos» em que o segundo termo fica em branco, por exemplo, um conjunto de datas temporariamente por encerrar, enquanto se aguarda informação sobre a morte do autor. O mesmo nas datas de edição de obras em mais do que um volume, que fica «em aberto» até à da edição do último volume.

2 Aníbal Pinto de Castro alertou durante anos internamente (cf. Ofício 70/477, 31 mai. 1994, etc.) para a necessidade de construção de um silo e acabou a falar à imprensa do «gravíssimo problema de espaço» (MARGARIDO 2001) da Biblioteca, que Carlos Fiolhais se propôs resolver juntando no edifício da Penitenciária de Coimbra os fundos correntes da Biblioteca Geral e da Biblioteca Municipal, assim criando uma enorme *Casa do Conhecimento*.

3 As funções do SIBUC, segundo o Regulamento de 2009, são: 1 – Coordenar o Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da UC (SIIB/UC), com a colaboração da BGUC; 2 – Apoiar a *Biblioteca do Conhecimento On-line* b-on; 3 – coordenar a gestão e disponibilização das bases de dados comuns da UC, assim como as assinaturas das publicações periódicas (em papel ou eletrónicas), com base nas existências da biblioteca b-on; 4 – Gerir o repositório digital Estudo Geral; 5 – Gerir a Biblioteca Digital da UC.

os morcegos e as mesas cobertas aquilo que um grande pensador (e bibliófilo) como Umberto Eco quis recordar da biblioteca⁴, isso indica-nos que, enquanto lá se conservarem, não se devem desvalorizar. A Eco, serviram-lhe para uma *blague* sobre a utilidade dos vermes bibliófagos nas bibliotecas. A nós, poderão servir talvez como elemento de reconhecimento, elemento distintivo, nesta sociedade efetivamente virada para o consumo do efémero e do pitoresco. Não nos irrita nada que a Biblioteca Joanina seja lembrada como o *habitat* de duas colónias de morcegos — *Pipistrellus pygmaeus* (morcego-anão) e *Tadarida teniotis* (morcego-rabudo) — desde que não seja só isso: é um repositório bibliográfico riquíssimo, ou até, se quisermos dizê-lo de uma forma escandalosa, é um depósito. Faustoso, é certo, mas um depósito de Livro Antigo, onde a prioridade têm de ser os livros, não os turistas.

PRESENTE NA INTERNET DESDE 1996 E COM OPAC DESDE 1997

Com as distâncias no mundo a «reduzirem-se» pela globalização, nos anos oitenta, a Biblioteca Geral envolveu-se nos primeiros projetos europeus, como o *AIDA*, conduzido por Lúcia Velloso, para o estabelecimento de uma rede de empréstimo internacional ou como a avaliação de discos-piloto CD-ROM de bibliografias

4 No original: «Je voudrais (maintenant) vous confier une histoire amusante. J'ai visité la bibliothèque de Coimbra, au Portugal. Les tables étaient recouvertes d'un drap feutré, un peu comme des tables de billard. Je demande les raisons de cette protection. On me répond que c'est pour protéger les livres de la fiente des chauves-souris. Pourquoi ne pas les éliminer? Tout simplement parce qu'elles mangent les vers qui attaquent les livres.» (*Agora, vou contar-lhes uma história divertida. Visitei a biblioteca de Coimbra, em Portugal. As mesas estavam revestidas de um pano de feltro verde, um pouco como mesas de bilhar. Pergunto a razão dessa proteção. Respondem-me que é para proteger os livros dos excrementos dos morcegos. Porque não eliminá-los? Muito simplesmente porque eles comem os vermes que atacam os livros*).



123

Exposição documental
Carlos Seixas, de Coimbra
(2004), na Sala de S.
Pedro da BGUC



nacionais, conduzida por A. E. Maia do Amaral, em 1988-1989⁵, que proporcionaram um primeiro contacto com outras tecnologias digitais, então nascentes. A BGUC garantiu também uma presença contínua na *Internet*, desde 1996.

O final da década de 90 seria marcado pela inauguração do primeiro catálogo público em linha (OPAC), em 25 de junho de 1997, integrando a BGUC e as Faculdades de Letras, de Ciências e Tecnologias (Arquitetura, Matemática e bibliotecas do Polo II), de Economia, de Psicologia e de Ciências do Desporto, além da

biblioteca dos Hospitais da Universidade⁶. A UC contava, por esta altura, com 82 bibliotecas e a base com cerca de 300.000 registos. A meta de um milhão de registos no sistema foi atingida em 2007⁷.

Depois da experiência do *DOBIS/LIBIS* e da implementação do *Libertas*, a aquisição do sistema que se lhe seguiu, o *Millennium*⁸, foi muito mais tranquila, porque já representa a entrada numa certa normalidade: com ganhos e com perdas, assistimos já confortavelmente à atualização/substituição dos sistemas, cada dez anos.

5 Conduzida em 64 bibliotecas espalhadas pelo mundo, a *Evaluation of CD-ROM Pilot Disc's of national bibliographies* foi conduzida pela *Johan van Halm & Associates* e ficou concluída em 1990. Na época, em Portugal, apenas tinha havido contacto com a tecnologia dos CD-ROMs através da *Silver Platter*, também em avaliação durante um ano (1989-1990) pela biblioteca da Fac. de Farmácia da UC.

6 Cf. SERVIÇO 2010.

7 A inserção de um milhão de registos no sistema foi anunciada em 19 de julho, no Anfiteatro Guilherme Silva do Departamento de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade (Pólo II) e aí foi apresentado o livro *um milhão* que, simbolicamente, foi «A Morada da Sabedoria», de António Filipe Pimentel, publicado pela Almedina.

8 Sobre este assunto, ver VELOSO 2003.



Bibliotheca da Universidade

Tenho em meu poder os seguintes livros:

Leçons principales sur les corps solides
par Louis Poinsot

Relatório, do Trabalho Sordano,
19 folhetos -

~~Journal de Mathématiques, 1892~~

~~Conte Philosophes persi-
tens - 1^o e 2^o vols~~

Dir. de math. 9/1862-67 - 1 vol.

Bibliotheca da Universidade, 28 de Novembro
de 1898

Sidónio Pais

DA CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DIGITAIS AO GOOGLE BOOKS

Em 2004, na sequência da saída de Aníbal Pinto de Castro, Carlos Fiolhais chegou à direção da Biblioteca Geral. Físico teórico de formação, trazia para este exercício uma cultura certamente diferente do livro e das bibliotecas e uma maior sensibilidade e atenção ao digital.

Domesticamente, a digitalização já tinha começado a ser ensaiada na Secção de Manuscritos com recurso a um computador *Macintosh IICI* e à aplicação *Apple Scanner*, em 1990⁹. Só em 1997 se volta a realizar algum trabalho de digitalização, um *corpus* de 30 obras portuguesas para o projeto *Debora: Digital Access to Books of the Renaissance*¹⁰. Pontualmente, outras digitalizações se fizeram, com carácter mais esporádico¹¹, de forma que, na viragem para o século 21, a BGUC já possuía uma pequena coleção eletrónica. Em 2005, com a determinação entusiástica de Carlos Fiolhais, começam a executar-se dois projetos: para a digitalização de obras antigas (POC 410/05 — Biblioteca Geral Digital) e para a elaboração de uma visita virtual à Biblioteca Joanina e ao seu extraordinário património documental (POC 409/05 — Biblioteca Joanina Virtual), cujo DVD e *website* foram lançados em 2008¹². Do DVD em seis línguas que resultou deste último projeto, foi produzida nova edição, em 2013. Em 2009, iniciou-se uma proveitosa colaboração com o *Museum With No Frontiers*, que resultou na participação nas suas:

- 1) coleção permanente e base de dados;
- 2) *Discover Baroque Art* (virtual Museum, 2012);
- 3) *Travelling and Exoticism* (virtual exhibition, 2012) e
- 4) *Sharing history, 1815-1922* (projeto em curso).

A BGUC haveria também de ser a primeira biblioteca portuguesa a juntar-se ao *GoogleBooks*, disponibilizando em linha (2008-2013) seis centenas de livros e revistas académicas de que era editora, projeto realizado em parceria com o *Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra* (SIBUC), entidade criada em 2007 para a coordenação das bibliotecas universitárias, e sediada na BGUC.

Mesmo antes da existência dessa estrutura, vale a pena notar que foi graças às boas relações pessoais entre os bibliotecários das várias bibliotecas universitárias que, no processo de criação de bibliotecas digitais, se acertou dentro da universidade o uso das mesmas normas e plataformas, o que viria a permitir ao SIBUC agregar, sem dificuldades de maior, o repositório *Alma Mater*, hoje integrado na *UC Digitalis*.

ÚLTIMAS GRANDES AQUISIÇÕES E UM EDIFÍCIO «A REBENTAR PELAS COSTURAS»

Ainda na direção de Carlos Fiolhais, estabeleceu-se um protocolo com a *Fundação Portugal-África* para digitalização da memória portuguesa em África e no Oriente e iniciou-se o projeto «O Instituto de Coimbra» (2008-2014) com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia/FCT e com uma componente importante de digitalização. Outros projetos, apoiados pela FCT ou pela Fundação Calouste Gulbenkian, implicaram a inventariação e digitalização parcial dos espólios de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Luís de Albuquerque, Armando Cortesão, Belisário Pimenta e Joaquim de Carvalho¹³.

A biblioteca (e o que subsistia do arquivo) da academia científica *Instituto de Coimbra* foram acolhidos, ambos colocados em depósito próprio, em estantes compactas. Foi a última grande incorporação a que foi possível dar sala própria e, realmente, algumas ofertas tiveram de ser depois recusadas, por incapacidade de as acomodar no edifício. Ainda assim, em fevereiro de 2011, foi comprada (com apoio da Reitoria) uma coleção de mapas antigos de Carlos Nabais Conde, relativos ao território português, e que se encontravam na BGUC para catalogar e digitalizar, desde 2003. São mais de mil peças de cartografia de qualidade, um conjunto com grandes

9 No relatório de atividades da Secção de Manuscritos relativo a 1992/1993, informa-se que a reprodução de documentos por meios informáticos se revelou eficaz na recuperação de códices em mau estado de conservação. Ana Serrano foi a primeira operadora de um *scanner* na Biblioteca Geral, no final dos anos oitenta.

10 Sete entidades europeias estiveram envolvidas neste projeto. Sobre três exemplos de tipografias muito diferentes (portuguesa, italiana e francesa), ensaiou-se a produção de um *software* de acesso remoto a livros do século 16.

11 Da colaboração da BGUC com a Faculdade de Letras, quer em 2002 aquando da *Conferência Internacional Damiano de Góis e o Humanismo Europeu (1502-2002)*, quer em 2005 com o Instituto de Filosofia, resultaria também a digitalização de duas obras de Damiano de Góis publicadas em CD-Rom e de alguns exemplares impressos dos *Conimbricenses*, respetivamente. Estas últimas reproduções digitais foram realizadas pela empresa *Arquidigit* dentro das instalações da BGUC. A empresa já havia sido responsável pela digitalização de cerca de 9.000 folhas de manuscritos latinos de filosofia pertencentes à BGUC, feita em 2004.

12 Digitalizadas pelas empresas *Arquidigit* e *Redinteg*, centenas de obras raras e valiosas foram acessibilizadas no âmbito destes dois projetos: 123 incunábulo que não existiam em mais nenhuma biblioteca portuguesa; tipografia coimbrã do século 16 (180 obras) e parte da tipografia do século 17 (24 obras); impressos musicais (50 obras); alguns álbuns gravados por Gianbattista Piranesi, todos os códices iluminados, plantas pombalinas e a maioria dos manuscritos científicos, alguns literários e alguns musicais; jornais mais antigos de Coimbra (47 títulos completos); várias bíblias latinas do século 13 manuscritas, a bíblia hebraica do séc. 15; algumas primeiras edições que são marcos culturais portugueses, tais como *Peregrinação* (1614), *Só* (1892) e *Mensagem* (1934) (cf. FIOLHAIS 2008).

13 FIOLHAIS 2009.



127
Logo da Marca do Património Europeu, atribuído à BGUC, em 2010

complementaridades em relação às existências da BGUC e com a vantagem adicional de não necessitar de muito espaço de armazenamento. Foi também Carlos Fiolhais quem transferiu para o «edifício novo» o local de trabalho dos técnicos superiores que catalogavam Livro Antigo na Biblioteca Joanina, por forma a disponibilizar todos os andares para o circuito turístico. Carlos Fiolhais reorganizou a BGUC¹⁴ e imprimiu-lhe um decisivo impulso digital, deu ao SIBUC, em 2009, o seu primeiro *Regulamento*, mas será também recordado por ter generalizado o empréstimo domiciliário de obras correntes a todos os estudantes¹⁵.

14 Regulamento n.º 487/2009 de 10 de dezembro. «D.R.» 2.ª série, n.º 238 p. 49.899 a 49.902, que dividiu a BGUC em duas áreas: a Área de Tratamento Técnico *Biblioteconómico*, coordenada até setembro de 2013 por Paula Fernandes Martins, substituída a seu pedido por Maria de Fátima Carvalho, e a Área de Leitura, Referência e Apoio ao Utilizador, coordenada por Maria Luísa de Sousa Machado.

15 Durante muitas dezenas de anos, o empréstimo domiciliário esteve restrito aos professores e doutorandos da UC, aos alunos do curso de Ciências Documentais e aos funcionários da BGUC, o que não bastou para impedir algumas perdas: conservam-se, a título de curiosidade e «objeto histórico», requisições de obras não-devolvidas por Teixeira de Carvalho (de 1895 a 1920), Sidónio Pais (1898), Afonso Costa (1901), Bernardino Machado (1900-1906), Júlio Henriques (1905), Vitorino Nemésio (1928-1939), Costa Pimpão (1940-1947) e Gonçalves Cerejeira, entre muitas outras.

MARCA DO PATRIMÓNIO EUROPEU (EUROPEAN HERITAGE LABEL), EM 2010

Para resumir a relevância da BGUC nos últimos anos, bastará notar que foi ela no seu conjunto (e não apenas a sua parte patrimonial) a ser distinguida com a *European Heritage Label* (Marca do Património Europeu), uma classificação que em Portugal abrangeu apenas a abolição da pena de morte, a Sé de Braga e o Convento de Jesus em Setúbal¹⁶. No capítulo de distinções honrosas, a Joanina foi incluída pela *Twisted Sifter* entre as «15 belas bibliotecas do mundo» (2011) e escolhida como «a mais bela biblioteca universitária» (2011) pelo portal *Flavorwire* e pelo guia internacional *Flavorpill*, de Nova Iorque.

Como é natural, a Biblioteca ficou incluída no perímetro classificado pela Unesco como *Património Mundial da Humanidade*, em 2013. Mas por entender que para aquela prestigiosa classificação não relevaram suficientemente nem os fundos documentais que possui nem os valores imateriais da instituição, como as práticas de amplo acesso, de inovação bibliotecária e biblioteconómica e de uso pela comunidade (plurilinguística e pluricultural) dos seus utilizadores, a BGUC apresentou, em fevereiro de 2014, uma recandidatura à *Marca do Património Europeu*, agora gerida no âmbito da CE, com vista ao expresso reconhecimento desses valores.

A preocupante inclusão, em 2013, pelo *World Monuments Watch* da Bibliotexa Joanina na lista do património ameaçado em 2014 não pode ser encarado senão como mais um desafio ao zelo esclarecido daqueles a quem cabe e caberá corrigir o presente e acautelar o futuro.

16 A justificação figura nestes termos na recandidatura apresentada em 2014: «a) a criação da instituição pode remontar ao início do século 14, quando se instala em Coimbra a «primeira sede universitária (digna desse nome) construída de raiz na Península Ibérica» (Lobo 2010: 218) e integra-se no primeiro movimento universitário europeu, junto com as instituições hoje incluídas no *Coimbra Group*. b) definindo-se nos seus Regulamentos, desde o século 16, como «biblioteca pública», sempre facultou acesso para lá dos limites universitários. c) contém um dos melhores, mais consistentes e mais inovadores exemplos europeus de um edifício construído de raiz para biblioteca (Biblioteca Joanina), no século 18. d) desenvolveu práticas biblioteconómicas inovadoras a nível europeu (catálogos de matérias, horário noturno, publicação de catálogos, etc.), nos séculos 18 e 19. e) foi o local de origem do movimento associativo dos bibliotecários e arquivistas portugueses, em 1963. f) foi a primeira biblioteca do país (e uma das primeiras da Europa) a estudar a informatização, em 1965-1973. g) mais de 20% dos seus utilizadores atuais são estrangeiros, e destes 58% são provenientes dos países da EU».



128
Aspetos da exposição
sobre Carolina Michaëlis
de Vasconcelos (2009),
comissariada por Maria
Manuela Delille e Isabel
João Ramires e com
projeto de António Barros



(Página deixada propositadamente em branco)

Bibliografia citada

ABREU 1863

Portugal. Leis, Decretos, etc. — *Legislação académica...* Coimbra : Imprensa da Universidade, 1851-1866. 4 vol.

[Vol. 3]: *Legislação académica desde 1855 até 1863 e Suplemento á legislação anterior colligida e coordenada pelo conselheiro José Maria de Abreu...* 1863. Disponível na Internet em <http://bdigital.sib.uc.pt/hc/UCSIB-9-11-24-2-32c/UCSIB-9-11-24-2-32c_item2/index.html>.

ABREU 2011

Abreu, José; Estudante, Paulo - A propósito dos livros de polifonia impressa existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. «Rev. de História das Ideias». Coimbra, vol. 32 (2011), p. 81-130.

ALBUQUERQUE 1949

Albuquerque, Luís de — «*O Reino da Estupidez*» e a reforma pombalina. Coimbra : Vértice, 1975 (tip. Atlântida). (Textos Vértice ; 10). Texto datado de 1949.

ALMEIDA 1937a

Almeida, M. Lopes de — *Documentos da reforma pombalina*. Coimbra : [UC], 1937-1979. 2 vol. (Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta). Vol. 1: 1771-1782. Coimbra : por ordem da Universidade, 1937.

ALMEIDA 1937b

Brandão, Mário ; Almeida, M. Lopes de — *A Universidade de Coimbra : esboço da sua história*. Coimbra : por ordem da Universidade, 1937. Parte II: A universidade de 1580 a 1937.

ALMEIDA 1948

Almeida, Luís Ferrand de — *A propósito do «Testamento político» de D. Luís da Cunha*. Coimbra [s.n.], 1948. Sep. de «Rev. Port. de História». Coimbra, 3 (1947). Na revista aparece como recensão de: *Testamento político de D. Luiz da Cunha, prefácio e notas de Manuel Mendes*.

ALMEIDA 1956

Almeida, Manuel Lopes de - Biblioteca Geral, 29 maio 1956. In: Portugal. Ministério das Obras Públicas - *Cidade universitária de Coimbra : [prospeto]*. [Lisboa : MOP], 1956 imp.

ALMEIDA 1964

Almeida, Manuel Lopes de - Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade. «Arquivo de Bibliografia Portuguesa». Coimbra, ano X-XII, nº 37-48 (1964-66), p. 85-154.

ALMEIDA 1966

Almeida, M. Lopes de — *Apontamentos para a biografia de André de Avelar professor de matemática na Universidade*. Coimbra : Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga [da] Junta de Investigações do Ultramar, 1966 (Secção de Coimbra; 7). Sep. de «Rev. da Fac. de Ciências», vol. 39.

ALMEIDA 1967

Almeida, M. Lopes de — *Artes e ofícios em documentos da Universidade*. Coimbra : [s.n.], 1967-1972. 3 vol. Vol. I: 1589-1604. Coimbra : [Instituto de Coimbra], 1967. Sep. de «O Instituto», vol. 129.

ALMEIDA 1970

Almeida, M. Lopes de — *Artes e ofícios em documentos da Universidade*. Coimbra : [BGUC], 1970-1974. 3 vol. Vol. 1: século XVII. 1970.

ALMEIDA 1974

Almeida, M. Lopes de — *Artes e ofícios em documentos da Universidade*. Coimbra : [BGUC], 1970-1974. 3 vol. Vol. 3: Século XVIII (1726-1753). 1974.

ALMEIDA 1986

Almeida, M. Lopes de (compil.) — *Miscelânea documental*. Coimbra : [s.n.], 1986.

ALMEIDA 1991

Almeida, Luís Ferrand de — *D. João V e a Biblioteca Real*. Coimbra : [s.n.], 1991. Sep. de «Rev. da Univ. de Coimbra». Coimbra, vol. 36 (1991).

AMARAL 1998

Amaral, A. E. Maia do - *Exposição 25 anos da BAD : catálogo*. Lisboa : Assoc. Port. de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1998.

AMARAL 2007

Amaral, A. E. Maia do - Um mural camoniano projectado para a Biblioteca Geral por Rui Preto Pacheco. «Rua Larga». ISSN 1645-765X. Coimbra, 16 (abr. 2007), p. 37-38. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/11911>>.

AMARAL 2009

Amaral, A. E. Maia do - Marcas bibliográficas da Livraria da Universidade (sécs. XVI-XXI). In: Amaral, A. E. Maia do (coord.) - *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra : IUC, 2009, p. 126-131.

AMARAL 2014

Amaral, A. E. Maia do — «Aberta e patente a todos!» : um programa para a biblioteca da Universidade de Coimbra. In: *Actas* [do Congresso internacional A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses (em publicação)].

AMOENO 2009

Amoeno, Margarida I. Almeida — *A Livraria Geral da antiga Universidade de Évora*. Évora : Inst. de Est. Sup. de Évora, 2009. Sep. de «Economia e Sociologia». Évora, nº 88/89 (2009).

ANDERSEN 1866

Andersen, H. C. - *Uma visita em Portugal em 1866*. [1ª ed.]. Lisboa : [s.n.], 1971 (Nova Lisboa Gráfica).

ARAÚJO 2012

Nogueira, Ricardo Raimundo ; Ana Cristina Araújo - *Memória das coisas mais notáveis que se trataram nas conferências do Governo : 1810-1820*. Coimbra : IUC, 2012.

BALBI 1822

Balbi, Adrien - *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve...* Paris : Rey et Gravier Libraires, 1822. 2 vol. Tome second.

BANDEIRA 1943

Bandeira, José Ramos - *Universidade de Coimbra*. Coimbra : [s.n.], 1943-1947 (Gráfica de Coimbra). 2 vol. Vol. 1: *Universidade de Coimbra : edifícios do corpo central e Casa dos Melos*. 1943. Sep. de «O Instituto», vol. 92.

BARATA 2005

Barata, Paulo J. S. - As bibliotecas no liberalismo : definição de uma política cultural de regime. «Análise Social», vol. XL, nº 174, (Primavera 2005), p. 37-63. Disponível na Internet: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218708931C8fGE6bl6Aw81OU1.pdf>>.

BARBOSA 1977

Barbosa, José Joaquim — Bibliotecas. In: *Grande dicionário da literatura portuguesa e da teoria literária*. Lisboa : Iniciativas Editoriais, 1977, p. 724-727.

BARBOSA 1990

Barbosa, José Joaquim — *Um rol de uma biblioteca portuguesa do séc. XVI*. Coimbra : [BGUC], 1990. Sep. de «Rev. da Univ. de Coimbra», 35 (1989), p. 437-462.

BESSA 1962

Intervenção do deputado Santos Bessa na sessão nº 40, em 1 de Março de 1962. In: *Em prol da Universidade de Coimbra e do ensino*. [S.l. : s.n.], 1962 (Coimbra : Tip. Progresso), p. 13-29.

BGUC 1990

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da UC*. Coimbra : [BGUC], 1990 [documento interno].

BGUC 2007

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral — *Gabinete de Biblioteconomia Jorge Peixoto* [Em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/GabJorgePeixoto>>. Consult. em 11 ago. 2013.

BGUC 2010

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral — *Augusto Mendes Simões de Castro, 1845-1932* [Em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/AugMendesSCastro>>. Consult. em 10 jul. 2013.

BIANCHINI 1728

Bianchini, Francesco - *Hesperii et phosphori nova phaenomena ...* Roma : apud Ioannem Mariam Salvioni, 1728.

BOTELHO 1733

Botelho, Bernardo de Brito, pseud. — *História breve de Coimbra*. Lisboa Occidental : na Officina Ferreiriana, 1733. O aut. é mais conhecido pelo nome de religião Frei Bento da Cunha, 1672?- ? , O.S.S.T.

BRAGA 1895

Braga, Teófilo — *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa : por ordem e na Typ. da Acad. Real das Sciencias, 1892-1902. 4 vol.
Tomo II : 1555 a 1700. 1895.

BRAGA 1898

Braga, Teófilo — *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa : por ordem e na Typ. da Acad. Real das Sciencias, 1892-1902. 4 vol.
Tomo III : 1700 a 1800. 1898.

BRANDÃO 1937a

Brandão, Mário ; Almeida, M. Lopes de - *A Universidade de Coimbra : esboço da sua história*. Coimbra : por Ordem da Universidade, 1937. A parte I é de Mário Brandão, a II de M. Lopes de Almeida.
Parte I: A universidade de 1290 a 1580.

BRANDÃO 1937b

Brandão, Mário — *Documentos de D. João III*. Coimbra : por Ordem da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbrigensis studia ac regesta).
Vol. I. 1937.

BRANDÃO 1938a

Brandão, Mário — *Documentos de D. João III*. Coimbra : por Ordem da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbrigensis Studia ac regesta).
Vol. II. 1938.

BRANDÃO 1938b

Brandão, Mário - *Um documento acêrca dos prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*. Coimbra : Universidade, 1938.

BRANDÃO 1939

Brandão, Mário — *Documentos de D. João III*. Coimbra : por Ordem

da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbrigensis Studia ac regesta).
Vol. III. 1939.

BRANDÃO 1951

Brandão, Mário ; Cruz, Lígia - *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*. Coimbra : Arquivo da Universidade, 1941-1976. 3 vol. em 5 tomos.
Vol. 2: 1ª parte: 1951.

CAMPOS 2013

Campos, Fernanda Maria Guedes de - *Bibliotecas de história : aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. 2 vol. em 3 tomos. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, ago. 2013. Tese de Doutoramento em História. Disponível em <<http://run.unl.pt/handle/10362/11396>>.

CARVALHO 1914

Carvalho, J. M. Teixeira de - Pedro de Mariz e a Livraria da Universidade de Coimbra. «Bol. bibliographico da Bibl. da Univ. de Coimbra». Vol. 1 (1914), p. 389-398, 438-446, 482-494, 533-542. Tem separata.

CARVALHO 1921

Carvalho, J. M. Teixeira de — *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra : Imprensa de Universidade, 1921.

CARVALHO 1927

Carvalho, Joaquim Martins de — *A livraria de um letrado do século XVI : Frei Diogo de Murça*. Coimbra : Impr. da Universidade, 1927. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra». Coimbra, vol. 8, nos. 1-6 (1927).

CASTILHO 1881

Júlio de Castilho — *Memórias de Castilho...* Lisboa : Typ. da Academia Real das Sciencias, 1881. 2 vol.
Tomo I; de 1800 a 1822.

CASTRO 1879

Castro, Augusto Mendes Simões de — Bibliotheca da Universidade. «Portugal pittoresco». Coimbra. Vol. 1 (6), Jun. 1879, p. 81-85.

CASTRO 1914

Castro, A. M. Simões de - *A Vita Christi* da Biblioteca da Universidade de Coimbra. «Bol. bibliographico da Bibl. da Univ. de Coimbra». Coimbra, vol. I, nº 10 (out. 1914), p. 473-481.

CASTRO 1991

Castro, Aníbal Pinto de - *Relatório de actividades apresentado pelo director : ano lectivo de 1990-1991*. Coimbra : BGUC, 1991. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra». Coimbra, 41 (1992).

CASTRO 1993a

Castro, Aníbal Pinto de - Para a história da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. In: *A Universidade de Coimbra no seu 7º centenário : homenagem aos professores doutores António de Vasconcelos, Manuel Lopes de Almeida, Guilherme Braga da Cruz e Mário Brandão*. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1993.

CASTRO 1993b

Castro, Aníbal Pinto de — Discurso do director da Biblioteca [na] Sessão inaugural da XII reunião do Grupo de Utilizadores DOBIS/LIBIS. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra». Coimbra, 42 (1994), p. 423-428.

CASTRO 1993c

Castro, Aníbal Pinto de - Relatório : ano lectivo 1992-1993. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra». Coimbra, 42 (1994), p. 359-381. Texto datado de 5 nov. 1993.

CASTRO 1997

Castro, Aníbal Pinto de — A Livraria da Universidade. In: *História da universidade em Portugal*. Coimbra : UC; Lisboa : FCG, imp. 1997. . vol.
Volume 1, tomo 2: 1537-1771, p. 882-894.

CONGRESSO 1987

Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2, Coimbra, 1987 — *A Universidade de Coimbra e a Europa, 1537-1937 : exposição documental organizada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, 27 a 29 de Maio 1987*. Coimbra : Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987.

COSTA 1905

Costa, Alberto — *O Livro do Doutor Assis*. Ed. fac-similada. Coimbra : Minervacoimbra, 2002. Facsím. da ed. Lisboa : Livr. Clássica de H. M. Teixeira, 1905.

COSTA 1935

Costa, J. da Providência e — Duas palavras. In: *Cursos e conferências*. Coimbra : Biblioteca da Universidade, 1935-1939. 7 vol.
Vol. I, p. [V]-VII.

COSTA 1956

Costa, Avelino de Jesus da — *Geórgicas de Virgílio : fragmentos portugueses do século XI*. Coimbra : [FLUC], 1956. Sep. «Humanitas», vol. 7-8 (1955-1956), p. 220-[245].

COSTA 1959

Costa, Mário Alberto Nunes — *Documentos para a história da Universidade de Coimbra : 1750-1772*. Coimbra : por ordem da Universidade, 1959-1961. 2 vol.
Vol. 1 [1750-1759]. 1959.

COSTA 1961

Costa, Mário Alberto Nunes — *Documentos para a história da Universidade de Coimbra : 1750-1772*. Coimbra : por ordem da Universidade, 1959-1961. 2 vol.
Vol. 2 [1759-1771]. 1961.

COSTA 2012

Costa, João Pedro Cardoso Gomes da - *O edifício da Biblioteca Geral : uma visão arquitectónica sobre a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra : [ed. do Aut.], 2012. Dissert. de mestrado em Arquitectura apresentada à Escola Universitária Vasco da Gama.

CRUZ 1936

Cruz, António — Nota de abertura. In: Universidade de Coimbra. Biblioteca — *Catálogo de manuscritos*. Coimbra : Biblioteca da Universidade, 1935-1972. 22 vol.
Códices e maços 1512 a 1634. 1936, p. [1-5].

CRUZ 1973

Cruz, Guilherme Braga da — *Relatório da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra respeitante ao ano de 1971*. Coimbra : [BGUC], 1973.

CRUZ 1977

Cruz, Lígia — *O legado da biblioteca de João Pedro Ribeiro à Universidade*. Coimbra : [BGUC], 1977. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», vol. 33 (1977).

DESLANDES 1888

Deslandes, Venâncio Augusto — *Documentos para a história da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1888.

ECO 2009

Eco, Umberto e Jean-Claude Carrière - *N'espérez pas vous débarrasser des livres*. Paris : Grasset, 2009. Trad. port.: A obsessão do Fogo.

ESTATUTOS 1591

Universidade de Coimbra - *Estatutos da Vniuersidade de Coimbra confirmados por el rey Dom Phelippe primeiro deste nome, nosso Senhor em o anno de 1591*. Em Coimbra [sic] : por Antonio de Barreira, 1593.

ESTATUTOS 1653

Universidade de Coimbra — *Estatutos da Universidade de Coimbra : confirmados por el Rey nosso Snör Dom Ioão o 4º em o anno de 1653. Impressos por mandado ... de Manoel de Saldanha ...* Em Coimbra : officina de Thome Carualho, 1654.

ESTATUTOS 1772

Universidade de Coimbra - *Estatutos da Universidade de Coimbra*. [ed. fcsimilada]. Coimbra : por ordem da Universidade, 1972. 3 vol. (II Centenário da Reforma Pombalina).

FEIO 1857

Feio, Florencio Mago Barreto - *Memoria historica e descriptiva á cêrca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, e mais estabelecimentos anexos : contendo varios esclarecimentos officiais, e reflexões bibliográficas*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1857.

FERRÃO 1993

Ferrão, Pedro Miguel — A construção da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra. *In: Colóquio a Universidade e a Arte*, Coimbra, 1993 — *Actas*. Coimbra : Inst. de Hist. da Arte. FLUC, 1993, p. 85-127.

FERRÃO 2012

Ferrão, Pedro Miguel — *A Casa da Livraria da Universidade de Coimbra ao tempo de D. João V*. [Manuscrito]. Coimbra, 2012.

FERREIRA 2011

Ferreira, Jorge Manuel Rodrigues — *História da biblioteconomia em Portugal : c. 1740-1926*. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2011.

FERREIRA 2013

Ferreira, Carla - *Automatização da(s) Biblioteca(s) da Universidade de Coimbra*. Em publicação.

FIGUEIRAS 1991

Figueiras, Isilda — Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia. *In: Congresso «História da Universidade»*, Coimbra, março de 1990 - *Universidade(s) : história, memória, perspectivas : actas do Congresso «História da Universidade» no 7º Centenário da sua fundação*. Coimbra : Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991. Vol. 2, p. 153-164.

FIGUEIREDO 2011

Figueiredo, Fernando José Bandeira de - *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da «Faculdade de Mathématica» e do «Real Observatório da Universidade de Coimbra» : 1772-1820*. Coimbra : [s.n.], 2011. 2 vol. Tese de doutoramento em Matemática (Matemática Aplicada) apresentada à FCTUC. Ed. impressa, ed. em CD-Rom e também disponível na Internet em: <<http://hdl.handle.net/10316/17927>>.

FIGUEIROA 1937

Figueiroa, Francisco Carneiro de ; [com uma notícia preliminar por Joaquim de Carvalho] - *Memorias da Universidade de Coimbra*. Coimbra : Por Ordem da Universidade, 1937 (Universitatis Conimbrigenis studia ac regesta).

FIOLHAIS 2007

Fiolhais, Carlos — Depósito Legal nas bibliotecas portuguesas. *In: Bibliotecas para a vida : literacia, conhecimento, cidadania*. Lisboa : Colibri, 2007, p. 115-117.

FIOLHAIS 2008

Fiolhais, Carlos — A Biblioteca digital da Universidade de Coimbra. «Rua Larga». ISSN 1645-765X. Coimbra, nº 19 (jan. 2008).

FIOLHAIS 2009

Fiolhais, Carlos — *Carta aos membros do Conselho Geral da UC*. [Mimeografado]. Coimbra, 20 de outubro de 2009.

FONSECA 1995

Fonseca, Fernando Taveira da — *A Universidade de Coimbra : 1700-1771 : estudo social e económico*. Coimbra : Por ordem da Universidade, 1995 (Acta universitatis Conimbrigenis). Originalmente tese de doutoramento apresentada à FLUC, em 1992.

FONSECA 2001

Fonseca, Fernando Taveira da [et al.] — *Imprensa da Universidade de Coimbra : uma história dentro da História*. Coimbra : IUC, cop. 2001.

FRANÇA 2003

França, Isabel [et al.] — *Linhas gerais para uma política de informação da Universidade de Coimbra*. Coimbra : [s.n.], 2003. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. Coimbra», vol. 43 (1997).

FREITAS 2005

Freitas, Pedro Caridade de - *Um testemunho na transição para o século XIX : Ricardo Raimundo Nogueira*. Coimbra : Almedina, 2005.

GÁLLEGO RUBIO 2007

Gállego Rubio, Maria Cristina e Juan António Méndez Aparício (coord.) — *Historia de la Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid*. Madrid : Ed. Complutense, 2007. ISBN 978-84-7491-847-2.

GAMA 1974

Gama, Ângela Abreu Pereira da - *Caracterização da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e suas funções à luz da legislação desde a fundação até ao presente* [Texto policopiado]. Coimbra : [s.n.], 1974.

GOMES 1989

Gomes, Joaquim Ferreira [et al.] - *Autos e diligências de inquirição : contribuição para a história da Universidade de Coimbra no século XVII*. Lisboa : FCG, 1989.

GONÇALVES 2003

Gonçalves, Iuliana — Biblioteca Geral : versão electrónica dos Sumários das Publicações Periódicas Portuguesas. «Rua Larga». ISSN 1645-765X. Coimbra, n.º 2 (out. 2003), p. 18-19.

GONÇALVES 2013

Gonçalves, Carla Alexandra — Esculturas dos cunhais da Biblioteca Geral. «Coimbra Preguiça magazine». 26 set. 2013. Consult. 10 jan. 2014. Disponível em linha: <<http://coimbra.preguicamagazine.com/2013/25/>>.

GOUVEIA 1994

Gouveia, Valdemar Fernando Peça de Araújo — Os livros da Imprensa da Universidade de Coimbra depositados na Biblioteca da Universidade. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra». ISSN: 1647-8436. Coimbra, vol. 42 (1994), p. 299-305.

INAUGURAÇÃO 1956

Almeida, M. Lopes de [et al.] — *Inauguração dos edifícios da Biblioteca Geral e da Faculdade de Medicina construídos pela Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra : Discursos, 29 maio 1956*. Coimbra : [s.n., 1956] (Imprensa de Coimbra). Sep. de «Anuário da Univ. de Coimbra», Ano 1955/56.

JACKSON 1873

Jackson, Catherine Hannah Charlotte Elliott - *A formosa lusitânia : Portugal em 1873*. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2007.

LEITE 1965

Leite, Serafim, ed. lit. — *Estatutos da Universidade de Coimbra : 1559*. Coimbra : por ordem da Universidade, 1965 (Acta universitatis Conimbrigensis).

LEMONS 1777

Lemos, Francisco de — *Relação geral do estado da universidade (1777)*. Coimbra : por ordem da Universidade, 1980. (II Centenário da Reforma Pombalina).

LIMA 1871

Elogio do senhor D. João V. In: Ribeiro, José Silvestre, — *História dos estabelecimentos científicos, literários...* Lisboa : Typ. da Acad. Real das Sciencias, 1871-1893. 18 v.

Tomo I. 1871.

LINK 2005

Link, Heinrich Friedrich ; trad., introd. e notas [de] Fernando Claro — *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Lisboa : BN, 2005.

LOBO 2010

Lobo, Rui — *A universidade na cidade : urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna*. Coimbra : [Ed. do aut.], 2010. Reproduz a tese de doutoramento apresentada ao Dep. de Arquitectura da FCTUC, em 2005.

LOBO 2013

Lobo, Rui — As quatro sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537). In: Nóvoa, António (dir.) — *A Universidade medieval em Lisboa : séculos XIII-XVI*. Lisboa : Tinta da China, 2013, p. 267-304.

LOUREIRO 1923

Loureiro, José Pinto - Biblioteca Municipal de Coimbra. «Arquivo Coimbrão». Coimbra, n.º 1 (jul. 1923), p. 3-16.

LOUREIRO 1954

Loureiro, José Pinto - *Livreiros e livrarias de Coimbra do século XVI ao século XX*. Coimbra : Biblioteca Municipal, 1954. Sep. de «Arquivo Coimbrão». Coimbra, n.º 12 (1954).

MACEDO 1827

Macedo, José Agostinho de — *Elogio histórico do Illustrissimo e Excellentissimo Ricardo Raymundo Nogueira, Conselheiro d'Estado, etc*. Lisboa : na Impressão Regia, 1827.

MACHADO 1936

Machado, Fernando Falcão — *Coimbra, terra de lendas*. Lisboa : Manuel Gonçalves, [1936].

MACHADO 1997

Machado, Ana Mafalda de Sousa — A conversão retrospectiva na BGUC : breves considerações. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», ISSN: 1647-8436. Coimbra, vol. 43 (1997), p. 273-280.

MADAÍL 1932

Madahil, A. Gomes da Rocha - A Biblioteca da Universidade e as suas marcas bibliográficas. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra». Vol. 10 (1932), p. 161-231. O trabalho ficou incompleto.

MADAÍL 1936

Madahil, A. Gomes da Rocha — Biblioteca Geral da Universidade. *In: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa : Editorial Enciclopédia, 1936 e 1960. Vol. IV, p. 651-653.

MADAÍL 1949

Madaíl, A. Gomes da Rocha — Novos documentos para a história da insígnia e do selo da Universidade de Coimbra. «Terras do Mondego». Coimbra, 4 (1949), p. 276-300.

MARGARIDO 2001

Margarido, Maria José — *Milhões de livros por Coimbra* [Em linha]. «Diário de Notícias». (25 mar. 2001).

MARQUES 1979

Marques, José - *O testamento de D. Fernando da Guerra*. Braga : [s. n.], 1979 (Ofic. Gráf. da Livraria Cruz).

MARQUES 1982

Marques, Maria Adelaide Salvador — Pombalismo e cultura média... *In: Como interpretar Pombal? : no bicentenário da sua morte*. Lisboa : Ed. Brotéria ; Porto : A.I., 1983.

MARQUES 2013

Marques, Ana - *O livro português do século XVIII : artes e grafismos*. Drafts de capítulos da tese, disponíveis na Internet em: <http://www.academia.edu/2492489/O_Livro_Portugues_do_Seculo_XVIII_-_Artes_e_Grafismos>. Consult. 18 jun. 2013.

MARTINS 2004

Martins, Paula Maria Fernandes — *Funções da Biblioteca Geral da Universidade*. Texto de 2004, enviado ao Grupo de Trabalho para a Reorganização e Reestruturação das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, em 2005. Não publicado.

MEMORIA 1992

Memoria professorum universitas Conimbrigensis. Coimbra : Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992-2003. 2 vols. Vol. 2: 1772-1937. 1992.

MEMORIA 2003

Memoria professorum universitas Conimbrigensis. Coimbra : Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992-2003. 2 vols. Vol. 1: 1290-1772. 2003.

MENDES 1984

Mendes, Maria Teresa Pinto - A Biblioteca Geral e os serviços de documentação da Universidade de Coimbra. «Rev. da Univ. de Coimbra». Vol. 31 (1984), p. 467-488.

MENDES 1986

Mendes, Maria Teresa Pinto — Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e Região Centro. «Cadernos de Bibl. Arq. e Doc.» 2ª série. Lisboa, nº 2 (1986), p. 57-62.

MENDES 2013

Mendes, Paulo; Fiolhais, Carlos — *Biblioteca Joanina = Joanina library*. Coimbra : IUC, 2013.

MÓNICA 2005

Mónica, Maria Filomena — *D. Pedro V*. [Mem Martins] : Círculo de Leitores, 2005.

MONTEIRO 2007

Monteiro, Hélder Filipe de Almeida — *Róis de livros da livraria da Universidade de Coimbra entre 1777 e 1790* [Mimeografado]. Coimbra : [ed. do aut.], 2007.

MOTA 1991

Mota, Luís Carlos Martins de Almeida — A «Minuta para o regimento da Livraria da Universidade de Coimbra» de António Ribeiro dos Santos : algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural. *In: Congresso «História da Universidade», Coimbra, 1990 - Universidade(s) : história, memória, perspectivas : actas do Congresso «História da Universidade» no 7º Centenário da sua fundação*. Coimbra : Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991. 2 vol. Vol. 2, p. 197-228.

MOVIMENTO 1874

Universidade de Coimbra. Biblioteca - Movimento da Bibliotheca... «Anuario da Universidade de Coimbra». Coimbra, Ano lectivo 1874/75, p. 207.

OLIVEIRA 1966

Oliveira, António de — *A livraria de um canonista do século XVI*. Coimbra : [s.n.], 1966 (Coimbra : Imprensa de Coimbra). Sep. de «Rev. da Univ. de Coimbra», vol. 22 (1970).

OLIVEIRA 1967

Oliveira, António de - *A livraria de um canonista do século XVII*. Coimbra : [BGUC], 1967. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», vol. 28 (1970).

OLIVEIRA 2010

Oliveira, António de - *Pedaços de história local*. Coimbra : Palimage : CHSC, 2010. 2 vol.
Vol. 2. Contém atualizações relevantes às obras anteriores, sobretudo a Oliveira 1966.

ORTEGA 2004

Ortega, Cristina Dotta - Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação. «DataGramaZero : revista da Ciência da Informação». Vol. 5, n° 5 (out. 2004). Disponível na Internet em <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>.

PACHECO 2013

Pacheco, Milton Pedro Dias — De corpo e alma: o oratório do Cárcere Académico da Universidade de Coimbra : primeiras linhas de investigação. «Bol. do Arquivo da Univ. de Coimbra». Coimbra, 26 (2013), p. 111-135. Disponível na Internet em <<http://hdl.handle.net/10316.2/24075>>.

PAIVA 1922

Paiva, Acácio de — Crónica. «Ilustração Portuguesa». Lisboa, 2ª série, n° 70 (21 out. 1922), p. [1].

PEIXOTO 1959

Peixoto, Jorge - *Considerações sobre o regulamento da Livraria da Universidade de Évora*. [S.l. : s. n.], 1959 (Lisboa : Bertrand). Sep. de «A cidade de Évora», Ano 16, nos. 41-42 (1959).

PEIXOTO 1965a

Peixoto, Jorge - B. Universitárias. In: *Enciclop. luso-brasileira de cultura*. Vol. 3, 1965. col. 1283.

PEIXOTO 1965b

Peixoto, Jorge — Viagem pelos Estados Unidos da América do Norte. «Ocidente». Lisboa, vol. 68, n° 324 (abr. 1965), p. 207-212.

PEIXOTO 1971

Peixoto, Jorge — Prefácio da edição portuguesa. In: ASHWORTH, Witfred - *Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos*. [1ª ed.]. Lisboa: F.C.G., 1971 p. VII-XXXIII.

PEREIRA 1967

Pereira, Isaiás da Rosa - *A Livraria da Universidade no início do século XVI*. Coimbra : [s.n.], 1967 (Ed. Atlântida). Sep. de «Arquivo de Bibliografia Portuguesa». Coimbra, anos X-XII, nos. 37-48 (1964-1966).

PEREIRA 2005

Pereira, José Esteves - *Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública* [Em linha]. Comunicação apresentada ao Simpósio «Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas», Évora, 2005. Disponível na Internet em: <http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/EstevesPereira.pdf>.

PERES 1943

Peres, Damião — *Relatórios sobre a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra : [1940-1943]*. Coimbra : [s.n.], 1944. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», vol. 16. O último relatório é datado de 6 out. 1943.

PERIÇÃO 1980

Faria, Maria da Graça Pericão de — *A livraria Visconde da Trindade : esboço da sua história*. Coimbra ; [BGUC], 1980. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», vol. 34, 3ª parte.

PERIÇÃO 1992

Pericão, Maria do Rosário — *Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro : um projecto de gestão integrada*. Coimbra : SIIB/Centro, 1992.

PIMENTEL 1873

Pimentel, Bernardo de Serpa - *Apontamento das alterações ou modificações que a prática atual está admitindo na observância do Regimento da Biblioteca de 7 de Novembro de 1800*. [Manuscrito]. [Coimbra], 11 de outubro de 1873. BGUC Ms. 3470, n° 18A.

PIMENTEL 1874

Pimentel, Bernardo de Serpa - *Minuta do relatório relativo à Biblioteca da Universidade*. [Manuscrito]. [Coimbra], 10 de agosto de 1874. BGUC Ms. 3470, n° 18.

PIMENTEL 1877a

Vila-Maior, Visconde (Júlio Máximo de Oliveira Pimentel) — *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia historica d'este estabelecimento*. Coimbra : Impr. da Universidade, 1877. Data de capa 1878.

PIMENTEL 1877b

Pimentel, Bernardo de Serpa — Breve notícia da livraria da Universidade de Coimbra. *In: Vila Maior, visconde — Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia histórica d'este estabelecimento*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1877, p. 470-508.

PIMENTEL 1884

Pimentel, Bernardo de Serpa - Allocução do Vice-Reitor. «Anuario da Univ. de Coimbra». Coimbra, Anno lectivo de 1884-1885, p. 19-27.

PIMENTEL 1998

Pimentel, António Filipe — Uma empresa esclarecida, a Biblioteca Joanina. «Monumentos». ISSN 0872-8747. Lisboa, 8 (mar. 1998), p. 48-51.

PIMENTEL 2005

Pimentel, António Filipe — *A morada da sabedoria*. Coimbra : Almedina, 2005- . . . vol. Tese de doutoramento em História de Arte apresentada à Fac. de Letras de Coimbra, 2002.

Vol. 1: O Paço real de Coimbra, das origens ao estabelecimento da Universidade. 2005.

PIMENTEL 2008

Pimentel, A. Filipe — *Biblioteca Joanina* [Em linha]. *O edificio. Construção*. [Coimbra] : BGUC, 2008. Disponível na Internet em: <http://bibliotecajoanina.uc.pt/o_edificio/construcao?pag=3#t>. Consult. 12 jul. 2013.

PIMENTEL 2009

Pimentel, António Filipe — A biblioteca da Universidade e os seus espaços. *In: Amaral, A. E. Maia do (coord.) — Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra : IUC, 2009, p. 10-21.

PINTO 1884

Pinto, A. A. da Fonseca — A. Filipe Simões. «O Instituto». Coimbra, Vol. 31 (1883/84), p. 357-360.

PIRES 1998

Pires, Emília Marques [et al.] — Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. «Monumentos». Lisboa, 8 (mar 1998), p. 104-113.

PORBASE 1987

[Informação] Porbase. Lisboa: Biblioteca Nacional. N.º 1 (maio 1987).

PORTUGAL 1854

Portugal. Leis, decretos, etc. — *Collecção chronológica da legislação portugueza* [Compil. e anot. por José Justino de Andrade e Silva]. Lisboa : Imp. de J. J. A. Silva, 1854-1859. [11] vol.

[Vol. 1]: 1603-1612. 1854.

PORTUGAL 1855

Portugal. Leis, decretos, etc. — *Collecção chronologica da legislação portugueza* [compil. e anot. por José Justino de Andrade e Silva]. Lisboa : Imp. de J. J. A. Silva, 1854-1859. [11] vol.

Vol. 2: 1620-1627. 1855.

RAMIRES 2009

Ramires, Alexandre — A imagem fotográfica na Biblioteca da Universidade. *In: Amaral, A. E. Maia do (coord.) - Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra : IUC, 2009, p. 98-113.

REGIMENTO 1800

Universidade de Coimbra. Vice reitor (José Monteiro da Rocha) — [Regimento da Biblioteca da Universidade. 7 nov. 1800]. «Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação». Coimbra, vol. 2, n.º 4 (out. 1965), p. 256-257.

REGULAMENTO 1873

Universidade de Coimbra. Biblioteca - *Regulamento da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1874.

RELATÓRIOS 1947

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral — *Relatórios...* Coimbra : [s.n.], 1947. Sep. de «Bol. da Biblioteca da Univ. de Coimbra», vol. 17. Contém os relatórios anuais de 1944, por Damião Peres, e de 1945, por Manuel Lopes de Almeida.

REMÉDIOS 1905

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral — *Moedas romanas da Bibliotheca da Universidade de Coimbra : ensaio de catálogo*. Coimbra : Impr. da

Universidade, 1905. Sep de: «Archivo Bibliographico da Biblioteca da Univ. de Coimbra», vol. 5, n° 3. Autor referido apenas no artigo.

REMÉDIOS 1907

Boaventura, Santo ; [introd. de] Mendes dos Remédios ; [trad. por Francisco de Andrade] - *Philomena*. Reimpressa em harmonia com a ed. de 1561. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1907. Sep. de «Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra», vol. 7, n°5.

REMÉDIOS 1920

Remédios, Mendes dos — O exemplar da bíblia de Mogúncia da Biblioteca da Universidade de Coimbra. «Anais das Bibliotecas e Arquivos». Lisboa, vol. 1 (1920), p. 90.

REPRESENTAÇÃO 1880

Universidade de Coimbra — Representação : II : construcção de uma nova sala para leitura diurna e nocturna e anexa á Bibliotheca da Universidade. «O Instituto». Coimbra, vol. 28 (jul. 1880-jun. 1881), p. 101-102. Datada de 29 jul. 1880. O relator foi Augusto Filipe Simões.

RIBEIRO 1811

Ribeiro, João Pedro — *Dissertações chronologicas e criticas...* Lisboa : Typ. da mesma Academia, 1810-1836. 5 vol. Tomo II. 1811.

RIBEIRO 1871

Ribeiro, José Silvestre - *História dos estabelecimentos scientificos, litterários e artísticos de Portugal...* Lisboa : Typ. da Acad. das Sciencias, 1871-1914. 18 vols. Tomo I. 1871.

RIBEIRO 1914

Ribeiro, José Silvestre - *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1914. Compilação realizada por Álvaro Neves dos apontamentos feitos até 1863 para o tomo 19 (inédito) da História dos estabelecimentos scientificos litterarios e artísticos...

RODRIGUES 1990

Rodrigues, Manuel Augusto — *A Universidade de Coimbra e os seus reitores : para uma história da instituição*. [Coimbra] : Arquivo da Universidade, 1990.

RODRIGUES 1991

Rodrigues, Manuel Augusto, ed. — *Os primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*. Coimbra : AUC, 1991.

ROSETE 2010

Rosete, Marta Lopes - Estudo da integração de espólios na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 1985-1995. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», ISSN: 1647-8436. Coimbra, vol. 44 (2010), p. 43-61. Disponível na Internet em: <<http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/bguc/article/view/287/240>>.

ROSMANINHO 2001

Rosmaninho, Nuno - *O poder da arte : o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. 2 vols., Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Univ. Coimbra, 2002. Com versão em CD-rom (2002). Vol. 1: Dissertação.

ROSMANINHO 2006

Rosmaninho, Nuno - *O poder da arte : o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2006 (Arquitectura). ISBN: 972-8704-55-0.

SÁ 1968

Sá, Artur Moreira de, ed. lit. - *Chartularium universitatis Portugalensis : 1288-1537*. Lisboa : Inst. de Alta Cultura, 1966 [i.e. 1967]-2003. 15 vols. Vol. 2: 1377-1408. 1968.

SÁ 1972

Sá, Artur Moreira de, ed. lit. - *Chartularium universitatis Portugalensis : 1288-1537*. Lisboa : Inst. de Alta Cultura, 1966 [i.e. 1967]-2003. 15 vols. Vol. 5: 1446-1455. 1972.

SÁ 1973

Sá, Artur Moreira de - *Auctarium chartularii universitatis Portugalensis*. Lisboa : Inst. de Alta Cultura : Inst. Nac. de Inv. Científica, 1973-1979. 3 vol. Vol. 1: 1506-1516. 1973.

SÁ 1975

Sá, Artur Moreira de - *Auctarium chartularii universitatis Portugalensis*. Lisboa : Inst. de Alta Cultura : Inst. Nac. de Inv. Científica, 1973-1979. 3 vol. Vol. 2: 1516-1529. 1975.

SÁ 1977

Sá, A. Moreira de — *Livros de uso de Frei Diogo de Murça*. Coimbra : BGUC, 1977. Sep. de: «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», vol. 33.

SÁ 1979

Sá, Artur Moreira de - *Auctarium chartularii universitatis Portugalensis*. Lisboa : Inst. de Alta Cultura : Inst. Nac. de Inv. Científica, 1973-1979. 3 vol.
Vol. 3: 1529-1537. 1979.

SANTOS 1777

Santos, António Ribeiro dos — *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra*. [Manuscrito]. Autógrafo, [1777-1778?]. BNP — *Ribeiro dos Santos. Obra*. vol. 94, Cód. 4676, f. 189-204v°.

SANTOS 1922

Santos, Augusto Joaquim Alves dos; Ernesto, Donato - Catálogo dos cimélios da nossa Biblioteca : breve conversação preambular. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», ISSN: 1647-8436. Coimbra, 7 (1922-1925). p. [42]-48.

SANTOS 1970

Santos, José Maria dos — *Análise de uma crítica ao Catálogo da coleção de Miscelâneas*. Coimbra : [Imprensa de Coimbra], 1970.

SBIDM 2012

Universidade de Aveiro. Serviço de Biblioteca, Informação Documental e Museologia — *Apresentação* [Em linha] : *história*. Aveiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/PageImage.aspx?id=2934>>. Consult. 23 abr. 2012.

SERRÃO 1993

Serrão, Joaquim Veríssimo — Saudação ao Professor Doutor Mário Brandão na cerimónia da Biblioteca Joanina. In: Academia Portuguesa de História — *A Universidade de Coimbra no seu 7º centenário*. Lisboa : A.P.H., 1993, p. 53-60.

SERVIÇO 2010

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral — *Serviço Público da Biblioteca da Universidade de Coimbra* [Em linha] : *guião da exposição*. Coimbra: BGUC, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/bguc/Documentos2010/CausaPublica>>. Consult. 18 mar. 2014. Textos de A. E. Maia do Amaral, José Severo de Abreu Barbosa e Paula Fernandes Martins.

SIIB 1989a

Universidade de Coimbra. Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro — *Acta da reunião permanente 89.09.26*. [documento interno].

SIIB 1989b

Universidade de Coimbra. Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro — *Documento de trabalho apresentado ao Conselho das Bibliotecas Participantes*. [documento interno].

SORIANO 1860

Soriano, Simão José da Luz — *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Lisboa : Typ. Universal, 1860.

SOUSA 1965

Sousa, Maia Armanda Almeida e [et al.] — As bibliotecas universitárias de Coimbra e as suas relações com a Biblioteca Geral : a necessidade de um catálogo colectivo. In: *Actas* [do] I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, Coimbra, 1 a 3 de Abril de 1965. Coimbra : [s.n.], 1966 (Imprensa de Coimbra), p. 243-251.

SOUSA 1973

Sousa, José Manuel Motta de — *O catálogo colectivo da Universidade de Coimbra : 1967-1972*. Coimbra : [BGUC], 1973. Sep. de «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», vol. 30.

SOUSA 1990

Sousa, Maria Armanda de Almeida e - António Ribeiro dos Santos (1745-1818) o primeiro bibliotecário português. «Cadernos BAD». Lisboa. Nova série, nº 1-2 (1990), p. 79-86.

SUBSÍDIO 1921

Subsídio de 50 contos concedido à Biblioteca. «Bol. bibliográfico da Bibl. da Univ. de Coimbra». Coimbra, vol. 6, fasc. 12 (dez. 1921), p. 178-182. O relator desta notícia foi J. Alves dos Santos.

TEIXEIRA 1889

Teixeira, António José — A livraria da Universidade. «O Instituto». Coimbra, vol. 37, nº 5 (nov. 1889), p. 305-312.

VASCONCELOS 1934

Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de — Augusto Mendes Simões de Castro : esboço biográfico, notas bibliográficas. «O Instituto». Coimbra. Vol. 87, nº 1 (1934), p. 1-56.

VASCONCELOS 1991

Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de ; introd. Manuel Augusto Rodrigues — *O Arquivo da Universidade*. Reedição. Coimbra : AUC, 1991.

VAZ 2012

Vaz, Francisco António Lourenço - A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. *In: Acervos Patrimoniais: novas perspectivas e abordagens*. Mértola : Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 77-96. Disponível na Internet: <URL: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/6823>>

VELOSO 1994

Veloso, Lúcia– O Projecto AIDA no contexto de um serviço nacional de empréstimo interbibliotecas. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», ISSN: 1647-8436. Coimbra, 42 (1994), p. 307-318.

VELOSO 2003

Veloso, Lúcia – Biblioteca Geral : aquisição do sistema informático para base de dados. «Rua Larga». ISSN 1645-765X. Coimbra, n° 2 (out. 2003), p. 31.

VIDA 1997

Vida da Biblioteca. «Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra», ISSN: 1647-8436. Coimbra, 43 (1997), p. 295-335.

Lista de dirigentes

(incluem-se nesta lista todos os que, formal ou informalmente, foram responsáveis pela direção da biblioteca, independentemente de o título de «Diretor» só ter sido oficializado em 1901)

Nicolau Lopes (1532-1537?)

Nicolau Leitão (1541-1547)

Fernão Lopes de Castanheda (1547-1559)

Pedro de Mariz (1601-1605?)

André de Avelar (não-nomeado, antes de 1606?-1622)

Francisco Vaz (1622?-1623)

Francisco Barreto de Sousa (1626-após 1656)

Diogo Gomes de Carvalho (1678-ca. 1690, talvez 1692-1710)

António José de Sousa e Carvalho (? -após 1753)

António José de Sousa Azevedo (não nomeado, 1743-*ca.* 1748)

António Ribeiro dos Santos (1777-1796)

Ricardo Raimundo Nogueira (1798-1802)

Joaquim dos Reis (1802-1810)

António Honorato de Caria e Moura (1815-1834)

Manuel de Serpa Saraiva Machado (1834-1858)

Justino António de Freitas (interino, 1840-após 1849)

Basílio Alberto de Sousa Pinto (interino, 1841-1849?; efetivo, 1849-1858?)

OS LIVROS EM SUA ORDEM

Bernardo de Serpa Pimentel (interino, 1849-1858; efetivo, 1858-1894)

Bernardo António Serra de Mirabeau (interino, 1871-1872)

Augusto Filipe Simões (interino, 1872-1884)

Augusto Mendes Simões de Castro (substituto, 1884-1894)

José Maria Rodrigues (interino, 1894; efetivo, 1894-1911)

Francisco Martins (interino, 1896?-1900; interino, 1911-1913)

Joaquim Mendes dos Remédios (interino, 1900-1911; efetivo, 1911-1913)

José Ferreira Marnôco e Sousa (1913-1915)

Augusto Joaquim Alves dos Santos (1916-1924)

Joaquim de Carvalho (1927-1931)

João da Providência Sousa e Costa (interino, 1932-1933; efetivo, 1934-1936; 1938-1940)

José Ernesto Marques Donato (substituto, 1923-1926; 1931-1934; 1936-1938, etc.)

Damião António Peres (1940-1944)

Manuel Lopes de Almeida (1945-1961)

César Joaquim da Silva de Oliveira Pegado (interino, 1961-1962)

Manuel Lopes de Almeida (1962-1970)

Guilherme Braga da Cruz (1971-1977)

Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (1978-1987)

Aníbal Pinto de Castro (1987-2004)

Carlos Manuel Baptista Fiolhais (2004-2011)

José Augusto Cardoso Bernardes (2011-)

Créditos das imagens

- Capa e Fig. 31 BGUC, foto de João Armando Ribeiro (2008)
- Pág. 6 BGUC, foto de José Alberto Mateus (2013)
- Pág. 10 Pormenor de foto de António Barros © UC (2005)
- Fig. 1 MNMC Inv. E704, E705, E706, E719, E720, fotos autorizadas pelo Instituto dos Museus e da Conservação, I.P./Ministério da Cultura (2014)
- Fig. 2 MNMC Inv. 2947 DA 59 IFN 5466 © DGPC/ADF, foto de José Pessoa (1993)
- Fig. 3 BGUC V.T.-20-9-2, foto de José Alberto Mateus (Orósio, Paulo - ... *adversu[m] cristiani nois q[ue]rulos prologus i[n] libros septe[m]*. [Augsburg] : Iohanne[m] Schuszler, 1471)
- Fig. 4 PT/AUC/Tomo II dos Livros da Universidade de Lisboa, de 1526 até 1537/2ª parte do Tomo 2. fl. 60v, digitalização Elsa Figo
- Fig. 5 PT/AUC/Tomo II dos Livros da Universidade de Lisboa, de 1526 até 1537/2ª parte do Tomo 2. f. 62, num. a lápís 159, digitalização Elsa Figo
- Fig. 6 BGUC R-69-3, digitalização Redinteg Lda. (Gratianus - ...*Decretu[m] una cu[m] apparatu Bartho[lomaei] Brixien[sis] ... et correctu[m] ...p[er] ingeniosum Bernardu[m] Richel...* Basileiae : p[er] Bernardu Richel, 10 jun. 1476)
- Fig. 7 Desenho de José Luís Madeira, autorizado pela FLUC (2013)
- Fig. 8 BGUC col. Nabais Conde de mapas antigos portugueses, digitalização A. E. Maia do Amaral, grafismo de José Luís Madeira (2013)
- Fig. 9 Desenho de José Luís Madeira, autorizado pela FLUC (2013)
- Fig. 10 AUC, foto de Paulo Mendes (2014)
- Fig. 11 AUC, foto de Paulo Mendes (2014)
- Fig. 12 Imagem extraída de: BGUC – *Biblioteca Joanina* [DVD-Rom]. [Coimbra] : BGUC, 2008
- Fig. 13 Imagens de documentos do AUC e da TT, reproduzidas por Almeida 1966 p. 22
- Fig. 14 BGUC R-1-18, foto de João Armando Ribeiro, 2008 (Avelar, André de - *Chronographia ou repertorio dos tempos o mais copioso que te agora sayo a luz conforme a noua reformation do sancto Papa Gregorio XIII.* Nesta terceira impressão reformado & acrescentado... Em Lisboa : em casa de Simão Lopez, 1594)
- Fig. 15 BGUC R-4-28, digitalização Redinteg Lda. (Avelar, André de - *Sphaerae vtriusq[ue] tabella ad sphaerae huius mundi faciliorem enucleationem.* Conimbricæ : apud Anton. Barrerium, 1593)
- Fig. 16 BGUC R-13-1, f. 62v, digitalização A. E. Maia do Amaral (Universidade de Coimbra - *Estatutos da Vniuersidade de Coimbra confirmados por el rey Dom Phelippe primeiro deste nome, nosso Senhor em o anno de 1591.* Em Coimbra [sic] : por Antonio de Barreira, 1593)
- Fig. 17 BGUC V.T.-18-7-29, digitalização Redinteg Lda. (Mariz, Pedro de - *Dialogos de varia historia...* Em Coimbra : na officina de Antonio de Mariz, 1598)
- Fig. 18 BGUC 2-4-6-1, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 19 BGUC 1-5-14-13, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 20 AUC Matriz sigilar nº 9, foto de João Armando Ribeiro (2008)
- Fig. 21 BGUC Ms. 727, foto de José Alberto Mateus (2014)
- Fig. 22 UC, foto de Paulo Mendes (2008)
- Fig. 23 BGUC S.P.-P-6-7, pormenor da portada. (Suárez, Francisco - ...*Partis secundae Summae theologiae... complectens tractatum secundum de Opere sex dierum, ac tertium De anima : nunc primum prodit.* Lugdvni : Iacobus Cardon-Petrus Cauellat, 1621)
- Fig. 24 AUC, foto de Paulo Mendes (2014)
- Fig. 25 BGUC Ms. 493, f. 199, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 26 UC, foto de Paulo Mendes (2012)
- Fig. 27 UC, foto de Paulo Mendes (2008)
- Fig. 28 Fotos da ex-DGEMN, 1931-1932, © Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P./SIPA 00096963 e 00097128
- Fig. 29 UC, foto de Paulo Mendes (2008)
- Fig. 30 UC, foto de Paulo Mendes (2012)
- Fig. 32 BGUC Ms. 3377/75, digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 33 BGUC Ms. 3415, s.v. “Céu”, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 34 BGUC Ms. 2960, f. 7, pormenor, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 35 BGUC R-70-17b, digitalização A. E. Maia do Amaral

- Fig. 36 BGUC Ms. 3377/46 e 45, digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 37 BNP Inv. N.º 10.931, foto em Domínio Público
- Fig. 38 BNP Cod. 4676
- Fig. 39 UC, foto de Paulo Mendes (2008)
- Fig. 40 UC, foto de Paulo Mendes (2008)
- Fig. 41 BGUC Ms. 3377/47, digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 42 BGUC, digitalização Miguel Pacheco
- Fig. 43 BGUC Ms. 3412, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 44 PT/AUC/Universidade de Coimbra/*Correspondência de Procuradores da Universidade/Cota: IV-1ª E-13-3-3*, digitalização Elsa Figo
- Fig. 45 BGUC V.T.-14-4-9(14), digitalização A. E. Maia do Amaral (Macedo, José Agostinho de – *Elogio historico do Illustrissimo e Excellentissimo Ricardo Raymundo Nogueira, conselheiro d' Estado...* Lisboa : Na Impressão Regia, 1827)
- Fig. 46 UC, foto de Paulo Mendes (2014)
- Fig. 47 BGUC Ms. 3501, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 48 MNAA 1626 Des, © IMC/MC, foto de Luísa Oliveira (2012)
- Fig. 49 Col. Sousa Pinto, foto *Photographia Conimbricense* de José Maria dos Santos (ca. 1880)
- Fig. 50 BGUC Ms. 2572, f. 14, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 51 Arquivo Municipal de Lisboa, espólio Eduardo Portugal, foto anónima, sem data, em Domínio Público (PT/AMLSB/POR/054484. M 4-5 142 001)
- Fig. 52 BGUC, foto anónima, antes de ago. 1917, extraída de António de Vasconcelos – *Estudos vários*. Vol. 1, Coimbra, 1938, est. XXVI
- Fig. 53 Museu Académico da Universidade de Coimbra, albumina de Luiz de Albuquerque, 1874 (detalhe de orla de uma composição do 5º Ano de Direito, 1874/75)
- Fig. 54 BGUC Ms. 3403, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 55 BGUC V.T.-14-1-22-(1), digitalização A. E. Maia do Amaral (*Catálogo de livros antigos e modernos impressos e manuscritos provenientes da biblioteca da Universidade de Coimbra...* Lisboa : Impr. de J. G. de Sousa Neves, 1875)
- Fig. 56 BGUC Ms. 3403, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 57 BGUC R-69-16A, foto de Charles Thurston-Thompson (1866)
- Fig. 58 BGUC, Fundo Octaviano de Sá, sem cota. Pormenor de albumina por J. David integrada no álbum “Universidade de Coimbra” (1880-1881)
- Fig. 59 Col. Nuno da Mota Veiga, foto sem data, sem autoria atribuída
- Fig. 60 Col. António Ramires, foto de João Cortés (ca. 1860)
- Fig. 61 BGUC, foto de Luís Garção Nunes (2007)
- Fig. 62 BGUC, foto de José Alberto Mateus (2014)
- Fig. 63 BGUC, pintura de J. R. Vieira, sem data, foto de José Alberto Mateus (2014)
- Fig. 64 BGUC col. Retratos de Diretores
- Fig. 65 Col. Alexandre Ramires
- Fig. 66 BGUC Ms. 3496
- Fig. 67 MNMC Inv. 2888 DA 27 IFN 5444, “*Especato da Livraria...*”, foto do Museu Nacional de Machado de Castro (2014)
- Fig. 68 BGUC col. Retratos de Diretores
- Fig. 69 BGUC col. Retratos de Diretores, digitalização Miguel Pacheco, tratamento gráfico Nuno Diogo Amaral
- Fig. 70 BGUC, digitalizações Miguel Pacheco e A. E. Maia do Amaral
- Fig. 71 BGUC sem cota, des. de António Mercês (1907), digitalização Miguel Pacheco
- Fig. 72 BGUC sem cota, projeto de J. Soares (10 jan. 1910), digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 73 BGUC col. Retratos de Diretores. Foto Rasteiro (antes de 1917)
- Fig. 74 BGUC, fotos *Photographia Conimbricense* de José Maria dos Santos (1916-1917)
- Fig. 75 BGUC col. Retratos de Diretores
- Fig. 76 Foto da ex-DGEMN, © Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P./SIPA 00097057
- Fig. 77 BGUC, foto anónima (1924)
- Fig. 78 BGUC Ms. 3502, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 79 BGUC, foto anónima (1941)
- Fig. 80 BGUC Ms. 3500
- Fig. 81 BGUC, foto de Álvaro de Sousa e Silva (década de 1920?)
- Fig. 82 BGUC sem cota, desenho atrib. a Joaquim Lopes (1931-1932), digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 83 BGUC, foto anónima (entre 1948 e 1951)
- Fig. 84 BGUC, foto anónima (entre 1948 e 1951)
- Fig. 85 BGUC, fotos anónimas (1946)
- Fig. 86 AUC, projeto de Alberto José Pessoa (1944) para a Biblioteca Central (CAPOCUC, Pasta 147), digitalização Elsa Figo
- Fig. 87 Col. Alexandre Ramires, foto Eng. Baltasar da Silva (1950)
- Fig. 88 BGUC, foto de Varela Pècurto, sem data
- Fig. 89 BGUC, foto anónima, sem data
- Fig. 90 BGUC Ms. 3498 (1962)
- Fig. 91 BGUC Ms. 3390
- Fig. 92 BGUC, foto Rasteiro (1956)
- Fig. 93 BGUC, cotas diversas, digitalizações A. E. Maia do Amaral
- Fig. 94 BGUC, foto de João Armando Ribeiro (2008)
- Fig. 95 Foto extraída de: *15 anos de Obras Públicas : 1932-1947. Vol. 1 : Livro de Ouro*. Lisboa : MOP, 1948, p. 32
- Fig. 96 BGUC, ficha de sócio do Instituto de Coimbra (PT/BGUC/IC/DIR/10/03)
- Fig. 97 BGUC Ms. 3501 (28 nov. 1944)
- Fig. 98 BGUC 5-10B-11-8-2
- Fig. 99 BGUC, pintura de Mário Reis (1938), foto de Paulo Mendes (2014)

- Fig. 100 BGUC, foto de José Alberto Mateus (2014)
- Fig. 101 BGUC Arquivo administrativo, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 102 BGUC, foto *Hilda*, de Varela Pêcurto (1962)
- Fig. 103 BGUC, foto anónima (19 jul. 1963)
- Fig. 104 BGUC, foto anónima (1966)
- Fig. 105 BGUC Col. Fot. 1969, foto de Paulo Mendes (2008)
- Fig. 106 BGUC, foto anónima (11 dez. 1971)
- Fig. 107 Col. Henrique Barreto Nunes (4-7 dez. 1973)
- Fig. 108 BGUC, foto de José Alberto Mateus (2012)
- Fig. 109 BGUC A-70-9
- Fig. 110 BGUC 6-(1)-5-13-21
- Fig. 111 BGUC, foto anónima (24 jun. 1981)
- Fig. 112 BGUC Cofre 46, fol. 1, digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 113 BGUC Cofre 35, digitalização Redinteg Lda.
- Fig. 114 BGUC, ficha de sócio do Instituto de Coimbra (PT/BGUC/IC/DIR/10/03)
- Fig. 115 BGUC, espólio Belisário Pimenta, *Carte postale* anónima e sem data
- Fig. 116 Col. de António Ferro, foto anónima e sem data
- Fig. 117 BGUC, espólio José Pires da Silva, sem cota
- Fig. 118 BGUC, carimbo do exemplar 9-(11)-29-2-25
- Fig. 119 BGUC, foto anónima (31 dez. 1990)
- Fig. 120 BGUC Arquivo administrativo, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 121 BGUC Ms. 3386 Apenso
- Fig. 122 BGUC, cotas diversas, digitalizações A. E. Maia do Amaral
- Fig. 123 BGUC, foto de João Armando Ribeiro (2004)
- Fig. 124 Foto de João Lobo (2011)
- Fig. 125 Col. de Carlos Fiolhais
- Fig. 126 BGUC Arquivo administrativo, digitalização A. E. Maia do Amaral
- Fig. 127 Imagem em Domínio Público
- Fig. 128 Fotos de Sérgio Brito e de António Barros © UC (2009)

(Página deixada propositadamente em branco)

Índice de nomes

A

- AAC. VER: Associação Académica de Coimbra
- Abreu, José Miguel de, 1850-? n. 1 p. 99
- Academia Portuguesa de História p. 23
- Adamson, John, 1787-1855 n. 6 p. 89
- Afonso, Fernando, Recebedor da Universidade n. 14 p. 15; p. 17; p. 19; n. 12 p. 21; p. 25
- Afonso, Fernão d'. VER: Afonso, Fernando
- AIDA (projeto europeu) p. 177
- Aires, Eduardo **f. 122** p. 176
- Alarcão, Rui de, Reitor da Universidade (1982-1998) p. 172; **f. 119** p. 173
- Albuquerque, Helena, arquiteta n. 15 p. 166
- Albuquerque, Luís de, 1917-1992 n. 22 p. 70; p. 161; **f. 112** p. 165; p. 166; n. 15 p. 166; **f. 114** p. 167; p. 171; **f. 118** p. 172; p. 182; p. 200
- Albuquerque, Luís Guilherme Furtado Mendonça Castilho de. VER: Albuquerque, Luís de
- Almada, D. André de, Reitor-reformador da Universidade (1638-1639) p. 48
- Almedina SA n. 7 p. 80
- Almeida, D. Garcia de, Reitor da Universidade (1537) p. 23
- Almeida, Manuel Lopes de, 1900-1980 n. 4 p. 39; n. 11 p. 79; p. 133; **f. 88** p. 133; p. 135; n. 14, n. 18 p. 135; p. 137; **f. 92** p. 137; p. 147; p. 154; p. 200
- Alorna, 2º Marquês de. VER: João de Almeida Portugal
- Álvares, João. VER: Alves de Elvas, João
- Álvares, Manuel, livreiro, n. 7 p. 45
- Alves de Elvas, João, Reitor da Universidade (1512-1513) p. 17
- Amaral, A. E. Maia do, 1957- n. 9 p. 14; n. 34 p. 121; p. 180
- Andersen, Hans Christian, 1805-1875 p. 93; **f. 56** p. 93
- Andover-Harvard Theological Library n. 35 p. 122
- Angélico, Afonso Alexandre Duarte, 1912-1997 p. 135; n. 14 p. 135
- Anjos, Luís dos, O.E.S.A., 15---1625 p. 46
- Anunciação, D. Francisco da, Reitor da Universidade (1745-1757) p. 46; n. 16 p. 46
- Aragão, Fabrício de, 1571-1621 p. 41; n. 21 p. 41; n. 7 p. 45
- Araújo, M. Túlia Mendonça Machado **f. 104** p. 151
- Arcas de Narnia, Fábio, 1495-1554 p. 25; n. 8 p. 25
- Arquidigit Gestão de Arquivos e Documentação Lda. n. 11, n. 12 p. 182
- Associação Académica de Coimbra p. 129; p. 154
- Associação Académica e Dramática (Coimbra) p. 29
- Avelar, André de, 1546-1623? **f. 13** p. 32; **f. 14** p. 35; p. 36; **f. 15** p. 36; p. 39; n. 3 p. 39; p. 43; p. 45; n. 6, n. 7 p. 45; p. 46; p. 199
- Azevedo, António José de Sousa, Síndico da Universidade p. 62; n. 12 p. 62; p. 199
- Azzolini, Giacomo **f. 2** p. 14
- Barros, António, 1953- **f. 122** p. 176; **f. 128** p. 184
- Base Nacional de Dados Bibliográficos. Ver: Porbase
- Belém, José Pedro Hasse de, 1747-1805 p. 78; n. 9 p. 78; p. 79; n. 10 p. 79
- Bernardes, José Augusto Cardoso, 1958- p. 200
- Bessa, Santos, 1905-1991 p. 147
- Biblioteca (alegoria) **f. 26** p. 50; p. 53
- Biblioteca Bodleiana (Oxford) p. 166
- Biblioteca do Congresso (E.U.A.) n. 36 p. 122
- Biblioteca do Conhecimento On-line / b-on n. 3 p. 177
- Biblioteca Municipal de Cantanhede p. 156
- Biblioteca Municipal de Coimbra n. 2 p. 157
- Biblioteca Nacional de Lisboa. VER: Portugal. Biblioteca Nacional
- Biblioteca Pública de Évora p. 99
- Biblioteca Ulsiana (Haia, Países Baixos) n. 22 p. 63
- Borel, Pedro José, Livreiro p. 73
- Botelho, Bernardo de Brito, pseud. p. 59
- Bourgne, Marc, doador da Biblioteca n. 5 p. 51
- Braga, Teófilo, 1843-1924 n. 7 p. 20; p. 25; n. 4 p. 39; n. 6 p. 40; p. 89
- Brandão, António, 1584-1637 p. 46
- Brandão, Maria Margarida da Cruz, 1957-1976 p. 171
- Brandão, Mário, 1900-1995 n. 3 p. 13; p. 171
- Braun, Georg, 1541-1622 p. 22; **f. 8** p. 22
- Brotero, Félix de Avelar, 1744-1828 p. 70; n. 21 p. 70; p. 73
- Bureau Marcel van Dijk p. 162
- Burgos, André de, *fl.* 1553-1589 p. 137
- Calado, Adelino de Almeida, 1930- **f. 104** p. 151; p. 156
- Câmara dos Dignos Pares do Reino. VER: Portugal. Câmara dos Dignos Pares do Reino

B

C

OS LIVROS EM SUA ORDEM

- Câmara dos Senadores. VER: Portugal. Câmara dos Senadores
- Câmara Municipal de Lisboa n. 4 p. 114
- Campos, José Alexandre de, Vice-Reitor da Universidade n. 5 p. 83
- Campos, Maria Fernanda Guedes de, 1949- n. 44 p. 122
- Cardeal da Mota. VER: Silva, D. João da Mota e Cardeal Saraiva de S. Luiz. VER: São Luís, Francisco de
- Cardoso, Jerónimo, *ca.* 1508-1569 n. 20 p. 28
- Carlos II, Rei de Inglaterra (1660-1685) p. 122
- Carreira, Libânio Pedro de Alcântara, 1834- ? p. 104
- Carvalho, Aires de, 1911-1997 p. 52
- Carvalho, António José de Sousa e, *séc.* 18 n. 16 p. 46; n. 3 p. 59; p. 199
- Carvalho, Diogo Gomes de, *sécs.* 17-18 p. 199
- Carvalho, Francisco Augusto Martins de, 1844-1921 n. 4 p. 99
- Carvalho, J. M. Teixeira de, 1861-1921 p. 21; n. 15 p. 183
- Carvalho, Joaquim de, 1892-1958 n. 34 p. 105; p. 113; n. 2, n. 3 p. 113; **f. 78** p. 119, p. 154; p. 182; p. 200
- Carvalho, Joaquim Martins de, 1822-1898 p. 90; **f. 60** p. 97
- Carvalho, Maria de Fátima Moura n. 14 p. 183
- Carvalho, Teodoro de, O.S.B., Procurador-geral da Ordem p. 46
- Carvalhosa, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e, 1791-1856, 2º Visconde de Santarém, n. 6 p. 89
- Casa do Conhecimento (projeto) n. 2 p. 177
- Castanheda, Fernão Lopes de, *ca.* 1500-1559 p. 25; n. 14, n. 15 p. 25; p. 28; **f. 12** p. 28; p. 34; n. 9 p. 46; p. 199
- Castelo Branco, Camilo, 1825-1890 p. 99
- Castilho, António Feliciano de, 1800-1875 n. 8 p. 68
- Castilho, José Feliciano de, 1769-1826 n. 6 p. 89
- Castro, Aníbal Pinto de, 1938-2010 p. 14; p. 23; p. 43; p. 154; n. 16 p. 156; **f. 116** p. 170; p. 171; p. 177; n. 2 p. 177; p. 182; p. 200
- Castro, Augusto Mendes Simões de, 1845-1932 p. 99; p. 102; n. 14 p. 102; p. 104; n. 29 p. 104; p. 105; p. 114; p. 200
- Castro, Baltazar da Silva, 1891-1967 p. 115
- Castro, D. Francisco de, Reitor da Universidade (1605-1611) p. 41; n. 18 p. 41
- Castro, Eugénio de, 1869-1944 **f. 85** p. 128; p. 171
- Castro, Luís de, *séc.* 16 p. 36; n. 17 p. 36
- Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra (1662-1685) p. 122
- Cenáculo, Manuel do, 1724-1814 p. 59
- Centro de Documentação Científica e Técnica do INIC p. 166
- Cerejeira, M. Gonçalves, 1888-1977 n. 15 p. 183
- Chaumier, Jacques, 1936- ? p. 162
- Coelho, Martim Gonçalves, 1574-1625 p. 46
- Coimbra Group n. 16 p. 133
- COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS**
- Colégio das Artes p. 77; n. 15 p. 90
- Colégio de Coimbra Fig. 23 p. 46; p. 48
- Colégio de São Boaventura n. 6 p. 83
- Colégio de São Paulo Apóstolo (Coimbra) **f. 2** p. 14; p. 129
- Colégio de São Pedro p. 28; p. 31; p. 59; p. 65; n. 8 p. 83; p. 84
- Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da Zona de Belém (Lisboa) n. 7 p. 133
- Comissão Administrativa para as Obras da Cidade Universitária de Coimbra – CAPOCUC n.1 p. 129; p. 133; n. 7 p. 133; n. 13, n. 17 p. 135
- Comissão Europeia p. 183
- COMPANHIA DE JESUS**
- Colégio de Coimbra p. 48
- Conde, Carlos Alberto Nabais, 1935- p. 182
- Conselho Superior de Instrução Pública. VER: Portugal. Conselho Superior da Instrução Pública
- Convento da Costa (Guimarães) n. 7 p. 25
- Convento de Jesus (Setúbal) p. 183
- Convento de São Bento de Xabregas n. 16 p. 79
- Correia, D. Afonso, Bispo da Guarda (1367-1384) p. 13
- Correia, Luís, ? -1598 p. 36; n. 17 p. 36
- Correia, Maximino, Reitor da Universidade (1943-1960) n. 18 p. 135; **f. 92** p. 137
- Corte Real, Diogo de Mendonça, 1658-1736 n. 7 p. 51; n. 22 p. 63
- Cortesão, Armando Zuzarte, 1891-1977 p. 182
- Costa, Afonso, 1871-1937 n. 15 p. 183
- Costa, Alberto, 1877-1908 n. 45 p. 122
- Costa, Gil da, Cirurgião-Mor do Reino p. 21
- Costa, João da Providência Sousa e, 1893-1965 p. 113; p. 121; p. 122; n. 10 p. 156; p. 200
- Costa, João Pedro Gomes da p. 129; p. 135
- Coutinho, Diogo de Azevedo, Escrivão da Universidade p. 23; n. 8 p. 25; n. 20 p. 28
- Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira, 1735-1822 p. 67; p. 73; p. 77; n. 5 p. 77; n. 8 p. 78
- Cristina, Rainha da Suécia (1632-1654) p. 48
- Cruz, Bento da, O.S.B., ? -1639 p. 46
- Cruz, Guilherme Braga da, 1916-1977 p. 147; p. 154; **f. 106** p. 155; p. 161; p. 166; p. 200
- Cruz, Lúcia, 1912-1992 p. 171
- Cunha, Bento da, 1672-após 1732. VER: Botelho, Bernardo de Brito, pseud.
- Cunha, Luís da, 1662-1749 n. 7 p. 51; p. 63; n. 22, n. 25 p. 63
- Cunha, Pedro da, Professor de Matemática da Universidade p. 45
- D**
- Dalla Bella, João António, 1730-1823 n. 32 p. 73
- Dantas, António da Rocha. VER: Gersaint, António da Rocha d'Dantas e Mendonça
- Dantas, Júlio, 1876-1972 p. 115
- Debora: Digital Access to Books of the Renaissance (projeto europeu) p. 182
- Delille, Maria Manuela **f. 128** p. 184
- Depósito Geral das Ordens p. 84
- Destombes, Marcel, 1905-1983 **f. 113** p. 165; p. 166
- Dinis, Rei de Portugal (1279-1325) **f. 1** p. 12; p. 13; p. 129
- Dinis, António p. 28
- Dinis, José Mendes, ? -*ca.* 1892 p. 84; p. 104
- Diniz, José Mendes. VER: Dinis, José Mendes
- Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. VER: Portugal. Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- Direção Geral do Ensino Primário e Secundário. VER: Portugal. Direção Geral do Ensino Primário e Secundário
- Divory, N. p. 162
- Donato, José Ernesto Marques, 1871-1958 p. 104; n. 18 p. 104; p. 113; p. 200
- Donato, José Marques Perdigão, ?-1926 p. 102; n. 14 p. 102; p. 104; n. 3 p. 113
- Duarte, António. VER: Santos, António Duarte Silva
- Dührssen, Herrman Christian p. 93
- Dunckley, Henry, 1823-1896 n. 6 p. 89
- Duprá, Giorgio Domenico **f. 29** p. 57
- E**
- Eco, Umberto, 1932- p. 52; p. 177
- Edilearn Lda. n. 19 p. 175

EFTA (European Free Trade Association) p. 187
 Encarnação, Carlos, 1946- p. 166
 Encarnação, Pedro da, 1729-após 1803 p. 67; n. 6 p. 67; p. 68; n. 7 p. 68
 Enciclopédia (alegoria) **f. 27** p. 53
 Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 4, Coimbra, 1973 **f. 107** p. 157
 Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, 1, Coimbra, 1966 p. 156
 Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, 5, Braga, 1976 p. 162
 Escola Secundária José Falcão p. 156
 European Heritage Label. VER: Marca do Património Europeu

F

Fama (alegoria) p. 53
 Feio, Florêncio Mago Barreto, 1819- ? n. 1 p. 59; p. 62; n. 16 p. 63; n. 30 p. 64; p. 89; n. 5 p. 89; p. 90; n. 7 p. 90
 Fernandes, Domingos, *fl.* 1607-1616 n. 16 p. 41
 Fernandes, Manuel, Livreiro n. 17 p. 36
 Fernando II, Rei de Portugal e Regente, 1837-1867 p. 89; p. 92; **f. 66** p. 106
 Ferrão, Pedro Miguel n. 12 p. 52
 Ferreira, António Augusto da Silva, 1824-1892 **f. 63** p. 103; p. 104
 Ferreira, Carla Alexandra Silva, 1981- p. 166
 Ferreira, Gaspar, Mestre de obras da Universidade p. 52; n. 12 p. 52
 Ferreira, João Carvalho, Mestre de obras da Universidade p. 52; **f. 36** p. 66
 Ferreira, Martim, oficial mecânico p. 23
 Ferreira, Silvestre Pinheiro, 1769-1846 n. 6 p. 89
 Ferreira, Virgílio, 1916-1996 n. 15 p. 166
 Figueiredo, Bernardo de Sá Nogueira de, 1795-1876, Visconde de Sá da Bandeira n. 6 p. 89
 Figueiredo, Mário de, 1890-1969 p. 122; p. 171
 Figueiroa, Francisco Carneiro de, Reitor da Universidade (1722-1744) n. 31 p. 64
 Filipe II, Rei de Portugal (1598-1616) p. 41; n. 18 p. 41
 Filipe III, Rei de Portugal (1521-1640) p. 46
 Fiolhais, Carlos Manuel Baptista, 1956- n. 5 p. 51; p. 171; n. 2 p. 177; **f. 125** p. 180; p. 182; p. 183; p. 200
 Flavorpill (guia) n. 2 p. 51 p. 183
 Flavorwire (portal) n. 2 p. 51 p. 183
 Folque, Filipe, 1800-1874 n. 6 p. 89
 Fonseca, Fernando Taveira da n. 13 p. 63

Fortuna (alegoria) p. 53
 Franco, Francisco de Melo, 1757-1823 n. 12 p. 68
 Franzini, Miguel, ? -1810 p. 122
 Freitas, Joaquim Inácio de, 1772-1831 p. 81; n. 23 p. 81
 Freitas, Justino António de, 1804-1865 p. 86; p. 89; p. 199
 Fróis, Francisco Barreto p. 48; n. 30 p. 48; p. 63
 Fróveo, João Álvares. VER: Tronco, João Alves
 Fundação Calouste Gulbenkian p. 156; p. 174; p. 182
 Fundação para a Ciência e Tecnologia. VER: Portugal. Fundação para a Ciência e Tecnologia
 Fundação Portugal-África p. 182

G

Galinha, Manuel Bernardes, ? -1864 **f. 61** p. 98; p. 102
 Galvão, João Pedro Mendes, 1963- n. 19 p. 175
 Gama, Alexandre de Azevedo Araújo e p. 104
 Garnier, Jean, S.J., 1612-1681 p. 70
 Garrett, Almeida, 1799-1854 n. 6 p. 89; p. 137; **f. 98** p. 143
 Gentil, Francisco, *séc.* 16 p. 21
 Gersaint, António da Rocha d'Antas e Mendonça n. 10 p. 84; p. 103
 Gil, Mestre. VER: Costa, Gil da
 Góis, Francisco Mendes de, *ca.* 1670- ? p. 63
 Gomes, Diogo. VER: Carvalho, Diogo Gomes de
 Gomes, Francisco, após 1583?-1633 n. 7 p. 40
 Gómez de la Cortina, Joaquín, 1805-1868, Marqués de Morante p. 89
 Gonçalves, Carla Alexandra, 1968- p. 177
 Gonçalves, Dinis, Licenciado, *séc.* 16 n. 11 p. 21
 Gonçalves, Fernão, Bacharel, *séc.* 16 p. 17
 GoogleBooks (projeto) p. 182
 Guerra, D. Fernando da, Arcebispo de Braga (1417-1467) n. 15 p. 15
 Gutenberg, Johann, 1397?-1468 p. 20

H

Henrique, Infante de Portugal (1394-1460) n. 6 p. 14; n. 12 p. 15
 Henriques, Júlio Augusto, 1838-1928 n. 15 p. 183
 Herculano, Alexandre, 1810-1877 n. 6 p. 89
 Hoefnagel, Joris, 1542-1601 p. 22

Höfer, Candida, 1944- n. 3 p. 51
 Homem, Diogo, 1520?-1576 **f. 113** p. 165; p. 166
 Honor. VER: Honra (alegoria)
 Honra (alegoria) p. 53

I

IBM (International Business Machines) p. 172; **f. 19** p. 173; p. 174
 Igreja de São Francisco (Lisboa) p. 51
 Imprensa da Universidade. VER: Universidade de Coimbra. Imprensa
 Imprensa Nacional p. 90; n. 11 p. 90; p. 117; n. 17 p. 117
 Instituto de Coimbra p. 129; p. 182

J

Jackson, Catherine Charlotte, 1824-1891 p. 99
 João Baptista Reycend e Companhia (Lisboa) n. 31 p. 72
 João III, Rei de Portugal (1521-1557) p. 21; p. 23; n. 3 p. 23; p. 25; n. 8 p. 25; p. 34
 João V, Rei de Portugal (1706-1750) p. 9; p. 48; p. 51; n. 1 p. 51; p. 53; p. 56; n. 21 p. 56; **f. 29** p. 57; p. 63; n. 22 p. 63; p. 65; p. 67
 Joaquim, Manuel, 1894-1986 p. 171; **f. 121** p. 175
 Johan van Halm & Associates n. 5 p. 182
 Jolliffe, John William, 1929-1985 p. 166
 José I, Rei de Portugal (1750-1777) p. 62; p. 63; p. 65; p. 67

L

La Fontaine, Henri, 1854-1943 p. 105; n. 35 p. 105
 Laboratório de Cálculo Automático da FCTUC. VER: Universidade de Coimbra. Laboratório de Cálculo
 Laprade, Claude, 1687-1740 **f. 22** p. 44; p. 48; p. 52; n. 11 p. 52
 Leal, Bernardo Alexandre, Bibliotecário Menor n. 13 p. 68; n. 37 p. 73; p. 79; n. 13, n. 14 p. 79
 Leitão, Nicolau, *ca.* 1490?-após 1551 n. 1, n. 3 p. 23; p. 25; p. 199
 Leite, Serafim, S.J., 1890-1969 n. 3 p. 33
 Lemos, Francisco de. VER: Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira

OS LIVROS EM SUA ORDEM

Lemos, José Manuel de, Bispo-conde de Coimbra (1858-1870) n. 27 p. 93
 Leroy-Beaulieu, Madame p. 122
 Lerzo, João Baptista, *fl.* 1736-1744 p. 64
 Lia, José Savério n. 6 p. 162
 Liceu José Falcão p. 156
 Liceu Nacional Central de Lisboa p. 105
 Liceu Nacional de Coimbra p. 90; n. 15 p. 90
 Lichnowsky, Felix von, 1814-1848 n. 6 p. 89
 Lima, Henrique de Campos Ferreira, 1882-1949 p. 137
 Lima, Tomás Xavier de, 1727-1800 n. 2 p. 67
 Link, Heinrich Friedrich, 1767-1851 p. 70; n. 21 p. 70
 LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) p. 166
 Loa, Bartholomeo p. 73
 Lobo, Rui Pedro Mexia, 1970- n. 8 p. 14; p. 19; n. 14 p. 21; p. 22; **f. 124** p. 179
 Lopes, Diogo, ? -1508 p. 15; n. 13 p. 15
 Lopes, Joaquim, 1886-1956 p. 115; **f. 82** p. 125
 Lopes, Nicolau, Bedel p. 17; n. 7 p. 20; p. 21; p. 25; p. 199
 Lourenço, António, 1573-1630 n. 7 p. 45; p. 46
 Lukács, Lázlo, S.J., 1910-1998 n. 3 p. 33

M

Macedo, Armando, doador p. 137
 Macedo, José Agostinho de, 1761-1831 n. 39 p. 73; **f. 45** p. 78
 Macedo Júnior, Francisco Lopes Lima de, *ca.* 1859-1939 p. 122
 Machado, Bernardino, 1851-1944 n. 15 p. 183
 Machado, Domingos dos Reis Teixeira da Costa, 1793-após 1836 n. 11 p. 84
 Machado, Fernando Falcão, 1904-1993 n. 1 p. 113
 Machado, Manuel de Serpa Saraiva, 1784-1858 **f. 48** p. 82; p. 83; n. 7 p. 83; p. 84; p. 86; n. 2 p. 89; p. 90; p. 92; p. 199
 Machado, Maria Luísa de Sousa n. 14 p. 183
 Maciel, Filipe, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens p. 63
 Madahil, António Gomes da Rocha. VER: Madail, António Gomes da Rocha
 Madail, António Gomes da Rocha, 1893-1969 n. 15, n. 17 p. 25; n. 6 p. 40; p. 45; n. 8 p. 46
 Madeira, José Luís **f. 7** p. 21
 Magalhães, António de Assis Teixeira de, 1850-1914 p. 122; n. 45 p. 122
 Mangancha, Diogo Afonso, *ca.* 1410?-1448 p. 13; p. 14; n. 10 p. 14; n. 9 p. 20

Manuel I, Rei de Portugal (1495-1521) n. 12 p. 15; p. 19
 Marca do Património Europeu (classificação) p. 183; **f. 127** p. 183
 Maria I, Rainha de Portugal (1777-1816) p. 70; p. 73
 Mariño, Victoriano p. 89
 Mariz, António de, *fl.* 1556-1599 n. 20 p. 28; p. 40; n. 7 p. 40
 Mariz, Pedro de, *ca.* 1550-1615 p. 39; n. 3 p. 39; **f. 17** p. 38; p. 40; p. 43; p. 199
 Martin, Gabriel p. 70
 Martins, Francisco, 1848-1916 p. 99; p. 105; p. 106; **f. 68** p. 108; p. 113; p. 200
 Martins, J. P. Oliveira, 1845-1894 p. 171
 Martins, Paula Maria Fernandes, 1947- n. 21 p. 117; n. 21 p. 137; n. 3 p. 147; p. 174; n. 16 p. 174; n. 14 p. 183
 Melo, Manuel Pedro de, 1765-1833 p. 93
 Melo, Sebastião José de Carvalho e, 1699-1782, Marquês de Pombal, p. 67; p. 77
 Mendes, Manuel Odorico, 1799-1864 n. 6 p. 89
 Mendes, Maria Teresa Pinto, 1931- **f. 104** p. 151; n. 12 p. 156; p. 161; p. 162; p. 169
 Mendes, Paulo, 1966- n. 3 p. 51
 Mendonça, Afonso Furtado de, Reitor da Universidade (1597-1605) p. 39
 Meneses, D. Francisco de, Visitador e Reitor da Universidade (1618-1624), n. 7 p. 45
 Mercês, António, Amanuense da Biblioteca p. 106; **f. 71** p. 111
 Mestre, Vítor, 1957- p. 56
 Ministério do Reino. VER: Portugal. Ministério dos Negócios do Reino
 Ministério dos Negócios do Reino. VER: Portugal. Ministério dos Negócios do Reino
 Mirabeau, Bernardo António Serra de, 1826-1903 p. 89; p. 93; **f. 58** p. 95; p. 200
 Miranda, Bento Pereira de, Amanuense e Porteiro da Biblioteca p. 104
 Miranda, João Pereira de, Contínuo da Biblioteca p. 104
 Mónica, Maria Filomena, 1943- n. 26 p. 92
 Monteiro, Domingos António, Bibliotecário Menor n. 13 p. 68; p. 79
 Montero, Rosa, 1951- n. 4 p. 51
 Morante, Marquês. VER: Gómes de la Cortina, Joaquín
 Moreira, Manuel, entalhador, séc. 18 p. 52
 Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra) p. 23; p. 36; n. 6 p. 67
 Moura, António Honorato de Caria e, ?-1843 p. 79; p. 81; **f. 47** p. 81; p. 83; n. 15 p. 115; p. 199

Moura, José Vicente Gomes de, 1769-1854 p. 166
 Murça, D. Diogo de, Reitor da Universidade (1543-1555) p. 23; p. 25; n. 8 p. 25; **f. 11** p. 27; p. 28; p. 33
 Murphy, James, 1760-1814 p. 79
 Museu de História Natural. VER: Universidade de Coimbra, Museu de História Natural
 Museu Nacional de Machado de Castro p. 13
 Museum With No Frontiers p. 182

N

Nascimento, Aires A., 1939- n. 7 p. 20
 NATO (North Atlantic Treaty Organization) p. 137
 Navarro, Alberto Eduardo Valado, 1891-1972, 3^o visconde da Trindade p. 154
 Nemésio, Vitorino, 1901-1978 n. 15 p. 183
 Neves, José Cassiano, 1907- ? p. 171
 Nogueira, Ricardo Raimundo, 1746-1827 n. 28 p. 72; p. 73; n. 39 p. 73; p. 78; **f. 45** p. 78; p. 199
 Nova Academia Dramática (Coimbra) p. 129
 Novo Teatro Académico (Coimbra) p. 129
 Nunes, Cristóvão, ? -1557 p. 28

O

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) p. 137
 Office International de Bibliographie (Bruxelas) n. 35 p. 105
 Oliveira, António de, 1931- n. 28 p. 64
 Oliveira, D. Ernesto Sena de, Bispo-Conde de Coimbra (1948-1967) **f. 92** p. 137
 Oliveira, Eduardo de Arantes e, 1907-1982 n. 18 p. 135; **f. 92** p. 137
 Oliveira, Fernão de, 1507-*ca.* 1581 p. 28
 ONU (Organização das Nações Unidas) p. 137
 FAO (Food and Agriculture Organization) p. 137
 GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) p. 137
 UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) p. 56; p. 129; p. 166; p. 183
 Organização Internacional de Bibliografia Científica. VER: Office International de Bibliographie

P

- Pacheco, Duarte José, 1899-1943 p. 129
Pacheco, Milton Pedro Dias, 1980- n. 6 p. 83
Pacheco, Rui Fernando de Arteaga Preto, 1922-1989 p. 135; **f. 91** p. 136
Pais, Sidónio, 1872-1918 **f. 126** p. 181; n. 15 p. 183
Paiva, Vicente Ferrer Neto, 1798-1886 p. 89; **f. 59** p. 96
Paixão, José Joaquim da, Pároco de Lorvão p. 104
Palácio das Necessidades (biblioteca) p. 51; p. 63
Partido Comunista Português p. 166
Pedro II, Imperador do Brasil (1831-1891) **f. 50** p. 85; p. 90
Pedro II, Rei de Portugal (1683-1706) p. 48
Pedro V, Rei de Portugal (1853-1861) p. 92
Pedro, Infante de Portugal (1392-1449) p. 13; n. 4 p. 33; p. 92; n. 26 p. 92; p. 129
Pegado, César Joaquim da Silva de Oliveira, 1909-1990 n. 11 p. 79; p. 133; **f. 96** p. 141; p. 200
Peixoto, Jorge Adalberto Ferreira, 1920-1977 n. 6 p. 20; n. 17 p. 25; n. 5 p. 33; n. 10 p. 34; p. 147; **f. 104** p. 151; p. 154; n. 5 p. 154; p. 156; **f. 107** p. 157; p. 161; p. 162; p. 166
Pereira, Isaias da Rosa, 1919-1998 n. 7 p. 20
Pereira, José Maria Dantas, 1772-1836 n. 6 p. 89
Peres, Damião António, 1889-1976 p. 113; p. 117; n. 39 p. 122; p. 129; p. 144
Pericão, Maria do Rosário, 1947- n. 14 p. 174
Perrissin, Christian, 1964- n. 5 p. 51
Pessoa, Alberto José, 1919-1985 **f. 86** p. 131; p. 133; p. 135; **f. 108** p. 158
Pessoa, João Crisóstomo de Amorim, 1810-1888 p. 104; p. 156
Peters, E. p. 162
Pimenta, Belisário, 1879-1969 p. 166; **f. 115** p. 168; p. 182
Pimentel, António Filipe, 1959- n. 8 p. 14; p. 21; p. 23; **f. 9** p. 24; p. 33; p. 34; n. 3 p. 39; n. 27 p. 48; p. 52; p. 62; n. 7 p. 180
Pimentel, Bernardo de Serpa, 1817-1895 n. 8 p. 40; p. 62; n. 10 p. 62; p. 72; n. 2 p. 77; p. 86; **f. 53** p. 88; p. 89; n. 2 p. 89; p. 99; p. 102; n. 5 p. 102; p. 103; p. 104; n. 36 p. 105; p. 200
Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira, 1809-1884, 2º Visconde de Vila-Maior p. 102; n. 12 p. 102
Pimpão, Álvaro Júlio da Costa, 1902-1984 n. 15 p. 183
Pinto, Amílcar da Silva, 1890-1978 p. 114; n. 1 p. 129
Pinto, Basílio Alberto de Sousa, 1793-1881 p. 84; **f. 49** p. 84; p. 86; p. 199

Pinto, Basílio Alberto de Souza. Ver: Pinto, Basílio Alberto de Sousa

- Pinto, Francisco de Paula Leite, 1902-2000 n. 18 p. 135; **f. 92** p. 137
Pinto, Gonçalo Vaz, Chanceler da Universidade (1526-1539) p. 21
Pires, José, 1935- n. 5 p. 51
Pires, Rui Paulo Fernandes, 1960- n. 16 p. 174
Pires, Salvador, Mercador de livros, sécs. 16-17 n. 17 p. 36
Pombal, Marquês de. VER: Sebastião José de Carvalho e Melo
Ponte de Lima, Marquês de. VER: Lima, Tomás Xavier
Porbase p. 172; n. 7 p. 72

PORTUGAL

- Biblioteca Nacional p. 70; p. 90; p. 117; p. 121; p. 147; p. 166; p. 169; p. 172
Câmara dos Dignos Pares do Reino n. 16 p. 84
Câmara dos Senadores n. 16 p. 84
Conselho Superior de Instrução Pública p. 84
Direção Geral da Organização Administrativa p. 162
Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais **f. 28** p. 54; p. 115
Direção Geral do Ensino Primário e Secundário p. 84
Direção Geral dos Assuntos Culturais p. 158; p. 162; n. 6 p. 162; p. 169
Fundação para a Ciência e Tecnologia p. 182
Ministério da Educação e Cultura p. 169
Ministério das Obras Públicas p. 133
Ministério dos Negócios do Reino n. 5 p. 83; p. 115; n. 16 p. 117
União Nacional p. 154

Portugal, João de Almeida, 1726-1802, 2º Marquês de Alorna p. 171

Prado, Afonso do, Reitor da Universidade (1555-1557) n. 8 p. 34

Q

- Quental, Antero de, 1842-1891 n. 6 p. 83
Quintanilha, Inácio de Santa Maria dos Anjos, O.F.M., séc. 18 n. 16 p. 79

R

- Raczynski, Atanazy Nalecz, 1788-1874 n. 6 p. 89
Ramires, Alexandre n. 29 p. 93
Ramires, Isabel João **f. 128** p. 184
Ramos, João, Oficial mecânico, séc. 17, p. 46
Raspail, François-Vincent, 1794-1878 n. 6 p. 89
Real Academia das Ciências de Lisboa n. 10 p. 68
Real Biblioteca Pública da Corte e do Reino. VER: Biblioteca Nacional de Portugal
Real Biblioteca Pública do Porto n. 14 p. 90
Real Colégio das Ordens Militares p. 73
Real Colégio de São Paulo Apóstolo. VER: Colégios universitários. Colégio de São Paulo Apóstolo
Real Colégio de São Pedro. VER: Colégios universitários. Colégio de São Pedro
Real Colégio dos Nobres p. 78
Real Imprensa da Universidade. VER: Universidade de Coimbra. Imprensa
Real Mesa Censória p. 63
Redinteg Serviços de Microfilmagem e Digitalização Lda. p. 182
Reis, Gonçalo dos, Reitor do Colégio do Carmo de Coimbra, p. 46
Reis, Joaquim dos, ? -1810 **f. 43** p. 77; p. 78; n. 8, n.9 p. 78; p. 79; p. 199
Reis, Joaquim dos, Professor da Faculdade de Direito n. 7 p. 83
Reis, Manuel Nunes dos, Porteiro da Biblioteca n. 13 p. 68
Relvas, Carlos, 1838-1894 p. 102
Remédios, Joaquim Mendes dos, 1867-1932 p. 99; p. 106; **f. 69** p. 109; p. 113; p. 114; n. 31 p. 119; p. 171; p. 200
Ribeiro, António Simões, *fl.* 1723-1755 p. 52
Ribeiro, D. Agostinho, Reitor da Universidade (1537-1541) n. 3 p. 23
Ribeiro, João Mendes **f. 124** p. 179
Ribeiro, João Pedro, 1758-1839 p. 83; p. 89
Ribeiro, José Silvestre, 1807-1891 n. 8 p. 40
Ribeiro, Vasco, Vedor das obras da Universidade n. 1 p. 23
Rocha, José Monteiro da, 1734-1819 p. 77
Rodrigues, José Maria, 1857-1942 p. 99; n. 14 p. 102; n. 18 p. 104; p. 105; **f. 64** p. 105; p. 106; n. 3 p. 113; p. 200

S

- Sá, Octaviano de, 1884-1956 p. 140
- Sá, Pedro de Moura e, 1908-1959 p. 137
- Sá da Bandeira, Visconde. VER: Figueiredo, Bernardo de Sá Nogueira de Sabedoria (alegoria) p. 53
- Salazar, António de Oliveira, 1889-1970 p. 154
- Saldanha, D. Manuel de, Reitor da Universidade (1638-1659) p. 48
- Sampaio, Adrião Pereira Forjaz de, 1810-1874 n. 7 p. 83
- Sanches, António Nunes Ribeiro, 1699-1783 p. 63
- Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede p. 104
- Santarém, Visconde de. VER: Carvalhosa, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e
- Santos, António Duarte Silva, 1912-1998 p. 135
- Santos, António Ribeiro dos, 1745-1818 p. 33; n. 18 p. 63; p. 68; n. 8, n. 2 p. 67; n. 14 p. 68; **f. 37** p. 69; p. 70; n. 26 p. 70; p. 72; p. 73; n. 7 p. 78; n. 44 p. 122; p. 199
- Santos, Augusto Joaquim Alves dos, 1866-1924 p. 113; **f. 73** p. 113; p. 114; n. 4, n. 6, n. 9 p. 114; p. 115; p. 117; p. 200
- Santos, José Maria dos, Catalogador da Biblioteca p. 79
- Santos, José Maria dos, Fotógrafo, sécs. 19-20 **f. 74** p. 114
- Santos, José Rodrigues dos, 1964- n. 4 p. 51
- Santos, Reinaldo dos, 1880-1970 p. 52
- São Luís, Francisco de, O.S.B., 1766-1845 n. 6 p. 89
- Sarmento, Cristóvão Pedro de Morais, 1788-1851, 1º Visconde de Torre de Moncorvo n. 6 p. 89
- Sarmento, Jacob de Castro, 1691?-1762 **f. 32** p. 62; p. 63; n. 24 p. 63; p. 65; **f. 35** p. 65
- Sé de Braga p. 183
- Sebastião I, Rei de Portugal (1557-1578) p. 34
- Selys-Longchamps, Edmond de, 1813-1900 n. 6 p. 89
- Sequeira, Domingos António de **f. 48** p. 82
- Serra, Augusto Pais da Silva Vaz, 1905-1994 n. 18 p. 135
- Serrano, Ana Augusta de Albuquerque Garcia Caldeira n. 9 p. 182
- SIIB/Centro p. 172; p. 174; n. 14 p. 174
- Silva, Aires da, Visitador da Universidade, séc. 16 n. 11 p. 34
- Silva, Álvaro de Sousa e **f. 81** p. 123
- Silva, Ana Luísa Pereira da p. 174
- Silva, D. João da Mota e, 1685-1747 p. 63
- Silva, Daniel Augusto, 1814-1878 n. 6 p. 89
- Silva, Francisco de Almeida e, Contínuo da Biblioteca n. 13 p. 68; n. 10 p. 79
- Silva, Francisco dos Santos e, Tipógrafo p. 102
- Silva, João Gomes da, 1671-1738, 4º Conde de Tarouca p. 63
- Silva, José de Seabra da, 1732-1813 p. 73
- Silva, José Pires da, Doador da Biblioteca p. 171; **f. 117** p. 171
- Silva, Libório Manuel da, 1964- n. 3 p. 51
- Silva, Lucas Seabra da, 1691-1756? N. 32 p. 73
- Silver Platter Information Inc. n. 5 p. 180
- Simão, José Veiga, 1929-2014 **f. 106** p. 155
- Simões, António Augusto da Costa, 1819-1903 n. 35 p. 105
- Simões, Augusto Filipe, 1835-1884 p. 90; p. 99; p. 102; n. 12, n. 14 p. 102; p. 104; **f. 65** p. 105; p. 200
- SLS Information Systems Ltd. P. 174
- Smith, Robert C., 1912-1975 p. 52
- Soares, D. João, Bispo-Conde de Coimbra (1507-1572) n. 20 p. 28
- Soares, José Alexandre, 1873-1930 p. 114; n. 4 p. 114; **f. 72** p. 112
- Sobral, Manuel António, ? -1790 n. 32 p. 73
- Soriano, Simão José da Luz, 1802-1891 n. 8 p. 40
- Sousa, Francisco Barreto de, Guarda da Livraria p. 46; p. 48; n. 21 p. 48
- Sousa, José Ferreira Marnôco e, 1869-1916 p. 113; p. 114; **f. 75** p. 116; p. 200
- Sousa, José Manuel Motta de, 1933- p. 156; n. 12 p. 156
- Sousa, José Maria de. VER: Vasconcelos, José Maria de Sousa Botelho Mourão e
- South Kensington Museum. VER: Victoria & Albert Museum (Londres)
- Soveral, Roque do, O. Cristo, 1570-1660 p. 46
- Stochamer, Sebastião, Corretor da Imprensa da Universidade n. 8 p. 25; p. 28; n. 20 p. 28
- Suárez, Francisco, 1548-1617 p. 41; **f. 23** p. 46; n. 21 p. 48; n. 4 p. 39
- Tarouca, Conde de. VER: João Gomes da Silva
- Teixeira, António José, 1830-1900 n. 9 p. 40; n. 22 p. 48
- Teixeira, Domingos dos Reis. VER: Machado, Domingos dos Reis Teixeira da Costa
- Teles, Nuno da Silva, Reitor da Universidade (1694-1702) p. 48
- Teles, Nuno da Silva, Reitor da Universidade (1715-1718) p. 9; **f. 24** p. 47; p. 48
- Telmo, Cottinelli, 1897-1948 p. 133; n. 7 p. 133
- Temple, Emily n. 2 p. 51
- Teulié, Henri, 1865-19-- p. 105
- Thurston-Thompson, Charles, ca. 1816-1868 n. 3 p. 51; p. 93; **f. 57** p. 94
- Torre de Moncorvo, Visconde. VER: Sarmento, Cristóvão Pedro de Morais
- Trigoso, Manuel Pais de Aragão n. 9 p. 78
- Trisendorf, João Frederico. VER: Trisendorf, Luís Frederico
- Trisendorf, Luís Francisco. VER: Trisendorf, Luís Frederico
- Trisendorf, Luís Frederico p. 48
- Troco, João Alves. VER: Tronco, João Alves
- Tronco, João Alves p. 48; n. 22 p. 48
- Twisted Sifter p. 183

U

Unesco. VER: ONU. UNESCO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- Alma Mater (repositório) p. 11; p. 182
- Arquivo n. 11 p. 21; p. 28; p. 52; p. 89; n. 10 p. 102; n. 37 p. 106; p. 133; **f. 103** p. 149
- Catálogo Coletivo (CCUC) p. 156; n. 10 p. 156; p. 172
- Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos p. 115
- Conselho de Decanos p. 68; n. 11 p. 84
- Conselho n. 14 p. 15; p. 17; p. 19; n. 16 p. 22; n. 12, n. 14 p. 25; n. 21 p. 28; n. 1 p. 33; p. 39; p. 68
- Estudo Geral (repositório) n. 3 p. 177
- Faculdade de Cânones e Leis n. 12 p. 68;
- Faculdade de Cânones p. 41; n. 21 p. 41; n. 8 p. 78
- Faculdade de Ciências do Desporto p. 180
- Faculdade de Ciências e Tecnologia p. 180; n. 7 p. 180
- Faculdade de Direito. Instituto Jurídico p. 90
- Faculdade de Economia p. 180
- Faculdade de Farmácia **f. 88** p. 133; n. 5 p. 180
- Faculdade de Filosofia p. 90
- Faculdade de Letras n. 37 p. 73; n. 10 p. 102; p. 106; p. 114; p. 122; p. 129; n. 1, n. 3 p. 129; p. 133; **f. 97** p. 142; p. 144; n. 5 p. 154; p. 156; p. 161; n. 11 p. 182
- Faculdade de Matemática p. 79; n. 1 p. 99; p. 180
- Faculdade de Medicina p. 65; p. 90; n. 31 p. 119; p. 135; n. 18 p. 135
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação p. 180

T

Faculdade de Teologia n. 4 p. 67; p. 105
Gabinete de Candidatura da Universidade a
Património da UNESCO p. 56
Hospitais. Biblioteca p. 180
Imprensa p. 28; p. 34; p. 46; n. 12 p. 62; p. 73; n.
22 p. 81; p. 83; n. 4 p. 83; p. 86; n. 2 p. 89;
p. 90; n. 16 p. 103; p. 115; p. 154
Jardim Botânico **f. 61** p. 98
Laboratório de Cálculo (LCUC) p. 161; p. 166;
n. 14 p. 166; p. 169
Museu de História Natural p. 73
Prisão Académica p. 144; n. 2 p. 67; p. 83
Senado p. 135
SIBUC p. 177; n. p. 177; p. 182; p. 183
SIIB/UC n. 14 p. 174; n. 3 p. 177;
UC Digitalis (repositório) p. 182

UNIVERSIDADES

Alcalá de Henares n. 2 p. 19; n. 17 p. 25
Aveiro p. 162; p. 172; n. 15 p. 174
Beira Interior p. 172
Bolonha n. 15 p. 25
Central de Madrid p. 89
Chicago n. 39 p. 122
Coimbra. VER: Universidade de Coimbra
Divinity School (Cambridge) p. 13
Évora p. 28; p. 33
Federal de São Carlos (São Paulo, Brasil) p. 161;
p. 162; n. 6 p. 162
Lisboa p. 13; n. 7 p. 20
Lovaina n. 15 p. 25
Merton College (Oxford) p. 13
Montpellier n. 15 p. 25
Nova de Lisboa p. 169
Salamanca n. 17 p. 25; p. 19
São Paulo (USP) n. 5 p. 154
Toronto n. 36 p. 122
Wisconsin-Madison n. 36 p. 122

V

Vandelli, Domingos, 1735-1816 p. 73
Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de, 1860-1941
f. 1 p. 12; n. 10, n. 15 p. 25; n. 6 p. 83; p. 102;
n. 10 p. 102; n. 37 p. 106
Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, 1851-1925 p.
133; p. 182; **f. 128** p. 184
Vasconcelos, Joaquim de, 1849-1936 p. 133
Vasconcelos, José Maria de Sousa Botelho Mourão
e, 1758-1825, Morgado de Mateus p. 81

Vaz, Francisco, ?-1623 p. 46; p. 199
Velo, Lúcia Maria Mariano, 1945- p. 174; n. 14
p. 174; p. 177
Victoria & Albert Museum (Londres) n. 1, n. 3 p.
51; p. 93
Vila Maior, Visconde de. VER: Pimentel, Júlio
Máximo de Oliveira
Vilas-Boas, Manuel do Cenáculo. VER: Cenáculo,
Manuel do
Vilhena, João Jardim de, 1873-1966? p. 137; **f. 99**
p. 145
Virtude (alegoria) p. 53
Virtus. VER: Virtude (alegoria)

W

Wasa, Kristina. VER: Cristina, Rainha da Suécia
Welcker, Adair, 1858-1926 **f. 80** p. 121; n. 36 p. 122
Wellington, Duque de, 1769-1852 p. 122
World Monuments Watch p. 183

Z

Zambelli, Miriam p. 161
Zenopole, Bispo de. VER: Coutinho, Francisco de
Lemos de Faria Pereira

(Página deixada propositadamente em branco)



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra – Alta e Sofia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



PATROCÍNIO

